

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIANA DE ALMEIDA CAMPOS

**EM NOME DE JESUS : UM ESTUDO SOBRE
RELIGIÃO, POLÍTICA E CULTURA NA
ESCOLA PÚBLICA LAICA**



NITERÓI
2004



Nº 638

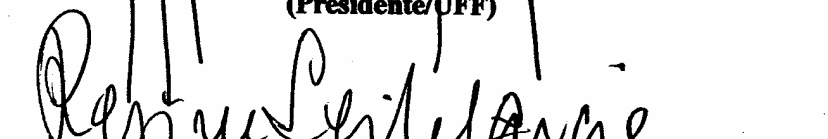
Ata da Defesa de Dissertação da Mestranda
LUCIANA DE ALMEIDA CAMPOS na
forma que se segue:

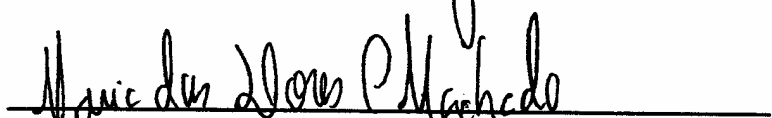
Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e quatro, às dez horas, na sala 318 do bloco D da Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca de Defesa de Dissertação de Mestrado em Educação de LUCIANA DE ALMEIDA CAMPOS, formada pelas seguintes professoras doutoras: LYGIA BAPTISTA PEREIRA SEGALA PAULETTO (Presidente/UFF), REGINA LEITE GARCIA (UFF) e MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO (UFRJ). Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra à mestranda para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado: "Em nome de Jesus: Um Estudo sobre Religião, Política e Cultura na Escola Pública Laica". Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros componentes para que argüissem a mestranda, para a seguir também comentar o trabalho e as observações feitas pelos professores que o antecederam. Feitos os comentários e argüições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

Abstenção pela seriedade da pesquisa desenvolvida, a capacidade de argumentar discussões teóricas e o trabalho de campo; pela impetuosidade e originalidade do tema.
A banca considera importante que este trabalho seja socializado nos cursos de formação de professores com o intuito de se apontarem as relações entre Religião, Cultura e Educação.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu LYGIA B. P. S. PAULETTO lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói, 08 de setembro de 2004.


LYGIA BAPTISTA PEREIRA SEGALA PAULETTO
(Presidente/UFF)


REGINA LEITE GARCIA (UFF)


MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO (UFRJ)

SUMÁRIO

UM TERÇO ANTES DE DISSERTAR...	p.02
<u>OFERECIMENTO</u>	p.06
<u>CREDO</u> : "Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica"... Tecendo as primeiras palavras sobre o tema...	p.07
<u>A GUIA DAS CINCO CONTINHAS</u> : <i>Entre Pais nossos e Ave Marias</i> : Escolhendo os Mistérios da Luz	p.20
<u>PRIMEIRO MISTÉRIO DA LUZ: BATISMO NO JORDÃO</u> <i>"Preparem o caminho do Senhor"</i> : O Batismo dos gentios na Terra de Vera Cruz	p.23
<u>SEGUNDO MISTÉRIO DA LUZ: BODAS DE CANÁ</u> <i>"Jesus transforma água em vinho"</i> : A mudança no campo religioso brasileiro através do crescimento neopentecostal	p.58
<u>TERCEIRO MISTÉRIO DA LUZ: ANÚNCIO DO REINO DE DEUS</u> <i>"Jesus acolhe às pessoas que o procuram com humildade"</i> : Jesus pode entrar na escola? Como o curso de Formação de Professores da UFF pensa a religião no espaço público?	p.96
<u>QUARTO MISTÉRIO DA LUZ: TRANSFIGURAÇÃO</u> <i>"Subindo no Monte Tabor e contemplando o reluzir do rosto de Cristo"</i> : Qual é afinal o perfil de uma escola pública povoada de pentecostais?	p.134
<u>QUINTO MISTÉRIO DA LUZ: INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA</u> <i>"Dar a vida pelo amor"</i> : A vivência religiosa sem conflitos é utopia, mesmo numa escola confessional católica	p.182
<u>AGRADECIMENTO</u>	p.205
<u>SALVE RAINHA "LAICA"</u>	p.206
PÓS-FÁCIO	p.208
BIBLIOGRAFIA	p.212
ANEXOS	p.221

UM TERÇO ANTES DE DISSERTAR...

Com que propósito uma dissertação se anuncia em forma de terço? Como a relação forma x conteúdo estão articuladas e como pretendem provocar o leitor? Antes de entrar mais detalhadamente nestas questões, que serão tocadas ao longo deste trabalho, vale retomar as origens desta devoção católica.

O terço é uma oração que deriva do rosário. A palavra *rosarium* vem do latim medieval, que quer dizer, *jardim de rosas*. Embora a centralidade da oração baseie-se na figura de Cristo, a condução utilizada exalta a figura de Maria, sua mãe: “*muitos poemas se referiam a Maria como um jardim de rosas. Daí surge o rosário, que vem de rosa, flor que ocupa o primeiro lugar entre todas, assim como Maria é a primeira entre as criaturas*”.¹ Seu surgimento está relacionado à oração dos Salmos, pois o rosário chamava-se “*salterio de Nossa Senhora e de Jesus Cristo*” e reunia 150 rosas em homenagem a Maria, representando os Salmos que na Bíblia são igualmente em número de 150. Seu propósito voltava-se para os leigos analfabetos, que convertidos ao catolicismo, apresentavam dificuldades em participar da recitação dos 150 salmos. Por esta razão, no século X, começaram a rezar 150 pai-nossos, que foram com o tempo, substituídos por 150 ave-marias. Para contar esta quantidade de orações, as pessoas costumavam andar com pedrinhas, pequenos ossos, gravetos ou faziam nozinhos nos cordões, a fim de ter um controle sobre a seqüência de suas preces.

“Todavia, a primeira manifestação efetiva a respeito do Terço ou Rosário, ocorreu no século XIII. No ano 1204, o Padre Domingos de Gusmão, fundador da Ordem dos Padres Pregadores, também chamados de Dominicanos, estava preocupado com os poucos frutos que seus zelosos missionários conseguiam, apesar das exaustivas e perseverantes pregações. A heresia dos albigenses infestava o sul da França e se difundia em todas as regiões com grande publicidade, negando a Encarnação de JESUS e o dom Divino concedido as pessoas, de gerar e criar cristãmente os seus filhos. NOSSA SENHORA sempre bondosa e complacente, apareceu a Padre Domingos e lhe ensinou a rezar o Rosário, como forma eficaz de combater a heresia e converter o coração das pessoas. Padre Domingos e seus missionários acolheram a orientação Divina e rezaram diariamente o Rosário de NOSSA SENHORA com muito fervor e assim, conseguiram

¹ CORAZZA, Helena . *Rosário em Família: Com Maria, contemplando o rosto de Jesus*. SP: Paulinas, 2002.

resultados admiráveis na luta contra os hereges e na conversão de milhares de pessoas, que acolheram os ensinamentos da Igreja.²

Num passo seguinte o Monge Cartuxo Henrique de Egher ou de Calcar, em 1408, redigiu documento agrupando as ave-marias em dezenas, intercaladas por um pai-nosso, divulgando, assim, o terço como Nossa Senhora o apresentou.

Durante nove séculos, a Igreja rezou o rosário dividido em três terços, cada qual contemplando um tipo de mistério: gozosos, dolorosos e gloriosos. Em 16 de outubro de 2002, o Papa João Paulo II, em sua carta apostólica “Rosarium Virginis Mariae”, acrescentou outra série de mistérios ao rosário, ou seja, mais cinquenta ave-marias, denominados mistérios luminosos. Assim, hoje o rosário é composto por quatro terços, com os mistérios assim distribuídos:

Mistérios Gozosos: São os mistérios da Alegria, que devem ser contemplados às segundas-feiras e sábados. Estão divididos da seguinte maneira:

Primeiro Mistério Gozoso: Anunciação à Virgem Maria

Segundo Mistério Gozoso: Visitação de Maria à sua prima

Terceiro Mistério Gozoso: Nascimento de Jesus em Belém

Quarto Mistério Gozoso: Apresentação de Jesus e purificação de Maria

Quinto Mistério Gozoso: Encontro de Jesus no templo

Mistérios Dolorosos: São os mistérios da Dor, que devem ser contemplados às terças e sextas-feiras. Estão divididos da seguinte maneira:

Primeiro Mistério Doloroso: Agonia de Jesus no Horto

Segundo Mistério Doloroso: Flagelação de Jesus

Terceiro Mistério Doloroso: Jesus é coroado de Espinhos

Quarto Mistério Doloroso: Jesus Carregando a Cruz

Quinto Mistério Doloroso: Jesus é pregado na Cruz

Mistérios Gloriosos: São os mistérios da Glória, que devem ser contemplados às quartas-feiras, sábados e domingos. Estão divididos da seguinte maneira:

Primeiro Mistério Glorioso: A ressurreição de Jesus

Segundo Mistério Glorioso: Ascensão de Jesus nos céus

Terceiro Mistério Glorioso: Vinda do Espírito Santo

Quarto Mistério Glorioso: Assunção de Nossa Senhora aos Céus

Quinto Mistério Glorioso: Coroação de Nossa Senhora no Céu

² <http://apostolado.sites.uol.com.br/origem.htm>

Mistérios Luminosos: São os mistérios da Luz, que devem ser contemplados às quintas-feiras. Estão divididos da seguinte maneira:

Primeiro Mistério da Luz: Batismo no Jordão

Segundo Mistério da Luz: Bodas de Caná

Terceiro Mistério da Luz: Anúncio do Reino de Deus

Quarto Mistério da Luz: Transfiguração

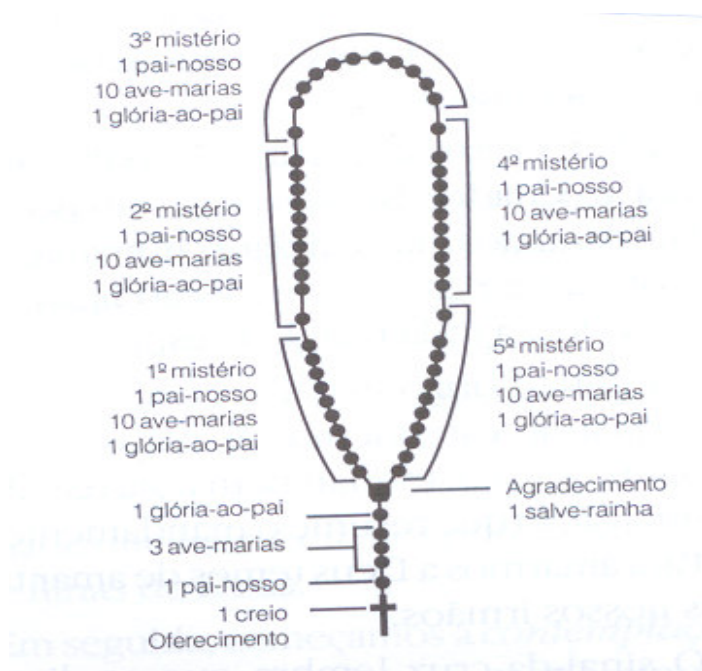
Quinto Mistério da Luz: Instituição da Eucaristia

Rodrigues³ (2002) explica que o Papa, ao instituir os novos mistérios o fez, ressaltando “o seu caráter cristológico: contempla os mistérios da vida pública de Jesus do Batismo à Paixão. Como o novo modo de rezar, o Papa quer enfatizar mais ainda a idéia do “Rosário” como compêndio do Evangelho” (p. 01) . Deste modo, ao meditarmos sobre os mistérios, desde os gozosos aos luminosos, temos condição de meditar sobre as principais passagens do Evangelho.

COMO O TERÇO É REZADO

Independente do mistério que se proponha a realizar, o terço é rezado na seguinte disposição: inicia-se com o *sinal da cruz*, invocando-se à Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo); em seguida se faz o oferecimento do terço, compartilhando as intenções desta oração; passa-se à Profissão de Fé (Creio em Deus Pai) onde se professam as principais verdades da fé católica; segue-se às cinco continhas (um pai-nosso, três ave-marias e um glória ao pai, exaltando à Santíssima Trindade), em seguida começa-se a contemplar os mistérios, reza-se um pai nosso, dez ave-marias e um glória ao pai. Ao final de cada mistério, após a oração do glória ao pai, pode-se rezar uma invocação segundo as intenções a que se propõe o terço. O agradecimento final se faz através da oração de Salve Rainha. De modo ilustrativo, temos:

³ RODRIGUES, Pe. José Geraldo. *Rezemos o terço...*Aparecida:SP, Editora Santuário, 2002.



O TERÇO COMO MODO DE ORGANIZAÇÃO NARRATIVA DESTE TRABALHO

Após uma breve retrospectiva histórica desta tradição católica, convém esclarecer ao leitor por qual razão o trabalho está estruturado, utilizando o terço como metáfora de organização da narrativa. A razão da apropriação deste enunciado simbólico poderá ser percebida ao longo da dissertação. A priori, posso argumentar que o terço como objeto de devoção religiosa faz parte de minha própria história enquanto fiel católica. Por outro lado, como veremos no primeiro mistério, a pregnância da religião católica desde a colonização brasileira, também justifica a metáfora desta escolha, embora cada “*Mistério*”, tomado no sentido estrito da palavra, abra indagações para o desconhecido, uma vez que anuncia mudanças no campo religioso brasileiro. A metáfora no entanto, não pretende ser explorada ao extremo, restringindo-se mais à divisão dos mistérios e aos anúncios dos mesmos que ao conteúdo de meditação destes, que virão a título ilustrativo, ao pé de página.

OFERECIMENTO

Ofereço este trabalho a tantos que me auxiliaram a sistematizar as reflexões que ora são apresentadas: alunos, pais, professores, diretores, à Coordenação de Ensino Religioso da Secretaria Municipal de São Gonçalo, de modo especial à professora de Ensino Religioso da escola que acompanhei e a todos que acreditam que uma educação de qualidade não prescinde de uma reflexão séria acerca das representações e práticas religiosas de docentes e discentes, já que elas são significativas na compreensão da vida cotidiana dos educandos, seja em uma escola confessional, seja no interior da escola pública e laica.

CREDO: “Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica”...
Tecendo as primeiras palavras sobre o tema...



Gravura Retirada do livro “Os Dez Mandamentos” (Edições Paulinas)⁴
 utilizado na educação infantil das escolas confessionais nas décadas de 50 e 60.

“[Há] uma pergunta que encontramos a cada passo, e à qual é preciso tentar responder: de onde se fala, que é possível dizer? Mas também de onde falamos?”
 (Revel, 1989)

Os objetivos desta dissertação são compreender como as discussões sobre a *Cultura Popular* e a religião se articulam no interior da escola pública neste início de século XXI. Parto da hipótese que com o significativo aumento de professores e alunos pentecostais e neopentecostais⁵,

⁴ Não consta data de publicação no exemplar.

⁵ Os estudiosos da Religião (ver bibliografia) costumam dividir os protestantes em três grandes grupos: *Protestantes Históricos* (englobam denominações mais tradicionais fundadas até o final do século XIX); *Pentecostais* (que chegam ao Brasil em 1910 e 1911 com a criação da Congregação do Brasil e Assembléia de Deus sobretudo no Norte e Nordeste) e *Neopentecostais* (começam a surgir no final da década de 70 e início da década de 80) representados

algumas mudanças vêm acontecendo no cotidiano destas instituições e nos seus modos particulares de considerar a *Cultura Popular*, entendida nas salas de aula como o folclore, pautado significativamente pela tradição cultural católica. Para tal, elegi dois focos neste trabalho: O primeiro segue no sentido de pensar como acontece o *Ensino Religioso* dentro da escola. O segundo pretende examinar como os debates sobre a *Cultura Popular* se objetivam através da pedagogia do folclore, suas práticas e representações, fazendo convergir de modo mais claro, neste campo, as polêmicas em torno das diferentes religiões.

As preocupações que orientaram a construção desta dissertação desenharam-se a partir da minha própria trajetória como aluna e professora, papéis hierarquicamente distintos mas estreitamente complementares, desempenhados em instituições de ensino público e privado. Entendo que explicitar este ponto é importante para entender como o meu objeto de estudo foi se definindo ou melhor, para perceber o quanto a experiência pessoal acumulada conformou processualmente o próprio objeto de pesquisa.

Contrariamente aos pressupostos positivistas, preocupados em apregoar um distanciamento do pesquisador de seu objeto de estudo em função de uma pretensa “neutralidade científica”, reitero ser indispensável dedicar algumas linhas a alguns fatos de minha vida pessoal e profissional que contextualizam o entendimento de tal aproximação com a questão da religiosidade na escola. O estímulo, de persistir na empreitada de buscar em minha história de vida as conexões que hoje são motivadoras para levar este estudo adiante, vem da divertida metáfora utilizada por Michel Löwy (1998) ao descrever criticamente, o que ele considera o positivismo de Max Weber, através da história de um personagem cômico: o Barão de Münchhausen. Segundo Löwy, entre outras trapalhadas, nosso personagem vinha cavalgando num pântano até que por um descuido, percebeu estar afundando junto com seu cavalo num terreno de areia movediça. O Barão de Münchhausen resolveu o problema de modo muito simples: puxando a si próprio pelos cabelos. Assim, conseguiu retirar-se e a seu animal do fundo. Löwy utiliza esta história como analogia dos pressupostos de Weber com relação a atitude do pesquisador diante de seu objeto de estudo. Para Weber, o estudioso escolhe o objeto de pesquisa baseado em suas paixões, mas depois disso deve fazer um esforço para delas se distanciar, a fim de desenvolver sua pesquisa com a maior neutralidade possível, ou seja, é preciso “puxar-se pelos cabelos”. Embora Weber avance diante

principalmente pela Igreja Universal do reino de Deus (IURD) e Igreja Internacional da Graça de Deus. Bonfati (2000) afirma que o neopentecostalismo “*tem como características, além do antiecumenismo, presença de líderes fortes, a catarse emocional, participação na política partidária*”.(p.19)

dos positivistas clássicos ao admitir que as paixões pessoais podem motivar as escolhas dos objetos, parece pecar ao apregoar a tarefa impossível: uma decisão deliberada, uma opção pessoal de puxar-se pelos cabelos. Seria isto possível? É viável despir-se por completo de suas paixões? Como sair deste pântano?

Acreditar que a tarefa de “puxar-se pelos cabelos” é impossível, absolutamente não significa abrir mão de todo rigor na observação, seriedade nos registros e na interpretação dos dados. É necessário, ao documentar o não documentado, ter a preocupação em estranhar o familiar e complementarmente se familiarizar com o estranho, conforme sugere Da Matta (1981). Opto por mergulhar neste pântano convicta de que isto se faz indispensável a uma pesquisa de qualidade.

Muitos são os flashes de minha vida pessoal e profissional que poderia privilegiar para iniciar este “trabalho sobre a memória”⁶. Opto por lembrar/recriar minhas experiências enquanto estudante e depois como professora das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Recordo-me de não ter tido contato com conteúdo religioso na escola até a quarta série do ensino fundamental, quando morava em Brasília onde freqüentei algumas escolas públicas. As recordações desta época me remetem à cerimônia mensal da Troca da Bandeira em frente ao Palácio do Planalto, na qual os tiros de canhão e o desfile dos Dragões da Independência nos chamavam a atenção. Lembro também dos grandes desfiles cívicos no Eixo Monumental dos quais participávamos assistindo atentos às solenidades. O Presidente da República⁷ desfilava em carro aberto e tínhamos a nítida impressão, enquanto crianças, que os acenos eram dirigidos especificamente para nós! Era o final do governo militar. Na escola onde eu estudava na época – Escola Classe 209 Sul – não havia Ensino Religioso. A única ocasião em que me lembro de referência clara a conteúdo relacionado à religião foi por ocasião da primeira vinda do Papa João Paulo II ao Brasil em 1980. Seu desfile foi justamente no Eixo Monumental e na escola havíamos aprendido a cantar a música que seria a saudação ao Papa entoada àquela ocasião em todo o Brasil: “*A benção João de Deus...*”

Este fato por si só, já merece alguma atenção. Em 1980, aprender a música de saudação ao Papa na escola não suscitava polêmicas declaradas, havia uma certa unanimidade em torno deste acontecimento. A Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica Romana, ainda parecia ser

⁶ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade* – Lembranças de Velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁷ Assisti desfiles com o presidente Geisel (1974-1979) e depois com Figueiredo (1979-1985).

consensualmente hegemônica.⁸ O mesmo fato já não se deu na segunda visita de Karol Wojtyła ao Brasil em 1997. Não obstante a toda mobilização dos meios de comunicação e de alguns milhares de fiéis em torno deste acontecimento, ensinar a todos os alunos uma música de saudação ao Papa no interior de uma escola pública certamente seria motivo de muita polêmica, pois nos 17 anos que separaram uma visita da outra, o aumento do número de pentecostais e neopentecostais foi notável. Corroborando minha afirmação, basta citar uma pesquisa realizada pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião) em 1992⁹, que constatou que o ritmo de crescimento das igrejas neopentecostais na região metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente nas áreas mais periféricas, era de mais de um registro por dia útil da semana¹⁰. Segundo Novaes (2001), foi a partir dos anos 90 que ocorreu um maior interesse pelos estudos sobre o pentecostalismo no Brasil, ocasião em que os protestantes ganharam mais visibilidade na política e na mídia. Fica claro, desta maneira, porque nos anos 80 os conflitos acerca da religião no espaço escolar estavam latentes, pois o catolicismo ainda era aparentemente consensual ou ao menos entendido como tal.

Em 1984, minha família mudou-se para o Rio de Janeiro. Ingressei então na Escola Estadual Cizínio Soares Pinto, no bairro de São Francisco - Niterói, onde havia Ensino Religioso. Todos os alunos eram obrigados a frequentar as aulas de religião. No entanto, havia a possibilidade de escolha entre o ensino católico e o ensino protestante. Recordo-me não ter sentido empatia pela professora de religião que ensinava a doutrina católica e comecei a assistir aulas com a professora protestante. Fui chamada pela professora e pelo SOE (Serviço de Orientação Educacional). Interrogaram-me acerca de minha atitude, pois se em minha ficha de matrícula havia indicação de que a religião da família era católica, eu não poderia assistir às aulas com a professora protestante. De fato, minha mãe havia feito esta opção, mas integrávamos, na época, as estatísticas de “católicos não praticantes”. Diante de meus insistentes pedidos, minha mãe foi até a escola mudar a opção na ficha de matrícula e assim pude continuar assistindo às aulas com a professora protestante. Não havia a possibilidade de um aluno umbandista ou kardecista, por exemplo, assistir aulas de acordo com sua religião. Ele deveria enquadrar-se em uma das duas opções apresentadas.

Embora tivesse mudado algumas vezes de escola durante todo o ensino fundamental, e em todas tenha tido Ensino Religioso de orientação católica, à exceção da escola citada

⁸ Segundo Novaes (2001), é no final dos anos 70, no Rio de Janeiro que surge a Igreja Universal do Reino de Deus, uma das que mais crescem entre as igrejas neopentecostais.

⁹ Pesquisa realizada sob coordenação do antropólogo Rubem César Fernandes, citada por Novaes (2001).

¹⁰ Segundo dados do IBGE, em números absolutos, a população evangélica aumentou de 13,3 milhões para 26,1 milhões entre 1999 e 2000, o que significa uma taxa aproximada de 100% de crescimento (Censo de 2002).

anteriormente, no ensino médio meus pais resolveram me colocar em uma escola particular. Após inúmeras greves, a precariedade do ensino público era visível e eles temiam que eu não conseguisse ingressar em uma instituição pública no terceiro grau. Fui então estudar no Colégio Salesiano de Santa Rosa, tradicional colégio confessional dirigido por padres em Niterói. Novamente deparei-me com a obrigatoriedade do Ensino Religioso. Porém, contrariamente às minhas expectativas, não encontrei um ensino da doutrina católica, como em todas as escolas públicas por onde passei. Curiosa surpresa! As aulas de Ensino Religioso eram em geral apreciadas pelos alunos e versavam sobre assuntos como ética e moral (discussões sobre o aborto, drogas, etc.) e ainda a história das diferentes religiões. Foi neste ambiente que tive as primeiras informações sobre as religiões afro-brasileiras, sobre kardecismo e sobre as igrejas protestantes históricas. Como estávamos em uma escola católica, os alunos eram convidados para missas de formatura das turmas e datas comemorativas (Mês de Maria, Páscoa, etc.), mas nada compulsório. Havia uma capela sempre aberta na escola, onde quem desejasse podia entrar e fazer suas orações. As recordações desta maneira de abordar as religiões me são agradáveis.

Em 1992, matriculei-me no curso de Psicologia na PUC, não chegando a cursá-lo pois resolvi optar pela UFRJ. No entanto, cheguei a fazer inscrição em disciplinas nesta primeira e me lembro que a cadeira de Religião era obrigatória em todos os cursos de graduação. Não tive como avaliar como se davam estas aulas. Durante a faculdade de Psicologia, fiz uma complementação pedagógica e comecei a lecionar após ser aprovada em concurso público para Rede Pública Municipal de Niterói. Após dois anos em sala de aula, me candidatei à professora de religião¹¹ e fiquei neste cargo por três anos¹². Nesta época, tanto eu quanto minha família, já éramos católicos praticantes. Frequentávamos uma Igreja Católica em São Francisco - Niterói. Meu pai, era Ministro da Eucaristia, minha mãe Líder da Obra do Berço que ensinava “grávidas carentes” daquela paróquia a produzirem seus enxovais. Eu e minha irmã estávamos à frente da equipe de canto das missas, todos os domingos. Minha irmã cantava e eu tocava violão. Neste contexto, ser professora de religião para mim estava em sintonia com o momento de grande engajamento religioso vivenciado por mim e por minha família.

No entanto, ao ser eleita nova professora de religião da escola, muito fui prevenida pela direção sobre os cuidados que deveria ter para não cometer os mesmos excessos, junto aos alunos,

¹¹ Era costume na escola que lecionava à época, E. M. Vera Lucia Machado, que o cargo fosse ocupado por pessoa indicada pela direção da unidade. Porém, quando havia mais de uma pessoa interessada, ocorria uma eleição.

¹² Em 1996, ingressei na graduação de Pedagogia do curso noturno da UFF/Niterói.

tal qual uma professora anterior, de orientação protestante. Segundo me foi relatado, a professora, em determinada ocasião, falava aos alunos de uma turma de quarta série que o envolvimento com drogas era *coisa do diabo*, neste momento, um aluno começou a falar coisas estranhas, pois ninguém conseguia entender e a professora começou a tentar exorcizá-lo. Isto causou um grande tumulto no andamento da escola, alguns alunos saíram da sala chorando com medo e a professora foi convidada a deixar o cargo e a escola.

Apesar de sentir por parte de algumas pessoas da instituição, especialmente da direção, a expectativa de que minhas aulas fossem direcionadas à religião católica, até por serem católicas e terem conhecimento de minha vivência fora da escola, isto não ocorreu. Isto não aconteceu, acredito, pela influência da Coordenação de Ensino Religioso da FME (Fundação Municipal de Educação) que dava aos professores de Ensino Religioso da rede a orientação de que tivéssemos respeito pelos diferentes credos e que não tentássemos impor uma religião. Outro ponto, é que após uma pesquisa entre os alunos, que hoje reconheço foi muito preconceituosa, separei dois grupos no interior da escola: os protestantes (cerca de 90%) e os católicos (cerca de 10%). Considero minha pesquisa preconceituosa, pois não dei espaço para que espíritas e praticantes de religiões afro-brasileiras se manifestassem, já que estava apenas interessada, naquele momento, em saber quem era católico ou protestante, ignorando os demais sistemas de crença e práticas religiosas que certamente coexistiam naquele espaço. Após este levantamento, cheguei à conclusão que não havia sentido em rezarmos ave-maria, em ensinar a doutrina da Igreja Católica ou coisas deste tipo. As aulas eram pautadas em músicas que eu ensinava a eles e eles me ensinavam, no estudo através de filmes e histórias bíblicas.



Celebração do Dia interconfessional de Ação de Graças na Escola Municipal Vera Lucia Machado – Niterói (Novembro de 1996). De pé, à direita, eu dirigia a celebração ao som do violão, ao fundo alguns pais e professores.

A conduta adotada de não tocar em pontos polêmicos, foi muito eficaz. Poderia até dizer que as aulas de religião, que sempre ocorriam ao som do violão, eram muito valorizadas pelos alunos, pelos pais e pela escola de modo geral. Havia uma motivação tal, minha e dos alunos, para estarmos juntos, naqueles 45 minutos semanais em cada turma, que esta notícia se espalhou e a coordenadora de Ensino Religioso vinha assistir a algumas aulas e nas reuniões de todos os professores do município me pedia para “contar meu segredo” para ter alunos tão motivados nas aulas de religião. Mesmo com as limitações de minha visão, naquela época, não me permitindo ampliar um pouco mais o foco de conhecimento de meus alunos acerca das diferentes religiões, creio que o respeito em não ferir a crença da maioria deles com a imposição de dogmas, não pertencentes ao seu sistema de crença, foi fundamental. A escola adotava como prática a realização de uma missa para celebrar o final do ano letivo. Convenci-me de que aquilo não era o mais correto, pois os católicos eram minoria. Convidei, então um padre e um pastor para a celebração conjunta na escola. Só o pastor compareceu e por ter uma postura também cuidadosa em não ferir as suscetibilidades, passou a ser convidado freqüente nas celebrações da escola.

Saí do cargo em 1997, com a extinção do Ensino Religioso com ônus para o Estado, como apregoava a primeira versão da LDB (9394/96). O Ensino Religioso no município de Niterói se extinguiu e apesar de hoje haver abertura da lei para o restabelecimento, este não ocorreu.

Ponto incômodo já observado por mim, mesmo antes de estar à frente do Ensino Religioso na escola, era a total recusa pela maior parte dos alunos protestantes em engajarem-se nos festejos relativos às *Festa Juninas* e às celebrações por ocasião do *Dia do Folclore*. Infelizmente não conseguíamos reverter a atitude dos alunos “*crentes*” frente a recusa a estes festejos. Por outro lado, também não nos questionávamos sobre a perspectiva etnocêntrica do calendário escolar, pautado predominantemente pelos festejos católicos. Hoje, olhando em retrospecto, acredito que o grande equívoco aconteça justamente porque não se trabalha a cultura popular na escola no dia-dia e com isto, estas comemorações ganham uma característica marcante: a de serem “festejadas” de modo pontual, meramente celebrativo, acrítico e portanto, sem sentido



Festa do Folclore na Escola Municipal Vera Lucia Machado em Niterói (Agosto de 1995). Os cartazes ao fundo da barraca de doces fazem alusão às lendas do Lobisomen e da Mula sem Cabeça.

para a maioria dos alunos, evangélicos ou não. Como a celebração destas datas é obrigatória, uma vez que constam no calendário enviado pela Secretaria Municipal de Educação, são datas previamente estabelecidas, em geral aos sábados a fim de se completar os 200 dias letivos

previstos na Lei 9394/96. Por isto, costuma haver a preocupação por parte da Equipe Técnico-Pedagógica e dos professores com a organização destas comemorações cerca de um mês antes. Nesta ocasião, os professores começam a ensaiar as danças, a trabalhar lendas, parlendas, ditos populares e também preparam material para ser exposto na festa. Predomina ainda o aproveitamento de conteúdos do folclore nas diferentes disciplinas.

A prática me mostrava que naquela escola só se pensava e trabalhava a cultura popular de modo sistemático nos meses de junho e agosto. Neste sentido, Segala (2000) corrobora esta afirmação:

“Seguindo o calendário das festas, atizam-se no mês de agosto, eventos muitas vezes ao mesmo, ano após ano, que pretendem evocar as ‘nossas tradições’ facilitadas, as ‘antigüidades populares’ lustradas nas histórias passadas como bastiões da moral e do civismo, símbolos da brasilidade. Nessas comemorações, politicamente puídas, ou no uso do Folclore como mero recurso didático foi-se perdendo a idéia de problematizá-lo como campo de estudos na Educação, de explorá-lo nas pesquisas cotidianas voltadas para a cultura plural e conflitante das ruas, das roças e das florestas. No jogo figurado de parlendas pobres, correntes nas salas de aula, tira-se do foco, talvez, a dinâmica dos processos culturais que podem enlaçar, contextualmente, o funk do bairro, a quadrilha do terreiro, as pajelanças, a arte dos trançados, das linhas e das tintas; os novos versos de cordel, as frases de caminhão, os cantos de trabalho e devoção.” (Segala:2000, p.63)

A fim de amenizar a recusa dos protestantes em dançar quadrilha em junho e/ou manusear material contrariando suas convicções religiosas (ex: cartazes com superstições, lendas, barraca de ervas...), pude observar que, nesta escola específica, eram criadas maneiras alternativas de apresentação. Por exemplo, lembro de uma apresentação de alunos cantando um *funk* em determinada festa junina. Havia estímulo por parte da direção para os alunos se envolverem em alguma atividade, pois estas festas em geral, por serem abertas à comunidade traziam fundos para a escola. Este envolvimento em outra atividade ocorria, em geral, de forma acrítica e meramente acomodativa. Não questionávamos junto aos alunos os conflitos culturais e religiosos que ocorriam naquele espaço.

Faz cinco anos que não trabalho mais como professora regente. Porém, fui convidada a pouco mais de um ano a trabalhar como Orientadora Educacional de uma renomada escola católica

em Niterói¹³. Ao conhecer a escola, fiz várias perguntas à diretora, especialmente sobre como a escola trabalhava a questão religiosa. Falei-lhe de minha experiência como aluna em um colégio católico com os conteúdos trabalhados em Ensino Religioso e fiquei um pouco surpresa com sua resposta. A irmã se posicionou de modo contrário a este tipo de trabalho que os colégios católicos de Niterói vêm realizando, pois entende ser essencial que a criança, ao estudar em uma escola católica, possa adquirir os conteúdos básicos da doutrina católica e por isto, o Ensino Religioso que no atual momento é ministrado pelas professoras, tem um caráter claro de transmissão da doutrina católica. No decorrer deste trabalho, irei relatar minhas análises a partir das aulas de Orientação Religiosa, o material didático adotado pelo SOR¹⁴ e sobre eventos que a escola realizou com professores e alunos afinados com o calendário católico. Exemplo: Celebração da Festa de Ramos, na qual uma criança entrou no pátio da escola montada em um burrinho e foi saudada por todas as outras e pelos pais com ramos de oliveiras e com música relacionada ao tema; Celebração da última ceia com a Cerimônia do Lava Pés encenada pelos alunos; das orações todos os dias na hora da entrada (em geral são o pai nosso e a ave maria); Lançamento do Tema da Campanha da Fraternidade, etc. Aliás, o calendário pedagógico anual¹⁵ desta escola, acompanha diretamente a cronologia das comemorações religiosas católicas. Apenas dois professores que lecionam nesta escola no turno em que trabalho não são católicos, mas participam ativamente de todas as atividades. De maneira geral, vinha percebendo que os pais e as crianças pareciam apreciar muito estes momentos, constantes na escola. No entanto, ao verificar os documentos entregues pela Orientação Pedagógica relativos ao ano de 2002, a fim de me proporcionar uma visão do processo de alguns alunos, desde então até hoje, encontrei um documento que muito me intrigou. Trata-se de uma cópia de um registro escrito que revela um desentendimento de um pai de uma aluna com a coordenação da escola. Discordava das orientações dadas nas aulas de religião bem como da participação das crianças nas celebrações religiosas. O teor do registro, inclusive agressivo por parte do pai, encontra-se em anexo, e será discutido no quinto mistério. Fiquei instigada por constatar que alguém matricule seu filho em uma escola confessional e se oponha à filosofia da instituição escolhida por ele. Fui informada que este responsável acionou a justiça e fez consulta à

¹³ Trata-se do Colégio Nossa Senhora das Mercês, fundado em 1933 como primeira escola católica feminina de Niterói.

¹⁴ Serviço de Orientação Religiosa

¹⁵ Encontra-se no Anexo I. Observar que há um privilégio de datas cívicas e religiosas. Não constam no calendário referência à Festa do Folclore e ao Dia do Índio. Consta no calendário comemoração de carnaval, houve inclusive um evento com banda de música com marchinhas tradicionais na escola, como mostrarei no quinto mistério.

Secretaria Municipal de Educação para reclamar do procedimento adotado e foi instruído por ambos a retirar sua filha da escola, uma vez que ao optar por tal intuição confessional, saberia estar sujeito a comungar da filosofia da mesma. Surpreendentemente, a criança foi matriculada novamente no ano seguinte. Há um caso semelhante de uma família que é Testemunha de Jeová e cujos filhos, matriculados nesta mesma escola, chegam todos os dias atrasados a fim de não acompanharem as orações feitas pelos professores e alunos na hora da entrada, como a ave maria, sinal da cruz e pedido de intercessão aos santos.

Paralelamente ao meu crescente interesse pela maneira como o Ensino Religioso transcorria dentro desta escola confessional, queria investigar como a cultura popular e a religião estariam articuladas dentro da escola pública, uma vez que os estudos a que tive acesso, em suas referências sobre a cultura popular e a didática do folclore, parecem ser por excelência, o lugar onde se expressam disputas religiosas¹⁶. Vinha acompanhando, como aluna do curso de pedagogia, discussões crescentes, não sistematizadas¹⁷, em torno deste assunto, envolvendo de forma mais específica, o trabalho de “*professores evangélicos*” (pentecostais e neopentecostais)¹⁸ no ensino fundamental. Dispus-me assim a conferir e aprofundar informações que circulavam no senso comum e nos cursos pedagógicos referentes à proliferação de professores evangélicos nas escolas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tive interesse especial em examinar, como esse indicador vinha ou não argüindo o Ensino Religioso nas escolas, como sublinha os Parâmetros Curriculares Nacionais:

“O Ensino Religioso nas escolas públicas é assunto que exige atenção. Tema vinculado, em termos de direito, à liberdade de consciência e de crença, a presença plural das religiões no Brasil constitui-se fator de possibilidade de escolha. Ao indivíduo é dado o direito de ter religião, quando criança, por decisão de seus pais, ou quando adulto, por escolha pessoal; de mudar de religião, por determinação voluntária ao longo da vida, sem restrições de ordem civil; e de não ter religião, como opção consciente. O que caracteriza, portanto, a inserção social do cidadão, desse ponto de vista, é o respeito, a abertura e a liberdade”.

¹⁶ Os estudos mencionados referem-se ao material pesquisado durante minha atuação como bolsista de graduação em Pedagogia vinculada à PROEX (Pró-Reitoria de Extensão da UFF) cuja temática investigada foi: “O Folclore como campo de estudos nas escolas de 1º. grau” (1995).

¹⁷ Tomo como referência os debates realizados em disciplinas do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da UFF.

¹⁸ A rigor, os três grupos são classificados como “protestantes”: históricos, pentecostais e neopentecostais. Porém, minha observação é que pentecostais e neopentecostais se auto-definam com mais frequência como “evangélicos”. Portanto, utilizarei a classificação “professor evangélico”, como categoria nativa, ou seja, quando os interlocutores protestantes envolvidos na argumentação se definirem desta maneira.

(PCN, Volume 10, 2000: p. 38)

Embora minhas preocupações se direcionassem à vivência da religião nas escolas, coube considerar, nesta pesquisa, outras instâncias direta ou indiretamente relacionadas ao tema. Para além das escolas, outros espaços sociais foram investigados com o objetivo de contextualizar melhor o trabalho. Esta necessidade surgiu a partir de algumas indagações que me foram surgindo: *Como o poder legislativo fluminense se relaciona com este debate da religião no interior das escolas? Como a questão do Ensino Religioso é vista no espaço de formação de professores, especificamente no curso de Pedagogia da UFF? O que pensam professores e alunos a este respeito?*

O foco principal do meu trabalho de campo foi a observação e o registro sistemáticos, utilizando o diário de campo, da rotina de dois estabelecimentos educativos, que serão tratados no quarto e quinto *Mistérios*. Realizei, nestas escolas, entrevistas gravadas com professores, alunos e responsáveis escolhidos. Analisei planos de aula e o material didático utilizado. Partindo de minha experiência como professora e como bolsista, busquei entender especialmente como as discussões acerca das diferenças culturais no país, mais particularmente o repertório do folclore brasileiro, eram tratadas no interior das escolas, uma vez que percebia por vezes, o uso fragmentário e caricato das tradições populares e ainda sua freqüente reinterpretação, considerando as opções religiosas dos professores. Na busca de uma interlocução com o poder legislativo realizei entrevistas com dois deputados, um estadual e um federal, sobre a questão do Ensino Religioso e de modo complementar a estas entrevistas, pesquisei a relação destas personalidades com o tema em questão, em jornais.¹⁹ Foram feitas ainda, entrevistas na Universidade Federal Fluminense na Faculdade de Educação/Niterói a docentes e discentes sobre a temática desta dissertação. De modo complementar, foi aplicado um questionário exploratório aos alunos da graduação do curso noturno de Pedagogia, além de consulta aos dados socioculturais que a universidade já possuía sobre estes. Recorri ainda à análise de fluxograma do curso e às ementas das disciplinas.

Gostaria de registrar ainda que, após iniciar os estudos para a produção desta dissertação, me senti inclinada a assistir a alguns cultos em Igrejas Evangélicas a fim de compreender melhor estes sistemas de crença. As leituras sobre a inexplicável alegria dos pentecostais citadas por Novaes, Bonfatti, Cortén e outros, me instigaram a conhecer este universo,

¹⁹ Alguns recortes de jornal são trazidos no anexo deste trabalho.

uma vez que oriunda da Igreja Católica, precisava compreender certas práticas por conta de minha pesquisa. Apesar de estar nestes ambientes com objetivos investigativos, não me senti imune a alguns momentos de emoção que por vezes me mobilizaram. Frequentei por três meses uma igreja de orientação pentecostal²⁰. Assistia a cultos dominicais e participava de um grupo de estudos semanais a convite da Pastora da Igreja.

Embora relate alguns fatos, que a mim pareciam inapropriados nesta Igreja Protestante, convém admitir que minha longa vivência enquanto membro da Igreja Católica, não me eximem de perceber incoerências também em seu meio. Não tenho como objetivo, neste trabalho, a defesa desta ou daquela instituição religiosa, mas sim de explicitar o quanto minha vivência como fiel na Igreja Católica, observadora na Igreja Pentecostal, bem como professora de religião, pautaram meus interesses de pesquisa e as minhas interpretações, por outro lado, apesar das agradáveis experiências como aluna de um colégio confessional católico e como professora de religião, tenho convicção hoje que o ensino público deve ser laico, pois o indivíduo é livre para exercer ou não seu credo nos locais próprios para tal e da maneira que melhor lhe convier. No entanto, creio que a escola não pode prescindir de compreender e problematizar sistemas de crença e práticas rituais, se pretende fornecer uma educação de qualidade interessada nas diferenças culturais. Neste sentido, vale à pena considerar a fala do teólogo Leonardo Boff quando afirma que *“na cultura popular, o eixo organizador mais importante é a espiritualidade ou a religião, porque é um código que o povo domina”* (Valla, 2001: p. 8)

²⁰ Trata-se da Igreja Ministério Plenitude, situada no bairro do Caramujo em Niterói. Esta igreja é uma das dissidentes da Assembléia de Deus. Trarei um pouco de minha experiência nesta instituição no segundo *Mistério*.

A GUIA DAS CINCO CONTINHAS:

Entre Pais nossos e Ave Marias: Escolhendo os Mistérios da Luz

Pai Nosso da unidade na diversidade²¹

“Deus, nosso Pai, vós sois uno, santo, o que não muda, mas é sempre novo, frágil mas é forte e onipotente. Sois aquele que a nós se inclina, contudo jamais se distorce, jamais se verga, permanece sempre reto, sempre excelso. Busquemos neste dia a unidade na diversidade: unidade na diversidade no agir e no pensar. Somemos ao de todos nossos dons e capacidades, nossas idéias e propostas em prol de um bem maior. Na diversidade de nossos modos de vida, sejamos íntegros e retos em tudo o que fizermos. Na diversidade de nossos trabalhos, tenhamos a consciência da nossa responsabilidade e da nossa dignidade. Na diversidade de nossas histórias pessoais e sociais, ajudai-nos a construir a unidade nas famílias, nas comunidade e na sociedade, respeitando os valores individuais de cada um. Fazei-nos entender que tudo o que divide e desune de vós não procede, mas do mal provém: ‘Oh, como é bom, como é agradável para os irmãos unidos viverem juntos... é como orvalho de Hermon, que desce pela colina de Sião; pois ali derrama o Senhor a vida e uma bênção eterna’ (cf. Sl 132,1-3).”

Se as continhas após o credo, iniciam-se com um pai-nosso, então que seja o “*Pai-Nosso da Diversidade*”, proclamado no século I da era cristã por São Leandro de Sevilha! Talvez a unidade que desejo proclamar seja diferente da unidade católica ditada por São Leandro. Tomo o sentido da unidade do ser humano, considerado em sua integridade, dignidade e liberdade para escolher e exercer ou não suas crenças religiosas pessoais, no local que julgar apropriado e conveniente.

Retomo uma provocação já anunciada no início do trabalho, quando faço uma nota explicativa sobre a formatação do texto. Escolher dividir uma dissertação em terço católico, pode parecer um contra-senso ao leitor. Sobretudo, após uma defesa da diversidade! Porém de modo algum se pretende com isto, afirmar a hegemonia católica, mesmo porque é fato, que esta não se sustenta mais de maneira quase uníssona nas escolas, como outrora. No entanto, é impossível negar que constitutivamente, nossa identidade brasileira foi forjada sobre tais bases, ao lado das

²¹ Oração proferida por São Leandro de Sevilha (c. 540-600), encontrada na página [http://www.catedralgo.com.br/27%20de%20fevereiro%20\(santo\).htm](http://www.catedralgo.com.br/27%20de%20fevereiro%20(santo).htm)

crenças de origem indígena e africana tomadas como objetos de desvalia pela missão colonizadora. Portanto, foi sob esta égide de “*maior país católico do mundo*”, que de modo em princípio discreto, o pentecostalismo e neopentecostalismo foram crescendo, colocando esta hegemonia em xeque. Portanto, faz sentido, partir sim do terço e anunciar em seus mistérios mudanças no campo religioso brasileiro. Sendo fiel ao modo de organização narrativa escolhido, anuncio que adotarei neste trabalho os novatos “Mistérios da Luz”, pois são os que melhor se prestam à minha argumentação.

No *Primeiro Mistério Da Luz* intitulado *BATISMO NO JORDÃO – “Preparem o caminho do Senhor”*: *O Batismo dos gentios na Terra de Vera Cruz*, realizo uma retrospectiva histórica da colonização do Brasil, que intimamente entremeada com a preocupação catequética, fornece as bases para o entendimento da forte ligação Estado/Igreja Católica. A partir deste entendimento, demonstro como esta tradição foi marcante no delineamento das legislações subseqüentes que dispunham sobre o Ensino Religioso na escola. Esta discussão se estende até a legislação atual, de modo particular no Estado do Rio de Janeiro e conta com a interlocução de dois representantes do poder legislativo fluminense.

No *Segundo Mistério da Luz*: *BODAS DE CANÁ – “Jesus transforma água em vinho: A mudança no campo religioso brasileiro através da explosão neopentecostal”*, procuro trazer a discussão sobre Cultura Popular, com um foco específico na questão do folclore pois como já mencionei, este se revela como local privilegiado de expressão das disputas religiosas, o que vêm sendo melhor percebido nos últimos anos com o aumento do neopentecostalismo. Questões como a articulação do folclore e da religião católica; identidade e tradição, teologia da libertação, secularização e pentecostalismo em sua articulação com a política partidária são abordadas neste segundo mistério.

O *Terceiro Mistério da Luz*: *ANÚNCIO DO REINO DE DEUS - “Jesus acolhe às pessoas que o procuram com humildade”*: *Jesus pode entrar na escola? Como o curso de Formação de Professores da UFF pensa a religião no espaço público?* Questiona o Curso de Formação de Professores da Universidade Federal Fluminense/Niterói no sentido de compreender como se trabalha/discute/problematiza a questão da religião em um local destinado à preparação de professores, orientadores, supervisores e administradores educacionais. Para compreender tais questões este mistério conta com a entrevista de dois professores responsáveis pela organização do curso, o Diretor da Faculdade de Educação e a Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFF,

entrevistas com alunos da graduação em pedagogia e do mestrado em educação e entrevista com alunos ligados à movimentos religiosos no interior da Universidade. Este mistério apresenta ainda algumas observações a partir de um questionário exploratório que apliquei em todos os períodos da graduação do curso de pedagogia noturno. Em paralelo apresento dados da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da Universidade Federal Fluminense (CPAIUFF), sobre o levantamento do perfil socioeconômico dos graduandos.

No *Quarto Mistério da Luz: TRANSFIGURAÇÃO* - “*Subindo no Monte Tabor e contemplando o reluzir do rosto de Cristo*”: *Qual é afinal o perfil de uma escola pública povoada de pentecostais?* Trago aqui a experiência do trabalho de campo numa escola pública municipal de São Gonçalo, Escola Municipal Alberto Pasqualini, onde através de observação, entrevistas, registros fotográficos e análise de material pedagógico, pude compreender como o Ensino Religioso e o Folclore são vivenciados/compreendidos naquela comunidade escolar. Neste mistério também destaco minha interlocução com a Secretaria Municipal de Educação daquele município, não só através de entrevista, como também na participação de eventos relacionados à Coordenação de Ensino Religioso.

No *Quinto* e último *Mistério da Luz: INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA*: “*Dar a vida pelo amor*”: *A vivência religiosa sem conflitos é utopia, mesmo numa escola confessional católica*, observo, descrevo e reflito sobre o Ensino Religioso confessional no Colégio Nossa Senhora das Mercês, onde trabalho como Orientadora Educacional. Foram realizadas entrevistas com os professores que ministram o Ensino Religioso e com a Irmã responsável pela coordenação deste. Trago à tona, material que releva dificuldade por parte de uma família em enquadrar-se na proposta religiosa desta instituição e destaco entrevista com o responsável de uma criança que argüi a instituição escolar, em sua maneira de abordar a religião. Este mistério, que a princípio pode parecer ao leitor uma digressão, uma vez que no próprio título do trabalho anuncio um estudo que objetiva focar a escola pública, tem por objetivo sustentar minha argumentação que se a presença do proselitismo religioso pode ser complexa em um espaço confessional, tanto mais conflituosa se faz no espaço público. Entendo que busco a corroboração de minha argumentação por um contraste de abordagem.

Após os *AGRADECIMENTOS* aos muitos que contribuíram para a realização deste trabalho, finalizo com o *SALVE RAINHA* que funciona como conclusão do trabalho.

PRIMEIRO MISTÉRIO DA LUZ: BATISMO NO JORDÃO

“Preparem o caminho do Senhor”²²: O Batismo dos gentios na Terra de Vera Cruz

Fausto (2002) em sua obra “A História Concisa do Brasil”, ao discorrer sobre a expansão marítima e a chegada dos portugueses às costas do Brasil, esclarece que os europeus ali encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos. Esta população podia ser dividida em dois grandes blocos: os Tupi-Guaranis (também conhecidos como Tupinambás) e os Tapuias. Fausto afirma quão dificultosa é a análise destas populações por constituírem uma cultura muito distinta da nossa e sobre a qual existiam e existem fortes preconceitos. No entanto, parece não ter muitas dificuldades em nos emprestar a visão que os nativos tinham dos colonizadores:

“A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais. Por outro lado, por não existir uma nação indígena e sim grupos dispersos muitas vezes em conflito, foi possível aos portugueses encontrar aliados indígenas na luta contra os grupos que lhes resistiam.” (Fausto, 2002: 16)

O período de colonização propriamente dito tem seu marco com a Expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza (1530-1533) que *“tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação”*(Fausto, 2002:p.18).

²² *“O batismo de Jesus é um mistério da luz. Cristo desce à água do rio Jordão e, como inocente, se faz pecador como nós (cf. 2COR 5,21) Este é um momento de muita luz. Ao procurar João para ser batizado, Jesus quer cumprir toda a justiça; e a descrição do Evangelho é cheia de luz, que pode ser contemplada e sentida: ao sair da água, o céu se abriu e Jesus viu o Espírito de Deus descendo e pousando sobre ele, e a voz do Pai se fez ouvir nas palavras: ‘Este é o meu filho muito amado; nele está o meu pleno agrado’ (Mt. 3,17) Na vida cristã, o batismo nos introduz na vida em comunidade. A pessoa é acolhida para fazer parte dela e recebe o selo do Espírito. Este se faz presente tal como no batismo de Jesus e nos confia a missão de sermos luz do mundo como ele.”* (CORAZZA, 2002)

Em 1539, Tomé de Souza foi enviado ao Brasil com a missão de ser o Primeiro Governador Geral do país. Trouxe junto consigo os primeiros Jesuítas, entre eles o Padre Manuel da Nóbrega, que tinha por missão catequizar e disciplinar aos índios.

Fausto observa que:

“Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço para transformar os índios através do ensino em “bons cristãos”, reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser “bom cristão” significava também adquirir os hábitos de trabalhos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível com relação às necessidades da colônia”. (Fausto, 2002: 23)

Embora as ordens religiosas estivessem preocupadas em arrebanhar os índios, e em função disto, por muitas vezes se indispunham com colonos, não respeitavam de fato a cultura indígena, ao contrário, nesta missão de salvação *“eles chegavam a duvidar que os índios fossem pessoas. O Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que ‘ índios são cães em se comerem e se matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem’ ”.* (idem: p.23)

Aos Jesuítas cabia “domesticar” os gentios, catequizá-los e batizá-los. Vou ater-me à significação destas duas palavras:

“batizar. V.t.d. **1.** Administrar o batismo a **2.** Pôr nome, alcunha ou epíteto a **3.** **Adulterar** (certos líquidos) adicionando-os água ou outro líquido.. **4.** Oferecer o primeiro lance no leilão de. **5.** Benzer solenemente (algum objeto de uso profano).. **6.** Proceder ao batismo (8) de. T. d. e. i.**7.** Nomear, denominar: Batizaram a escola poética com o nome de parnasianismo.Transobj. **8.** Apelidar, alcunhar: Por ser dentista de profissão, batizaram-no Tiradentes”.

(...)

“catequizar. V.t.d. **1.**Instruir em matéria religiosa. **2.** Doutrinar sobre questões sociais. **3.**Procurar convencer; **aliciar.** T.d. e i. **4.** Introduzir no conhecimento ou na participação de alguma coisa; iniciar: Insistiu em catequizar à amiga à sua crença”²³.

²³ Grifos Meus, LC .FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.

Observando a definição do dicionário, através da carga semântica das palavras “Adulterar e Aliciar”, pinço propositadamente o que o Aurélio me oferece numa nuance mais pejorativa, pois a mim parece próprio entender e reafirmar como muitos já o fizeram, quão violento foi nosso processo colonizador, especialmente no tocante à evangelização. Em contraponto, ao que as definições trazem de depreciativo, as mesmas associam por exemplo o “batizar” ao nomear e o “catequizar” ao instruir. É significativo perceber a tensão interna estrutural das definições, permeando a organização da história de nossa colonização. É a partir desta leitura que proponho iniciar minhas reflexões sobre como religião, educação e poder se articulam desde então, observando como as influências herdadas por este processo estão presentes hoje, na instituição escolar.

Ao debruçar-me sobre os principais compêndios que mapeiam a História da Educação Brasileira, a fim de examinar como se processa/processou a história do Ensino Religioso desde o Brasil-colônia até os dias atuais, surpreendo-me entre tantas idas e vindas, com tantas alianças e tantos aparentes distanciamentos entre Estado e Igreja. Cabe neste sentido buscar compreender o Ensino Religioso para além da visão superficial que o desmerece na educação, sob argumento de se tratar de uma discussão estéril, uma questão vista como algo de foro íntimo, pessoal, que compete à família. Fica visível que estamos diante de uma trama de relações, politicamente pautadas, envolvendo várias dimensões da vida social.

Segundo Cury (1993), embora o debate sobre o Ensino Religioso seja um tema polêmico “*ocupando boa parte das discussões parlamentares no tratamento com a educação*”(p.21), isto não ocorre com a mesma intensidade na academia, haja visto que até 1991 o autor identificou apenas um estudo específico sobre o tema no catálogo de dissertação da ANPED (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).²⁴

Segundo Saviani (1997) as relações entre Estado, religião e educação remontam às origens de nossa colonização: “*Luzuriaga (1959), em sua História da Educação Pública, situa as origens da instrução pública nos séculos XVI e XVII quando teria havido aquilo que ele chama de ‘educação pública religiosa’.*” (p.3)

²⁴ A fim de complementar os dados de Cury, pesquisei o período subsequente e não encontrei outro estudo específico sobre o assunto.

O Ensino Religioso no Brasil-colônia tinha, segundo Cury (1993), uma dimensão extra-escolar, atrelada ao aparato estatal, pois voltava-se para negros e índios, bem como para as elites. O que normatizava o Ensino Religioso de então era o “Direito Canônico” que supunha a existência de um Direito Divino natural da Igreja Católica e de sua hermenêutica. Basta citar que, quando os primeiros Jesuítas chegaram ao país em meados do século XVI, chefiados pelo Pe. Manoel da Nóbrega, providenciaram um plano de ensino consonante com os princípios católicos. Os Jesuítas possuíam um plano geral de educação chamado “Ratio Studiorum”:

[com a Ratio Studiorum] “se privilegiou a formação das elites centradas nas chamadas ‘humanidades’ ensinadas nos colégios e seminários que foram sendo criados nos principais povoados. O ensino jesuíta então implantado, já que contava com o incentivo e subsídio da Coroa Portuguesa, constitui a nossa versão da ‘educação pública religiosa’”.

(Saviani, 1997: p.4)

Paiva (2003) afirma que a dimensão educativa para os jesuítas no Brasil objetivava organizar a sociedade e disseminar a cultura portuguesa. Contudo, nesta organização, existiu uma gradação de acesso às letras, ou seja, aos “*filhos dos principais*” era oferecida uma educação mais refinada e aos negros e índios, a educação restringia-se mais à dimensão catequética. (p.44)

Fica claro que o projeto educativo-religioso dos Jesuítas não conflitava com o projeto político da época. Os Jesuítas dominaram o campo educacional brasileiro até meados do século XVIII, quando foram expulsos pelo I Ministro do Rei D. José I, o Marquês de Pombal, ao fechar seus colégios.

As *reformas pombalinas de instrução pública* de 1759 foram influenciadas pelos ideais iluministas e portanto, se contrapunham ao predomínio das idéias religiosas. A educação baseada nestes novos ideais pautados por idéias laicas, não chegou contudo a se efetivar. Saviani (1997) cita algumas causas para tal fato, como a escassez de mestres em condições de delinearem um novo formato às aulas régias, a insuficiência de recursos que a colônia possuía para financiar este novo projeto, o isolamento cultural da colônia e a morte de D. José.

No início do século XIX, em consequência das pressões sofridas por Portugal em decorrência da guerra que Napoleão Bonaparte movia na Europa contra a Inglaterra, o príncipe D. João decidiu-se pela transferência da Corte para o Brasil. A vinda da família real provocou

não só mudanças administrativas na colônia, como na fisionomia e na cultura da cidade, que passara a contar com jornais, teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas para atender às necessidades da Corte e da população urbana, na época em franca expansão (Fausto, 2002). O reflexo destas mudanças, foi bastante sentido na educação. Esta, encontrava-se de modo geral, muito desarticulada desde a expulsão dos Jesuítas. Com a vinda da família real, a estrutura da educação brasileira é redimensionada, uma vez que os filhos dos nobres recém chegados precisavam da instrução para posteriormente tomarem parte no governo. Para tanto, cuidou-se do aperfeiçoamento e criação de equipamentos científicos e culturais, como o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional. A criação de cursos superiores era assunto de interesse do governo e a educação elementar ainda era tratada como “assunto familiar” no século XIX. A institucionalização da educação se dava somente a partir do secundário. Dom João criou escolas superiores que visavam, em primeiro lugar, a preparação de pessoas capazes de atender o serviço público, despreparado para a súbita mudança, provocada pela transferência da Corte. Promoveu, ainda, cursos de oficiais e engenheiros, civis e militares, através da criação da Academia da Marinha e da Academia Real Militar. Após a morte da rainha em 1815, D. João assumiu a condição de rei de Portugal, do Brasil e Algarves. Dom João VI retorna a Portugal em 1821, deixando no Brasil, como príncipe regente, seu filho Pedro, futuro D. Pedro I, que proclamaria a independência do Brasil em 1822.

Segundo Cury (1993), após a independência, a Constituição Imperial outorgada em 1824 afirmava, em seu artigo 5º, que a Religião Católica era a religião oficial do Império. Já o artigo 102, previa o zelo do Imperador pelo Padroado:

“O Padroado era uma instituição ibérica pela qual a Igreja Católica e as monarquias luso-hispânicas estabeleciam tratados e alianças entre si. Por ele, a permuta de favores consistia nos privilégios outorgados à Igreja, entre os quais o reconhecimento da religião católica como religião oficial, e em contrapartida, a Igreja atribuía à monarquia o poder de controlar e fiscalizar uma série de iniciativas (que hierarquicamente falando, caberiam à própria instituição religiosa). Desse modo, até a nomeação dos bispos dependia da autoridade imperial e os clérigos seculares eram de fato funcionários públicos. O imperador provia cargos eclesiásticos em troca de pagamento das atividades eclesiásticas exercidas pelos clérigos. Por outro lado, uma série de cargos públicos (que politicamente falando, caberiam à instituição política) tinham como pré-condição de investidura o juramento de fé. É nesse sentido que havia o juramento de fé católica exigido dos professores que assumissem cadeiras de ensino nos estabelecimentos oficiais”

(Cury, 1993: p. 22)

No que se refere especificamente à educação, a Constituição de 1824 de caráter altamente centralizador, se limitava a dois parágrafos no artigo 179:

“A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que têm por base a liberdade. A segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do Império pela maneira seguinte:

§32 – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos;

§33 – Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes”.

(Sucupira in Fávero,2001: p.57)

A primeira manifestação sobre o Ensino Religioso no interior de uma lei sobre educação escolar data de 1827. Esta lei visava regulamentar o inciso 32 da Constituição Imperial e determinava que fossem criadas escolas de primeiras letras em todos os lugares mais populosos do Império e nas atribuições dos professores, além dos conteúdos pedagógicos, incluía-se o ensino dos *“princípios da moral cristã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana”*.(Cury, 1993: p. 22)

O ato adicional de 1834, que tornava a instrução primária gratuita dever das províncias, não alterou os dispositivos sobre a influência da religião católica sob os educandos. Somente após a segunda metade do século XIX, com o aumento populacional e a complexificação da realidade econômica, novas tendências aparecem desvinculadas do controle religioso católico. A secularização começa, então, a se fazer mais forte:

“Ao lado da católica, outras doutrinas cristãs ou mesmo outras concepções de mundo passam a penetrar na tessitura sócio-política do País. A Igreja Católica não poderia ser a única orientadora das mentes e dos corações, quando despontavam no cenário as igrejas reformadas, as seitas maçônicas e as correntes positivistas e liberais”.

(Cury, 1993: p. 23)

Exemplo disto são os projetos de Reforma da Instrução Pública de Leôncio de Carvalho (No. 72477 de 19/04/1879) e o projeto de Rui Barbosa do ano de 1882. Ambos

apregoavam que alunos acatólicos não seriam obrigados a frequentar aulas e por isto elas seriam ministradas sempre em contra-horário. É bem verdade que tais projetos não se efetivaram, porém tiveram o mérito de apontar para os princípios republicanos que ganhavam força e reivindicavam a laicidade e o fim do Padroado.

Com a proclamação da República, a bandeira da laicidade ganha cada vez mais força.

O Governo Provisório buscava um distanciamento entre Igreja e Estado de modo a não criar atritos com a primeira. Em 1890 é publicado o decreto de separação entre Igreja e Estado. Embora este não fosse completamente interdutivo, ofendeu parte do clero.

No Decreto N^o. 510 de 22/06/1890, nada menos que a primeira Constituição Republicana do país, havia várias restrições à Igreja Católica: casamento civil antes do religioso, secularização dos cemitérios, proibição de subvenção, afirmação do **ensino público leigo**, entre outras.

Nas revisões constitucionais buscou-se reverter este quadro, retomando o Ensino Religioso em contra-horário e de modo opcional, bem como havia o intento de reintroduzir a religião católica como a oficial do país. Algumas unidades federadas como Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina reintroduziram o Ensino Religioso facultativo nas escolas, criando conflitos com o dispositivo da laicidade no que se refere à sua aplicabilidade. A Igreja pretendia na revisão constitucional, estender esta flexibilização para o âmbito nacional, contudo não logrou êxito.

Cientes da capacidade mobilizadora da Igreja Católica, alguns políticos do executivo se posicionavam de modo a não acentuar os conflitos. Após pressão da Igreja através de mobilizações regionais, houve a busca da flexibilização em relação ao Ensino Religioso para funcionar com matrícula facultativa no prédio escolar, desde que fora do horário normal de aula. Rui Barbosa foi um dos defensores desta medida. A partir daí o dispositivo constitucional da laicidade encontrou terreno fértil para sua reversão, sobretudo na revisão constitucional de 1925-1926. Embora muitos parlamentares fossem favoráveis à reintrodução do Ensino Religioso em âmbito nacional, não conseguiram fazer maioria na votação.

Nos anos 30, após a Revolução²⁵ que levou Getúlio Vargas ao poder, aproveitando-se da instabilidade do Governo Provisório, a Igreja encontrou terreno fértil para voltar ao cenário

²⁵ Fatores como: mudança na estrutura sócio-econômica do país, a crise na economia mundial de 1929 que provocou a desvalorização do café, desgastes nas disputas oligárquicas nas sucessões presidenciais (“política do café com leite”), fraude eleitoral, voto de cabresto, entre outros, produziram descontentamentos. Grupos que reivindicavam

político em larga escala (Cury, 1993). Visando firmar-se no poder, Vargas aceitou o apoio da Igreja. Paralelamente ao governo, formou-se uma comissão de católicos ilustres, cujo assistente religioso era Padre Leonel Franca, que passou a fazer reivindicações para a volta do Ensino Religioso obrigatório. No decreto N^o. 19.941 de 30/04/1931²⁶, o Governo Provisório oficializa o Ensino Religioso facultativo nos níveis de ensino: primário, secundário e normal:

“O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art.1^o – Fica facultativo, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal o Ensino da Religião.

Art.2^o – Da assistência às aulas de ensino religioso haverá dispensa para os alunos, cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art.3^o – Para que o Ensino Religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4^o – A organização dos programas de Ensino Religioso e a escolha de livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5^o – A inspeção e vigilância do Ensino Religioso pertencem ao Estado, no que respeita à disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art. 6^o – Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7^o - Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam aos alunos o cumprimento exato dos seus deveres religiosos.

Art. 8^o – A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

Art. 9^o – Não permitindo aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art.10^o – Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, a fim de da à consciência das famílias todas as garantias da autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art.11^o - O governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução

uma república verdadeiramente liberal – com eleições livres, governo constitucional, plenas liberdades civis - reuniram-se formando a Aliança Liberal que depôs Julio Prestes em outubro de 1930 e que levou Vargas ao poder em novembro de 1930, marcando o fim da 1^a. República (Fausto, 2002).

²⁶ Notar a semelhança deste decreto do início do século XX, com a mais recente legislação que dispõe acerca do Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro(Lei 3459/00) tratado mais adiante. (p. 39) A coincidência de questões como facultatividade do ensino, organização de conteúdos e credenciamento de professores pela autoridade religiosa competente se deve, possivelmente, à recorrência desta discussão.

quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar”.
(BRASIL, Atos do Poder Executivo:1932)

Este decreto do Governo Provisório,²⁷ suspende a política de neutralidade religiosa nas escolas públicas, abrindo caminho para que a Igreja Católica, até então em atitude de “*expectativa senão de desconfiança*” se insurgisse contra os seus opositores (Azevedo, 1943).

Segundo Romanelli (1998), o início dos anos 30 foi marcado pelo auge da luta ideológica no campo educacional através de um movimento composto por Educadores da ABE (Associação Brasileira de Educadores).²⁸ Este grupo possuía duas correntes: a dos *Renovadores* - que defendiam questões como gratuidade e obrigatoriedade do ensino público, laicidade, co-educação e a construção de um Plano Nacional de Educação – e a dos *Católicos* – em sua maioria composto por grupos que até então monopolizavam o ensino e buscavam reafirmar os princípios e valores de uma educação confessional sendo portanto, radicalmente contra as reivindicações dos Renovadores. Deste modo, a luta ideológica estava revestida não só de um caráter religioso, mas também povoado de aspectos políticos e econômicos, pois a ampliação da educação pública não só trazia o risco do esvaziamento das escolas privadas confessionais, mas também o risco da extensão da escolarização para todas as camadas, ameaçando os privilégios conquistados pelas elites.

Em 1932 foi lançado pelo grupo dos *Renovadores* o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, no qual as suas reivindicações foram oficializadas. Romanelli (op. cit.) pontua que o manifesto representava a tomada de consciência por parte dos Renovadores da educação como problema eminentemente social. Contudo, lembra que este movimento não questionava a ordem sócio-política, apenas propunha adequar o sistema educacional a esta. A sua luta era contra a escola tradicional, não contra o Estado burguês, daí as tentativas de acomodação entre estas correntes nas legislações posteriores.

Em 1934, a Liga Eleitoral Católica (LEC) montou a estratégia de enviar o maior número possível de representantes à Constituinte de 1934, que levariam consigo um memorial, a fim de lembrar aos constituintes o que pleiteava a Igreja. Com isto, na Constituição de 1934,

²⁷ Baía Horta (*in* Fávero), aponta para a grande influência do então Ministro da Educação Francisco Campos, defensor do Ensino Católico como instrumento político e ideológico de Estado, na publicação do Decreto 19.941/31 e da inclusão de seu teor na Constituição de 1934.

²⁸ A ABE foi fundada em 1924.

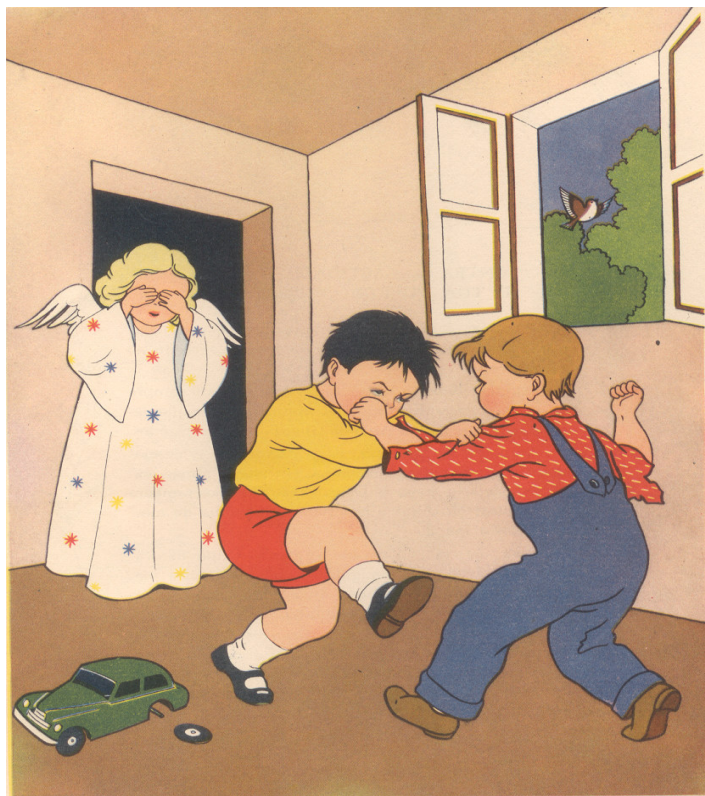
desapareceu o Ensino Religioso “fora do horário normal”. Desta maneira, o Ensino Religioso ficou sendo disciplina curricular obrigatória e de matrícula facultativa. As conquistas da Igreja no entanto durariam pouco. Com o Estado Novo, em 1937, o regime passa a ser ditatorial e o país tem uma nova constituição outorgada. A carta de 1937 recua, no que se refere ao Ensino Religioso, declarando que este “poderá” ser ministrado nas escolas, ficando de lado a obrigatoriedade da oferta. Assim, tal ensino deixa de ser obrigatório tanto na oferta, quanto na frequência.

Os dispositivos legais, posteriores à Constituição do Estado Novo, corroboram a “possibilidade” de oferta do Ensino Religioso. Exemplo claro disto são as Leis Orgânicas do Ensino que deliberam acerca do ensino secundário e do ensino técnico. No conjunto das Leis Orgânicas, fica claro o caráter indicativo mas não impositivo do Ensino-Religioso.

Com a redemocratização do país, em 1945, o Ensino Religioso perde seu caráter de “possibilidade” para voltar a ter o status de “obrigatoriedade” de oferta. Segundo Cury (1993), isto se deu em função do texto da Constituição de 1934 servir como anteprojeto da constituinte de 1946 e neste sentido, o que se referia ao Ensino Religioso foi observado tal qual estava lá, ou seja, o Ensino Religioso se constituía como disciplina de oferta obrigatória, mas de matrícula facultativa, ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno.

O projeto da Lei de Diretrizes e Bases, encaminhada ao Congresso em 1946 pelo então Ministro Clemente Mariani, repetia os mesmos termos da Constituição Federal no tocante ao Ensino Religioso. A LDB (4024/61) aprovada, treze anos depois da proposição do projeto, contemplou o Ensino Religioso como disciplina normal dentro do currículo comum, de matrícula facultativa e **sem ônus** para o Estado. Dispôs ainda que o registro dos professores que ministrariam a disciplina seria realizado perante a respectiva autoridade religiosa.

A LUTA FERVOROSA



**Gravura Retirada do livro “Os Dez Mandamentos” (Edições Paulinas)²⁹
Literatura utilizada nas escolas confessionais nas décadas de 50 e 60.**

Cabe lembrar que Carlos Lacerda (UDN), ferrenho combatente do comunismo e do populismo, teve papel central na aprovação da 4024/61, e segundo seus argumentos, uma das principais razões para a morosidade da aprovação da lei, tinha como razão justamente a obrigatoriedade do “Ensino Religioso”. Vejamos suas argumentações:

“Constou-me que alguns estudantes deitaram manifesto contra o nosso projeto de lei de diretrizes e bases da educação e a favor do substitutivo do Governo. Qual deles? Convém recordar os fatos. Façamos a cronologia do projeto.

1946 – Ministro da UDN no governo Dutra, o Sr. Clemente Mariani envia ao presidente, que o remete ao Congresso, um projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação.

²⁹ Não consta data de publicação no exemplar.

1946-1954 (8 anos) – Marchas e contramarchas, discussões acadêmicas, citações pedantes, depoimentos, entrevistas – e nada mais.

1955 – Chegando à Câmara, procuro o projeto para tocá-lo por diante. Depois de muita procura, sou informado de que o autógrafo do projeto... sumiu. O presidente da Câmara, deputado Carlos Luz, aconselha-me o melhor caminho: fazer recopiar o projeto, do "Diário do Congresso" e apresentá-lo com a minha assinatura, para impedir que ele seja sepultado e, assim, ressuscitá-lo. E' o que faço.

1955-1957 – Não se consegue fazer caminhar o projeto, apesar dos esforços do deputado Coelho de Sousa, presidente da Comissão de Educação, e poucos mais. A soma de interesses criados, o empenho político e financeiro, **a guerra entre ateus e religiosos, a luta entre igrejas diferentes, só encontra trégua quando sepulta o projeto. E por isso, a Comissão de Educação, onde prossegue uma guerra surda entre protestantes e católicos, aqueles apoiando o ateísmo da escola, preferindo deformar o ensino a dar iguais oportunidades a todos, por entenderem que com iguais oportunidades, os colégios católicos levarão mais vantagem.** E acima de tudo, o interesse eleitoralista e orçamentário dos politiquieiros, coincidente com o interesse de aventureiros como o chefe do gabinete do ministro da Educação, que se elege deputado à custa da verba destinada às bolsas escolares. (...)

Estão contra o nosso projeto, os que não querem que as escolas de formação religiosa, especialmente católicas, participem sem discriminações, do esforço – que deve ser geral e indiscriminado – pela educação dos brasileiros.

Estão contra o nosso projeto os comunistas, que preferem uma educação tumultuada – o tipo de escola em que os alunos e os mestres têm de fazer greve, pela proletarização do professor pelo envolvimento do aluno em tudo – menos no estudo. (...)

Esperava que fosse mais fácil ganhar essa batalha. Se ela é difícil, trataremos de ganhá-la assim mesmo. Quem não quiser ser pisado, saia da frente. Pois, chega de brincar com o destino da juventude do Brasil. Chega de fingir de educador e emprestar seu nome a tudo quanto é macaqueação e malandragem no sistema corrompido e gasto de falso ensino que se ministra oficialmente no Brasil, na exploração do trabalho do professor, no desdém pelas vocações, no desprezo pela inteligência da criança, na adulteração do sentido do ensino e na perversão do processo educativo.

Quem quiser, junte-se à nossa batalha. Não há causa mais justa, não há luta mais santa.”

(Grifos meus, L C. LACERDA: 1959)

Como expõe Lacerda, após fervorosa luta, o Ensino Religioso é restabelecido. Porém, depois do golpe de estado de 1964, os governos militares redefinem processualmente essas disposições. No âmbito educacional, Romanelli (1999) destaca que nos governos militares, o sistema educacional foi marcado por dois momentos: um primeiro onde se constata o crescimento da demanda social pela educação e em que o MEC firma convênio com a Agency for International Development (criando os “Acordos MEC USAID”) a fim de obter assistência técnica e financeira desta segunda. O segundo momento é o de implementação de medidas práticas que visavam adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento de então. Nesta época, foram criadas leis como a 5.540/68 , sobre a Reforma Universitária e a 5.692/71, que dispunha sobre o ensino de 1º. e 2º. graus, conhecida como *Lei de Profissionalização do Ensino*. A 5.692/71, explicita o caráter obrigatório da oferta do Ensino Religioso nos currículos oficiais, mantida a matrícula facultativa, mas **com ônus** para o Estado. Caberia à autoridade eclesiástica competência para nomear, registrar, acompanhar e treinar os professores de Ensino Religioso.

O que se pode perceber, segundo Cury (1993), é que se no âmbito do desenvolvimento econômico, social e político parece haver um processo de dessolidarização entre Igreja e Estado, especialmente porque a Igreja sob liderança de João XXIII fazia um pacto com a Justiça Social, no âmbito do Ensino Religioso escolar que caminhava ao lado da Educação Moral e Cívica³⁰, este processo parece ter tomado outros caminhos. Assim sendo, o Ensino Religioso volta ao aparelho educacional de onde havia saído desde o período imperial. Isto se mantém até o momento em que os direitos políticos são recuperados e, com o fim do governo militar, novos debates se travam em torno deste tema.

Com a abertura política e na Constituição de 1988, o Ensino Religioso sofre uma alteração, pois perde sua obrigatoriedade no Ensino Médio. Em seu artigo 210 estabelece o seguinte:

“ § 1º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.”

³⁰ Baía Horta (*in* Fávero) pontua que desde o período jesuítico o Ensino Religioso está atrelado ao ensino de uma moral e coloca a seguinte questão que povoa as discussões sobre a laicidade: “*pode-se desvincular o ensino da moral do ensino da religião, ou melhor, pode-se ensinar uma moral que não seja fundada na religião?*” (p.145)

Em Dezembro de 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o artigo 33, referente ao Ensino Religioso, estabeleceu a seguinte redação:

“Art. 33º. –O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I- confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II- interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.”

A partir da Lei 9475/97, publicada no Diário Oficial da União de 23/07/97, passou a valer a nova redação desta matéria:

“Art.33º. –O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º. Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º. Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.”

No Estado do Rio de Janeiro, o então Governador Anthony Garotinho sancionou, em 2000, o projeto de Lei (Lei 3459/00) apresentado pelo ex-Deputado Carlos Dias, que dispunha acerca do Ensino Religioso Confessional no Estado:

“Art. 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas, na Educação Básica, sendo disponível na forma confessional de acordo com as preferências manifestadas pelos responsáveis ou pelos próprios

alunos a partir de 16 anos, inclusive, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Rio de Janeiro, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo único – No ato da matrícula, os pais, ou responsáveis pelos alunos deverão expressar, se desejarem, que seus filhos ou tutelados freqüentem as aulas de Ensino Religioso.

Art. 2º - Só poderão ministrar aulas de Ensino Religioso nas escolas oficiais, professores que atendam às seguintes condições:

*I – Que tenham registro no MEC, e de preferência que pertençam aos quadros do Magistério Público Estadual;
II – tenham sido credenciados pela autoridade religiosa competente, que deverá exigir do professor, formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida.*

Art. 3º - Fica estabelecido que o conteúdo do Ensino Religioso é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente.

Art. 4º - A carga horária mínima da disciplina de Ensino Religioso será estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação, dentro das 800 (oitocentas) horas-aulas anuais.

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir concurso público específico para a disciplina de Ensino Religioso para suprir a carência de professores de Ensino Religioso para a regência de turmas na educação básica, especial, profissional e na reeducação, nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação, de Ciência e Tecnologia e de Justiça, e demais órgãos a critério do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo Único – A remuneração dos professores concursados obedecerá aos mesmos padrões remuneratórios de pessoal do quadro permanente do Magistério Público Estadual.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2000.”

Embora não conste no texto da Lei, o Deputado Carlos Dias (PP), em entrevista após a aprovação da lei, posicionou-se desta maneira ao comentar quais eram os segmentos contemplados pelo rótulo confessionais:

“Como as entidades religiosas habilitarão os seus professores para ministraraulas?”

Foram credenciados três credos: Católicos, Judeus e Evangélicos. Os representantes desses credos deverão manifestar o desejo de oferecer as aulas, apresentar os professores e o material didático sobre a sua doutrina à Secretaria Estadual de Educação. No caso dos evangélicos, que têm várias denominações, caberá à Secretaria decidir sobre a habilitação, obedecendo aos critérios de formação dos professores, conteúdo doutrinal e material didático. As religiões tradicionais como o Judaísmo e o Catolicismo terão maior facilidade, uma vez que já possuem essa estrutura montada há anos. (...) Teremos professores com liberdade de ensinar aquilo em que acreditam.” (Grifos Meus, LC)³¹

Este comentário do autor da lei, me faz refletir no mesmo sentido em que Barros (2001) quando este afirma que as religiões de matriz africana, as “*comunidades terreiro, denominadas candomblé, e que se constituíram como locus privilegiado da manutenção de uma identidade afro-brasileira, contribuindo significativamente para a preservação da memória africana no Brasil*” vêm sendo esquecidas pela escola (p. 91). Através da entrevista, parcialmente transcrita acima, concedida pelo autor do projeto de lei, convertendo-se mais tarde na Lei 3459/00, percebemos o caráter autoritário e etnocêntrico de tal iniciativa, uma vez que as religiões africanas não são sequer citadas.

Chauí (2001) questiona a pertinência das distinções tradicionalmente feitas por alguns cientistas sociais, que costumam distinguir a umbanda e a macumba das demais seitas populares e do catolicismo devocional. Segundo estes, as primeiras seriam consideradas *religiões da transgressão* – que realizam “trabalhos” encomendados - e as segundas, as *religiões da ordem* – que buscam alcançar “graças”. Embora Chauí não avance nesta instigante discussão, creio que tal distinção já se encontra de tal modo preconceituosamente instalada no imaginário popular não praticante dos rituais afro-brasileiros, que poucos parecem problematizar, a exemplo de Barros, (2001) a importância do destaque desta expressão religiosa como legítima manifestação da cultura brasileira, ao lado das demais.

“A memória de Xangô, inscrita, tanto no nível espacial como no dos cantos e mitos, que norteiam a vida do povo-de-santo, exerce uma função essencial, ‘sendo capaz de

³¹ Trecho de entrevista publicada no Jornal Católico *Caminhar* em Outubro de 2000 e reproduzida no site do então deputado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro: www.alerj.rj.gov.br.

dar forma e conteúdo a esta grande abstração que é a identidade, seja ela de um povo, de um grupo ou de uma nação. E muito poucos se oporiam à idéia de que o acesso dos indivíduos à memória é um fator fundamental para a transmissão da cultura e, portanto, para a permanente refundação de uma sociedade”.(Barros, 2001:p.110)

“Eu não acredito na religião deles, eu acho que isto é uma ilusão”: A visão de um Deputado Estadual Católico sobre o Ensino Religioso no Rio de Janeiro

Após tomar conhecimento da existência da legislação específica sobre Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro³², julguei pertinente buscar uma entrevista com o autor do projeto de lei com o intuito de compreender porque os seus pontos de vista excluem a possibilidade de participação de alguns credos como religiões credenciadas para lecionar o Ensino Religioso no Estado. Algumas tentativas de marcação de audiência com o Deputado Carlos Dias através de e-mail foram realizadas. A secretária do Deputado fez contato e a audiência foi marcada para o dia 19/12/2002 no seu gabinete na ALERJ³³.

No dia marcado compareci ao compromisso e após mais de uma hora de espera, fui informada que o Deputado não me receberia. Fui embora meio frustrada e meio intrigada com o que havia observado no gabinete. Aquele ambiente mais me lembrava uma casa de artigos religiosos católicos, tamanha a quantidade de quadros da Virgem Maria, Jesus e da Sagrada Família que adornavam paredes e móveis. Ao fundo, de modo discreto, tocava um CD de música religiosa. Os funcionários tratavam-se de “irmãos”. O funcionário que gentilmente me atendeu, chamava-se Henoc³⁴ e durante todo o tempo atendia telefonemas de paroquianos da arquidiocese que pediam certificados referentes a um evento religioso.

Dias depois, recebi outro telefonema marcando a entrevista para o dia 08/01/2003. Reencontrei alguns funcionários que conheci na minha primeira visita. Desta vez não havia música ao fundo. Após pouco tempo de espera, fui convidada a entrar para a entrevista. A decoração do gabinete condizia com a da ante sala. Sobre a mesa crucifixo, Bíblia, catecismo da Igreja Católica. A parede estava repleta de certificados de participação em eventos religiosos católicos.

O Deputado mostrou-se muito simpático, perguntou-me a finalidade da entrevista e após explicação, permitiu que esta fosse gravada.³⁵

(Trecho de meu diário de campo)

³² A Lei foi citada anteriormente.

³³ Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

³⁴ Nome de personagem bíblico. (Gn, 5-18)

³⁵ O texto da entrevista na íntegra, se encontra no Anexo III.

Lendo e relendo a transcrição da entrevista, algumas questões me foram suscitadas no sentido de desencadear uma reflexão acerca da temática Ensino Religioso.

Logo no início da entrevista, o Deputado Carlos Dias chama atenção para o fato de que a lei de sua autoria não foi feita exclusivamente para os católicos, mas para “*todas as religiões*”:

“... a minha lei, ela é ampla, ela não foi feita exclusivamente para os Católicos, ela foi feita para todas as religiões, por isto que antes de se matricular, você pergunta aos pais ou responsáveis ou àqueles maiores de dezesseis anos qual é a confissão dele, no caso a religião que ele segue e que ele queria ter a disciplina e o Estado é obrigado a dar caso este credo esteja registrado, credenciado e aí cabe às religiões terem doutrina própria, terem o cumprimento de diversas normas estabelecidas pelo poder público, pelo Estado, então, as que estão credenciadas são: os Católicos, os Protestantes e os Judeus, então não tem nenhuma inconstitucionalidade, não teve nenhum intuito de impor ao Estado o pagamento de algum ônus de alguma coisa, não é o caso que a Constituição defende, então sinceramente não vejo nenhum problema do ponto de vista constitucional da lei.”

No entanto, ao longo da explicação, o deputado nega parcialmente sua afirmação anterior, ao explicitar a restrição feita pela lei que foi criada para todas as religiões, porém todas as “*credenciadas*”. Mais adiante, pergunto por qual razão os protestantes credenciados são apenas os históricos, uma vez que os pentecostais e neopentecostais são os que mais crescem no Brasil. Ele justifica esta opção através de a uma calculada “barreira da lei”:

*“...uma barreira que a lei coloca justamente para evitar este assédio de religiões e seitas, mas as seitas no caso, **que não têm preparo nenhum**, não têm teologia, não têm doutrina e essa formação teológica e doutrina, nós proibimos que os professores não sejam de nível superior, então quer dizer, os professores têm que ter nível superior e têm que ter curso de formação específico reconhecido pela entidade religiosa a qual ele pertence. Então são barreiras que não vão permitir que qualquer seita que está evoluindo por exemplo na política, ela possa ter um espaço, porque ela se julga com este tipo de direito.” (Grifo meu, LC)*

Interessante perceber a clivagem que Dias tenta estabelecer ao defender que apenas professores de nível superior possam lecionar religião, com isso ele deixa clara sua intenção: embarreirar o acesso de seitas e práticas religiosas não possuidoras de doutrina ao Ensino

Religioso. Professores portadores de nível médio e especialistas religiosos (sem graduação) são eliminados pela ausência de capital escolar. Desta maneira, os empecilhos para ter acesso à vaga começam a ser maximizados, já que mecanismos de exclusão servem como medida de fronteira para o estabelecimento de saberes considerados legítimos ou ilegítimos.

Além dos pentecostais e neopentecostais, ficam de fora também as religiões de matriz africana. Neste sentido perguntei:

Luciana - “Sendo o Brasil, um país formado por afro-descendentes, não seria pertinente abrir este leque de opções para as religiões de origem africanas (candomblé, umbanda, etc.) contribuindo para a preservação da memória africana no Brasil, bem como para o espiritismo?”

DEPUTADO- *Eu não vejo nenhuma barreira para que estes credos se afirmassem como credo, porque de fato o que acontece, não existe... Existem alguns lógico, mas normalmente há muito sincretismo, a parte cultural nossa é muito sincretismo religioso, então pouca gente se coloca como sua primeira religião por exemplo macumbeiro, umbanda, como você citou aí... candomblé. Ele é por exemplo, católico, mas frequenta um centro espírita, enfim, não é nem católico e nem espírita, já é uma confusão. Então eu acho que estas religiões enfim, estas manifestações religiosas, elas devem tentar se credenciar no Estado, é o Poder Executivo que estabelece este credenciamento e os critérios, então desde que eles tenham seu credenciamento e se isto for livre, eles vão ter o seu professor.*

Então sua posição pessoal é favorável a isto, desde que eles tenham o credenciamento?

DEPUTADO- *Não eu não sou favorável porque eu não acredito na religião deles, eu acho que isto é uma ilusão, entendeu? Isso aí é uma questão aí do Estado em se estabelecer, agora eles são livres para terem acesso a esse e fazerem a pressão para que tenham, eu acho que é direito que eles podem se julgar ter, mas por exemplo seria uma... Se você perguntar para mim se eu acho correto eu digo não é, senão eu seria espírita e no caso eu sou católico, então não quer dizer que eu entenda que isto seja a verdade...*

Luciana - Não, mas você é católico mas é favorável aos protestantes por exemplo...

DEPUTADO- *Sim, mas o que eu estou dizendo à você é o seguinte, eles têm o direito de se inscrever e provar que têm esta condição doutrinária para que o credo seja reconhecido pelo Estado, isto não tem nenhum problema, agora o que eu estou dizendo à você é que não sou parceiro desta identidade cultural, não sou. Mas eu concordo que se deva ter sua expressão religiosa. Se é uma religião deve ter direito daquele que professa ela propriamente ter o direito de ter o professor na escola e ser orientado. Não é o Estado que deve definir qual é a religião da pessoa, o que pode ou*

o que não pode nesta escola, são as famílias que definem isto. Quem educa na fé são os pais. Então, se por exemplo, os pais preservam isto culturalmente que seja, o espiritismo ou outra que for e isto tem um credenciamento do Estado, o filho dele tem o direito de ser educado nesta manifestação religiosa, isso é democrático, não tem problema nenhum.”

Embora o Deputado afirme que todas são livres para lutarem por credenciamento, para obtê-lo precisam ter “teologia, doutrina”. Quem decide o que é teologia? Doutrina? Quem estabelece a distinção entre o que é religião ou seita? Em que dados se baseia para afirmar que poucos se identificam como umbandistas, candomblecistas, espíritas? Diante de uma situação de “sincretismo”, qual lógica define a identidade religiosa? Como se articula crença religiosa e poder?

Tomando para análise o documentário “*Santo Forte*”³⁶, percebemos o enraizamento do sincretismo religioso brasileiro e ao mesmo tempo, a existência de um grande pudor em assumir crenças e práticas religiosas ligadas à umbanda ou candomblé, embora muitos sejam adeptos destas. Vale ressaltar que é impossível tratar desta questão sem perceber a existência de um “pudor”, sem compreender que esta discussão se pauta e está atrelada sobretudo, à questão do “poder”. Conforme nos ensina Bourdieu (1974) o campo religioso é palco de disputas de poder em torno do monopólio dos bens de salvação. A partir deste entendimento, é mais fácil entender a razão pela qual algumas identidades são reveladas ou silenciadas. Portanto, a discussão sobre identidade religiosa é complexa e circunstanciada.

A fala do Deputado deixa transparecer, que o mesmo posicionamento sectário e etnocêntrico de alguns representantes protestantes, por exemplo do famoso episódio do chute à imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo Bispo Von Helder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em 1999 em um programa de TV da Rede Record,³⁷ pode ser encontrado em um representante católico ao julgar a legitimidade e até a realidade ou “ilusão” das crenças religiosas. Embora afirme que “*não é o Estado que deve definir qual é a religião da pessoa, o que pode ou o que não pode na escola [pois] são as famílias que definem isto*”, apresenta atitudes excludentes ao se mostrar favorável ao credenciamento de apenas três segmentos:

³⁶ Este documentário de Eduardo Coutinho, foi o vencedor do Festival de Cinema de Brasília de 1999.

³⁷ A este respeito vide *O “Chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil*, de Emerson Giumbelli In BIRMAN, Patrícia (Org.). RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO. SP: Attar Editorial, 2003.

católicos, protestantes e judeus e a distinção entre professores, aceitando somente os de nível superior para o Ensino Religioso.

Outro ponto que merece ser destacado é o do trânsito no pertencimento religioso. Como pontua Machado (1996), há um grande trânsito de fiéis entre as religiões históricas, pentecostais, neopentecostais e carismática católica. Neste sentido, o professor pode, por ocasião da aprovação em concurso e de seu credenciamento junto à Secretaria Estadual de Educação, pertencer a uma denominação compatível com o que é regulamentado (Católicos, Protestantes Históricos e Judeus) e em outro momento passar a freqüentar e a professar princípios de outra não credenciada. Por esse viés, o Ensino Religioso se distingue de outros dispositivos disciplinares.

Sobre a comparação entre o Ensino Religioso e as demais disciplinas vale a pena destacar o trecho no qual o entrevistado afirma que *“o professor que dá matemática, ele dá geografia, ele dá história, ele não altera conforme a sua vontade (...) agora a religião não, a religião... a pessoa tem uma interpretação própria e recebe uma doutrina que ela tem que ser porta-voz fiel e que ela não pode negar em certos momentos”*. Nesta afirmação, entendo que o deputado distingue dois tipos de ensino: um neutro e outro imerso nas paixões. Será que em algum momento poderíamos ser sujeitos totalmente neutros, meros relatores dos conhecimentos acumulados através dos tempos? Esta missão, do *“dever elementar do controle científico de si mesmo”*, citada por Michel Löwy (1991) ao discorrer sobre o positivismo me parece inviável. Convém lembrar que no debate contemporâneo da antropologia, Geertz (2002) chama atenção para a idéia, no campo das ciências sociais, da *interpretação sobre as interpretações*, o que se opõe ao entendimento do fenômeno social como coisa. Deste modo, qualquer ensino disciplinar, em princípio é tocado por uma interpretação.

No tocante à questão da política em sua relação com o pertencimento religioso, o deputado afirma:

“Acontece o seguinte. Eu sou contra esta questão de você usar a religião como meio de promoção política. Mas acontece o seguinte, você não pode deixar de manifestar a sua crença o seu credo. Porque a política não é uma coisa sectária. Muitos imaginam que a questão partidária ela separa muito as coisas, e de fato é assim no presente. Mas as religiões de fato, as visões religiosas, elas são muito mais de unidade do que de separação, então quando você coloca a religião no sentido de que você é servidor daquele povo, que você vai optar por aquilo que é de valor, pelos princípios que a religião tem, então por exemplo, são questões que a gente vê muito na política, por

exemplo, corrupção. Então o que é que freia a corrupção? É simplesmente a polícia, o judiciário? Não. O que freia de fato é uma perspectiva moral e uma formação moral que a pessoa tem? Então, a religião dá este ganho, sem dúvida nenhuma. A pessoa sabe literalmente que existe o pecado, a condenação, que a pessoa é um ser fraco. A pessoa é um ser fraco, mas que tem a força de Deus para se defrontar com todos estes problemas que são nossos na nossa realidade. Então a religião ela não deve ser trampolim político, mas os valores religiosos são usados permanentemente pela sociedade civil. (...) quer dizer que por trás você tem uma formação que os seus princípios são aqueles que são até superiores até dos que os que o seu partido pode te recomendar. Por exemplo, uma luta contra o aborto, como você pode admitir que o Estado assassine pessoas? Como você pode admitir que o Estado case pessoas do mesmo sexo? Uma destruição forte da família... Como é que o Estado pode admitir por exemplo o uso de drogas sob qualquer hipótese, se a pessoa não foi feita para isto, para se drogar.”

O fato de atrelar diretamente religião aos princípios morais, tornando esta associação como ferramenta eficaz contra a corrupção, contra os comportamentos desviantes é no mínimo questionável. Seria o pertencimento religioso uma espécie de antídoto contra a corrupção? Por qual razão então, tantos políticos e líderes religiosos defrontam-se vez por outra com atos ilícitos?

Carlos Dias deixa claro seu descontentamento com o crescimento da participação dos protestantes na política, fazendo uma alusão em especial à IURD:

*“... existe muita manipulação religiosa. Existe muita religião, eu diria seita, que tá atrás do poder e do dinheiro que o Estado tem, então, de fato eu vejo isto com muito perigo. Nós vemos aí, um monte de representantes de seitas, aqui na Assembléia Legislativa, na Câmara Municipal do Rio, na Câmara Federal... Elegemos até um aqui recentemente, Senador da República³⁸, então eu acho que isto é um perigo. Mas das religiões tradicionais não, porque as pessoas sempre foram católicas, sempre foram evangélicas, **isto nunca destruiu nada**. O perigo de fato é a utilização equivocada da religião, como se ela fosse um bem apropriado, privatizável pelo homem, tanto pelo Estado como pelos partidos, então isto que é de fato o perigo.”*
(Grifo meu, LC)

O que está sendo destruído? A hegemonia católica? A mudança no campo religioso vem sendo entendida por Dias como destruição? A marcante presença de uma bancada

³⁸ Alusão à eleição para o Senado do Pastor Marcelo Crivella (PL), da IURD.

evangélica nos níveis municipal, estadual e federal parece ameaçador? Por que? Não me parece que é só isto que está em jogo. Embora Dias não indique isto, me parece claro que para além do que ocorre nas distintas esferas religiosas e políticas deste país, há um campo internacional onde há um crescimento de diferentes sistemas de crenças, incluindo debates amplos sobre projetos de poder e muitas vezes, sobre idéias concorrentes.

Interessante notar, como Carlos Dias faz questão de pontuar que alguns representantes protestantes pertencem a “seitas”. Troeltsch (1987) ao trabalhar a distinção entre igrejas e seitas mostra que a instituição Igreja é uma organização tradicionalmente conservadora, já as seitas seriam originariamente grupos que se desligam de igrejas oficiais e se constituem em pequenos grupos, normalmente vistos como marginais, inferiores ou desviantes pelo cristianismo eclesial. Troeltsch (op. cit.) acrescenta ainda que as seitas são contrárias à ordem eclesial e rejeitam os sacramentos ou permitem que alguns destes sejam administrados por leigos, que neste caso têm campo de ação mais amplo que na Igreja. A partir desta distinção entre Igreja e seita, retomo o discurso de Carlos Dias a fim de pontuar sua lógica preconceituosa e hierarquizadora, pautada nas disputas do campo religioso, que se expressa na defesa de determinadas religiões consideradas aptas a serem credenciadas, apontando para o perigo do aproveitamento político das seitas, ao passo que ignora o aproveitamento da Igreja Católica por exemplo no mesmo campo. Passa pela defesa de professores com grau de instrução superior – com maior capital cultural - para lecionar religião e defende que o eixo doutrinário é o adequado para domesticar/civilizar uma sociedade³⁹ que presencia/participa do crescimento de conflitos sociais:

“...é só você olhar aí pra fora, o tipo de sociedade que a gente tá vivendo, uma construção de violência, as famílias se dilacerando... A sociedade não está mais formada em valores e princípios e sim em interesses, então o ensino religioso aproxima a pessoa do que ela é de fato, então eu acredito, eu sou Católico, então que a gente é filho de Deus, nós temos uma missão, nós temos uma vocação própria, que Deus é nosso pai então Ele tem uma coisa vigorosa para nós e para o exercício da nossa vida, então o ensino religioso ele forma uma pessoa completa, uma pessoa de direitos, direitos objetivos e direitos transcendentais, então você passa a ter uma visão diferente de sua participação no mundo, da sua construção como pessoa, do seu cuidado com seu corpo, com a sua mente, com relação às outras pessoas, do que

³⁹ A formação moral muitas vezes aparece restrita ao eixo religioso e/ou familiar. Clarice Nunes (2003) mostra o papel da tarefa educativa na formação das virtudes.

simplesmente você educar de uma maneira materialista, daquele racionalismo absoluto de que os espertos é que sobrevivem, os que têm mais é que têm os direitos, então a religião nos dá, o cristianismo nos dá esta dimensão de irmãos, então, há um comprometimento maior entre as pessoas e isto é fundamental na educação de nossos jovens que hoje você vê, estão praticamente sem nenhum valor, você vê o índice de criminalidade, você vê as drogas, você vê as dissoluções familiares que estão causando, então a religião na verdade é um amálgama, ela amarra, ela dá consistência ao ser (...)”.

Transcorridos nove meses desde a entrevista com o ex-Deputado Carlos Dias, a Governadora Rosinha Garotinho autorizou o concurso público para professores de religião na rede estadual. O Diário Oficial de 16/10/2003⁴⁰ publicou o edital do concurso e alguns itens merecem ser comentados. O concurso previa quinhentas vagas para professor do Ensino Religioso, sendo este ensino de caráter confessional, dividido da seguinte forma: 342 vagas para professores do credo católico, 132 para professores do credo evangélico e 26 vagas para professores dos demais credos reconhecidos. Segundo o edital, esta divisão foi realizada com base em um levantamento estatístico realizado pela Comissão de Planejamento do Ensino Religioso Confessional.

No dia 03/11/2003, após ação proposta pelo Deputado Estadual Carlos Minc (PT), uma liminar foi concedida pelo desembargador José Pimentel Marques, do Órgão Especial do TJ (Tribunal de Justiça). Este ao suspender as inscrições, alertou para o risco do fundamentalismo, pois em sua opinião, o Ensino Religioso deveria ser ecumênico e não confessional. Contudo, a liminar foi contestada e o concurso público autorizado.⁴¹ Estima-se que o déficit de professores na rede estadual do Rio de Janeiro seja superior a vinte mil professores de várias disciplinas e por esta razão, claramente, o concurso público para Ensino Religioso não é prioridade diante de uma situação tão caótica.

Ao examinar o edital do concurso de 16/10/03⁴², outros pontos polêmicos merecem ser destacados. Nos requisitos para a seleção aparecem:

⁴⁰ Anexo IV.

⁴¹ A prova objetiva foi realizada 04/01/2004 e contou com um total de 3.154 candidatos inscritos, dos quais 2.990 compareceram ao exame.

⁴² Mantido na íntegra após derrubada a liminar de 03/11/03.

“2.2.5 Ser credenciado pela Autoridade Religiosa competente, que deverá exigir do candidato comprovante de formação religiosa obtida em instituição por ela mantida ou reconhecida, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei nº 3.459, de 14/09/2000.

2.2.6 Como corolário do dispositivo legal acima citado, fica reconhecido à Autoridade Religiosa o direito de cancelar, a qualquer tempo, o credenciamento concedido, quando o professor mudar de confissão religiosa ou apresentar motivos que o impeçam moralmente de exercê-la, do que dará imediata ciência à Coordenadoria Regional e à Coordenação de Educação Religiosa da Secretaria de Estado de Educação, sendo que, para permanecer nessa condição, o professor deverá apresentar novo credenciamento.”

Fica claro assim que, embora se trate de um concurso público, a autoridade religiosa correspondente, tem a qualquer tempo, o poder de descredenciar o professor concursado para o exercício de sua função. Isto se choca diretamente com o inciso VIII, do artigo 5º. da Constituição da República e com o parágrafo 1º. do artigo 22 da Constituição do Estado, onde se estabelece que ninguém pode ser privado de direitos por motivo de crença religiosa. Além disto, tais propostas afetam o princípio constitucional de separação entre o Estado laico e as Igrejas.

Ainda no que diz respeito aos requisitos, o edital prevê:

“2.2.7 No caso de o Professor de Ensino Religioso perder a fé e tornar-se agnóstico ou ateu, ou perder o seu credenciamento, serão aplicados os mesmos procedimentos administrativos previstos no Decreto - Lei nº 220, de 18/07/75, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, regulamentado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/79, bem assim, naquilo que couber, na Lei Estadual nº 1.614, de 24/01/90 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual, bem como na Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”

Deste modo, também será sujeito ao descredenciamento o candidato que “perder a fé”! Logo, fica claro que a partir de então, o Estado poderá arbitrar acerca de questão tão subjetiva e pessoal...

Chamou-me a atenção que um outro ponto polêmico, anunciado na entrevista com o Deputado Carlos Dias, não tenha aparecido no edital: a questão de apenas três religiões credenciadas. Contudo, a divisão de vagas, realizada segundo um estudo estatístico, ao qual não temos acesso, nem sequer traz uma indicação de como fazer para obtê-lo, deixa assim, algumas

lacunas. Seria mesmo condizente com a realidade dos estudantes destinar quase 70% das vagas ao credo católico, 26% aos protestantes, grupo em grande expansão e profundamente heterogêneo e apenas pouco mais de 5% aos demais credos (espíritas, umbandistas, candomblecistas, judeus, etc.)? Novamente cabe lembrar que, na lógica dominante de afirmação de escolha religiosa, os sistemas de crença com menos legitimidade não são assumidos publicamente, daí a possível explicação para apenas 5% dos alunos pertencerem aos “demais credos”. Neste sentido, um estudo estatístico não seria capaz de um mapeamento preciso.

“Não vamos mentir, mas para quê falar toda a verdade?”: A visão de um Deputado Federal Neopentecostal sobre Ensino Religioso no Rio de Janeiro

Disposta a discutir estas e outras questões, vinha negociando cuidadosamente uma entrevista com a Governadora Rosinha Garotinho, através de sua Assessora de Imprensa, a Sra. Tânia Lazzolli. Esta me pediu que eu lhe entregasse todas as perguntas que pretendia fazer à governadora e a partir de então, negou a audiência.

Desde janeiro de 2003, após entrevistar o então Deputado Estadual Carlos Dias, vinha buscando a oportunidade de entrevistar também o Deputado Federal e membro fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, o Bispo Rodrigues. Minha intenção era a de compreender como um representante da classe política da ala evangélica encarava o Ensino Religioso na rede pública. E-mails diários, com esta solicitação, foram mandados incansavelmente à sua assessoria durante este período.

“No dia 15/05/2003, recebi um telefonema marcando o encontro para o dia seguinte às 15horas na Rede Record do Rio de Janeiro, localizada no bairro de Benfca. Devido a outros compromissos já agendados no dia proposto para a realização da entrevista, tentei remarcá-la para outra ocasião, porém a assessora me respondeu que isto seria impossível, pois entre os inúmeros e-mails que recebe todos os dias, o próprio Bispo havia selecionado o meu para a audiência e que se eu não fosse no dia marcado, certamente não teria outra oportunidade de fazê-lo. Sem outra alternativa, confirmei o encontro em prejuízo de outros compromissos. No dia seguinte cheguei ao local marcado com uma hora de antecedência. Na entrada da Rede Record, fui conduzida para um anexo onde funciona a sede do Partido Liberal do Rio de Janeiro, do qual o Bispo Rodrigues é presidente Regional.

Após me anunciar, fui orientada a aguardar. Na ante-sala enquanto aguardava a hora de ser recebida, reparei uma grande foto do Bispo Rodrigues fazendo um pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados em Brasília com a Bíblia na mão. Em uma janela, um adesivo escrito “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”. Sobre a mesa onde ficavam duas secretárias, muitos exemplares do novo testamento onde estas colavam fotos autocolantes do Bispo Rodrigues. Junto a mim, nas cadeiras, muitos homens, quase todos se apresentavam como pastores e/ou políticos (vereadores e deputados) e aguardavam o Bispo. Ao se anunciarem falavam de quais igrejas eram provenientes e pude notar que havia uma multiplicidade de denominações religiosas, que não se restringiam à Igreja Universal.

A espera se estendeu por quase cinco horas! Às 15:30h fui convidada a subir para falar com a secretária particular do Bispo. Esta explicou que ele estava atrasado e que eu poderia remarcar o encontro ou aguardar, embora não pudesse precisar o horário que ele chegaria. Optei por aguardá-lo e ela conduziu-me à ante-sala novamente. Por ser um ambiente pequeno, as conversas eram ouvidas por todos e muitas delas me chamaram a atenção e por esta razão foram anotadas.

Durante algumas horas, um senhor visivelmente impaciente, cumprimentava várias pessoas e com algumas conversava durante sua espera. Alguns de seus interlocutores o chamavam de Vereador e outros de Pastor Oliveira. A um deles disse: “Eu sou vereador em Belford Roxo pelo PSL. Fui o vereador mais votado da história da Baixada!” Quando o pastor que conversava com ele perguntou se ele viria candidato a Deputado Estadual nas próximas eleições ele respondeu: “Isso é a Igreja que decide. Eles que determinam se continuo vereador ou não”. No decorrer da conversa, disse que o Senador Marcelo Crivella seria candidato à Prefeitura do Rio no próximo ano e que o Bispo Rodrigues será o seu vice e enfatiza: “Até católico votou no Crivella, ele é um fenômeno!” O outro pastor complementa: “Só temos pouco mais de vinte anos de existência, é impressionante o crescimento!”

(Trecho do meu diário de campo)

Este diálogo me fez lembrar das afirmações de Bonfati (2000) sobre o perfil do neopentecostalismo no Brasil que “tem como características, além do antiecumenismo, presença de líderes fortes, a catarse emocional, participação na política partidária”.(p.19) Cada vez mais, se atrela religião e política e os candidatos, utilizam-se de suas denominações como uma maneira de ganharem eleitores prosélitos. Neste sentido também Novaes (2001) afirmou em um artigo que em: “Segmentos pentecostais se fala abertamente na importância de eleger representantes para defender interesses dos evangélicos. Para suas candidaturas, há divisões de territórios que relacionam candidatos e templos.”(p.57)

“...O Vereador⁴³ prosseguiu seu diálogo, informando ao seu interlocutor que a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) conta hoje no Rio de Janeiro com 10 ou 11

⁴³ Citado no trecho anterior do meu diário de campo.

Deputados Estaduais e muitos vereadores. Ainda com relação ao Senador e Bispo Marcelo Crivella arremata: “Não há ninguém hoje que tenha condição de concorrer com ele à Prefeitura...Você viu só, quando foram para a televisão falar mal dele, foi ótimo, a partir daí então, ele só cresceu!”

Ao meu lado na sala, pai e filho conversavam sobre a polêmica em torno da ordenação de mulheres nas igrejas protestantes pentecostais. Ambos se diziam contrários à ordenação. Por me verem atenta ao diálogo perguntaram minha opinião. Após dizer que não via problemas, pois se a mulher já ocupa vários postos antes só ocupados por homens na sociedade, este seria naturalmente mais um. Com a abertura que me deram, pedi para gravar a opinião que um deles havia falado há pouco, antes de me incluírem no diálogo. Embora não tivessem concordado com minha opinião, ao saber que seu depoimento era para um trabalho de pesquisa que talvez pudesse vir a ser publicado, este deu seu testemunho com entusiasmo:

“A minha visão, apesar de que eu vivo no evangelho há três anos, mas eu vejo muito assim as coisas nas igrejas sobre as mulheres serem pastoras: Está havendo este debate ultimamente nas nossas igrejas e no meu modo de ver, o que eu vejo na minha denominação e nas outras também, é que a mulher tá ocupando os espaços dela, mas eu vejo nas igrejas, falta de humildade das mulheres que tão querendo já, não ser submissa aos pastores, até mesmo porque sem sabedoria para administrar. Eu vejo assim, certas irmãs, varoas em departamentos que às vezes o pastor dá esta autorização para elas e elas já mudam completamente. Às vezes até no pastor querem mandar e não é por aí. Nós temos que ser humildes e esta parte da área feminina, a mulher já é completamente diferente por isso que na minha opinião, as mulheres não devem ser pastoras por isto.”

(Marcos, filho de pastor, Assembléia de Deus de Lins de Vasconcellos)

Uma vez estabelecida uma empatia entre nós, apesar dos posicionamentos contrários, fui perguntada sobre qual era minha religião. Disse que no momento não professava nenhuma religião, apesar de ter sido católica por muito tempo. Pai e filho então, me incentivaram a buscar uma igreja e a ler a Bíblia. Enquanto faziam algumas citações bíblicas, fomos interrompidos pela secretária que retirou a todos da ante sala e pediu que passássemos para uma sala contígua e aguardássemos. O rapaz, que tinha dado o depoimento para a gravação, disse que já havia trabalhado naquele local e que aquele procedimento era rotina quando o Bispo chegava, pois ele não gostava de encontrar ninguém na ante sala, para não ser interpelado antes do momento da audiência.

Quase uma hora depois, fomos convidados a subir, os três juntos, à sala do Bispo. Na verdade, tratava-se de um imenso salão, muito suntuoso, no qual a mesa do Bispo ficava ao fundo, uma grande mesa de reuniões no meio e vários sofás, no fim. Na sala já havia cerca de dez pessoas aguardando, entre elas o Deputado Federal e Pastor Almir Moura do PL. Devido a grande dimensão daquele salão, podíamos visualizar o Bispo, mas não escutar sua conversa. Embora tivéssemos chegado por último, fui a primeira pessoa a ser recebida. A secretária me perguntou como eu gostaria de ser apresentada a ele e me conduziu até sua mesa.

(Trecho de meu diário de campo)

O entrevistado não deu à secretária tempo de me apresentar e me perguntou: *“Então, quem é a senhora e o que deseja?”*

Disse-lhe que era mestranda da UFF, pesquisadora do assunto “Cultura Popular e Religiosidade” e que gostaria de entrevistá-lo para minha dissertação. O Bispo então fez menção de levantar-se e me disse *“Ah! Minha filha, sou um homem muito ocupado, não tenho tempo para estas coisas”*. Fiquei surpresa com aquela atitude, até porque ela não condizia com o relato da secretária ao telefone de que ele havia selecionado pessoalmente meu e-mail. Não levantei. Argumentei que havia passado por 5 horas de espera e que seria breve. Ele então pediu que eu iniciasse e permitiu o uso do gravador.⁴⁴

Minha primeira questão tinha como objetivo conhecer a posição do Bispo sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas. Ele respondeu em tom enfático:

“Não, não sou a favor. Eu não sou a favor porque a religião dominante certamente, ela sempre foi proselitista, e vai fazer do Ensino Religioso mais uma forma de orientar essa área que eu acho que é tão importante para a área espiritual do cidadão, segundo seus interesses. Eu acho que o lugar da criança aprender religião é dentro das instituições religiosas ou em casa com o pai e com a mãe.”

O Bispo deixa claro sua percepção da histórica hierarquização dos sistemas de crença e não parece acreditar num Ensino Religioso que não seja proselitista. Diante disto, resolvi confrontar seu ponto de vista com o do Deputado Carlos Dias:

Luciana – *“Eu fiz uma entrevista com ele perguntando porque só os protestantes históricos poderiam lecionar. Ele falou, fazendo referência clara à Universal, que é uma seita que quer só tirar proveitos políticos. Vocês não tem interesse de tentar se credenciar junto ao Estado para poder participar do Ensino Religioso?”*

Bispo Rodrigues – *“Não, nós temos interesse sim. Temos interesse. Mas nós inclusive lutamos na época junto ao governo Fernando Henrique, quando o papa veio ao Brasil para que isto não fosse homologado, inclusive seguindo a linha de raciocínio de Darcy Ribeiro que quando vivo, Senador da república, colocou na lei que dizia: “Ensino Religioso, sem ônus para o Estado”.*

Luciana -*Exatamente, mas isto já foi modificado...*

Bispo Rodrigues – *“Sim, foi modificado. Mas foi modificado por quê? Na verdade as religiões dominantes querem ensinar religião com o dinheiro do Estado e a constituição diz o quê? O Estado é laico, então não deveria ter sido ensinado com o*

⁴⁴ A entrevista, na íntegra, se encontra no Anexo V.

dinheiro do Estado. Mas o Supremo, o Supremo não é laico. Então não adiantou ninguém ir ao Supremo e falar... Infelizmente nós entendemos que esta dessacralização do poder, ela pra se dar no Brasil, essa real separação do dinheiro do Estado para com a coisa religiosa com a religião dominante isso aí vai levar muitas décadas.”

Com relação a associação entre participação política e pertencimento religioso, se esquiva de minha pergunta sobre estratégias da IURD para direcionar o eleitorado, mas não nega que a maior parte de seus eleitores se situa nesta organização religiosa e deixa claro a intenção de que o grupo consiga a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro:

“Luciana – Um estudioso que fez um livro sobre a Universal e ele fala que a participação político partidária é uma marca da Universal e ele fala que existe inclusive, divisões de território, assim: ‘de tal igreja até tal igreja vota neste deputado’, ‘desta até a outra vota em outro’. Isto existe?”

Bispo Rodrigues – “Não, não, não, não... O problema é o seguinte: por exemplo, se você olhar a minha votação, eu não fui para o interior do Estado. Minha votação foi na capital. Porquê? Por que eu não sou burro. Pra quê que eu vou ficar indo lá pra Campos, Carapebus, se eu tenho aqui milhões de cidadãos que não sabem em quem votar, que não estão decididos? Então ao invés de eu perder tempo e ir lá pra Carapebus ou então pra Itaperuna, eu vou fazer campanha na Rocinha, no Méier, no calçadão. Eu vou fazer campanha onde eu estou, onde é minha área, então não perco tempo e a demonstração que isto dá certo é que eu fui o quarto deputado mais votado do Estado: 192.000 votos. Porquê? Por que eu ficava nos grandes centros e onde fosse mais rápido chegar.”

Luciana -Eu tenho ouvido rumores que o Marcelo Crivella viria como candidato a Prefeito e o senhor como vice, isto é real?

Bispo Rodrigues – “Não, eu como vice não! Eu jamais poderia perder meu mandato de Deputado Federal. Ele vai vim, se Deus quiser, tudo encaminha para ele vir candidato a prefeito”.”

Com relação as estratégias da Igreja Católica para a participação político-partidária, o Bispo contesta minha argumentação de que a Igreja Católica não se organizava no sentido de direcionar seus fiéis eleitoralmente de modo explícito, demonstrando como culturalmente se naturaliza a ligação entre catolicismo e política:

“Bispo Rodrigues – “(...) a Igreja Católica é organizada, mas ela se organiza de outra forma. Ela é o Estado brasileiro...”

Luciana -Ainda é?

Bispo Rodrigues – *“Claro que ainda é. Oh! No dia do trabalhador, onde é que o Lula foi?”*

Luciana -A Itaiç, conversar com os Bispos...

Bispo Rodrigues – *“E falou que todo ano ele ia prestar contas onde?”*

Luciana - “Lá.”

Bispo Rodrigues – *“É numa Igreja Católica. Se fosse um evangélico que fizesse isso, todo mundo ia criticar, então, isto viu-se de uma forma muito natural, para quem acha que natural é quando é o seu direito. Isso é tão natural e se viu de uma forma tão natural, que não houve uma crítica. Se ele fosse um evangélico, se fosse o Garotinho a fazer isso, iria ter milhões de críticas. Então as injustiças e os erros quando são perpetuados através dos séculos, eles se tornam naturais. Atitudes que se tornam naturais. Atitude natural, que um Presidente faça isso. Se fosse evangélico ninguém acharia natural.”*

Ao ser indagado sobre a possibilidade de participação das religiões de matriz africana no Ensino Religioso, o Bispo foi mais prudente em sua colocação que o ex-Deputado Carlos Dias: *“ Se for uma religião definida como religião reconhecida na forma da lei, como diz a constituição, eu acho que é correto que haja todo o Ensino Religioso, porque eles têm o direito, eu posso não concordar, mas é o que a lei diz.”*

Por fim, quando tento ter mais dados sobre a Igreja Universal perguntando por exemplo, quantos templos, qual o número aproximado de fiéis o Bispo foi bastante enfático:

“Bispo Rodrigues – *“Olha estes dados nós não damos. Por que quando falamos deles aí nós usamos uma máxima de Santo Agostinho (risos). Nós não vamos mentir mas para quê falar toda a verdade? Não precisa isso. Nós não daremos para ninguém e nem damos e todos os que você vê divulgados não correspondem exatamente à verdade.”*

Luciana – Porquê disso?

Bispo Rodrigues – *“ Por que os nossos inimigos entre aspas, certamente para nos combater eles precisam nos conhecer e por isso nós sempre variamos de atuação, de dados, nós não vamos fazer como a Bíblia fala de um rei que abriu todo o seu tesouro para os seus inimigos, seus castelos, toda a verdade ele contou, mostrou e quando o rei foi embora da Babilônia Deus disse: Porque você fez isso? E ele disse: Não, eles estão muito distantes. E Deus disse: Você não devia ter feito isso, porque agora eles vão te invejar, então um dia você vai ser invadido. E aconteceu isso. É a história de Ezequias.⁴⁵ E nós não falamos porque aqueles que nos monitoram diariamente e de vez em quando estudam para nos combater nosso crescimento e tudo o mais, nossas fraquezas e nossas forças.”*

⁴⁵ Referência ao texto de Isaías, capítulo 39, 1-8.

Analiso que foi bastante significativo o que pude colher deste encontro desde o momento de minha chegada ao local da entrevista. A localização geográfica da sede partidária, num anexo à sede da TV Record, cuja Igreja Universal é proprietária, tem um significado importante pois indica os dois importantes campos de domínio ideológicos deste grupo: a mídia e a política.⁴⁶

Em seguida, pude perceber concretamente que pastores de diferentes partidos e diferentes denominações pentecostais e neopentecostais estão unidos em torno de objetivos políticos direcionados pela IURD, como disse o pastor Oliveira na ante-sala: *“Isso é a Igreja que decide. Eles que determinam se continuo vereador ou não”*.

Com relação à negação das estratégias eleitorais da IURD no direcionamento do eleitorado, foi condizente com sua explicação posterior, afinal “pra quê falar toda a verdade?” Sua estratégia política respalda-se na própria Bíblia! Boas pistas para compreendermos sua pomposa votação!⁴⁷

A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO: Falando um pouco mais sobre a verdade...

Como explicitado anteriormente, ao entrevistar um Deputado Católico responsável pela criação de uma Lei que restabelece o Ensino Religioso confessional no Estado do Rio de Janeiro, pareceu-me igualmente oportuno entrevistar também um representante da ala neopentecostal visando um contraponto, uma visão a mais da questão, a fim de enriquecer este trabalho. Na ocasião da entrevista com o Bispo Rodrigues, este se destacava como Presidente Regional do Partido Liberal, Líder da Bancada Evangélica em nível federal, líder fundador da Igreja Universal e como mencionado a pouco, Deputado Federal eleito com exuberante votação. Contudo, em fevereiro de 2004, um novo escândalo político estampa as manchetes de jornais e revistas em todo o país e ganha destaque na TV: *O Escândalo Waldomiro Diniz*. Waldomiro, na ocasião em que o escândalo veio à tona, atuava como Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República. O fato que trouxe prejuízo à sua imagem foi uma fita de vídeo, gravada em 2002, na qual foi flagrado em negociata com o empresário e bicheiro Carlinhos

⁴⁶ No site da Igreja Universal (www.igrejauniversal.org.br) há dois ícones que permitem consultar os temas “Homens de Deus na política” e “Evangélicos pela Mídia”.

⁴⁷ O Bispo Rodrigues é Deputado Federal pelo segundo mandato consecutivo, sendo que o primeiro foi pelo PFL-RJ. O ex-Deputado Carlos Dias (PP) não se reelegeu, obtendo 21.644 votos nas eleições de 2002.

Cachoeira, responsável pelo ocultamento das câmeras que registravam furtivamente o encontro. Em tal ocasião, Waldomiro Diniz, que presidia a LOTERJ – Loteria do Estado do Rio de Janeiro no Governo Benedita da Silva, pedia propina para si mesmo e para o financiamento de campanhas eleitorais⁴⁸. Em contrapartida, Waldomiro prometeu beneficiar Carlinhos Cachoeira em concorrência pública. Cachoeira não queria vencer a licitação, mas impedir que seu edital fosse demasiadamente amplo, permitindo, assim, à concorrência condições de explorar as máquinas de apostas on-line, o que era seu principal negócio no Rio de Janeiro.

Cerca de uma semana após a explosão do escândalo, que ligava um esquema de arrecadação de recursos de empresários ligados ao jogo à campanhas políticas do PT, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, baixou medida provisória autorizando o fechamento de Casas de Bingo e caça-níqueis em todo o país.

Mas como a crise, iniciada em 16/02/2004 com a publicação da Revista Época sobre este caso, chega à IURD e mais propriamente ao Bispo Rodrigues? Bispo Rodrigues entra no circuito de corrupção após denúncia de Jorge Luiz Dias (ex-chefe de gabinete do Deputado Estadual da IURD Valdeci Paiva de Jesus, este último, assassinado em 2003).

Jorge Luiz afirma que existia um esquema de arrecadação ilegal de recursos de publicidade da LOTERJ para Valdeci Paiva de Jesus e para o Bispo Rodrigues. Jorge Luiz afirma ainda que, em 2001, a indicação de Waldomiro Diniz para a Presidência da LOTERJ foi feita pelo Bispo Rodrigues e que a esposa de Waldomiro era chefe de gabinete do Deputado. Diante deste fato, em 18/02/2004, o Bispo Edir Macedo, principal nome da Igreja Universal do Reino de Deus, através de um telefonema, afastou o Deputado Bispo Rodrigues do Conselho de Bispos da IURD e do posto de Coordenador de sua bancada. Além disto, o ex “Bispo” não poderá mais pregar até o esclarecimento das denúncias.⁴⁹

⁴⁸ De R\$ 100.000,00 para o comitê de Geraldo Magela candidato à época ao Governo de Brasília, R\$ 150.000,00 mensais para a campanha de Benedita da Silva (PT) e de igual valor para a candidata Rosinha Matheus (atualmente Governadora do Rio de Janeiro pelo PMDB), Revista época, 16/02/2004.

⁴⁹ Algumas reportagens de imprensa que anunciaram os fatos, encontram-se no Anexo II.



**Gravura Retirada do livro “Os Dez Mandamentos” (Edições Paulinas)⁵⁰
Literatura utilizada nas escolas confessionais nas décadas de 50 e 60.**

Conquanto, nada de conclusivo tenha sido provado no sentido de desabonar a conduta de Rodrigues, não podemos ignorar o fato de seu carisma político estar diretamente associado à sua imagem de representante da IURD. Neste sentido, convido Machado (2003) a comunicar um pequeno trecho das conclusões de seu artigo “*Existe um estilo evangélico de fazer política?*”:

“A importância da IURD como mediadora entre os atores políticos e os eleitores pode ser constatada quando comparamos as votações recebidas pelos deputados Magaly Machado, Mário Luiz e Laprovita Vieira nas duas últimas disputas eleitorais para o poder legislativo. A primeira, que em 1998 havia recebido 33.678 votos, no primeiro turno desse ano obteve apenas 9.414 votos, ou seja, menos de um terço da votação anterior. O segundo, que fora eleito com 30.851 votos para a 7ª. legislatura da ALERJ, recebeu 11.478 votos no dia 6 de outubro de 2002, não conseguindo chegar nem à metade da votação de 1998. Ambos se desentenderam com as lideranças da IURD e seus nomes figuraram numa nota de primeira página da Folha Universal com objetivo de esclarecer aos fiéis e aos eleitores de que as suas

⁵⁰ Não consta data de publicação no exemplar.

candidaturas não eram referendadas pela Igreja. Já o Deputado Laprovita, que com o apoio da IURD conquistara 35.958 votos nas disputas eleitorais de 1998, recebeu 15.110 votos no pleito de 2002, quando foi apoiado pela Igreja Internacional da Graça de Deus, não conseguindo reeleger-se.”

(MACHADO, 2003: 302)

Diante dos conflitos políticos destacados e da percepção de articulações subterrâneas entre a “bancada evangélica”, constituída por líderes que se tornam politicamente fortes por não estarem concentrados em um único partido, nem em uma única denominação, mas ao contrário, por estarem disseminados em várias organizações partidárias, retomo a questão do Ensino Religioso na finalização deste mistério.

Por meses a fio, busquei uma escola de pentecostais ou neopentecostais para realizar meu trabalho de campo. Esperava que assim como católicos e protestantes históricos, que organizam suas escolas confessionais, também encontrasse esta possibilidade entre aqueles. Contudo, finalmente concluí que a inexistência, até onde pesquisei, destas instituições atrelam-se às mesma estratégias deste grupo por exemplo na política: menos que estar em uma escola, um partido ou algum outro tipo de organização social específica, a estratégia pentecostal e neopentecostal parece ser, de estar em toda parte! A universalidade pela dispersão, uma espécie de diáspora, talvez seja sua estratégia para alcançarem o crescimento pela via da evangelização!⁵¹

⁵¹ Segundo reportagem de Maurício Lima na revista Veja de 18/06/2003, “Os evangélicos, até agora, têm sido o principal obstáculo ao avanço da reforma partidária. Eles perceberam que a reforma pode feri-los de morte, já que deve diminuir o ímpeto do troca-troca de partidos e evitar o clientelismo (...) Agora, são 55 deputados e dois senadores, Marcelo Crivella e Magno Malta.” (p.46)

SEGUNDO MISTÉRIO DA LUZ: BODAS DE CANÁ
***"Jesus transforma água em vinho"*⁵²: A mudança do campo religioso brasileiro através do crescimento neopentecostal**

O objetivo geral deste *Mistério* é compreender como a Cultura Popular - focalizando de modo especial os estudos de folclore - e a religião se articulam no interior da escola neste início de século XXI. Conforme afirmo no *Credo*, entendo que usualmente a utilização do folclore nas escolas, tende a pautar-se ora em seu aproveitamento como recurso didático, por exemplo no uso de lendas, mitos e adivinhações adaptado às diferentes disciplinas escolares, ora como festa.

Partindo da constatação que a *Cultura Popular* trabalhada na escola se pauta fortemente num calendário escolar etnocêntrico, assim referendando a tradição católica, interessa-me compreender como os protestantes, sobretudo os neopentecostais participam desta discussão, considerando o seu crescimento no Brasil.⁵³ Como já mencionei, em minha experiência de magistério, notava que saídas meramente acomodativas eram adotadas, a fim de apaziguar a resistência de alguns alunos protestantes frente aos festejos escolares. No entanto, suponho que em função do crescimento deste grupo, algo venha ocorrendo no interior das escolas no sentido de argüir este modelo tradicional, como uma gradual "transformação da água para o vinho" provocando na escola mudanças culturais relevantes.

Porém considero prematuro avançar numa discussão sobre essas mudanças sem antes buscar compreender melhor como a *Cultura Popular* é apropriada na escola.

NOTAS SOBRE CULTURA POPULAR

⁵² "Jesus se auto-revela ao transformar a água em vinho, abrindo o coração dos discípulos à fé, graças à intervenção de Maria, a primeira entre os que acreditaram. Maria, pronta a ajudar, evitando o constrangimento do casal de noivos, representa a comunidade que nasce da fé em Jesus e, como mãe, faz sua advertência para hoje: "Fazei tudo o que ele vos disser!" (Jo 2,5) Este é um mistério da luz, no início da vida pública de Jesus. Ele é a alegria e a festa da humanidade, simbolizada no casamento, em Caná. A alegria da vida e da festa na comunidade precisa da companhia de Jesus e de Maria". (CORAZZA, 2003)

⁵³ Conforme já foi apresentado, os dados do IBGE demonstram o aumento dos protestantes de 13,3 milhões para 26,1 milhões entre 1999 e 2000, o que significa uma taxa aproximada de 100% de crescimento (Censo de 2002).

Carlo Ginzburg (1987), através da obra *O Queijo e os Vermes*, traz à baila uma instigante questão: a da influência recíproca entre a cultura das classes populares e das classes dominantes. Tal aspecto também é pontuado na obra de Robert Darnton (1986), num estudo sobre os contos populares na França nos séculos XVII e XVIII, mostrando como as correntes culturais se mesclam do alto para baixo, bem como ao contrário, ao demonstrar que estes grupos não habitam universos mentais completamente separados. Darnton (idem) afirma que Perrault recorreu às histórias dos camponeses e realizou uma espécie de “depuração” destas, organizando-as nos seus contos, de modo a extrair tudo o que parecesse impróprio às elites. Revel (1989) considera que havia nestes escritos três áreas opacas: *a* infância, uma vez que a criança quando aparecia estava imbuída do saber e das virtudes dos adultos, *a* sexualidade, pois era inadmissível “*perturbar a limpidez destas águas [daí a necessidade de] proteger a inocência do povo contra as fotografias impuras*” (p.70) e *a* violência também extirpada pela omissão das revoltas camponesas, das guerras e do regionalismo em nome de um “patriotismo”. Realizada a “depuração”, num movimento dialético, principalmente através da literatura de *colportage*⁵⁴, as elites oferecem novamente estas histórias re-interpretadas aos camponeses, num processo circular contínuo, atravessado por relações de força.

Para Ginzburg (Op.Cit.), a Reforma e a Imprensa se constituíram como instrumentos de disseminação da cultura escrita à população camponesa, propiciando a ampliação da circulação de informações, geradoras de novas sínteses explicativas do mundo e de um intercâmbio entre sistemas previamente compartimentalizados.

Segundo Peter Burke (1989), é possível afirmar com toda segurança, a existência de um tráfego de mão dupla entre cultura popular e cultura erudita. Embora alguns afirmem que em momentos históricos específicos houve verdadeiros cortes, efetivas cisões entre cultura popular e erudita, com momentos de maior expressão desta ou daquela, isto não encontra eco na teoria da circularidade. Se há portanto, uma contínua rede de trocas entre estes espaços sociais de produção cultural e se não é cabível um entendimento destas categorias, cultura popular e cultura de elite, como instâncias compartimentalizadas, qual seria a necessidade de se insistir nesta divisão?

⁵⁴ “Nome dado às obras populares difundidas por vendedores ambulantes do século XVI ao XIX. Seu equivalente no Brasil seria a literatura de cordel”(Chartier, 1995:183)

Peter Burke parece esclarecer melhor esta questão: “*Se todas as pessoas numa determinada sociedade partilhassem da mesma cultura, não haveria a mínima necessidade de se usar a expressão Cultura Popular*” (Burke, P., p.50). Segundo Chartier (1995), a “cultura popular” é uma categoria produzida pela cultura erudita a fim de designar as produções situadas fora desta. É Revel (1989) que trabalha com o conceito de “ruscofilia”, ou seja, uma idealização do popular que se realiza sobre forma de monólogo no qual se fala de um povo que não fala, “*a emoção nasce da própria distância que separa o ouvinte do suposto compositor*”. (p.53) Isto se coaduna indubitavelmente com as afirmações de Chartier (1997) quando este diz que tradicionalmente existem dois grandes modelos de compreensão da cultura popular:

1º) A visão *populista* que entende a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo possuidor de uma lógica distinta da cultura erudita. Enfatiza-se nesta perspectiva uma auto-suficiência simbólica da cultura popular, um “*legitimismo*”.

2º) A visão *miserabilista* que descreve a cultura popular concebida em suas carências com relação à cultura erudita, sendo por esta razão, um sistema dependente, enfatizado por suas privações com relação à cultura dominante.

Segundo Passeron (apud Chartier, idem:180), é necessário estar atento aos extremismos desses modelos que oscilam do populismo ao miserabilismo. Pode-se perfeitamente identificá-los numa análise histórica mais apurada da cultura popular desde a Idade Média até os dias atuais, pontuando os vários momentos de maior ou menor “celebração” da cultura popular. Neste sentido, a visão de “*cultura residual*” necessita ser reformulada, uma vez que ao se atribuir à cultura popular tudo aquilo que não é do âmbito da cultura erudita, se omite a participação desta primeira na segunda e vice-versa. Passeron (idem) destaca o equívoco e a insustentabilidade destes modelos extremistas e nos lembra que esta oscilação entre dois modelos pode ser encontrada em uma mesma obra e em um mesmo autor.

Chartier (1995) comenta que os extremismos preconizados pelos modelos citados anteriormente, fornecem a base para as “didáticas” cisões comumente adotadas ao se tratar do tema cultura popular. Neste sentido, alguns autores fazem descrições muito pontuais de períodos onde a cultura popular aparece como elemento “*matricial e independente*”, a exemplo disto

poderíamos citar a “*Suposta Idade de Ouro da Cultura Popular*”⁵⁵ demarcada com precisão por alguns como acontecimento do século XVII. Em contrapartida, é possível identificar, por conseguinte, outros momentos em que a cultura popular é apontada como elemento censurado, desqualificado, adormecido, desaparecido, pouco evidente, cristalizado.

Chartier convida à prudência neste sentido e esclarece que não se trata de determinar marcos pontuais de destaque da cultura popular ou de seu ostracismo, mas sim de compreender que:

“O destino historiográfico da Cultura Popular é portanto, ser sempre abafada, recalçada, arrasada e, ao mesmo tempo, renascer das cinzas (...) O verdadeiro problema não é tanto datar seu desaparecimento e sim, entender que em cada época se elaboram relações complexas entre formas impostas mais ou menos constrangedoras e imperativas e identidades afirmadas mais ou menos desenvolvidas ou reprimidas.”

(Chartier, R.,1995, p.181)

Neste sentido, Pollak (1989) enfatiza que as “*memórias subterrâneas*” subsistem variando apenas sua (s) forma(s) de manifestação em função das conveniências de conjuntura sócio-política para tal. Desta forma, parece não fazer sentido descrever a Cultura Popular como algo radicalmente cristalizado e reprimido, uma vez que sempre haverá espaço para sua manifestação através de trocas subterrâneas subversivas ou não. Evidencia-se pois, a impossibilidade de redução das “*identidades singulares ou práticas enraizadas que resistem*”, apenas pode modificar-se a maneira pela quais estas poderão expressar-se.

Outra questão que merece destaque, é trazida por Chartier (1995) quando este pontua que a diferença entre níveis de cultura e categorias sociais não podem ser entendidas como estreitamente correspondentes:

“A literatura popular e a religião popular não são tão radicalmente diferentes da literatura da elite ou da religião do clero que impõem seus repertórios e modelos. Elas são compartilhadas por meios sociais diferentes, e não apenas pelos meios populares.(...) Não se pode mais aceitar acriticamente uma sociologia da distribuição que supõe implicitamente que à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela das produções e dos hábitos culturais. Em toda sociedade, as formas de apropriação dos textos, dos códigos, dos modelos

⁵⁵ Revel (1989) diz que houve uma construção popular como a “infância da cultura” e que esta pureza primitiva deve ser permanentemente preservada e reencontrada, de modo que haja sempre um “morto” para o discurso (p.62 e 75)

compartilhados são tão ou mais geradoras de distinção que as práticas próprias de cada grupo social.”

(Chartier, 1995: 184)

Fica claro assim, que importa menos distinguir hábitos e costumes desta ou daquela classe social e mais em compreender a existência de diferentes modalidades de apropriação dos repertórios culturais por indivíduos intra e intergrupos sociais. Contudo, cabe ainda frisar, como alerta Bourdieu (1990), que as relações entre a cultura popular e erudita são interdependentes, mas atravessadas por relações de força, por lógicas particulares de seleção, reconhecimento e silêncio.

O “POVO” E SEU LUGAR NA CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL

Thompson (1998), expõe de maneira clara a forma pela qual a cultura popular e educação eram articuladas, na Europa do século XVI, com a finalidade de manter certos “*costumes*” estruturadores da sociedade de modo que os menos privilegiados economicamente, sustentassem o *status quo* dos mais afortunados:

“Para que a sociedade seja feliz e o povo tranqüilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos. (...) Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda (em relação às coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento”. (Grifos meus, LC)

(Thompson, E. P.1998: 15)

Corroborando esta citação, Burke (1989) afirma que os reformadores de mentalidade secular eram ambivalentes quanto à alfabetização dos populares na Europa Moderna. Estes temiam que os pobres alfabetizados pudessem se tornar descontentes quanto à sua posição, contribuindo assim para uma desestabilização social:

“Alguns, como Voltaire, achavam que a maioria das crianças simplesmente não devia aprender a ler e a escrever; outros, como Jovellanos, achavam que os camponeses deviam aprender os rudimentos da leitura, escrita, aritmética, mas só”. (Burke, p. 274)

Para melhor entender a compreensão que se tinha da *Cultura Popular* na Europa moderna, recorro a Thompson (2001) que em “*Folclore, Antropologia e História Social*”⁵⁶ afirma que ao interessar-se em estudar os costumes da Grã-Bretanha do século XVIII, viu-se compelido a se debruçar sobre as compilações de antiquários e folcloristas dos séculos XVIII e XIX⁵⁷. Cabe aqui um breve comentário: é por dentro do ideário romântico oitocentista que as discussões sobre o folclore ganham nitidez nos planos intelectual, artístico e político. Burke (1989) destaca três características específicas atribuídas à cultura popular no ideário romântico:

- a) PRIMITIVISMO: crença que as tradições populares mantiveram-se inalteradas em sua transmissão por milhares de anos.
- b) COMUNITARISMO: crença da criação coletiva da cultura popular.
- c) PURISMO: crença que os camponeses haviam preservado seus costumes primitivos inalterado por milhares de anos.

Essa mística do popular celebrada na produção dos folcloristas articula-se à idéia de “espírito da nação”, repertórios inventados como “tradição” (Hobsbawn, 1997).⁵⁸ Resistem muitas vezes à idéia de que a cultura tem caráter dinâmico e por esta razão está sempre em constante reorganização, ao contrário do que preconiza o primitivismo. Igualmente questionável é o comunitarismo, uma vez que a existência de criações coletivas não inibe a criação e o desenvolvimento de estilos singulares. Por fim, a crença purista de que os camponeses haviam preservado os costumes primitivos ao longo do tempo ignora e subestima o constante intercâmbio entre campo e cidade, bem como a circularidade entre cultura popular e cultura erudita.

⁵⁶ No artigo “*As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*” (p. 227-263).

⁵⁷ O conceito de “Folclore” e as primeiras sociedades de folclore aparecem em 1878, portanto, no final do século XIX. A obra do século XVIII a que se refere Thompson é *Observations on popular antiquities* (1777) de John Brand.

⁵⁸ A discussão sobre as “tradições inventadas” (Hobsbawn, 1997) será trabalhada adiante.

Embora Thompson (2001) argumente que os folcloristas viam a cultura consuetudinária como relíquias de uma antiguidade remota, não tendo como objetivo saber como eram seus usos correntes, considera tais fontes muito valiosas, uma vez que para além da taxonomia classificatória, há a possibilidade de novas descobertas:

“Portanto, o que temos a fazer (...) é reexaminar o velho material há muito recolhido e fazer novas perguntas, procurando recuperar os costumes perdidos e as crenças que o embasavam. Posso ilustrar melhor o problema se contornar a discussão dos materiais e do método e encarar os tipos de questões que têm de ser colocados. Quando examinamos uma cultura consuetudinária, tais perguntas podem, freqüentemente, referir-se menos ao processo e à lógica da mudança e mais à reconstrução de estados passados de consciência e à textura das relações domésticas e sociais. Elas têm menos a ver com o vir a ser e mais com o ser. À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena”.

(Thompson, E. P.2001: 234)

Thompson (Op. Cit.: p. 235) deixa claro portanto que as fontes folclóricas podem deixar de ser usadas como fragmentos estáticos e classificatórios de uma era remota para serem reinseridas em seus contextos sociais, com temporalidades específicas, propiciando o entendimento daquilo que chama de *“normas surdas”*.

Pensar historicamente as relações entre as culturas populares e os estudos de folclore no Brasil pressupõe compreender que o movimento romântico brasileiro, no século XIX, guarda certas aproximações com o movimento romântico europeu⁵⁹ e traz no bojo de suas discussões as idéias de *povo e nação*. O Romantismo brasileiro, segundo Cândido (1981), teve como mola mestra, a produção de uma identidade nacional positivamente valorada. Por esta razão:

“A literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não

⁵⁹ Sobre o Romantismo no Brasil: *“não deve porém levar a uma identificação integral com os movimentos europeus, de que constitui ramificação cheia de peculiaridades. Tendo-se originado de uma convergência de fatores locais e sugestões externas, é ao mesmo tempo, nacional e universal”* (Cândido, 1981: p. 14).

apenas a cantar sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição para o progresso.”

(idem: p. 10)

Esta associação entre Romantismo e patriotismo, impulsionou o movimento romântico a exprimir um novo momento da literatura que ambicionava, ser no plano da arte, o que a Independência teria sido no plano social e político:

“Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentido nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata – afirmando em contraposição o concreto, espontâneo, característico, particular”.

(Cândido 1981: p. 15)

Na Europa do século XIX, esta tendência manifestou-se nos romances históricos e de ambiência medieval, enquanto no Brasil do século XIX, gerou, além dos romances históricos, o *Indianismo*:

“... desde as artes românticas, impregnadas de um senso de dever patriótico, enaltecia-se o índio como figura de ancestralidade, personagem do passado lendário e do passado histórico. O selvagem mitificado se revela, qual cavaleiro medieval, armado de borduna e enfeitado de penas. Depois é o sertanejo, o “forte” das nossas lonjuras que se projeta como herói, fazendo vibrar a continuidade simbólica entre a terra e o homem do Brasil”. (Segala, 2000: p.68)

Destaco a figura de Sílvio Romero (1815-1914) como um dos principais críticos do movimento romântico. Sílvio Romero ocupava uma posição ambígua como crítico pois ao mesmo tempo em que foi pioneiro na elaboração de uma análise sistemática da história literária brasileira,⁶⁰ subestimava o caráter especificamente literário da literatura. Para Romero, a literatura ligava-se a uma *dimensão totalizante* ao exprimir manifestações da inteligência de um povo na economia, na arte, nas criações populares, etc. Além deste aspecto, Romero combatia também a falta de cientificidade do literato no resgate do folclore brasileiro e exemplificava sua

⁶⁰ Escreveu a obra *Contos Populares do Brasil*, cuja primeira edição data de 1885, onde o autor dividiu o material colhido em partes, de acordo com a suposição de se tratar de material de origem européia, indígena, africana ou mestiça.

argumentação criticando José de Alencar, pois apesar de proclamar que tudo o que vinha do povo era *autêntico e bom*, retocava os versos quando apareciam erros gramaticais ou quando se sentia ferido em sua sensibilidade moral ou ética. (Vilhena, 1997)

A literatura popular é, no século XIX, foco central nos estudos de folclore e fonte privilegiada para se pensar os “costumes” brasileiros. Evoca complementarmente, uma outra seleta de estudos, ainda pouco desenvolvidos, sobre as festas populares pautadas pelo calendário católico. A principal obra a este respeito, publicada em 1895, é “*Festas e Tradições Populares do Brasil*”, escrita por Mello Moraes Filho. O autor, médico baiano, está preocupado em descrever as festas populares, que segundo ele tiveram seu apogeu entre 1830 e 1850 aproximadamente, e que corriam o iminente risco do desaparecimento frente ao crescimento dos centros urbanos. Sua argumentação busca encorajar a “errância” pelo interior do país, a fim de se entrar em contato com a “pura” tradição, onde o caráter nacional não estaria deturpado⁶¹.

Esta obra conta com o prefácio de Sílvio Romero, fazendo menção de admiração à seriedade com que Mello Moraes descreve a Cultura Popular. A estruturação deste livro, se dá através da descrição de quadros de costumes e tipos populares brasileiros. A vinculação do popular com o religiosidade católica nesta obra é clara, mesmo nas *festas populares* que não se enquadram como *festas religiosas*. No trecho abaixo, fica evidente esta articulação:

“No espírito delicado das populações do norte, embaladas pelos cantares suavísimos da Igreja, afagadas pelo sobrenatural, que tanto eleva e realça a religião christã, o symbolismo do culto exerce poderosa influencia; e d’ahi accentuada característica de sua psycologia especial.

Crete por indole, fatalista por vezes e supersticiosa quase sempre, aquella gente ativa e inculta encontra n’ essas fontes o segredo de suas lendas piedosas, de seus cantos e contos, de sua tendencia ao entusiasmo e á devoção. (...) Diante da natureza selvagem, de florestas virgens e de vozes misteriosas, de cascatas que mugem, de rios que espadanão, é impossivel deixar de ser crente, de ser-se religioso” (Moraes, 1895: p. 187)

Mello Moraes (1895) ao descrever a festa do Divino no Rio de Janeiro, relata que “*não havia família da cidade ou do lugar, escravos ou roceiros, que não se adiantassem no*

⁶¹ Bem como a descrição de Burke acerca do Purismo europeu (1989).

tumulto” da festa (p.55) demonstrando o quanto os diferentes segmentos sociais e culturais coexistiam no mesmo espaço. O autor porém, cuida de afirmar, ao descrever a Festa da Penha, também no Rio de Janeiro, que as famílias tradicionais compareciam à missa de domingo que precedia à romaria, mostrando como os diferentes grupos se divertiam na festa de modos distintos, com suas danças e comemorações próprias, indicando que mesmo na confraternização as demarcações sociais hierárquicas estavam bem delineadas.

Abreu (1999), ao descrever também a Festa do Divino no século XIX, não obstante o reconhecimento da religiosidade oficial católica, mostra como outros elementos estavam presentes:

“Para desagrado de muitas autoridades civis e religiosas, preocupadas com a continuidade da ordem e com o não cumprimento das normas litúrgicas, tais festas costumavam confundir as práticas sagradas com as profanas, tanto nas comemorações externas como nas que eram realizadas dentro das igrejas. Além das missas com músicas mundanas, sermões, te-déuns, novenas e procissões, eram partes importantes as danças, coretos, fogos de artifício e barracas de comidas e bebidas. Na maioria delas a população escrava e/ou negra não perdia a oportunidade para mostrar suas músicas, danças e batuques. (...) Implantado juntamente com a colonização portuguesa, graças ao direito de padroado, este catolicismo formava um sistema único de poder e a legitimação, associado, numa interpenetração estreita, o Estado e a Igreja, o profano e o sagrado.(...) Em contrapartida, as vivências da religiosidade colonial foram marcadas pelo encontro entre as práticas religiosas e mágicas de portugueses, índios e negros, numa dinâmica criação de hibridismos culturais ao longo de três séculos...” (p.34)

Abreu (Op.Cit.) cita que em 3 de março de 1886, o jornal católico *O Apóstolo* publicou um inflamado editorial defendendo a importância da religião para o florescimento do patriotismo, a “base da grandeza das nações” (p.311). Assim, à medida que enfraquecia a religião no povo, enfraquecia-se também o patriotismo. Diz o trecho do jornal:

“(...) temos sacrificado ao estrangeiro nossos costumes, tradição, hábitos, leis e religião. Somos tudo, menos brasileiros! Na nossa pátria a legislação já não é feita segundo as nossas necessidades e circunstâncias, porém segundo as exigências dos estrangeiros. Os sentimentos patrióticos estão como repelidos entre nós, e nem é de admirar, quando a irreligiosidade, dominando todas as camadas sociais, é considerada uma prova de civilização, de ciência, na parte ilustrada da sociedade.” (p.311)

Este editorial revela como a alta hierarquia católica via em fins da década de 1860 a questão da religiosidade. O jornal que circulou entre 1866 e 1901, buscava a criação de uma nacionalidade brasileira católica e a construção de uma concepção de progresso, civilização e ordem, coerentes com os princípios do catolicismo. O jornal disseminava a crítica às transformações da modernidade, o apoio à educação religiosa e a valorização das tradições católicas do país e dentre elas, claro, as celebrações e festas religiosas.

Abreu (Op.Cit.) afirma que a partir de fins de 1860, a crítica dos liberais à direção política imperial de conciliação Igreja/Estado se erguia. Nesta ocasião, setores expressivos da elite intelectual brasileira recebiam grande influência de novas doutrinas como positivismo, evolucionismo e cientificismo. A “liberdade espiritual” na terminologia positivista era urgente, pois o *Padroado*⁶² era visto como inteiramente anacrônico com o mundo moderno. Nesta época, chegavam muitos missionários protestantes que, ao fundarem institutos de educação como Mackenzie em São Paulo e Bennett no Rio de Janeiro, se tornaram focos do liberalismo e republicanismo. As festas católicas e procissões eram consideradas pelas novas idéias como registros do atraso do país e do grau de superstição de sua população. Recebiam assim, os mais duros ataques por parte das autoridades municipais principalmente a partir de 1870. Contudo, persistiam apesar da resistência dos liberais pois, havia defensores enfáticos das diretrizes da Igreja Romana no período imperial. Abreu recupera Mello Moraes Filho para afirmar esta idéia:

“(...) ainda se destacava, no final dos anos de 1880, o trabalho de Mello Moraes Filho, um inventário das ‘tradicionalis festas religiosas e populares’, marcas indubitáveis, em sua opinião, de uma nacionalidade singular católica e fruto da união das 3 raças fundadoras. Moraes Filho, em oposição ao que chamava de estrangeirismo, à pretendida civilização e à imigração, oferecia a tradição católica e festiva “nossa própria história”, “as inocentes credences do povo” e “os quatro séculos de trabalho das raças”.” (Grifo meu, LC)

(1999: p. 323)

⁶² Tratado no *Primeiro Mistério*.

FOLCLORE E AÇÕES EDUCATIVAS

No texto “*Evolução dos estudos de folclore no Brasil*”, Carneiro (1962) relata três momentos marcantes nos enfoques privilegiados para os estudos do folclore no país. No final do século XIX, afirma que o principal interesse nos estudos de folclore era relacionado à poesia popular como já se viu. Já no início do século XX, a música se destaca, principalmente através estudos de Mário de Andrade (década de 1930) e finalmente os folguedos populares ganham maior vulto por ocasião da formação da Comissão Nacional de Folclore, no final da década de 1940.

A primeira guerra mundial, no início do século XX, provocou no mundo inteiro, alterações profundas na sociedade. O desenvolvimento industrial acarretado por ela, a urbanização, o êxodo rural, as migrações internas, ocasionaram a transformação do panorama sócio-econômico brasileiro, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Segala (2000) pontua que na Semana de Arte Moderna de 1922, o Folclore e a Cultura Popular “*se reacenderam como bases da reflexão identitária.*”

Neste contexto, Mário de Andrade, defendia o resgate das tradições populares e reivindicava procedimentos científicos nessa coleta de dados. O autor buscava através do estudo das tradições, dos saberes populares, a radical modernidade brasileira. Apresentava-se como um defensor de estudos científicos, que ultrapassassem o diletantismo que presidia os primeiros ensaios de folclore.⁶³ O trabalho de Mário de Andrade, bem como os projetos que liderava, foram desmobilizados a partir da eclosão ditatorial do Estado Novo. Neste regime autoritário, enfatizava-se mais inculcar acriticamente os *tipos brasileiros*, destituídos de significados políticos.

Contudo, as transformações ocasionadas pela primeira guerra mundial foram acentuadas sobretudo após a segunda guerra mundial. Em fins dos anos 40, ocorreu uma grande mobilização internacional, sobretudo através da UNESCO⁶⁴, em torno da valorização da temática folclore como estratégia de integração e pacificação entre os povos, uma vez que as relações internacionais do ponto de vista econômico e político estariam se reorganizando no pós-guerra. Assim, entre 1947, com a redemocratização e 1964 (golpe militar), houve uma grande

⁶³ Mário de Andrade foi um dos fundadores da Sociedade de Etnografia e Folclore em São Paulo.

⁶⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

mobilização em torno da temática do folclore. No entanto, esta não foi suficientemente forte para despertar o aprofundamento do tema no meio acadêmico, sobretudo por este não ter sido capaz de se firmar como campo de estudos específico: “... *os estudos de folclore não alcançaram o estatuto de disciplina científica tal como pretenderam alguns de seus estudiosos e defensores, mas por outro lado, sua prática foi institucionalizada em institutos, museus, órgãos do governo estadual e federal*”. (Vilhena, 1997: p. 40)

Vilhena (Op.Cit.) fez um importante estudo sobre o movimento folclórico entre 1947 e 1964. É interessante notar que as principais discussões sobre o folclore neste período, remontavam ao século XIX. Juntamente com a preocupação em preservar os saberes tradicionais e práticas culturais que acreditavam encontrarem-se ameaçados de extinção no contexto da industrialização e urbanização crescentes, questões como: identidade nacional, usos e costumes, festas católicas, literatura popular, oposição campo x cidade, entre outros, continuavam a fazer parte das preocupações dos folcloristas no século XX. Neste sentido, Mário de Andrade (1959) em sua obra “*Danças Dramáticas do Brasil*”, discorre sobre a variedade de manifestações relacionadas às danças brasileiras e defende a tese de que na origem de todas as danças dramáticas populares, existem crenças e práticas devocionais. Esta afirmação de Mário de Andrade, encontra correspondência nas idéias já citadas de Mello de Moraes Filho (1895) e na análise de Abreu (1999), sobre a ligação direta entre cultura popular e religiosidade no século XIX.

Para compreender as relações entre a cultura popular, os folguedos em sua articulação com a religiosidade e finalmente a educação, será interessante entender como isto ocorre em torno de um projeto educativo organizado. Vilhena (1997) relata que no século XX, final dos anos 40, no bojo do movimento folclórico e articuladas pela Comissão Nacional de Folclore criada em 1947, abrem-se três frentes de trabalho:

- 1) O encorajamento de pesquisas vinculadas à preservação;
- 2) A necessidade de se proteger de uma possível “regressão das tradições”;
- 3) O aproveitamento do folclore na educação para manter a tradição viva.

Cabe comentar, que as duas primeiras enquadraram-se, como atuações preservacionistas, de cunho meramente defensivo. Já o terceiro objetivo, que inclui a disseminação das manifestações folclóricas no processo educativo formal, permitiria, segundo os

idéologos do movimento, que continuassem cumprindo sua *função social*. Ao contemplar este terceiro ponto, perceberemos que este objetivo não foi alcançado da maneira idealizada, pois por ser o terceiro objetivo, portanto o último a receber atenção, segundo Vilhena (Op.Cit.), transformou-se assim, num recurso meramente compensatório, como explicitarei adiante.

Os intelectuais brasileiros ligados ao movimento folclórico ocuparam-se de uma dupla função na execução do que entendiam como “missão”: a busca de uma nova “*vertente institucionalizante*”, que lhes conferisse a condição de artífices de um campo intelectual próprio e uma vertente “*intervencionista*” percebida em sua aproximação com o Estado. Há portanto, a mistura de dois campos: o intelectual e o político, como nos lembra Vilhena (op. cit.).

A expressão maior da institucionalização dos estudos no campo do folclore ocorreu concretamente em 1958, através da fundação de um organismo nacional ligado ao Ministério da Educação e da Cultura, como objetivo de promover a pesquisa, documentação e difusão do folclore em todo o Brasil. Foi a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). A criação deste organismo relaciona-se com a estruturação capilarizada das comissões municipais, estaduais e nacional do folclore, que permitiam uma atuação mais orgânica do movimento.

Segundo Mello e Souza, as principais metas da CDFB foram a busca da:

“...identidade nacional, garantia de um lugar próprio no conjunto das nações, identificando na cultura popular a essência do nosso modo de ser. (...) No embate entre o tradicional onde repousaria a personalidade do país e o moderno, que se impõe internacionalmente, há um grupo de homens que se consideram especialmente lúcidos e combatem pela preservação de valores que, além de tradicionais, são considerados constitutivos da personalidade nacional”.
(Mello e Souza, 1989: p. 5)

Segundo Mello e Souza (idem), a “*preocupação com identidade nacional,(...) estava intimamente ligada à preocupação pedagógica, pois a educação é elemento de consolidação da cultura*” (idem: p.15) já que “*a definição do ser nacional não basta em si própria. É necessária sua disseminação , o seu enraizamento nas pessoas, o que seria alcançado através da educação*” (idem: p.16). Freire (1992) acrescenta que a divulgação do folclore foi especialmente dirigida aos professores de 1º grau por serem estes, entendidos como importantes agentes difusores e formadores do “*sentimento de brasilidade junto aos estudantes*”.

Durante quatro anos, a CDFB realizou importantes empreendimentos como: a Biblioteca Amadeu Amaral, convênios com as Universidades do Ceará e da Bahia para a realização de levantamento do folclore nos Estados, realização de festivais folclóricos, criação da Revista Brasileira de Folclore, documentos fotográficos e fonográficos, dentre outras.

Após a realização dos empreendimentos já descritos, a CDFB foi prejudicada com a deposição do presidente Jango Goulart em 1964. Com a tomada do poder pelo Regime Militar, uma forte resistência se fez à linha marxista de Édison Carneiro, ligado ao Partido Comunista, na época, à frente da CBDF, e por esta razão, naquela mesma semana, a sede da Campanha foi fechada. Alguns meses mais tarde, Renato de Almeida, com uma trajetória ligada ao Ministério das Relações Exteriores, assumiu a liderança do movimento, com o consentimento dos militares. Em decorrência de tais fatos, houve uma mudança de perspectiva no movimento folclórico e o declínio da CDBF. Édison Carneiro integrava um projeto de apoio aos programas de reforma de Jango Goulart e defendia o caráter dinâmico e de permanente recomposição do folclore que teria implicações para o futuro, pois ele acreditava que este nutriria o povo de elementos que propiciariam movimentos de reivindicação social.⁶⁵

Renato de Almeida quando esteve à frente da CDFB, buscou maior articulação do eixo folclore/educação. Neste sentido, convém mencionar o *Manual de Coleta Folclórica* redigido por ele em 1965. Através da assertiva “...quem sabe é o povo e a nossa missão é captar-lhe a sabedoria” (p.26), Renato de Almeida convidava o leitor (possível coletor) e em especial as professoras primárias, a manterem a tradição viva através da coleta das tradições folclóricas do país. Para tal, produziu o manual de instruções pormenorizadas de como deveria ser o procedimento e instrumentos de coleta:

”Uma palavra aos professores primários:

Você é professora? Lembre-se então, de que tem nos seus alunos, uma fonte valiosíssima de informações sobre numerosos capítulos de folclore, e de muitos outros por intermédio de suas famílias. Se estiver numa região de colonização estrangeira, observe atentamente como se processa a adaptação ao meio, as características da aprendizagem do idioma, como se comportam relativamente aos ditos e modismos da região, aos populares particularmente, dando ênfase especial à maneira pela qual recebem e utilizam o folclore local, seja em cada caso pessoal, seja pela coletividade em conjunto. Observe como perdura o folclore dos países de origem e as diferenças que encontra, nesse setor, entre os nativos e estrangeiros. Mas

⁶⁵ Segala (2001).

tudo isso, você fará objetivamente, quero dizer no campo onde coletar, por exemplo, no das rodas e estórias, no de cantigas e divertimentos infantis, etc. Esse ponto merece toda sua atenção, e o meio escolar oferece possibilidades imensas. Mas não deve tratar do tema em geral, a menos que o faça em informações para acompanhar o relatório da coleta.

*Quero ainda recomendar às professoras, que vierem a trabalhar conosco em folclore, verifiquem muito bem o problema da linguagem popular, não só das crianças, mas do meio, porque, com seus conhecimentos profissionais, estão em condições de orientar melhor do que ninguém essa coleta. **As informações devem ser sucintas, sem tiradas literárias, sem interpretações ou conclusões.** Não é que essas não interessem, podem interessar e muito, mas quando as quiserem fazer, não incluam no texto da coleta, façam em folha à parte, com as suas sugestões pessoais que nos poderão ser úteis.”*

(Grifos meus, LC.) (Almeida:p. 21)

É particularmente interessante esta determinação que Renato de Almeida faz às professoras, no sentido de coletarem o material, sem interpretá-lo. Ele deixa muito claro no manual que tal tarefa compete apenas e tão somente ao folclorista. Cabe remontar ao século XIX, onde a coleta transfere o objeto para uma periferia idealmente imobilizada; Desloca-se e reifica-se discretamente do âmbito da arte e da cultura para o da natureza. O anonimato e a criação coletiva fazem da poesia popular um amontoado informe e indefeso de “*espécimens*” à disposição do pesquisador. Neste sentido, o folclore aparece como uma das instâncias do saber letrado que irá articular e transformar o popular em tradição e nacionalidade.

Com o projeto nacionalista militar na ditadura, passou-se a privilegiar a difusão em detrimento da pesquisa folclórica, tão valorizada até então. Reforça-se o projeto de uma Educação Moral e Cívica e a valorização dos folguedos como espetáculos. Destacavam-se assim, como marcas identitárias avulsas, os elementos de folclore, mas não suas relações. Há uma verdadeira assepsia de significados, pois a cultura popular era censurada quando imbricada aos seus aspectos políticos.

Vilhena (1997), afirma ser visível um certo *artificialismo* nesta relação folclore/educação, uma vez que o folclore entrava no processo educativo como conteúdo curricular específico, ou seja, como recurso didático e como festa. É importante lembrar, como já foi mencionado, que os folguedos populares ganharam maior vulto no movimento folclórico dos anos 1940-50. Por esta razão, a dimensão da “*Festa*” merece destaque, junto ao uso didático do folclore, pois através deste calendário folclórico pautado pela tradição do catolicismo, a relação cultura popular e religião católica, se objetiva com contornos ainda mais fortes, do que já possuía

até então. Em recente visita à Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN: RJ), fiz um levantamento dos artigos publicados na Revista Brasileira de Folclore, de 1961 a 1977, que mencionavam diretamente a relação entre festa popular e religião. Fiquei impressionada com o número de matérias publicadas sobre o culto de *Nossa Senhora* na tradição Popular nas diferentes partes do Brasil: (Festas de Nossa Senhora da Graça, do Carmo, da Boa Morte, do Ó, da Ajuda, Medianeira de todas as graças, do Rosário, da Conceição, da Glória, Festa da Purificação, Festa da Anunciação e Festa da Natividade); sobre as Festas Juninas (em todo o país); a Festa da Carpição; a Festa do Bom Jesus do Corta Cabeça ou Cabeça Sagrada (em São Paulo), sobre Roteiro místico de festas da Semana Santa em todo o Brasil (incluindo: Festa de Domingo de Ramos, Festa de Domingo de Páscoa, cerimônia do Lava-pés, Queimação do Judas), a Festa de Nossa Senhora da Penha (Rio de Janeiro), Festa de São Bom Jesus de Pirapora (São Paulo), Festa de São Bom Jesus de Iguape (São Paulo), Festa de Reis (várias partes do país), Festa do Divino Espírito Santo (em diferentes partes do país), etc.

O FOLCLORE COMO CONTEÚDO

Cecília Meireles (1954) apud Vilhena (1997) apontava para a necessidade do folclore ser trabalhado no dia-a-dia e não no seu aproveitamento como conteúdo curricular:

“Nas escolas primárias e instituições pré-escolares, o Folclore não pode ser encarado especulativamente, mas vivido, cada dia, na sua realidade, justamente para assegurar a sua permanência e prosseguir sua evolução. (...) O Folclore deve constituir a atmosfera da criança não só nos seus momentos de recreio (cantigas, danças, adivinhas, parlendas, jogos, contos, brinquedos), como na inspiração de trabalhos manuais (rendas, bordados, modelagens)”.

Cecília Meireles apud Vilhena (1997: p. 193)

Em outro sentido caminhava o trabalho de Maria de Lourdes Borges de Ribeiro, professora atuante no movimento folclórico, na Comissão Paulista de Folclore e na Comissão Nacional, por ocasião da gestão de Renato de Almeida. Era defensora ativa do aproveitamento do folclore como recurso didático, especialmente na escola primária. Maria de Lourdes defendia o quanto era preciso selecionar o que se oferece ao público infantil, poupando-o daquilo que considerava nocivo ou impróprio. Em um artigo denominado *“O Folclore na Escola”* Maria de

Lourdes (1976) fez uma descrição de como se deveria aproveitar o folclore nas diferentes disciplinas: na recreação, na matemática, nas ciências naturais, na educação artística, na educação física e finalmente, nas festas consonantes com o calendário católico. Defendia a inclusão da disciplina *Folclore* na formação de professores. Dentro deste mesmo projeto de consolidação através da educação de uma identidade nacional através da didatização do folclore, outra educadora merece destaque. Trata-se de Corina Ruiz (1976), responsável pela elaboração de um manual direcionado a professores⁶⁶ instruindo como aproveitar didaticamente o folclore na escola. Embora se trate de uma publicação antiga, ainda é muito difundida nas escolas.⁶⁷ A cristalização da compreensão e dos usos do folclore se revela pela pregnância desta didatização ainda hoje no espaço escola, o que nos leva a entender quão eficaz foi o trabalho realizado pela Comissão Nacional de Folclore e pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Na contramão desta visão, como já foi destacado, Cecília Meireles já nos anos 1950, portanto quase duas décadas antes das formulações de Maria de Lourdes Borges de Ribeiro, afirmava que os estudos folclóricos “*não [deviam] entrar no processo educativo como um conteúdo curricular, mas sim orientando a ação pedagógica e recreativa das professoras como um todo*” (apud Vilhena, 1997: p.193). Para esta autora, o folclore não se restringiria a um recurso didático, mas seria algo da ordem da *vivência* e da experiência sensível, que orientaria as ações. Neste sentido, encorajava a valorização dos museus como espaços educativos que funcionariam como sínteses instrumentais de viagens, descobertas e propiciariam o desenvolvimento de exercícios de observação como registro, investigação e apropriação de informações.

A proposta de não aproveitar os estudos de folclore como disciplinas ou conteúdos, proclamada por Cecília Meireles, nos anos 1950, se coaduna com as aparentes indicações propostas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). De modo mais específico, em seu décimo volume, o documento proclama a necessidade do estudo das diferenças culturais como tema transversal, uma vez que este perpassa todas as disciplinas. Tal temática é aberta com o instigante sub-título: “*Ensinar Pluralidade*

⁶⁶ RUIZ, Corina Maria Peixoto. *Didática Do Folclore*. RJ: Editora Papelaria América, 1976.

⁶⁷ Isto pôde ser constatado, através de uma pesquisa – O Folclore como campos de estudos na Educação - que realizei, como bolsista da Proex em 1998, sob responsabilidade de Lygia Segala, onde fiz um levantamento dos livros mais consultados no mês de agosto em 40 escolas (públicas e particulares) da região metropolitana do Rio de Janeiro e o material citado se destacava, dentre outros.

Cultural ou Viver Pluralidade Cultural?” O texto afirma o respeito às diferenças⁶⁸, relaciona as produções culturais com as relações de poder, convida à superação das discriminações (relativas a gênero, aos estereótipos regionais, às manifestações religiosas, aos portadores de deficiência, à diferenças culturais, diferenças sociais, etc). Avalio que ele peca ao abrir um leque muito grande de questões e apenas se aprofundar na questão racial. Outro ponto que merece atenção é fato do documento convidar à tolerância e respeito à diferença. No entanto, os embates e conflitos inerentes à relação com o *diferente* são desconsiderados, como se a aceitação pacífica do outro fosse uma constante.

Moreira (1996) afirma que a construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1995, foi uma das medidas propostas pelo MEC a fim de melhorar a qualidade da escola básica no país. No entanto, o autor aponta que esta medida encontra-se em consonância com a política econômica neoliberal e elenca em seu texto uma série de pontos polêmicos na construção dos Parâmetros. Indaga quem é o grupo que elaborou os PCNs; questiona como se estabeleceram os conteúdos curriculares mínimos da escola básica; põe em dúvida que os PCNs a constituição dos PCNs como a única e melhor estratégia para aumentar a qualidade do ensino; Contesta a maneira pela qual se chegou a um consenso sobre um currículo nacional; levanta dúvida sobre se realmente é possível existir um currículo nacional; e finalmente, busca a compreensão sobre que indivíduos os PCNs pretendem formar. Moreira (Op. Cit.) prossegue criticando a maneira como se articulam, no texto oficial, patrimônio cultural e identidade nacional:

“...o currículo nacional, ao ser justificado como visando à construção e à preservação de uma cultura comum, tida como básica para o desenvolvimento de um sentimento de identidade nacional, tende a privilegiar os discursos dominantes e a

⁶⁸ “Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquelas que compartilha em família. em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela.” (PCN, 1997: p. 23)

excluir, das salas de aula, os discursos e as vozes dos grupos sociais oprimidos, vistos como não merecedores de serem ouvidos no espaço escolar.

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (1996:p. 133)

A negação dos discursos de grupos sociais oprimidos, corresponde ao que Boaventura Santos (2002) denomina de *epistemicídio*. Até que ponto os PCNs, na tentativa de forjar um conteúdo nacional comum num país absolutamente plural, estaria contribuindo para isto? Como compreender a inexistência de amplos fóruns de discussão para a sua elaboração? Os profissionais da educação básica se tornam portanto “*alienados executores de planos elaborados por outros*” (Moreira,1996: p. 135).

Vemos deste modo, que contraditoriamente ao convite expresso pelo subtítulo de abertura do PCN - “*Ensinar Pluralidade Cultural ou Viver Pluralidade Cultural?*” – esta proposta parece não estar em consonância com uma efetiva vivência de um Brasil tão diverso tanto social, como culturalmente. Como afirma Moreira, a cultura vivida é o que importa:

“Nessa perspectiva, importa analisarmos como os processos de reprodução e de constelação econômica e cultural ocorrem no espaço escolar e como considerá-los no esforço de renovação curricular. Importa, ainda, examinarmos os conflitos, os interesses e os benefícios envolvidos na inclusão, no currículo, de determinados saberes, experiências e práticas culturais. Importa, por fim, se nos posicionarmos a favor de uma pedagogia crítica, valorizarmos e incorporarmos, no currículo as “culturas vividas” por nossos estudantes, respeitando suas experiências e seus saberes, assim como promovendo a crítica e o diálogo dos mesmos com outros saberes e outras experiências.”

(Moreira, 1996: p. 140)

Com base na discussão da *circularidade* entre níveis de cultura, abordada anteriormente, me pergunto sobre como *Cultura Popular* e *Cultura Erudita*, se inscrevem hoje, neste início de século XXI, no cotidiano escolar? Como os estudos do folclore atijam este debate? O folclore continua sendo trabalhado como recurso didático e como festa? Como o calendário escolar contempla o calendário católico?

Conforme citei no *Credo*, Segala (2000) nos mostra que ano após ano, nas tradicionais festas escolares de comemoração do *Dia do Folclore*⁶⁹, onde se pretende evocar as tradições brasileiras, vemos ocorrer a utilização do folclore como mero recurso didático, e não como um campo de estudos e pesquisas. Juntamente a isto, o fato corriqueiro por ocasião das comemorações folclóricas, correntemente comentado entre profissionais de ensino, mas pouco estudado e problematizado, é o crescente número de alunos pertencentes a religiões protestantes que se recusam a participar de apresentações e festas, sob alegação de se tratarem de coisas que estão fora do âmbito daquilo que é permitido e autorizado por suas religiões. Será que a escola, envolvida em suas comemorações cristalizadas, em seu calendário comemorativo freqüentemente etnocêntrico, não estará perdendo a oportunidade de compreender em profundidade, as práticas e representações de seus alunos? Não se trata de posicionar-se aferindo juízo de valor acerca das religiões, mas de tentar compreender o significado do pertencimento religioso, dos sistemas de crença e das práticas rituais, a fim de fazer da escola um espaço de reflexão e respeito à diversidade.

Como vimos, na história cultural brasileira, em diferentes épocas, buscou-se uma vinculação entre *Cultura Popular* e identidade nacional, não seria esta a chave para o entendimento da questão? Ortiz (1985) problematiza estas relações entre o popular e o nacional, chamando atenção para o fato de que estas se dão no interior do Estado que é “*uma dimensão que os antecede e os transcende*” (idem: p. 130). O autor indaga se a conservação “*do que é nosso*”, do nacional seria necessariamente um prolongamento da Cultura Popular, pois considera que esta relação é “*ilusória*”, já que a memória coletiva está pautada na ordem da vivência, da concretização imediata no cotidiano dos sujeitos, expressa na ritualização, enquanto a memória nacional está referida a uma história com existência “*virtual*”, que transcende os sujeitos, da ordem da ideologia, produto de uma história social.

Outro ponto importante nesta distinção é que a Cultura Popular pautada como tradição, reproduz um passado sacralizado, enquanto que a memória nacional projeta-se para o futuro. A identidade nacional revela-se assim, segundo Ortiz (op. cit.), como entidade abstrata que, não podendo ser encarada como prolongamento dos valores populares, constitui-se como

⁶⁹ Segala (2000) nos lembra que o Dia do Folclore (22 de Agosto) foi oficializado na época da Ditadura Militar, por decreto do então presidente Castelo Branco em 1965.

“*discurso de segunda ordem*”, não particularizado a nenhum grupo social específico, mas sim como elemento “*universal*” que se impõe aos diversos grupos.

E como se constituiria tal identidade? Prossegue o autor:

“É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo. (...) A questão que se coloca não é de saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os “verdadeiros” valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses servem?” (1985: p. 139)

Isto se coaduna com o que afirma Hall (1998) ao pontuar que as identidades nacionais não são categorias com as quais nascemos e sim, são “*formadas e transformadas no interior da representação [cultural]*” (p.53). Hall corrobora Benedict Anderson (1983) ao afirmar que a “*identidade nacional é uma comunidade imaginada*” (1998: p. 55). Para operar a construção desta identidade, Hall distingue cinco principais ferramentas: a ênfase na narrativa da nação (dos eventos históricos, símbolos, rituais e estórias); o destaque nas origens e continuidade (que visa conferir um caráter de imutabilidade à identidade); o mito fundacional (que localiza a origem da nação num passado distante); a idéia de um povo puro, original e a invenção da tradição.

Para tratar deste último ponto, vale à pena resgatar aquilo que Hobsbawn (1997) chama de *Tradição Inventada*, a fim de problematizar a lógica da autenticidade expressa anteriormente:

“ Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”(p.9)

Segundo o autor, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações rápidas e amplas, e que precisam ser sustentadas. Neste sentido, Hobsbawn acrescenta, que é

possível haver a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições, a fim de servir aos propósitos nacionais. Por esta razão fica claro que *“o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se atenção devida à invenção das tradições”* (p.23).

Desta maneira, é evidente que através da idéia de “povo” se buscou a unificação simbólica da população com sua respectiva ligação aos conceitos de nação e pátria, visando forjar a construção de uma “identidade nacional” e criar, desta forma, lógicas sociais de pertencimento.

Como bem lembrou Ortiz (1985), a construção desta identidade nacional se processa de acordo com o interesse dos artífices que a constroem.

“Mas para que o “espírito de povo” corresponda ao “caráter nacional” participante desta consolidação ideológica do Estado Burguês é preciso que este espírito não esteja associado a qualquer possível ameaça à ordem deste Estado, daí a exorcização do potencial antagônico incorporado pela noção de popular”.(Mattos, 1994: p. 169)

Em função da necessidade desta *“exorcização do potencial antagônico”* de que nos fala Mattos (idem), ganha sentido a discussão da criação da categoria “autenticidade”⁷⁰ como categorização que confere legitimidade ao que pode ser reconhecido ou excluído. Através do que nos mostrou Abreu(1999) e Mello Moraes(1895), percebemos o quanto em nossa tradição cultural, buscou-se atrelar o “popular” à devoção católica, valorizando essa relação nos festejos escolares. Este modelo se mostra dia a dia insatisfatório diante de uma clientela crescentemente neopentecostal, predominantemente de poder aquisitivo baixo, que frequenta nossas escolas públicas. Talvez isto explique a perplexidade de alguns professores diante da recusa de evangélicos na participação dos festejos: *Como podem rejeitar o que nos ensinaram como símbolos do que nos constitui enquanto povo? Como podem não se reconhecer naquilo em que consideramos nossas tradições autênticas? Afinal, por que transformações passaram esta*

⁷⁰ *“...autenticidade tem a ver não com o modo como apresentamos nosso self ao ‘outro’ em nossas interações sociais, e sim como ele realmente é ou como realmente somos, independentemente dos papéis que desempenhamos em nossa relação com o outro. Assim, o indivíduo passa a ser pensado como o próprio locus de significado e realidade. Autenticidade é a expressão deste self definido como uma unidade livre e autônoma em relação a toda e qualquer totalidade cósmica ou social.”* (apud Gonçalves, 2001: 15) Para Gonçalves esta categoria – autenticidade - é geralmente aplicada a pessoas ou a objetos. (...). Assim, *“o autêntico é equacionado ao original, enquanto o inautêntico à cópia ou reprodução”* (p.16) Desde modo, a existência do original é condição indispensável para o conceito de ‘autenticidade’.

significativa parcela das classes populares ligadas a sistemas de crenças que arguem as consideradas manifestações folclóricas nossas mais legítimas?

DA ÁGUA PARA O VINHO: A EMOÇÃO PELOS POBRES E A EMOÇÃO DOS POBRES – DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO AO PENTECOSTALISMO

Corten (1996) em sua obra *Os Pobres e o Espírito Santo*, busca distinguir e explicar dois momentos distintos de expressão da religiosidade popular na América Latina: o momento da emoção *pelos* pobres e o momento da emoção *dos* pobres. O primeiro momento identificado pelo autor com a Teologia da Libertação e o segundo, com o Pentecostalismo.

Corten (idem), ao citar dados do ISER⁷¹, afirma que o Pentecostalismo⁷² veio ocupar o lugar simbólico que antes pertencia à Teologia da Libertação, que teve seus momentos de destaque entre o início dos anos 60 até meados dos anos 80.

Comumente atribui-se o surgimento da Teologia da Libertação ao segmento católico e possivelmente por esta razão, o fundamento da identificação desta corrente com a “*opção preferencial pelos pobres*” adotada pela Igreja latino-americana em Medellín, parece ganhar maior destaque. Corten (Op. Cit.) no entanto, lembra que as definições da Teologia da Libertação são muitas e que seu surgimento ocorre no seio protestante em 1961⁷³, com teólogos evangélicos latino-americanos de vanguarda. Somente em 1964, ocorre por parte dos católicos uma organização inicial com tais características⁷⁴.

Ocorre, em 1968, no Peru uma Conferência organizada pelo padre Gustavo Gutiérrez sob o título “Teologia da Libertação”. Gustavo Gutiérrez era simpatizante de uma meditação sociocrítica, recusando o positivismo ingênuo. A palavra libertação se apresenta, segundo Corten (Op. Cit.), consonante com o léxico político da época que apontava para um movimento de libertação nacional onde se fazia presente três dimensões: teológica, pedagógica e marxista.

Corten (1996) destaca que o marxismo no seio da religião Católica tem a função de deslocar a emoção para um discurso sobre a necessidade de mudança das estruturas, banindo a

⁷¹ Instituto de Estudos da Religião do Rio de Janeiro.

⁷² Corten (1996) atribui aos pentecostais um crescimento de 5 a 10% ao ano.

⁷³ Em 1961 é fundada a ISAL (Iglesia y Sociedad em América Latina), onde se tratava da ‘Teologia da Revolução’. Em 1968 o Teólogo evangélico e Psicanalista Rubem Alves apresenta em Princeton sua tese de doutorado chamada *Toward a Theology of Liberation* (Corten, 1996).

⁷⁴ Ocorre em 1964 a Reunião de Petrópolis/RJ organizada por Ivan Illich (Corten, 1996).

tendência à compaixão e emoção frente à miséria da população. Deste modo, os pobres se tornam categoria central da Teologia da Libertação:

“ A forma clássica de ‘heresia popular’⁷⁵ é o movimento de pobreza evangélica. Este é mais diretamente aparente. Ele se afirma na ‘Igreja dos pobres’, ‘nova experiência do Espírito Santo’. A ‘Igreja popular’ não é uma invenção dos teólogos. Os ‘conscientizados’ dos meios populares reconhecem-se na ‘Igreja popular’ porque fazem frente a uma Igreja que recusa assumir a sua “missão profética”. (Corten,p:30,1996)

Esta opção preferencial pelos pobres porém perde seu potencial de contestação a partir de Puebla em 1979:

“A aspiração à pobreza, antes de ser um princípio de identidade, é um princípio de oposição. É ele que faz de uma heresia um movimento social. Ora, esse ‘nós’ da Igreja popular que permite fustigar o abandono do espírito evangélico pelos meios eclesiais, os teólogos abandonam-no em Puebla. Eles o abandonam em nome da autocrítica – a acusados de introduzir a luta de classes na Igreja. Os teólogos da libertação negociam a “heresia popular” para manter no documento de Puebla o enunciado da ‘opção preferencial pelos pobres’.(...) Privado do seu potencial de contestação, privado do seu ‘princípio de oposição’, a Igreja dos pobres transforma-se então numa pequena elite das camadas populares, incapaz de proselitismo, elite fechada em si mesma, isolada dos mais pobres, que considera como ‘alienados’. Os mais pobres que ela vê dirigirem-se para as ‘seitas’ pentecostais, para onde a heresia popular deslocou-se”. (Corten: p.30, 1996)

A partir dos anos 80 a Teologia da Libertação perde força, à medida que se rende ao clero conservador que não entende que a utopia do Reino emergirá com as lutas históricas. Deste modo, muitos adeptos deste segmento são advertidos ou silenciados em função de seu potencial

⁷⁵ Entende-se por “Heresia Popular” as três operações que suscitam grandes movimentos religiosos: contato Direto com Deus; Contato direto com a Bíblia e Valorização da Pobreza à imagem de Cristo. Neste sentido, cabe comentar que embora as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) possam ser encaradas como forma de expressão da Teologia da Libertação surgem nos anos 60 por iniciativa da hierarquia da Igreja, com o objetivo da *difusão maciça e orientada da Bíblia* com o objetivo de para evitar a expansão do protestantismo. Nas CEBs, o *contato direto com Deus*, subestimado pelo clero católico, não tinha muito destaque. Porém, o sucesso da Renovação Carismática católica na década de 70 e do pentecostalismo demonstram que esta necessidade existia. Corten (1996).

herético: *“É o retorno da grande disciplina. As cartas de advertência e admoestações multiplicam-se (...) O campo ideológico da ‘pobreza’ a partir daí está livre para outros movimentos religiosos”*. (Corten: p.34, 1996)⁷⁶

Embora com características românticas, exaltam um “eu genérico” em lugar de um “eu intimista”, a Teologia da Libertação se pauta mais por um discurso racional nas CEBs, que pelo discurso emocional dos pentecostais. Segundo Dom Fernando Sebastian, os teólogos da libertação não eram “teólogos da reza” e ao desconsiderar esta necessidade mística do povo, perdeu espaço ao pentecostalismo. (Corten: p.39, 1996) No entanto, as explicações para as mudanças no campo religioso parecem ser muito complexas e apontarem para múltiplos fatores.

PENTECOSTALISMO

Parker (1995) ao analisar o crescimento dos segmentos pentecostais na América Latina, afirma que a partir dos anos 30, com o crescimento das aglomerações urbanas e industrialização, a sociedade passou a enfrentar uma crise pois, com o impacto da industrialização dependente, não ocorreu aumento do emprego industrial e portanto, o sistema mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra que migrava do campo. Com isto, a partir dos anos 80, ocorreu um aumento da terceirização e do setor informal da economia, como consequência da incapacidade do Estado em absorver o aumento da população economicamente ativa.

Dados da II Conferência Regional sobre a Pobreza na América Latina e no Caribe de 1990, revelaram que havia 270 milhões de latino-americanos (62% da população) em condições de pobreza. Estudos da época revelaram que o aumento substancial do desemprego, introduziu milhares de pessoas em mercados não organizados e em atividades não institucionalizadas, sem legislação social ou seguro social. São os chamados “Setores invisíveis” pois os sistemas de informações estatísticas são incompletos e inadequados para compreender a dimensão, estrutura

⁷⁶ Leonardo Boff, em razão de suas teses ligadas à Teologia da Libertação, apresentadas no livro "Igreja: Carisma e Poder", foi submetido em 1984 a um processo pela Sagrada Congregação para a Defesa das Fé, ex Santo Ofício, no Vaticano. Em 1985, foi condenado a um ano de "silêncio obsequioso" e deposto de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, a pena foi suspensa em 1986, podendo retomar algumas de suas atividades. (Fonte: http://www.jornalohodeaguia.com.br/cl_boff_bio.htm)

e dinâmica dos setores informais. Estas são as “estratégias de sobrevivência dos grupos subalternos:

*“ Com efeito, para falar das classes e dos grupos subalternos, isto é, daqueles que vivem fundamentalmente em situação absoluta ou relativa de pobreza, é necessário falar também de sua própria capacidade de resposta ativa à sua situação desfavorável na sociedade. Não estamos falando de números, mas de sujeitos humanos que têm que enfrentar um ambiente adverso. Como a renda é insuficiente, os empregos inseguros e instáveis, comumente não possuem sistemas previdenciários ou de saúde, as condições de vida são precárias e insalubres, a situação objetiva de miséria se torna dramática pelo grau de incerteza que envolve. É perfeitamente razoável que esses indivíduos que têm insatisfeitas a maior parte de suas necessidades humanas básicas busquem, às vezes de forma angustiante, os meios e os mecanismos para satisfazê-las, assegurando assim a subsistência, isto é, a permanência e reprodução de sua vida. Por isso, as chamadas **estratégias de sobrevivência** dos grupos pobres são formas sociais de ação coletiva que devem ser reconhecidas e valorizadas como fenômeno que tem uma profunda repercussão na construção do modo de vida e na cosmovisão desses grupos que constituem as maiorias num continente subdesenvolvido.”*

(Parker, 1995: p. 79)

Segundo Parker (idem), a situação de deterioração das condições de vida, acentuou a frustração, tensões, violência social, consumo de drogas e rebeldia. Nota-se grande contingente migratório da América Latina para os EUA e Canadá. Tais modificações econômicas e culturais, encontram reflexos nas mudanças de mentalidades e práticas sociais.

Em meados dos anos 70, a sociologia abordava de forma crítica a modernidade norte-americana. Supunha-se que com a passagem de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade moderna, urbana e industrial, deveria ocorrer inevitavelmente uma **secularização dos valores**, ou seja, supunha-se que a religião passaria a ter uma importância cada vez menor na vida social, sendo substituída por normas seculares, sem referência ao sobrenatural. Parker (1995) questiona a sociologia positivista secularizante e argumenta a partir de resultados de pesquisas realizadas nos países da América Latina e Caribe. De acordo com dados⁷⁷ de censos neste países, o catolicismo que até 1980 era majoritário, diminuiu, mas cresce o número de protestantes e adeptos de seitas. Assim, *“Ao estudar o panorama geral para o conjunto de países da América Latina, podemos constatar que não se dá, como poderia postular a teoria da*

⁷⁷ World Christian Encyclopedia.

modernização, uma associação direta e monocausal entre o grau de urbanização-industrialização e o grau de aumento de não-crentes”.(p.87)

“Em termos tendenciais podemos dizer que a um maior impacto de um processo de urbanização periférico, desigual e heterogêneo, corresponde uma menor pressão para manter os laços com a religião católica majoritária, um maior pluralismo religioso e ideológico. Aumentam os protestantes, outras religiões e não-crentes. Em todo caso, os dados consignados nos levam a estabelecer, a título de hipótese, que o processo “secularizador” provocado pela urbanização periférica envolve uma transformação do campo religioso, quebrando o monopólio do catolicismo e introduzindo novas opções religiosas”. (...) O aspecto religioso não se apaga, mas parece transformar-se no contexto de uma sociedade latino-americana submetida a uma modernização periférica, heterogênea, desigual e com um estilo de desenvolvimento que se esgota. O que se pode esperar para o futuro?” (Parker, 1995: p. 92)

Segundo Corten (1996), as aproximações entre Teologia da Libertação e Pentecostalismo podem ser maiores que a mera ocupação do mesmo lugar simbólico deste primeiro pelo segundo. Se os adeptos da Teologia da Libertação, através da participação nas CEBs, buscam a salvação como libertação da opressão através da palavra que é conscientização para chegar à libertação e os pentecostais buscam, a salvação pela via da louvação e do testemunho, conseguindo através de seus encontros recobrem em muitos casos a dignidade, capacidade de expressão e a auto-estima⁷⁸, então ambos acabam contribuindo ainda que por caminhos diferentes, mas com as mesmas características transindividuais, para objetivos similares, ou seja, a busca de uma melhoria nas condições objetivas de vida. Por esta razão, como demonstra Parker (1995), não podemos falar em secularização na América Latina, mas numa mudança dos modo de expressão religiosa. Concluimos assim, que o aspecto religioso não se dilui, mas se transforma e que claramente, o catolicismo não vem conseguindo manter sua hegemonia neste novo momento.

Corten (1996) opõe “cultos quentes”, conduzidos pela participação dos fiéis pentecostais, aos “cultos frios” realizados pelo clero instruído. Embora correspondam a realidades opostas, a “moral da salvação” é comum aos dois, embora na Teologia da Libertação,

⁷⁸ Isto fica claro através do trabalho relatado por M^a das Dores Machado em seu trabalho intitulado: “Olhando as mulheres pentecostais através do espelho” (2001) IN VALLA, Victor Vincent (ORG.) *Religião E Cultura Popular*. Rio de Janeiro, D P & A, 2001.

a moral da libertação da opressão seja central, ao passo que no Pentecostalismo a louvação é o eixo central.

Novaes (2001) ao analisar os dados sobre religiosidade dos brasileiros obtidos no censo realizado pelo IBGE em 2000, comenta que o fenômeno mais evidente nesta pesquisa é o expressivo crescimento numérico dos pentecostais de diversas denominações que se multiplicam em organizações religiosas de pequeno, médio e grande porte.

Novaes (Op. Cit.) distingue o protestantismo histórico do pentecostalismo. Afirma que o primeiro grupo tem suas origens ligadas à Europa e à Reforma do século XVI, enquanto para os pentecostais, a referência são os Estados Unidos no início do século XX. Embora pontue que existam diferenças significativas entre os próprios pentecostais, estes partilham das seguintes características que os distinguem dos protestantes históricos:

“De maneira geral, os pentecostais partilham da espera de uma segunda vinda de Cristo e acreditam ter acesso, no dia-a-dia, aos dons e carismas do Espírito Santo. À ação do Espírito Santo atribuem curas dos males do corpo e da alma. Em suas igrejas, os pentecostais se expressam religiosamente através das palmas, do falar em línguas estranhas (glossolalia), dos rumorosos louvores e evocações, dos peculiares movimentos corporais, dos exorcismos.

Os “testemunhos” são muito importantes em seus cultos. Através deles os fiéis dão publicamente a conhecer os problemas e as soluções encontradas para questões pessoais e familiares, de ordem financeira, afetiva, de saúde. Frequentando assiduamente as igrejas(...) se consideram apartados das coisas do mundo.”

(Novaes: p.44, 2001)

Novaes (idem) afirma que o pentecostalismo no Brasil surge em 1910 no Recife (PE) com a fundação da Congregação Cristão do Brasil pelo italiano Luigi Francescon e em 1911 em Belém (PA) com a fundação da Assembléia de Deus pelos suecos Daniel Berger e Gunnar Virgen. A autora diz que a expansão pentecostal no Brasil pode ser pensada em três momentos:

*“Uma **primeira onda** compreende os anos 1910-1950, época em que 80% da população brasileira vivia no campo. Nestes anos a expansão se fez, sobretudo, a partir da região Norte (através da denominação Assembléia de Deus) e Nordeste (Congregação Cristã do Brasil). Na **segunda**, que compreende os anos 1950-1970, o pólo irradiador foi São Paulo e coincide com a urbanização e a formação de uma sociedade de massas (por exemplo, as denominações Igreja Quadrangular e Brasil para Cristo, Deus é Amor). A **última** começou no final dos anos de 1970 e tem berço carioca, coincidindo com a modernização autoritária do país, principalmente na*

área das comunicações, e também com a derrocada do milagre econômico (entre elas se destacam a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977, e a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980.” (Novaes: p. 50, 2001)

Deste modo, mudanças foram sendo operadas no campo religioso brasileiro, de modo que o pentecostalismo fosse alcançando grande penetração junto das classes populares.

Nas décadas de 50 e 60 a Igreja Católica em suas publicações alertava para os perigos das heresias modernas, entre elas, o protestantismo. Nos anos 70 encomendou várias pesquisas para compreender as razões da conversão dos católicos ao pentecostalismo. Algumas produções acadêmicas dos anos 60/70, buscavam analisar o pentecostalismo como fruto do “atraso” da América Latina e do êxodo rural. As vertentes marxistas acreditavam que o pentecostalismo “*reforçava a ideologia dominante impedindo a emergência de uma consciência de classe. Com base nas ênfases doutrinárias da “espera da segunda vinda de Cristo” e do “afastamento das coisas do mundo”* que os impediria de participar da vida política. (Novaes: p.45, 2001). Estes diagnósticos convergiam para o entendimento de que o pentecostalismo era conservador e alienado, revelando-se como uma vertente religiosa ligada ao imperialismo norte-americano como estratégia de dominação dos países latino americanos. Novaes argumenta que este entendimento não deve ser tomado como uma máxima. Lembra do grande número de evangélicos que estavam à frente das Ligas Camponesas, com intensa participação política, nos anos 50/60 no Nordeste brasileiro. Cita também Benedita da Silva, ex- Governadora e Ministra da Assistência e Promoção Social, como exemplo de evangélica comprometida com engajamento político, alertando para a necessidade de se complexificar as análises que simplificam os pentecostais, rotulando-os como conservadores e alienados. Novaes (2001) cita outros estudos que revelam que em algumas igrejas neopentecostais há uma preocupação em ensinar seus fiéis a ler, escrever e perder a inibição para falar em público, qualificando-os à participação política.

Hoje, vinte anos após o início da terceira onda, continuamos acompanhando o crescimento dos neopentecostais sobretudo nas áreas mais pobres e nas cidades, embora os adeptos nas classes altas e médias venha crescendo também. Novaes (2001) afirma que, enquanto a Igreja Católica tende a buscar enfrentar as tensões internas em nome de sua unidade, as igrejas protestantes, tem uma exacerbada tendência reformista ao cisma. Por esta razão, há a constante produção de novos pastores e lideranças religiosas.

Novaes (2001) ao citar relatos de alguns entrevistados, demonstra como as oportunidades das classes populares são restritas: “*Algumas mães ao falar sobre o destino de seus filhos, muitas vezes resumem o futuro de alguns deles a duas alternativas: ser crente ou ser bandido*” (p. 71). Deste modo, conclui que as classes populares estão se valendo da conversão como estratégia de enfrentar à exclusão social e ausência de controle do poder público em áreas predominantemente controladas pelo tráfico de drogas.

Neste sentido, a *Teologia da Prosperidade* possui um grande apelo no seio pentecostal/neopentecostal. Cabe destacar que, se as classes populares se valem realmente da alternativa pentecostal como um caminho possível de sobrevivência, esta não pode ser vista hoje como uma estratégia estranha à cultura brasileira.

“... hoje, a alternativa religiosa que se convencionou chamar de ‘pentecostal’ não pode ser considerada – por sua origem norte-americana – simplesmente exógena. Tornou-se parte viva e constitutiva da cultura brasileira. O número de fiéis e o número de denominações aqui fundadas apontam neste sentido. Como já foi dito, o chamado movimento pentecostal no Brasil não estabeleceu relações de dependência – em termos materiais ou humanos – com matrizes européias ou americanas. Portanto, a questão colocada em termos de “exógeno ou autóctone” não parece contribuir muito para a compreensão da opção pentecostal entre nós.”

(Novaes: p.65, 2001)

As práticas relacionadas à *Teologia da Prosperidade*, muito encontrada na bibliografia que reflete sobre as denominações pentecostais e neopentecostais, puderam ser observadas na prática, sendo importantes para a pesquisa, durante o tempo que freqüentei uma igreja neopentecostal, como citei no início deste trabalho, no *Credo*. Recordo-me da última pregação que assisti em 23/03/2003, onde um Pastor convidado, pregava sobre a necessidade de que o crente “*pensasse grande*”. Neste sentido, dizia que se “*o crente não prospera, é porque não está fazendo a vontade de Deus*” e deu o exemplo de um membro de sua Igreja que ganhava R\$300,00 por mês e a igreja tinha uma necessidade de uma quantia de R\$200,00 para fechar seu orçamento do mês. Este membro doou sem hesitar os R\$200,00 e poucos meses depois, passou a ganhar R\$2000,00. Tal testemunho, se coaduna com o que Soares (2002) explicita em sua dissertação de mestrado:

“Nas correntes dedicadas ao tema da prosperidade, pastores e bispos reiteram a necessidade permanente do fiel lançar um ‘desafio’ a Deus que constitui a oferta antecedente e sistemática de um dízimo ampliado, ‘tomando posse’ pelo conhecimento da palavra divina expressa no evangelho, do que lhe é de direito. Já que por princípio considera-se que nada se obtém gratuitamente, há um reforço da idéia do fiel tornar-se um ‘sócio’ de Deus, estabelecendo com ele um ‘contrato’ onde não se pede, mas ‘exige-se’ que cumpra sua parte” (p.123)

O Pastor citado no episódio anterior, completou a pregação estimulando a generosidade das ofertas naquela noite e abriu sua própria carteira no púlpito para ser o primeiro a mostrar que podia ser generoso com Deus e por isto, todos os irmãos poderiam ver no final do culto o resultado de sua conduta: o seu *Golf zero km* parado na porta da Igreja. Concluiu dizendo que em sua Igreja havia cinco carros zeros comprados naquele mês e que isto era um sinal das bênçãos recebidas.

Este tipo de argumentação, muito difundida nas igrejas pentecostais e neopentecostais, indica apropriações de certas premissas ditadas por Weber no início do século XX, em *“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”*. O autor demonstra nesta obra, o quanto o protestantismo, especialmente o puritanismo calvinista, através de seu incentivo direto ao exercício da *vocação* que se reflete como cumprimento de seus afazeres de forma ética, disciplinada e metódica, encontra-se em consonância com o espírito capitalista:

“É verdade que a utilidade de uma vocação, e sua conseqüente aprovação aos olhos de Deus, é medida primeiramente em termos morais e depois em termos de importância dos bens por ela gerados para a comunidade. A seguir porém, e em termos práticos acima de tudo, pelo critério mais importante da lucratividade do empreendimento. De fato, se Deus, cujas mãos os puritanos viam em todas as ocorrências da vida, aponta para um de Seus eleitos uma oportunidade de lucro, este deve segui-la com um propósito, de modo que um cristão de fé deve atender a tal chamado tirando proveito da oportunidade. ‘Se Deus te mostra um caminho pelo qual possas, legalmente, obter mais que por outro (sem dano para tua alma ou para a de outrem), e se o recusares e escolheres o de menor ganho, estarás em conflito com uma das finalidades de tua e estarás recusando ser servo de Deus, e aceitando Suas dádivas e usando-as para Ele quando Ele assim o quiser: podes trabalhar para ser rico para Deus e não para a carne e para o pecado’” (Weber, 2002: p. 122)

A riqueza como desempenho direto da vocação, é não só permitida, como recomendada. Em algumas denominações pentecostais e neopentecostais em nossos dias, o que se percebe nos cultos é a insistente inculcação da doação da décima parte desta riqueza para a Igreja através do dízimo⁷⁹, das ofertas e campanhas e, assim busca-se ensinar ao fiel que existe uma relação direta entre *fiel rico e Igreja rica*.

Bonfatti (2000), em seu estudo sobre o neopentecostalismo da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), destaca oito maneiras diferentes utilizadas por esta Igreja para obter doações financeiras de seus fiéis e o dízimo, é apenas uma delas. Este autor narra um fato que presenciou em um destes momentos de arrecadação de fundos:

“...o pastor propôs um desafio que já fora observado diversas vezes, ou seja, se aquela assistência iria ou não conseguir superar o total das doações da assistência da reunião anterior com o pastor fulano de tal. Todos aceitaram o desafio imediatamente; animados, todos se empolgavam quando os obreiros iam contando o quanto já havia e o quanto faltava no numerário de doações. Utilizou-se o expediente de ir abaixando o valor das ofertas, mas chegou-se a um momento tal que as doações pararam e não se havia atingido a quantia a ser arrecadada, que superaria a reunião anterior. Então, o pastor perguntou se a assistência queria desistir; todos responderam que não. Algumas doações a mais vieram, mas não atingiram o objetivo predeterminado.

O pastor disse que não era ele que havia aceito o desafio e perguntou, de forma jocosa, se queriam desistir; todos gritaram, respondendo que não. O ambiente foi ficando anuviado, pois o restante que faltava não era completado e nenhuma oferta a mais surgia...Foi quando o pastor propôs que, se houvesse alguém ali que quisesse dar um cheque com a quantia restante (na época, quase um salário mínimo), este teria uma ‘bênção especial’ com o ‘óleo sagrado’. Eis que surgiu na assistência um senhor com um talão de cheques; ele subiu ao altar e preencheu lá em cima, na frente de todos, enquanto era ungido e abençoado pelo pastor. Quando isso ocorreu, diante de uma assistência de mais de quinhentas pessoas, todos bateram palmas para o abençoado e o pastor disse que mais uma vitória de Deus sobre o demônio fora obtida. Quando o abençoado desceu do altar, eram muitos os olhares de admiração e satisfação que o acompanhavam no corredor central do templo até o seu lugar.” (Bonfatti, 2000: p. 72)

⁷⁹ Vale afirmar que o Dízimo é um preceito bíblico, vide por exemplo Malaquias, capítulo 3,10. Porém, este é mais enfatizado nas igrejas protestantes que na Igreja Católica.

Embora presenciar episódios semelhantes ao relatado acima tenha sido uma constante durante o tempo em que estive semanalmente imersa na realidade pentecostal, percebo que o constrangimento deste tipo de acontecimento parecia ser evidente apenas para mim, pois notei que as pessoas doavam dinheiro para ofertas, dízzimos e campanhas com bastante alegria, não demonstrando sentirem-se coagidas. No meu trabalho de observação participante, muito me intrigava a insistência, em quase todos os cultos, em advertir os líderes e obreiros da igreja sobre o pecado de falarem mal de seu pastor e de se tornarem dissidentes e formarem outra igreja, cometendo a deslealdade de levarem consigo outros membros. Havia uma proibição expressa de reuniões de oração nas casas dos membros, pois isto poderia ser o início de ameaça no sentido da desagregação dos membros. Vale citar Novaes (2001) que fala sobre a lógica repetitiva do cisma entre os protestantes e de sua diferenciação dos católicos neste aspecto:

“De fato, as denominações pentecostais nascidas no Brasil são hoje incontáveis. Elas revelam a constante segmentação que exacerba entre os pentecostais a tendência reformista do cisma. Opondo-se à unidade universal católica, as denominações são criadas a partir de ‘rachas’ internos ou de novas iniciativas de grupos ou de pessoas. Herdeiras do princípio do ‘sacerdócio universal’, produzem constantemente novos pastores e, também, nova modalidade de produzir e reproduzir lideranças religiosas” (Novaes, 2001: p. 53)

Outra questão relativa aos pentecostais e neopentecostais que merece ser mencionada, refere-se à solidariedade observada entre os “irmãos na fé”. Prática muito comum entre este grupo é não só ajudar os membros necessitados, mas também buscar serviços de pessoas ligadas ao mesmo sistema de crenças. Neste sentido, vale à pena trazer esta contribuição de Bonfatti (2000):

“ Há algum tempo, recebemos pelo correio um folheto de propaganda de uma pizzaria que, como muitas outras, oferecia seus serviços por telefone de entrega em casa. Até aí, nada demais. Porém, chamou nossa atenção o fato de que entre as variedades de pizzas e seus respectivos preços no folheto, destacava-se em forte cor, junto ao nome da pizzaria, a seguinte frase: A Primeira Pizzaria Evangélica da Cidade! Um consumidor de pizzas desatento talvez não tenha percebido a dimensão dessa frase nesse simples folheto de propaganda. Compreendemos, naquele instante, que ela possuía um marcante significado para o campo religioso brasileiro e era expressão direta das profundas mudanças que nele vêm ocorrendo. (...) Mesmo que tenha sido apenas uma jogada de marketing de pizzaria, essa jogada possui um público-alvo, que, se outrora não era ínfimo, era

pelo menos escondido de tudo e de todos. Hoje, ao contrário, é interessante ser uma pizzeria evangélica, pois há uma clientela de evangélicos cada vez maior e mais disposta, se possível a gastar seus dinheiro somente com evangélicos”
(BONFATTI, 2000: 16)

Bonfatti (Op. Cit.) afirma que cem mil pessoas se tornam evangélicas por ano na região metropolitana do Rio de Janeiro e que em 1994, havia pelo menos uma igreja evangélica sendo aberta por dia útil. Certamente que este assombroso crescimento contribui, para uma modificação da representação social que tem dos evangélicos: *“Hoje já começam a ser vistos de forma diferente: são tidos como argutos, concorrentes e empreendedores não só no mercado religioso como também no mercador financeiro”* em oposição à visão bizarra, distante e até pejorativa que se tinha deste segmento até décadas atrás. (Bonfatti, 2000: 16) Deste modo, podemos perceber que este público ganha especial evidência. A qualificação de “evangélico” certifica produtos e serviços orientando no mercado, estratégias de consumo.

PENTECOSTALISMO E POLÍTICA

Como já desenvolvi no *Primeiro Mistério*, as relações entre Política e Religião são históricas. Porém, com a entrada de novos atores, com novas táticas, o campo religioso se reconfigura com o crescimento dos pentecostais e neopentecostais sobretudo a partir dos anos 80. Como expus no item anterior, o pertencimento religioso possibilita uma solidarização com o *irmão na fé* seja dentro ou fora da igreja. Se estendermos esta estratégia para a política, poderemos compreender como campo religioso e campo político se articulam.

Vemos, segundo Novaes (2001) que os neopentecostais, sobretudo da Igreja Universal do Reino de Deus, ao atrelar pertencimento religioso à política,⁸⁰ vem ganhando visibilidade na política e na mídia:

“... A Igreja Universal do Reino de Deus foi construindo uma nova maneira de participação dos evangélicos em disputas eleitorais. Em seu interior fala-se abertamente na importância de eleger representantes para defender interesses dos evangélicos e, particularmente, da Universal. Para suas candidaturas a vereador, a deputado estadual e federal há divisões de territórios que relacionam candidatos e

⁸⁰ Idéia trabalhada no *Primeiro Mistério*.

templos. Estes procedimentos da Igreja Universal do Reino de Deus influenciaram em outras igrejas evangélicas e até mesmo na Igreja Católica. Nas últimas eleições para deputados estaduais, federais e para vereadores, aumentaram as referências à religião dos candidatos. (...) A cada eleição vem aumentando o interesse de todos os partidos e candidatos pelo eleitor evangélico. Suas igrejas, com alto índice de frequência, são vistas como celeiros de eleitores congregados”.
(NOVAES, 2001: 57)

Isto se evidenciou na apresentação do *Primeiro Mistério*, quando apresentei uma entrevista com o Bispo Rodrigues, um dos fundadores da IURD e comentei sobre o rico trabalho de observação durante a espera para ser recebida. Porém o casamento entre política partidária e religião não está em foco somente na IURD. Em reportagem no Jornal *O Globo* de 18/07/2004, Cesar Tartaglia e Fenanda Escóssia comentam o trabalho do cientista político César Romero Jacob⁸¹, que demonstra através de um estudo como o apelo à fé vêm sendo cada vez mais explícito na política do Rio de Janeiro: “*O apelo à religião nunca foi tão explícito. Todos estão enfatizando sua condição de católico, de ecumênico, de evangélico*”.

Deste modo, estar numa posição de distinção no campo religioso, permite ao ator social, reconverter este capital por exemplo, angariando prestígio político.

Segundo Novaes (Op. Cit.) diferentes denominações participam de circunstanciais acordos em época eleitoral. No caso da Igreja Católica, em nome da preservação de sua unidade, há sempre uma preocupação com a produção e divulgação de cartilhas com a finalidade de estimular o “voto consciente” de seus membros, mas não há uma posição radical em torno de um partido político ou de determinados candidatos, muito embora se saiba que parte do clero progressista possui ligações históricas com o Partido dos Trabalhadores que iniciou sua militância política nas dependências da Igreja Católica.

Em 1980, as denominações evangélicas históricas e pentecostais elegeram alguns deputados e senadores. No entanto hoje, o crescimento da “bancada evangélica” é incontestável e políticos tradicionais não se furtam em buscar apoio do amplo eleitorado de “crentes”.

⁸¹ Autor de um estudo intitulado “*Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*” em parceria com Dora Rodrigues Hess, e dos pesquisadores franceses Philippe Waniez, do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD-Paris), e Violette Brustlein, do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS-Paris). Publicado pela Editora PUC-Rio / Edições Loyola (2002).

O QUE A FALTA DO VINHO NOS REVELA?

Finalizo este *Segundo Mistério* retomando a afirmação que o anuncia: *A transformação da água em vinho* durante um casamento. Foi o primeiro milagre de Jesus relatado na Bíblia. Ao procurar compreender as profundas mudanças no campo religioso brasileiro que encontram repercussão no campo social, político, cultural e educacional, me vejo novamente debruçada sobre o anúncio do mistério. Retomando a passagem bíblica que serve como título do *Mistério* fica claro: tudo se inicia quando Maria anuncia à Jesus: “*Eles já não têm mais vinho*”⁸² Este anúncio indica que a programação daquele evento havia falhado, algo tinha saído errado, causando grande mal estar. O plano havia fracassado. A metáfora parece coincidir com as reflexões feitas até aqui, sobretudo no campo da educação. O *vinho* das “tradições inventadas”, cristalizadas, dos costumes puídos, dos murais dos sacis reaproveitados, estão sendo questionados, pelas pesquisas das ciências sociais, pelos acontecimentos do cotidiano escolar... Os protestantes oferecem como Maria, o indício de que algo não está adequado. Talvez durante anos, respondêssemos como Jesus “*Mulher, minha hora ainda não chegou*”, encorajando à acomodação, à diminuição a importância de alguns que não se agregaram às nossas repetitivas celebrações escolares. No entanto, cada vez menos, creio ser possível adotarmos esta postura passiva e não reflexiva diante de nossas especificidades culturais, atravessada pelos múltiplos pertencimentos religiosos.

Estive recentemente como expectadora de uma palestra na escola em que trabalho⁸³ sobre *Cultura Brasileira*. Algo de muito sério foi proferido pela Diretora da escola ao apresentar a palestrante. Esta ao falar sobre a importância do tema, relatou que em determinada ocasião, em um encontro de religiosas fora do país, foi convidada, junto a outras brasileiras, a apresentarem algo típico de seu país. Por um momento ela viu-se em apuros: “*o quê mesmo, seria representativo da brasilidade?*” Pensando ter sido salva pela organização do evento que lhe anunciou já haver preparado algo para cada representante de um país apresentar, sua perplexidade atingiu o ponto máximo quando esta assistiu uma religiosa amiga sua entrar pelo salão vestida de Carmem Miranda! Ela não se reconheceu nisto. Nós não nos reconhecemos nesta, nem em tantas outras representações que construíram para nós. Creio que a *falta do vinho*

⁸² João, capítulo 2-3.

⁸³ Colégio Nossa Senhora das Mercês, já citado anteriormente.

nos revela o que já comentei no *CREDO: o grande equívoco acontece justamente porque não se trabalham as culturas populares na escola no dia-dia e com isto, estas comemorações selecionadas ganham uma característica marcante: a de serem “festejadas” de modo pontual, acrítico e portanto, sem sentido para a maioria dos alunos, evangélicos ou não.*(p.14)

Será que *não chegou mesmo nossa hora de refletir?* Este profundo incômodo, me impulsionou a buscar respostas no curso de formação de professores. Será que quem pensa a escola e ao mesmo tempo faz a escola já se deu conta destas questões? O Primeiro e Segundo Mistérios visaram sublinhar minhas duas portas de entrada na discussão desta dissertação: O Ensino Religioso e o Folclore, respectivamente. Contemplemos estas últimas indagações neste *Terceiro Mistério...*

TERCEIRO MISTÉRIO DA LUZ: ANÚNCIO DO REINO DE DEUS

“Jesus acolhe às pessoas que o procuram com humildade”⁸⁴: Jesus pode entrar na escola? Como o curso de Formação de Professores da UFF pensa a religião no espaço público?

Este *Terceiro Mistério* fala de “acolhida” aos que procuram Jesus. O que pretendo trabalhar aqui, não é uma busca pessoal, entendida em geral como questão de fóro íntimo e portanto, terreno nebuloso sobre o qual nos esquivamos com frequência de refletir. Busco tratar de outra coisa.

Patrícia Birman (2003) em recente obra, na qual problematiza junto com outros autores o lugar da religião no espaço público, parte de uma premissa: “*que o religioso e a sociedade se constroem mutuamente e que o espaço público constitui um campo privilegiado para observar suas interações*”. Neste sentido, caminham minhas inquietações de aluna e professora. Busco compreender como se desenrolam ou não, como se articulam ou não, a discussão sobre as religiões em um espaço público onde esta deveria ter um lugar privilegiado: na Universidade, mais precisamente no Curso de Formação de professores da UFF? Mas, com que autoridade, poderia alguém indagar, com que “base científica” julgo relevante esta discussão? Corroboro, então, as palavras de Rodrigues (2003):

“A análise da religiosidade popular⁸⁵ e a busca por uma melhor compreensão deste fenômeno, torna-se fundamental para nós, educadores, no sentido de que as camadas populares que freqüentam as salas de aula são adeptas ou possuem familiares que são adeptos ao movimento e conseqüentemente influenciados pelo mesmo. Se nós, educadores, não estivermos preparados para recebermos estes alunos e compreendê-los, até mesmo o diálogo em sala de aula ficará prejudicado, pois o código que este grupo domina é o código da religiosidade. Sendo assim, não podemos simplesmente

⁸⁴ “Mistério da luz é também a pregação com a qual Jesus anuncia o advento do Reino de Deus e convida à conversão. Ele perdoa os pecados de quem está arrependido (a) e quer mudar de vida confiando nele (cf. Mc 2, 3-12). Jesus cura o paralítico no corpo e no espírito. Para ele não importam os julgamentos e as críticas de quem quer que seja. Se há abertura de coração e desejo de conversão, ele age. “Para que saibais que o Filho do Homem tem na terra poder para perdoar pecados, eu te digo: levanta-te, pega tua maca e vai para casa (Mc 2,10-11). O anúncio do Reino de Deus é convite à conversão e acolhida. Jesus acolhe a mulher surpreendida em adultério e a redime em sua dignidade e em seu pecado, diante dela e daqueles que a estavam julgando. Ele coloca o amor como medida da conversão: ela demonstrou muito amor! Jesus diz à mulher: “Tua fé te salvou. Vai em paz” (Lc 7,47-50) Jesus acolhe a todas as pessoas que o procuram com humildade, marcando assim o início do ministério da misericórdia, que ele prosseguirá exercendo até o fim do mundo, especialmente por meio do sacramento da reconciliação confiando à sua Igreja (cf. Jo 20, 22-23)” (CORAZZA, 2002)

⁸⁵ Não trabalho com a noção de “religiosidade popular” e sim com a noção daquilo que Roger Chartier chama de *apropriação*, advogando que cada indivíduo/grupo social realiza uma adequação criativa da religião, sem intermediações demarcadas a priori por classes e/ou culturas.

ignorar a vivência destes alunos externa à escola, ou simplesmente aceitar que o conceito de religião manipuladora e alienante seja suficiente como resposta à nós. Através das análises das leituras foi-nos possível perceber que o êxito desta religião tem uma lógica que precisa ser considerada. Como bem analisa Bonfatti (2000:176): (...) ‘tem tido êxito porque esta Igreja consegue se sintonizar com os anseios dos indivíduos, no plano simbólico, tanto antropológico, quanto psicológico. Esta Igreja neopentecostal consegue, de uma forma própria, responder às questões que são fundamentais para o ser humano.’”

(Rodrigues, 2003: 79)

Somo às afirmações de Rodrigues, pois meu foco de interesse é dirigido não só aos alunos e seus familiares, adeptos de movimentos religiosos, que delineiam sob esta perspectiva, sua visão de mundo, mas também aos professores. Tais sujeitos, inseridos em seus papéis sociais, podem perfeitamente conformar uma opção religiosa e deste modo, terem sua prática pedagógica substancialmente atravessadas por suas crenças.

A percepção sobre a necessidade de travar uma discussão sobre a religião no curso de formação de professores, a partir de minha experiência como aluna de graduação do curso de Pedagogia na UFF, foi especialmente aguçada na disciplina “*Antropologia e Educação*” e também como bolsista de um projeto de extensão⁸⁶ ambos tendo à frente como professora e coordenadora Lygia Segala, orientadora deste trabalho. Na disciplina citada, me despertava a atenção, a resistência de algumas colegas, sobretudo as de orientação protestante, à temática do folclore. Isto ficava evidente sobretudo nos seminários de final de curso e nas aulas onde o trabalho com mitos e lendas era muitas vezes descartado:

“Quando eu era pequena não gostava dessas histórias de folclore no colégio porque pra mim era tudo coisa de mentira, de assustar. Eram lendas que enganavam, mula sem cabeça, lobisomen, indo contra a minha religião. Isso se guarda até hoje no meu trabalho.”

(...)

“É difícil te dizer... Minha escola tem orientação evangélica e a gente não trabalha com essas coisas”. (Segala, 2000: p. 66)

⁸⁶ Como já citei, trata-se do Projeto: “O folclore como campo de estudos nas escolas de Ensino Fundamental”, ligado à PROEX em 1998.

Recordo-me, ainda, de em conversa informal com Lygia, na qual esta me relatou, que em certa ocasião, ao exibir o filme “*O Santo Forte*” numa de suas aulas, algumas alunas protestantes se retiraram da sala como reação ao fato do filme abordar a questão dos *exus* e *pombas giras* e estas se sentirem de algum modo incomodadas em assistir coisas condenadas por suas crenças. Em função destas experiências, julguei pertinente pesquisar na Universidade Federal Fluminense, através de questionários exploratórios, a questão do pertencimento religioso no curso de graduação em pedagogia (UFF/Niterói). Durante três meses⁸⁷, estive envolvida na elaboração, aplicação e apuração dos questionários exploratórios. Meu interesse era definir o perfil religioso dos estudantes de Pedagogia desta instituição. Importava verificar se era verdadeira a impressão, colhida nas salas de aula tanto na UFF, quanto nas escolas públicas do Ensino Fundamental, de que havia um crescimento significativo de professores “evangélicos”. Escolhi aplicar os questionários em todos os períodos do turno da noite, pois considerei que haveria maior probabilidade de encontrar alunos que lecionassem durante o dia, o que me pareceu mais pertinente à pesquisa, pois num só instrumento recolheria impressões de um sujeito enquanto aluno de graduação e professor do Ensino Fundamental.

Confesso ter encontrado uma certa dificuldade na aplicação dos questionários. Planejava estar junto aos alunos, a fim de auxiliá-los nas eventuais dúvidas, recolhendo os questionários ao final de seu preenchimento. A primeira dificuldade foi conseguir a colaboração dos professores neste sentido. À exceção de dois⁸⁸ deles, não tive como acompanhar o preenchimento dos mesmos. A maior parte dos professores apenas permitiu que eu fizesse minha apresentação pessoal e breve explicação sobre minha pesquisa. Em seguida, recomendavam que eu deixasse os questionários e voltasse para apanhá-los na semana seguinte, a fim de não atrapalhar a dinâmica da aula. Os alunos, ao contrário, pareciam bastante interessados e faziam várias perguntas sobre minha pesquisa e sobre quando poderiam ter acesso aos dados.⁸⁹ Aproveitando a solidariedade dos alunos, fiz parceria com vários que ficaram com questionários para entregar aos colegas faltosos e me ajudaram a recolhê-los dos retardatários, pois nem sempre na semana seguinte todos se lembravam de trazer o questionário preenchido.

⁸⁷ Dezembro de 2002, Janeiro e Fevereiro de 2003.

⁸⁸ Professor Thomé Tavares e Professor Carlos Parada.

⁸⁹ A maior parte destes possui endereço eletrônico e já recebeu os dados numéricos finais (Síntese de todos os períodos), ainda sem uma análise dos mesmos.

Acredito que em virtude das razões expostas acima, apenas obtive retorno de 46% dos questionários aplicados, o que me induz a manusear estes dados com cautela.⁹⁰

ANALISANDO OS RESULTADOS...

1. Identificação dos Alunos

Foi realizada uma síntese dos dados por período e uma síntese geral. Detenho-me neste momento a apenas comentar a síntese geral, embora ambas se encontrem em anexo.⁹¹

Do total dos questionários devolvidos, 89,6% foram respondidos por estudantes do sexo feminino, enquanto apenas 10,3% por estudantes do sexo masculino.

O item “profissão dos pais” demonstra que apenas uma minoria destes atuam em profissões de nível superior: 2,7% pais e 0,6% mãe (1 mãe). 17,2% dos pais são aposentados e 8,9% das mães também. Teixeira (1998) em um estudo sobre a ascensão social de alunos e professores negros na Universidade Federal Fluminense nos anos de 1992-1995, demonstra que a formação dos pais dos alunos matriculados à época nos cursos da área de ciências humanas - a autora não faz distinção por curso com relação a este aspecto - era em sua minoria de nível superior, predominando o nível de formação primário e secundário, o que coincide com os dados de meu levantamento.

Percebe-se que os estudantes não seguiram as ocupações dos pais, pois apenas 11,7% das mães e 0,6% (1 pai) tomaram o magistério por carreira. A maior parte das mães dos estudantes, 46,8%, é dona de casa.

Dos estudantes 44,0% possuem pelo menos um irmão. Destes irmãos, apenas 10,3% atuam em profissão de nível superior. Apenas 3,4% dos irmãos dos estudantes atuam no magistério.

Com relação ao local em que vivem: 7,5% dos alunos residem na Baixada Fluminense (nos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias), 13,2% residem no Rio de Janeiro, sendo 0,6% na Zona Sul (Copacabana), 3,0% no Centro (Centro, Santa Teresa e Estácio), 2,4% na Zona Oeste (Jacarepaguá, Taquara, Bento Ribeiro e

⁹⁰ Estimando uma média de 35 alunos por sala, tinha uma expectativa de alcançar aproximadamente 315 alunos nos nove períodos, porém apenas 145 questionários me foram devolvidos.

⁹¹ Anexo VI.

Sulacap) e 7,2% na Zona Norte (Vista Alegre, Ilha do Governador, Tijuca, Vigário Geral, Madureira, Lins, Maracanã, Inhaúma, Cavalcanti e Cordovil). 27,6% Residem em Niterói, sendo 0,6% na Região Leste (Rio do Ouro), 1,2% no Centro (Centro e Bairro de Fátima), 2,4% na Região Oceânica (Itacoatiara, Itaipú e Piratininga), 9,6% na Região Norte (Fonseca, Engenhoca, Santa Bárbara, Baldeador e Barreto) e 13,8 na Região das Praias da Baía (Santa Rosa, Ingá, Icaraí, São Domingos, Jurujuba, Vital Brasil e Ilha da Conceição). A maior parte, 30,0% reside em São Gonçalo⁹². Este município está dividido em cinco distritos, sendo que 12,0% reside no 1º. Distrito São Gonçalo (Brasilândia, Estrela do Norte, Colubandê, Mutondo, Trindade, Vila Lara, Nova Cidade, Galo Branco, Mutuapira, Mutuá, e Bairro Antonina), 2,4% no 2º. Distrito de Ipiíba (Coelho, Sacramento, Santa Isabel e Jóquei), 8,4% no 3º. Distrito de Monjolos (Santa Luzia, Marambaia, Jardim Miriambi, Monjolos, Laranjal, Pacheco e Jardim Catarina), 4,2% no 4º. Distrito de Neves (Gradim, Porto Velho, Porto Novo, Parada Quarenta, e Neves) e finalmente 3,0% no 5º. Distrito de Sete Pontes (Engenho Pequeno, Covanca, Santa Catarina e Barro Vermelho). 5,4% Reside em outros municípios do Estado (Maricá, Guapimirim, Magé, Araruama, Rio Bonito e Itaboraí) e o restante deixou em branco o endereço no questionário.⁹³

A faixa etária dos estudantes varia entre 18 e 52 anos, sendo predominante o número de estudantes entre 21 a 30 anos, que totaliza 64,8%.

Quanto ao estado civil, predominam os solteiros e sem filhos num percentual de 71,0%, seguidos dos casados que constituem 26,8% e dos separados que figuram com apenas 2,0%.

Com relação à profissão e grau de instrução do cônjuge, apenas 4,1% revelam atuar em ocupação de nível superior e apenas 3,4% exercem o magistério.

Embora o questionário elaborado por mim não tenha pesquisado dados relacionados à questão racial, acho pertinente retomar o estudo realizado por Teixeira (1998) onde esta questão pode ser apreciada:

“...é possível visualizar o impacto dos dados que revelam o comportamento segmentado dos grupos de cor na distribuição interna de cursos e carreiras, onde

⁹² O município de São Gonçalo apresenta graves problemas de saneamento urbano e de modo geral, baixo poder aquisitivo, haja vista seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano de 2000) que é de 0,782 (ocupando a colocação 1014º.) em contraste com o de Niterói que é de 0,896 (estando em 3º. lugar entre todos os municípios do país) Fonte: www.pnud.org.br

⁹³ Moema Teixeira em seu estudo “Negros em ascensão social” (1998: p. 29) faz menção a um censo realizado em 1991 sobre onde residiam os alunos da UFF (de todos os cursos) em 1991 e os dados seguem esta mesma proporção: 45,6% Niterói e São Gonçalo; 32,3% cidade do Rio de Janeiro e 18,6% da Baixada Fluminense.

negros, mulatos ou pardos encontram-se, relativamente, em maior número em cursos, como Enfermagem, Matemática, Arquivologia, Ciências Sociais, Pedagogia e Serviço Social, de mais baixo status e menor concorrência no exame vestibular; enquanto os brancos encontram-se, ainda melhor representados, em carreiras e cursos de maior prestígio social e mais difícil ingresso na universidade, como Medicina, Odontologia, Engenharia, Informática, Ciências Econômicas e Psicologia.”(1998: p. 304)

Teixeira (Op. Cit.) enfatiza que quando se toma por referência o total de alunos por categoria racial, “*percebe-se que o curso que tem mais alunos negros em relação ao conjunto de alunos negros estudando na universidade, é o curso de Pedagogia, onde estão 9,6% do total de negros; a seguir o curso de Enfermagem, com 8,5% e depois Serviço Social, com 7,1%”* (p. 36). Embora o período de ingresso dos alunos investigados por Teixeira (1992-1995) seja anterior ao meu (1999.2 - 2002.1), creio que ainda assim sejam valiosas as informações dadas por ela, porém considero não podermos automaticamente atualizá-las sem uma nova investigação neste sentido.

2. Pertencimento Religioso...

Como pode ser percebido no questionário, houve uma preocupação em pesquisar a religião atual, bem como outros pertencimentos religiosos, a fim de verificar se há e como se dá neste segmento social específico o trânsito entre escolhas religiosas.

Com relação à **religião atual**, temos uma predominância de alunos que se apresentam como católicos (43,4%), seguidos do percentual de protestantes (30,3%). Seguem os que se definem como sem religião (17,9%), os espíritas (8,2%) e apenas um aluno que se identifica como umbandista (0,6%).

Com relação a **pertencimentos religiosos anteriores** apenas 2,0% dos alunos afirmam não ter sido ligado a nenhuma religião no passado. Dos que mudaram de religião, a maior parte 10,3% era católica e se tornou protestante, 5,5% era católica e é espírita, 3,3% era espírita e é católica, 2,7% era protestante e é católica, 2,0% era espírita e é protestante, 0,6% era “macumbeiro”⁹⁴ e é protestante.

⁹⁴ Estou utilizando a categoria que o aluno empregou.

Com relação aos que no momento **não professam nenhuma religião**, 5,5% já foram protestantes, 3,4% já foram católicos, 1,3% já foram espíritas, 0,6% pertencem ao judaísmo, 0,6% já foram umbandistas.

Quanto aos estudantes que **sempre professaram a mesma religião** temos: 42,0% que só professaram o catolicismo, 19,3% que só professaram o protestantismo – sendo que deste percentual apenas um aluno (0,6% tem a preocupação de enfatizar que neste período mudou de denominação protestante) e 0,6% só praticou o umbandismo.

3.Dados Profissionais...

Quanto ao local de trabalho, os estudantes revelam que 29,6% trabalham em Niterói, 21,3% trabalham em São Gonçalo, 20,6% trabalham no Rio de Janeiro, 6,8% atuam em municípios da Baixada Fluminense, 2,7% atuam em Maricá, 2,0% atuam em Tanguá, 2,0% em Rio Bonito, 0,6% em Araruama, 0,6% em Guapimirim e 0,6% em Itaboraí.

Com relação ao tipo de ocupação profissional, 13,1% dos alunos revelam estar desempregados. 47,5% atuam no magistério, 4,8% trabalham em escola mas em outras atividades: diretora(2), Coordenadora Pedagógica (1), Assessora Pedagógica (1), Merendeira(1), Auxiliar de Secretaria(1). Os demais estudantes trabalham em atividades não ligadas à educação, podendo destacar entre estas: 3,4% Operadores de Telemarketing e 2,7% Auxiliares Administrativos.

Com relação à faixa salarial, a maior parte dos estudantes 56,7% revela receber entre 1 e 3 salários mínimos, 24,8% entre 4 e 6 salários mínimos, 7,1% entre 7 e 10 salários mínimos e apenas 1,3% recebem acima de 10 salários mínimos.

4.Os que trabalham em escola e seu posicionamento acerca do Ensino Religioso...

Dos 52,4% de alunos que atuam em escola, 27,5% trabalham com Educação Infantil, 23,1% são alfabetizadores, 15,9% atuam na segunda série, 14,4% atuam na terceira série, 14,4% atuam na quarta série e 8,6% atuam na primeira série.

Quando perguntados sobre se existe ou não Ensino Religioso na escola, 84,2% responderam que não e 15,7% responderam que sim.

Com relação à opinião pessoal se o Ensino Religioso deve ou não ser obrigatório 80,2% responderam que não e 19,7% responderam que sim.

Na justificativa do item anterior acerca da defesa ou não da obrigatoriedade do Ensino Religioso, são algumas das respostas mais freqüentes:

- Deve ser opcional assistir (26,3%)
- É contra pois nunca será possível abranger a todas as religiões (25,0%)
- É contra pois cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (23,6%)
- A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (10,5%)
- É contra pois o ensino deve ser laico (9,2%)
- Deve ser obrigatório, mas não para ensinar doutrinas e sim valores (9,2%)
- É contra pois o professor irá privilegiar sua religião (5,7%)

Outras respostas interessantes, porém isoladas aparecem e merecem ser destacadas:

- Deve ser opção da escola (1,3%)
- Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião (5,2%)
- Para estudar o ser humano em sua completude, deve ser considerado o lado espiritual (1,3%)
- Não se deve impor uma religião (1,3%)
- Deve dar a base religiosa para quem não a recebe da família (1,3%)
- A religião não deve ser ensinada na escola, mas o professor deve saber de sua importância para a cultura do aluno (1,3%)
- Não é papel da escola (2,6%)
- A orientação religiosa é fundamental , ainda que o aluno tenha outra religião (2,6%)
- Deve servir para socialização e não para dar destaque a uma religião (1,3%)
- A criança não tem como escolher uma religião (1,3%)
- O ensino deve focar Deus e não as religiões (1,3%)
- Não há interesse em aprender religião (1,3%)

Quanto ao questionamento se conhece o conteúdo da LDB (9394/96) sobre ensino religioso, os alunos responderam que: Sim (42,0%), Não (37,2%), Parcialmente (4,1%), Conhece mas não lembra (2,7%), Razoavelmente (0,6%).

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE OS QUESTIONÁRIOS...

A conclusão que segue, articula dados obtidos nos questionários exploratórios com os dados obtidos pela CPAIUFF (Comissão Permanente de Avaliação Institucional da Universidade Federal Fluminense) que colheu dados para investigar o perfil Socioeconômico e Cultural dos ingressados nesta Universidade em cada um dos cursos de graduação entre 1998 e 2001.⁹⁵ Sabendo que os alunos que responderam ao questionário exploratório ingressaram entre 1999.2 e 2001.1 nesta instituição, os dados da pesquisa do CPAIUFF cobrem praticamente todo o grupo que me auxiliou na pesquisa, à exceção dos alunos do 1º. e 2º. períodos que entraram na UFF posteriormente em 2002.1 e 2002.2 respectivamente. Aliás, se por um lado o questionário do CPAIUFF não cobre os alunos do 1º. e 2º. períodos, por outro me proporciona obter novos dados, pois não distingue ingressados no curso de Pedagogia da Manhã ou da Noite, me enriquecendo minha percepção, já que apenas tive acesso ao turno da noite.

É interessante salientar que o questionário da CPAIUFF, apesar de se autodenominar um questionário “cultural” e socioeconômico, não leva em conta o quesito religiosidade de seus alunos, como se este dado não estivesse completamente articulado com o perfil cultural desta clientela. Qual não foi minha surpresa com a naturalidade, da resposta do coordenador da CPAIUFF, ao afirmar que este estudo não fazia referência à religião dos ingressados.

Em contraste com esta visão simplista ao dispensar o conhecimento da articulação de cultura e religião, uma aluna da graduação que leciona no ensino fundamental, demonstrou no questionário exploratório o bom senso necessário a um educador entendendo ser impossível a separação destes aspectos. O reconhecimento destes como pontos inseparáveis não nos torna proselitistas e muito menos faz com que se abra mão da defesa de um ensino laico, mas ao contrário, nos torna educadores mais perspicazes, atentos ao nosso alunado e às especificidades do seu capital cultural. Assim, escreveu a aluna em seu questionário censitário: “*A religião não*

⁹⁵ Este relatório (específico do curso de Pedagogia) foi obtido com autorização do Coordenador do Projeto - Professor Francisco Palharini do Departamento de Psicologia - e gentilmente enviado pelo aluno do curso de Psicologia Arthur Gustavo Muniz Engel da Equipe técnica do projeto.

deve ser ensinada na escola, mas o professor deve saber de sua importância para a cultura do aluno". Acho que por concordar com esta aluna, tenha ficado tão surpresa com a naturalidade de se descartar, ou nem se considerar a possibilidade de inclusão de alguma pergunta sobre pertencimento religioso num levantamento de "perfil cultural".

Vamos então a alguns dados oferecidos pelo CPAIUFF, que complementam e podem enriquecer minha análise:

- Os ingressados entre 1998 e 2001, revelam que em sua maioria concluíram o ensino médio todo em escola pública (1998: 51,3%; 1999: 45,0%; 2000: 50,0% e 2001: 47,5%). Os demais o fizeram todo em escola particular, ou parcialmente entre o ensino público e particular.

- Com relação ao tipo de ensino médio, apenas 38,1% fizeram formação de magistério em 2000 e 36,9% em 2001. 40,0% fizeram formação básica comum em 2000 e 38,8% em 2001. 20,6% fizeram formação técnica ou profissionalizante em 2000 e 20,6% em 2001. O restante 1,3% em 2000 e 2001 fez supletivo. Não há este dado nos levantamentos de 1998 e 1999.

- Mais de 90% dos alunos afirmam que suas informações acerca do curso de Pedagogia lhes permitiram optar de modo consciente por ele. Apenas uma minoria (2000:6,3%; 2001:3,8%) recebeu informações sobre o curso escolhido com os pais. Não há este dado nos levantamentos de 1998 e 1999.

- Quanto ao nível de instrução dos pais, a pesquisa revela que possui fundamental incompleto o seguinte percentual: 1998:30,6%; 1999:26,3%; 2000:37,5%; 2001: 27,5%. Os que possuem o Fundamental são: 1998: 15,0%; 1999: 13,8%; 2000: 8,1%; 2001: 12,5%. Com nível médio temos: 1998: 28,1%; 1999: 30,0%; 2000: 27,5%; 2001:26,9%. Com nível superior: 1998: 19,4%; 1999: 19,4%; 2000: 15,6% e 2001: 17,5%.

- Quanto ao nível de instrução das mães, a pesquisa revela que possui fundamental incompleto o seguinte percentual: 1998: 28,1%; 1999: 31,9%; 2000:35,6%; 2001: 33,1%. Os que possuem o Fundamental são: 1998: 20,0%; 1999: 21,3%; 2000: 15,0%; 2001: 11,3%. Com nível médio temos: 1998: 30,6%; 1999: 29,4%; 2000: 25,0%; 2001: 35,0%. Com nível superior: 1998: 14,4%; 1999: 12,5%; 2000: 16,3% e 2001: 12,5%.

- Quanto à renda mensal da família, os que se enquadram em 1 até 3 salários mínimos é: 1998: 24,3%; 1999:21,9%; 2000: 31,3%; 2001:30,0%. Os que se enquadram entre os

que recebem de 3 a 10 salários mínimos compõem: 1998: 40,1%; 1999: 48,1%; 2000: 48,1%; 2001:39,4%. Entre 10 e 20 salários mínimos: 1998:18,6% ; 1999:20,6% ; 2000: 12,5% ; 2001: 17,5% . Entre 20 e 30 salários mínimos temos: 1998:4,5% ; 1999: 3,8% ; 2000: 4,4% ; 2001: 3,8%.

- O estudo mostra que a maior parte dos alunos ainda vive na casa dos pais: 2000: 75,5% ; 2001: 72,4% . Não há este dado nos levantamentos de 1998 e 1999.

- Com relação ao questionamento se a atual atividade tem relação com o curso escolhido no vestibular, respondem que sim: 1998: 33,1%; 1999: 31,3% e que não: 1998:16,3; 1999:18,1%. A maior parte não respondeu a esta questão. Não há este dado nos levantamentos de 2000 e 2001.

- Com relação à idade dos ingressos, predominam os estudantes com mais de 25 anos: 1998: 22,5 %; 1999: 26,3 %; 2000: 20,6 %; 2001: 23,1 % .

- Quanto ao sexo dos estudantes temos: 1998: 5,6 %; 1999:9,4 %; 2000: 6,3 %; 2001: 6,9% de estudantes do sexo masculino e 1998: 94,4%; 1999: 90,6 %; 2000: 93,8 %; 2001: 93,1% de estudantes do sexo feminino.

O questionário da CPAIUFF é mais amplo em seus questionamentos do que os dados citados neste trabalho, onde apenas os pontos de meu interesse direto foram mencionados. Mesmo assim, podemos perceber diante dos dados expostos, que estes complementam e corroboram aqueles obtidos no meu questionário. Por exemplo: Ambas as pesquisas confirmam a preponderância do sexo feminino no curso de pedagogia UFF; um baixo percentual de genitores com nível superior; que a faixa etária predominante no curso encontra-se entre 20 e 30 anos (o CPAIUFF especifica 25-30 anos); um predomínio de alunos solteiros e que residem com os pais; que a ocupação principal dos estudantes relaciona-se com o magistério. O fato de a maioria ter concluído o ensino médio em escola pública e da renda familiar oscilar predominantemente entre 1 a 3 salários e 3 a 10⁹⁶ - segundo dados da CPAIUFF – nos indicam que a maior parte desses alunos parecem ser oriundos das classes populares.⁹⁷

Com relação ao questionário por mim realizado, alguns pontos relacionados à religiosidade – quesito ausente no perfil da CPAIUFF - merecem ser comentados. O primeiro

⁹⁶ A distinção utilizada pelo CPAIUFF entre 3 a 10 salários não me parece ideal, pois entre 3 salários e 10 salários mínimos há uma distância muito grande, considero inadequado agrupar níveis de renda tão distintos no mesmo grupo.

⁹⁷ Este dado nos indica a necessidade de um aprofundamento no estudo sobre a “proletarização do magistério”, dado significativo para a natureza deste estudo.

deles refere-se ao pertencimento religioso atual. Embora a maior parte dos alunos tenha se identificado católico, dificilmente poderemos distinguir quem é realmente praticante de quem apenas se intitula assim. Cabe pontuar que os dados obtidos pelo IBGE em 2000 demonstram queda no número dos que se dizem católicos apenas porque foram batizados mas não são praticantes e se intitulam desta forma por conveniências sociais. Evidencio contudo, a necessidade de levar em conta que esta ainda é uma postura comum entre os brasileiros. Fenômeno inverso, porém, parece ocorrer com os pertencentes das religiões afro-brasileiras. Parece ser comum que muitos freqüentadores de terreiros e centros de umbanda, sintam um certo “ *pudor*” em se autodenominarem *umbandistas, camdoblecistas, etc*⁹⁸. Haja vista que apenas 1 aluno em toda a amostra assumiu-se umbandista. Como já citei, no filme dirigido por Eduardo Coutinho nos anos 80, denominado “*O Santo Forte*”, muitos praticantes de religiões afro-brasileiras se dizem católicos ou espíritas, possivelmente numa tentativa de tentar encobrir sua prática religiosa muitas vezes encarada com certo preconceito. Outras vezes, devido ao sincretismo religioso existente em nosso país, o indivíduo não vê problemas em se afirmar católico mesmo freqüentando outras religiões.

Do percentual de alunos que se intitularam protestantes (30,3%), ficamos sem ter como saber quais pertencem a Igrejas Tradicionais, Pentecostais ou Neopentecostais, o que é um dado lamentável, pois ao retomar os questionários, percebi que poucos indicaram suas denominações e que a maior parte dos alunos no quesito religião atual apenas responderam genericamente “Evangélico” ou “Protestante”.

Segundo os dados que nos permitem verificar o trânsito religioso, predominam católicos que se tornaram protestantes (10,3%), porém, levanta uma questão não muito divulgada, o do caminho inverso, de protestantes que se tornaram católicos (2,0%)⁹⁹. Com relação ao trânsito religioso ocorrido dentro do protestantismo, apenas um estudante evidenciou sua mudança de denominação protestante. Novaes (2001) esclarece que enquanto o lema da Igreja Católica é manter a unidade a qualquer preço, para os protestantes pentecostais, o a reedição do “cisma constante” é uma realidade. Infelizmente, não temos como checar esta alternância de denominação protestante entre os entrevistados.

⁹⁸ A questão do *pudor* e do *poder* foi comentada no *Primeiro Mistério*.

⁹⁹ MACHADO (1996) ao demonstrar as semelhanças existentes entre carismáticos e pentecostais também demonstra que este fluxo não ocorre só de católicos para pentecostais (embora seja dominante), mas também ao contrário.

Como mencionei, um dos objetivos deste questionário exploratório, foi o de verificar a impressão de que havia significativo número de professores “evangélicos” na graduação em Pedagogia. A partir dos dados colhidos, percebi que esta suspeita não encontrou sustentação do ponto de vista empírico, uma vez que o questionário revelou que a maior parte dos alunos é católica. Com relação ao trânsito religioso para o protestantismo, somando as três religiões que tiveram esta passagem (católicos, espíritas e “macumbeiro”), totalizam 12,9%, não se configurando como uma grande taxa de conversão. Logo, se trabalho sustentada em teóricos que apontam o crescimento dos pentecostais¹⁰⁰, esta correspondência de seu crescimento nas escolas deve ser feita com maior cautela, em função de sua não confirmação nos dados por mim levantados e da consideração que os questionários não foram preenchidos em condições ideais, ou seja, com o meu acompanhamento e que o quantitativo de retorno de 46% esteve bem aquém de minhas expectativas. Neste sentido, fica o indicativo de um trabalho a ser feito, já que a CPAIUFF não considerou o elemento *religião*¹⁰¹ e os dados que obtive são residuais, só encontrando sentido, à medida que os comparo às minhas observações no trabalho de campo, em minhas experiências enquanto professora de Ensino Religioso e enquanto aluna da graduação da UFF/Niterói. Assim, pretendo trabalhar um tipo de tensão específica, partindo do princípio que com o aumento dos protestantes (sobretudo pentecostais e neopentecostais) mudanças acontecem nos modos particulares de apropriação da *Cultura Popular*, mais especificamente do folclore, no cotidiano escolar.

Com relação ao Ensino Religioso, é espantoso perceber o quanto os alunos da graduação em Pedagogia da UFF revelam desconhecer a legislação educacional, mais especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96). Além do percentual de 37,2% que assume não conhecer a lei, há os que titubeiam em assumir este desconhecimento: 4,1% diz que conhece parcialmente a lei, 2,7% diz que conhece mais não lembra e 0,6% diz que conhece razoavelmente. Dos 42,0% que afirmam conhecer a legislação, alguns revelam, através de resposta contraditória não a conhecerem na verdade, pois dizem que conhecem, mas ao mesmo tempo afirmam que deveria ser opcional assistir às aulas de religião. Ora, a própria redação da 9394/96 sobre Ensino Religioso e sua modificação 9475/97, conservam na redação

¹⁰⁰ BONFATI (2000), CORTEN (1996), MACHADO (1996), NOVAES (2001), PARKER (1996), RODRIGUES (2003), VALLA (2001).

¹⁰¹ O que me impossibilitou uma análise comparativa do número de evangélicos nos cursos de graduação ao longo dos anos, o que facilitaria mensurar seu possível crescimento.

que a matrícula do Ensino Religioso é “facultativa”, portanto esta sugestão não deveria partir de quem se diz conhecedor da lei.

Os 19,7% dos alunos que acham que deve haver Ensino Religioso nas escolas, 3,9% são evangélicos, 5,2% são espíritas e 10,5% católicos. Embora seja ponto comum na argumentação de quase todos que o Ensino Religioso deve privilegiar o ensino de valores e não de doutrinas e deve enfatizar o respeito às diversas religiões, o fato da maioria favorável ser católica, me parece significativo. Durante muitos anos, predominou e talvez ainda predomine o ensino da religião católica no interior das escolas públicas. Recordo-me mais uma vez da época em que fui professora de religião da Fundação Municipal de Educação de Niterói (1996-1998). Semanalmente as professoras de religião de todas as escolas do município se reuniam para planejar suas atividades. Embora houvesse professoras protestantes, a coordenação, segundo comentário de algumas colegas, sempre foi assumida por professora católica. Desta forma, embora houvesse aparente respeito e um clima amigável nas reuniões, era imposto para todas as professoras um trabalho pautado no calendário religioso católico. Assim, compulsoriamente todo o grupo deveria trabalhar em suas escolas datas como: Abertura da Campanha da Fraternidade promovida pela Igreja Católica, Semana Santa, Corpus Christi, etc. Talvez em função disto, os alunos protestantes desconfiem da possibilidade de um Ensino Religioso que respeite a diversidade religiosa.

5,2% dos alunos acreditam que devam ser ministradas aulas de acordo com a religião de cada aluno. Pude constatar, em 08/01/2003, após entrevista com o então Deputado Estadual pelo PP, Sr. Carlos Dias¹⁰², que esta aspiração não poderia se concretizar. O Deputado, orgulhoso da autoria da lei que dispõe sobre o Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro (Lei 3459/00), parecia muito seguro em afirmar que apenas alguns religiões poderiam se credenciar, junto à Secretaria Estadual de Educação, para o Ensino Religioso.

¹⁰² A entrevista foi comentada no *Primeiro Mistério*.

APROFUNDANDO A CONVERSA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE...

A partir do questionário exploratório realizado com os alunos de todos os períodos do curso noturno de graduação em Pedagogia da UFF, no ano de 2003, selecionei alguns devido à qualidade de suas respostas e procurei desdobrá-los através de entrevistas em profundidade. Entrevistei ainda vários alunos do mestrado em educação, meus colegas, em função de seus depoimentos pessoais, dados nas discussões ligadas à temática do ensino religioso¹⁰³ durante o curso. Julguei também indispensável entrevistar dois docentes responsáveis pela Faculdade de Educação e pela Coordenação do Curso de Pedagogia/Niterói,¹⁰⁴. No total, realizei cinquenta entrevistas.¹⁰⁵ Questões como pertencimento religioso, trânsito religioso, problematização do calendário católico, relação entre cultura popular e religião, concurso para professor de religião no Estado do Rio de Janeiro, discussões sobre religiosidade e Ensino Religioso no curso de graduação da UFF, prática religiosa no espaço público, foram abordadas.

Dos entrevistados selecionados, 70% não professa nenhuma religião, seguido de 16% católicos, 12% de evangélicos e um aluno espírita. Nenhum aluno se declarou candomblecista ou umbandista. A maior parte dos entrevistados explica que sua escolha religiosa está mais relacionada à herança de crenças e práticas rituais familiares, que a uma escolha pessoal. A maior parte nunca mudou de religião.

O QUE PENSAM ALUNOS E PROFESSORES ENTREVISTADOS DA UFF SOBRE O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA?

Os que discordam...

¹⁰³ Mais especificamente nas disciplinas: Educação Brasileira e Cultura Popular e Educação.

¹⁰⁴ Waldeck Carneiro (Diretor da Faculdade de Educação da UFF/Niterói) e Iduína Chaves (Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFF/Niterói). Maria Felisberta Trindade (Professora da Faculdade de Educação da UFF e atual Secretária de Educação no Município de Niterói) foi procurada para entrevista (via e-mail e telefone), porém não obtive retorno, o que inviabilizou esta interlocução.

¹⁰⁵ Todos os entrevistados estão ligados à Universidade Federal Fluminense/ Niterói.

86% Dos entrevistados, demonstram se posicionar de modo contrário ao Ensino Religioso, confessional ou não, no espaço da escola pública. O principal argumento para este posicionamento, relaciona-se à dificuldade de isenção por parte do professor que lecionaria esta disciplina:

“Sinceramente, não gosto da idéia do Ensino Religioso na escola. Sabemos que este tipo de ensino será inexoravelmente tendencioso e direcionado pela formação religiosa do profissional que vier ministrar a disciplina. Acredito cada vez mais numa disciplina que trabalhe os valores, a ética, a moral, a cidadania, mas cuja ementa não esteja atrelada a valores religiosos. A opção religiosa das escolas em que acompanho tem ficado a cargo da filosofia professada pelos mantenedores da mesma”.

(Rejane Fontes, Mestrado)

“Sou contra, pois eticamente não se justifica, já que o ensino deve ser laico e, portanto, deve ser uma escolha da família e não do Estado. Não é possível um Ensino Religioso “imparcial”, eclético; em todos os casos haverá uma violência contra o credo alheio, configurando assim – penso eu – uma perturbação no seu processo de ensino aprendizagem”.

(Leonardo, Mestrado)

“A princípio acho que a presença do Ensino Religioso na escola é reflexo da dificuldade em se levar a laicização do Estado e do ensino público às últimas conseqüências. Também acho difícil um Ensino Religioso que não privilegie um credo. Sim, há Ensino Religioso na escola em que trabalho.”

(Antônio Veríssimo, Mestrado)

“Da forma como provavelmente esse ensino será administrado, ou seja: dogmático, sem crítica, mistificador, reforçador de tendências já dominantes hoje em dia – como a demonização das religiões africanas -, e partindo de um princípio que a escola deveria ser laica e democrática, sou absolutamente contra. Entre outros motivos, sou contra porque será sempre um ensino tendencioso, no nosso caso evangelizador e com grande potencial discriminatório para aqueles alunos/professores que se absterem de participar dos eventos (cultos?) que com certeza começarão ocorrer nos espaços escolares. Olha, já pensou nos estigmas que cairá sobre aqueles que se assumirem como agnósticos, ou ateus?”

(Celso, Graduação)

A questão da implantação do Ensino Religioso Confessional no Rio de Janeiro, incomoda alguns, especialmente porque vêm na aprovação da lei e na realização do concurso, num momento de imenso déficit de professores, um modo de promoção política:

“...acho um absurdo que se faça proselitismo religioso com dinheiro público. E por quê não foram incluídas também as religiões de origem africana? Considero isso um atentado ao princípio da laicidade do Estado (...)Seria bom que antes disso ela procurasse suprir a falta de professor em outras disciplinas. Depois, com o dinheiro dela e não com o dinheiro público, ela poderia fazer o proselitismo religioso que bem entendesse”.

(Antônio Veríssimo, Mestrado)

Nesta discussão, aspectos políticos e ideológicos estão, obviamente, inter relacionados. Haja vista, recente declaração à imprensa feita pela governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho (PMDB), onde esta defende o ensino do Criacionismo¹⁰⁶ nas escolas públicas. Sobre esta polêmica afirmação, Fischmann (2004)¹⁰⁷ esclarece que a posição ocupada pela Governadora, não difere do que historicamente sempre se cometeu nos diferentes sistemas estaduais de educação apenas encobertos por serem praticados pelo “grupo religioso hegemônico”. Fischmann argumenta ainda que a discussão entre Criacionismo e Evolucionismo obscure a discussão sobre a pertinência do Ensino Religioso. Vogt (2004)¹⁰⁸ aponta que em razão da adoção de uma “visão polícia-administrativa religiosa” de governo, a “adoção oficial de uma linha criacionista exclusiva cria, para dizer o mínimo, embaraços de clareza ao entendimento e à razão” no Estado. No mesmo sentido, argumenta o aluno da graduação:

“...aqui no RJ estamos voltando aos primitivos estados teocráticos, uma vez que ‘nossos’ 3 últimos governadores foram evangélicos, eleitos em grande parte pelos evangélicos, com programas de governo evangelizados, financiamento eleitoral oriundo de fundos e templos evangélicos, usando e abusando de uma mídia cada vez

¹⁰⁶ “Adepta à racionalidade quando fala sobre seu governo, Rosinha não quer saber de conhecimentos científicos quanto à origem do mundo. Para ela, homem e mulher descendem diretamente de Adão e Eva, são iguais a eles e não são frutos de uma evolução. Campos, no Norte Fluminense, reduto político de Rosinha e seu marido, o secretário de Segurança Anthony Garotinho, será a primeira cidade a discutir o estudo do Criacionismo. Os 31 professores aprovados no concurso público para a disciplina no município – sendo nove evangélicos – se reunirão hoje com a coordenação regional do curso e avaliarão a grade curricular.” (O Dia On-line em 20/04/2004 - <http://odia.ig.com.br/odia/geral/ge200403.htm>)

¹⁰⁷ FISCHMANN, Roseli (2004) “Escolas Públicas e Ensino Religioso: subsídios para a reflexão sobre o Ensino Laico, a escola pública e a proteção do direito à liberdade de crença e de culto”. Fonte: <http://www.comciencia.br>

¹⁰⁸ VOGT, Carlos (2004) “A evolução do homem e a criação Deus”. Fonte: <http://www.comciencia.br>

mais controlada pelos ‘bispos macedos’ da vida, senhores de verdadeiros rebanhos eleitorais e com cacifes políticos cada vez maiores e influentes. Agora busca-se consolidar esse poder, estruturar uma hegemonia de dominação através da propagação e disseminação religiosa, processo que antes era feito “apenas” nos cultos e programas de rádio/TV – processos ainda marcados pela opção individual de alguém ir ao culto ou não, ver a TV ou não. O que estará acontecendo com a implementação dessa lei? Nada mais que o ataque religioso aos corações e mentes de crianças e adolescentes, com um agravante: a obrigatoriedade da sujeição, explícita pelo projeto ou implícita pelas circunstâncias do cotidiano escolar.”

(Celso, Graduação)

O professor Waldeck¹⁰⁹, levanta ainda questões mais sérias, à medida que além de apontar para a forte associação entre religião e política - de modo especial no Estado do Rio de Janeiro- passa a entender que começa haver uma forte ingerência do setor privado sobre o público, uma vez que o edital do concurso a todo momento delega à autoridade religiosa que dá carta possibilitando ao professor lecionar, também possibilidade de solicitar sua exoneração, por exemplo, caso este “perca a fé”:

“Veja, eu acho que não nos caberia no curso de Pedagogia, numa universidade como esta, formar professores batistas ou católicos, não nos caberia. O que nos cabe é que, a gente está diante de uma enorme distorção, me parece, na gestão do processo público de recrutamento de professores, primeiro o questionamento que fiz antes e que muitos fazem, é sobre a necessidade, a validade de se oferecer Ensino Religioso nas escolas. Outra questão é se é necessário fazer o concurso público especificamente para selecionar professores de religião e a terceira questão que é a que a gente tá tratando que é, como que se define a distribuição de professores pelas diferentes confissões que vão ser ensinadas, neste momento em que nós estamos assistindo a uma, pelo que você me narra, forte ingerência, intervenção do privado porque a religião representa o privado, ela não é pública, ela é uma parte, uma vertente, uma corrente, no setor público. Me parece também e esta é uma outra questão que eu queria acrescentar é que a trajetória da educação brasileira, ela é atravessada por um debate, que permanece, um debate sem desfecho entre público e privado. Em toda a história da educação escolar no Brasil, desde o Império, ela é caracterizada por um debate, uma disputa intensa entre o público e o privado. Muitas vezes, em muitos momentos, este debate e este embate se travava em função de questões fundamentalmente ideológicas e religiosas, como o clássico debate da Primeira República entre católicos e liberais. Você deve ter lido sobre isto, imagino, fartamente. Mais adiante, qual é a perspectiva da mercantilização da educação, quando isto vai se definindo como uma possibilidade de acumulação de capital, este embate entre público e privado passa a ter um forte caráter econômico, de disputa material, de controle pelos diferentes nichos de mercado na educação. O que eu acho

¹⁰⁹ Candidato à vereador em Niterói pelo PT neste pleito de 2004.

que a gente está protagonizando neste momento é com uma nova tradução, uma nova forma, uma nova roupagem do embate entre o público e o privado de novo em sua vertente religiosa. (...) Agora insisto, isto não está fora de conexão com a associação cada vez maior, no Brasil todo, mas em algumas regiões mais intensamente, é o caso do Rio de Janeiro, entre política, gestão pública do Estado e religião. Isto é forte, isto é forte e pernicioso porque a fronteira entre público e privado vai se diluindo. Uma outra coisa diferente desta é quando se fala em nepotismo e tem gente que diz: qual é o problema, minha mulher é a mais competente do setor. Eu tive um embate com o Reitor da Universidade recentemente por causa disto. O problema não é isto, você pode ser a técnica mais competente e pode até parecer injusto que o seu marido, o governador ou prefeito não nomeie você pois você é a mais competente. Isto pode até ter uma certa dimensão de injustiça. O problema do nepotismo não é um ato ilegal. A questão não é de ilegalidade, a questão é de moralidade, de ética pública. As fronteiras entre o público e privado vão desaparecer. Quando eu estiver tratando com você, eu sou seu marido, no governo do Estado, você está sendo minha secretária de educação, minha esposa. Quando eu estiver tratando com você as questões da educação pública, que são de interesse público, não são só do meu interesse e nem do seu, muito menos do casal, vai ser muito difícil separar esta fronteira, vai ser muito difícil estabelecer esta fronteira, ela vai praticamente desaparecer. Então da mesma forma, os governantes, os dirigentes políticos, as autoridades, cada uma delas, os cidadãos em geral tem que ter liberdade de crença evidentemente mas daí, entre você fazer um amálgama entre gestão pública, entre a política pública e a religião, isto parece ser uma nova forma de enfraquecer, insisto, a dimensão laica do Estado, do aparelho do estado e do aparelho escolar e uma nova forma, uma nova tradução do embate entre público e privado.”

O professor Waldeck, neste extenso trecho destaca vários tópicos importantes para minha reflexão: a questão do nepotismo, da forte associação entre religião e política de maneira especial no Rio de Janeiro e a questão do público e do privado. Embora todos mereçam uma densa discussão, pretendo me ater mais sobre este terceiro ponto.

Cury (1992), ao fazer um retrospecto histórico sobre as relações entre público e privado na educação brasileira faz alguns questionamentos, sobretudo a partir da constituição de 1988 que merecem nossa atenção. Segundo ele, os artigos 205, 209 e 213 demonstram que a legislação estabelece dois gêneros de educação: a pública e a privada, sendo que esta segunda inclui ainda dois subtipos – a lucrativa e as não-lucrativas (filantrópicas, comunitárias e confessionais).

Embora Cury considere um avanço esta explicitação que julga clara entre público e privado, por outro lado também problematiza a sempre tumultuada relação entre público e privado no Brasil:

“Estas recorrências não deixam de refletir a relação de reciprocidade contraditória entre o público e o privado, em que “ o direito de propriedade (se) opõe à ingerência o poder soberano” (Bobbio, 1987, p. 23), exatamente porque na sociedade já ocorreu “a diferenciação entre aquilo que pertence ao grupo enquanto tal, à coletividade, e aquilo que pertence aos singulares”...” (Bobbio, 1987, p.14)

(Cury apud Bobbio, 1992: 40)

Acrescenta ainda que o privado pretende possuir ingerência sobre o público:

“Hoje, parece que há novos ‘pioneiros’, dispostos a se organizar menos em torno de recursos públicos e muito mais a vender ao público ‘atrasado’ o ‘passaporte’ da modernidade. É o que fazem porque vão se apropriando do conhecimento e da tecnologia de ponta aplicados à educação.” (p. 42)

Contudo, a questão parece não se concentrar em proselitismo unicamente no campo educacional fluminense. Em reportagem do Jornal O Globo de 12/07/2004, o título anuncia: *Testemunhas: evangélicos foram poupados em Benfica*. A reportagem traz detalhes do massacre recentemente ocorrido na Casa de Custódia de Benfica, quando chefes de uma rebelião invadiram celas e procederam tortura e morte de 30 presos inimigos e um agente penitenciário. Durante este acontecimento, o Pastor Marcos Pereira da Silva, líder da Assembléia de Deus dos Últimos Dias, foi chamado pelo secretário de segurança, Anthony Garotinho, para por fim à rebelião. Vale à pena destacar: *o secretário de segurança do Estado, chama um pastor protestante para conter uma rebelião*. Neste sentido, poderiam alguns minimizar o fato, dizendo que um padre também poderia ter sido chamado para ajudar nas negociações para desfazer o motim. Contudo, um outro fato chama atenção. Segundo os três únicos presos sobreviventes, os assassinos *“gritaram que somente os evangélicos seriam salvos”*. Embora a reportagem indique que estes dados estão sendo investigados e portanto, não há nada de conclusivo sobre orientações vindas de fora do presídio, estes indicativos devem no mínimo, nos fazer pensar.

Fatos como este mostram a necessidade de que nós, educadores, busquemos compreender e discutir em nosso processo formativo contínuo, a interferência da esfera privada na pública e que cuidemos para que as instituições públicas, que deveriam ser um instrumentos de democratização, não se tornem mero mecanismo de promoção e perpetuação de práticas fundamentalistas, eleitoreiras e retrógradas.

Os que concordam...

Dos entrevistados 14% são favoráveis ao Ensino Religioso nas escolas públicas. Dentre estes, metade fez questão de explicitar que esta disciplina deveria voltar-se para o ensino de valores¹¹⁰ ou de apresentação de outras orientações religiosas, permitindo a ampliação cultural do aluno e não para a doutrinação:

“Penso ser importante a religião na escola, desde que aos alunos seja opcional assistir às aulas. Mas acho que para os professores, será muito difícil lecionar religião de uma forma geral, sem privilegiar a crença a qual ele está ligado. Talvez isso seja possível sim, desde que se fale da religião como união, ligação ou busca pelo que é divino, existindo para isto vários caminhos, que são as diferentes religiões.”

(Rosana, Graduação)

“Infelizmente não trabalho em escola e tudo o que posso falar de Ensino Religioso é como aluna do Salesiano¹¹¹. Sinceramente acho difícil um Ensino Religioso que não privilegie nenhum credo, difícil, mas não impossível. Acho que o Salesiano até tentava mostrar outras religiões. Me lembro que na sexta série uma professora pediu para católicos e protestantes levarem as Bíblias para a aula e neste dia pudemos perceber que elas eram iguais (hoje eu sei que são quase iguais, na protestante são menos dois - ou três, não me lembro bem – livros do antigo testamento), foi legal vermos que na mesma sala tínhamos amigos de outras religiões. Naquela época meu ‘mundinho’ ainda era bastante pequeno e foi uma descoberta. Acho que a função do Ensino Religioso deve ser a de mostrar as religiões existentes, a escolha fica por conta de cada um.”

(Fernanda Caldas, Graduação)

“Olha, eu acho que o que está acontecendo é a religião dada como alguma coisa imposta e não alguma coisa que pudesse tratar de vários assuntos da vida. Eu acho

¹¹⁰ Interessante notar que se fala amplamente na mídia falada e escrita numa *crise de valores* que alcança a discussão sobre a falta de limites na educação, sobre a crise na família, sobre o fato de homem e mulher serem obrigados a trabalhar em tempo integral para sua subsistência, deixando por vezes a grande parcela da educação filhos entregue quase que única ou exclusivamente à escola. Neste sentido reivindicam que a religião seja responsável por uma inculcação de valores que família e escola não se sentem capazes de fazê-lo. Vide texto trabalhado pela Coordenação de Educação Religiosa a este respeito: “Problemas e questões atuais. Deus Diria: *Não me querem nas escolas*”, no Anexo VII.

¹¹¹ Trata-se do Colégio Salesiano de Santa Rosa, mesma escola onde concluí meu segundo grau. Fernanda corrobora, minha argumentação na introdução do projeto de qualificação sobre a maneira respeitosa como tivemos acesso ao conhecimento de outras religiões através desta escola confessional católica em Niterói.

que ela deveria existir... momentos onde você trabalhasse com isso como um tema transversal. Como tema transversal que já o é, mas deveria ser não como alguma coisa que uma aula separada, mas como alguma coisa que fizesse parte da formação. Onde todos os professores expusessem, não é? Não como uma exposição da religião só porque eu a abrace, mas falar um pouco de religiosidade, que eu acho que é diferente de religião, não é, então eu acho que a cultura religiosa desse conhecimento que você tem que ter de valores que as religiões apregoam e que valores, que valores específicos são esses que nós devemos, seres humanos, que acatar, não é? Ligados a esses valores, eu acho. Eu acho que precisamos formar as pessoas pra isso.”

(Professora Iduína, Coordenadora do Curso de Graduação em Pedagogia – UFF/Niterói)

O conhecer e o acreditar...

Parece não haver, por parte dos entrevistados uma distinção muito clara entre *conhecer* e o *acreditar/professar*. Pelos depoimentos transcritos acima, parece que se desconsidera uma possibilidade de um Ensino Religioso informativo sobre as várias religiões.

A professora Maria Cláudia, aluna do mestrado em Educação da UFF, professora da rede estadual de educação e recém aprovada em primeiro lugar no concurso do Estado para professores de religião destinado a promover o ensino confessional, destaca:

*“Eu penso ser difícil o ensino de religião dissociado de um credo; pela própria conotação que o termo traz implícito: “Ensino Religioso”. A tendência será sempre o proselitismo, a menos que se estabeleça um sério debate em torno deste assunto. As escolas se ressentem muito em criar o debate sobre a questão da religião, ao meu ver, esse assunto é encarado como um certo tabu no cotidiano escolar. **Embora considere que o ‘Ensino Religioso’ na escola pode se transformar em proselitismo, no entanto, creio que a religiosidade é uma dimensão da vida dos sujeitos que não pode deixar de ser abordada em sua escolaridade.** Se a educação tem como objetivo trabalhar os conhecimentos que envolvem a vida humana como um todo, a religião, então, não pode ficar de fora deste processo. Excluir a religião do processo formativo é trabalhar com uma perspectiva fragmentada do sujeito e da vida social, já que todas as grandes instituições nasceram da religião. Não há Ensino Religioso na escola em que trabalho e também há muita resistência em refletir sobre esse assunto”.*

Alguns meses depois desta primeira entrevista, quando Maria Cláudia já havia assumido o cargo de Professora do Ensino Religioso no Estado, confrontei sua afirmativa acima com o trabalho que esta vem desenvolvendo. Será que sua visão continua a mesma? Será que ela consegue ser professora de Religião sem ser ela mesma proselitista?

“Infelizmente essa continua sendo uma realidade a ser enfrentada. Por ser de caráter confessional, há uma linha muito tênue que separa o confessional de uma prática prosélita. Mas penso que os novos concursados evangélicos, ao menos em Niterói, tem uma visão bastante consciente sobre este assunto. É gente com formação em Psicologia, História, Literatura, Ciências Sociais. Não somos apenas beatos e leigos. Entendemos a religião como forma de conhecimento do mundo.”

(Maria Cláudia, mestranda UFF e Professora de Ensino Religioso do Estado RJ)

A afirmativa de Maria Cláudia me fez pensar... Um leque de novas indagações se abrem: O Ensino Confessional não é muito próximo de uma prática prosélita? Em que medida se diferenciam? Se diferenciam? O que ela quer dizer de fato ao afirmar que os novos concursados “evangélicos” tem uma visão consciente sobre o assunto? É uma afirmação que opera uma distinção dos professores “evangélicos” dos demais credos¹¹², ou apenas uma constatação por ser este o grupo ao qual está mais ligada? A formação “superior” dos concursados realmente instrumentaliza ou discrimina, conforme discuti no *Primeiro Mistério*? Um Pai de Santo sem nível superior não poderia também entender “*a religião como forma de conhecimento do mundo*”?

A RELIGIÃO COMO TEMA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:

Apesar de me incitar ainda mais a uma reflexão crítica, Maria Cláudia destaca o que me parece, o cerne da questão: importa discutir religiosidade porque ela consiste em uma importante dimensão da vida humana e portanto, se à escola importa conhecer o aluno como um todo, considerar e discutir esta dimensão é indiscutivelmente relevante. Este entendimento, de modo algum atenta contra o princípio de uma escola laica e a mim parece que neste ponto, ocorrem todos os entreveros.

Preocupada em saber se esta questão estaria sendo abordada no curso de graduação de Pedagogia da UFF, toquei neste ponto nas entrevistas em profundidade:

¹¹² Maria Cláudia explicou que Professores Evangélicos, Católicos, Judeus e Islamistas foram credenciados a lecionar no Estado. Não soube explicar como ficou a questão do Espiritismo Kardecista, mas afirmou que as religiões afrodescendentes ficaram de fora, não sendo reconhecidas como religiões oficiais.

“Sinceramente, nunca. Apesar de todo o "nosso" discurso democrático etc, etc,...O corpo discente e docente desta instituição, na minha opinião, é bastante fragmentado e individualizado, principalmente no quesito alunos desta instituição, cada um com o seu, o outro que ache a sua turma.”

(Marise Costa, Graduação)

“Discuti a questão religiosa na UFF no Curso de Antropologia I que fiz no ICHF, mas foi uma disciplina totalmente desvinculada do espaço escolar. Não vejo esta discussão como uma preocupação dos alunos de Pedagogia (pelo menos, não na “minha época” de graduação - 1994/1998).”

(Rejane, Mestrado, ex-aluna Graduação)

“Pouco espaço, talvez porque a maioria dos alunos e professores não colocaram tal questão como prioridade ainda, porém se faz necessário, já que afetam muitos alunos nas inúmeras escolas que iremos trabalhar. Devemos estar prontas para enfrentar tal questão na ação e também na teoria. Acho que discuti essa questão em uma aula de PPP.”

(Simone, Mestrado, ex-aluna Graduação)

“Sim, discutimos sobre religião nas aulas de Antropologia, Filosofia e História da educação, que eu me lembro. Em todas as vezes, o assunto causou polêmica e não se chegou a nenhuma conclusão. Deveria ser mais discutido”

(Marisa, Graduação)

Maria Cláudia, não cursou Pedagogia, mas Ciências Sociais na UFF. No entanto no Curso Normal também não teve oportunidade de discutir religião:

“Minha experiência como o cristianismo evangélico vem desde a infância, embora, na juventude, tenha conhecido um pouco do espiritismo kardecista e do islamismo. A religiosidade é uma marca da minha subjetividade. Na monografia de final de curso, da graduação em Ciências Sociais, realizei um breve estudo sobre a influência do fundamentalismo islâmico no Ocidente. No mestrado tive a oportunidade de pensar a relação entre cultura popular (religiosidade) e educação, nas aulas do professor Victor Valla. Estudei epistemologia, também no mestrado, incluindo o conhecimento das classes populares, no qual a religiosidade tem estreita ligação. Realizei um curso de formação cristã na Igreja onde congrego. Desde 2001 tenho lecionado Sociologia da Religião num seminário teológico. Atualmente, estou realizando um curso de formação na área de Ensino Religioso, sob orientação da OMEB (Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil), autoridade religiosa que responde pelos evangélicos. No curso Normal não lembro de ter tido contato como esse assunto, não estava presente no currículo.”

Também não tive a oportunidade de realizar uma reflexão crítica na complementação Pedagógica que fiz para exercer o magistério. Como ex-aluna do curso de Pedagogia da UFF, também posso somar meu depoimento ao dos colegas. A questão do Ensino Religioso apareceu em algumas disciplinas: Organização da Educação no Brasil, Política da Educação, História da Educação VI e Antropologia e Educação. Porém é importante lembrar que nas quatro primeiras, apareceu como tópico presente nas legislações no passado e no presente, carecendo infelizmente, de problematizações que estavam para além da relação entre Igreja e Estado. Na disciplina Antropologia e Educação, ao trabalharmos o papel do folclore no cotidiano escolar, nos vimos obrigados a uma parada reflexiva sobre as relações entre religião e cultura e foi somente em um semestre que tive a oportunidade de problematizar coisas que não cabiam em um semestre apenas, passando a ampliá-las somente neste estudo de mestrado. Toda a reação de colegas protestantes frente à manifestações estranhas às suas crenças, toda a cristalização do folclore no cotidiano das escolas e a questão do Ensino Religioso me desafiaram como um “comichão” a tentar entender porque razão certas dificuldades se estabelecem. Esta inquietação parece também fazer parte das percepções de Marisa (Graduação): *“Como professora, assisti a uma colega recusar-se a falar de Saci, Curupira e etc, pois eram “Coisa do Diabo” e ela não ensinaria isso para seus alunos. Não concordo com esta postura.”* Este tipo de comportamento, notado por mim, por Marisa e por tantos outros, minhas próprias dificuldades frente às coisas que são estranhas às minhas convicções pessoais, reforçam minha opinião, de que o local que “forma” educadores, fomentando através dos discursos dos mestres, das ementas, das bibliografias indicadas, fortemente marcadas por um cunho político progressista, que convidam o respeito ao diferente, ao multiculturalismo, à polifonia de vivências que se revelam no cotidiano, seja o local mais propício para uma séria reflexão crítica sobre religião. Neste sentido, Leonardo complementa:

“Com certeza, na universidade “sim” é lugar apropriado, pois é o lugar comum da formação dos educadores. Tais abordagens devem privilegiar todos os ângulos da questão, afim de que o educador possa permitir ao aluno, enxergar as ‘coisas’ com outros olhos, refletir sobre o dito. Esta é uma preocupação dos alunos, principalmente aqueles das camadas mais pobres, onde a religião se torna uma válvula de escape às agruras e negações da vida.”

(Leonardo, Mestrado)

Concordo com Leonardo quando este explicita que o espaço de Formação de Professores é local privilegiado para desencadear reflexões críticas sobre tal tema. Afinal, é deste espaço que podem sair por exemplo, professores de religião. Se eles não contarem com a possibilidade de um debate fecundo sobre a questão da religião no espaço da graduação, apenas poderão oferecer aos seus alunos uma visão muito particular, de sua formação teológica resultante do aprendizado obtido na instituição religiosa da qual são membros. Por outro lado, discordo de Leonardo quando este com suas palavras corrobora o entendimento de Marx da “*religião como ópio do povo*”, vendo esta como mera “*válvula de escape para as agruras da vida*”. Ela pode inclusive, prestar-se a isto, mas entendo a religião como um dos muitos instrumentos através dos quais o sujeito conforma determinada maneira de perceber e interpretar o mundo. Dentre as muitas lentes que o ser humano se vê suscetível a usar no dia-a-dia a fim de compreender e resignificar os acontecimentos cotidianos, a religião é mais uma delas, ao lado de outras como por exemplo, ciência, a arte, a filiação à determinada matriz teórica ou político-partidária, entre outras que se desenham sob pano de fundo do grande elemento aglutinador que é a cultura. A visão de meu colega, compreensível por este se afirmar ateu, não destoaria de muitos de nossos pares na academia. Se a religião fosse compreendida como um importante aspecto da cultura, certamente haveria mais espaço para esta discussão em um curso de graduação como o da UFF, que se destaca pelo marcante caráter crítico-social dos conteúdos que compõem o seu currículo. Do mesmo modo, o aparecimento do item “religião” não seria absurdo num questionário destinado ao levantamento de perfil sócio-cultural dos alunos, ao contrário do que me informou o professor Palharini na ocasião em que tive acesso aos dados do CPAIUFF.

Neste sentido, busquei compreender sob que perspectiva Direção e Coordenação do curso de Pedagogia da UFF/Niterói, compreendiam a necessidade da discussão da religião na graduação:

“Então eu acho que como a gente estuda criticamente, a História, a Geografia e outras disciplinas, porque não estudar a religião como, não como imposição, mas como alguma coisa que tem fundamentação teórica e tem uma história, pra gente pensar, e como ela foi através dos tempos se ramificando, a partir de tensões humanas, mas onde é que a gente quer chegar com isso? E eu agora, eu fico atemorizada com esses movimentos Pentecostais. Eu fico porque eles estão com uma exigência, quer dizer, as pessoas elas estão embarcando num movimento muito não é, a fim de encontrar-se nesses locais, porque a sociedade não tem dado o, esse apoio necessário pra vida delas. Então elas buscam nesses locais, é uma, um, um

entendimento necessário pra aquilo que acontece com elas. E como elas, não muito, a grande maioria não tem poder, ou não passou pela possibilidade na escola de fazer a crítica, elas recebem todas as informações como verdades absolutas. E daí elas passaram a, a contribuir com quase a metade do salário muitas vezes, as ações delas, na vida particular em casa, com os filhos, na família, é totalmente modificada em função de alguma coisa que ela nem entende porque que faz, mas aquilo vira uma obsessão. Então eu acho que nisso, a gente precisava realmente formar pessoas que pudessem, discernir entre aquilo que é religião, religiosidade e aquilo que é obsessão, lucro mercantil”.

(Iduína Chaves, Coordenadora do Curso de graduação em Pedagogia,
UFF/Niterói)
(Grifos meus, LC)

Partindo da afirmação da Professora Iduína, de ser a escola o local em que o indivíduo se instrumentaliza para poder fazer a crítica, entendi que suas preocupações poderiam se refletir de modo concreto numa busca de inserção destes elementos de reflexão na graduação e então lhe indaguei se havia espaço para esta discussão na UFF:

*“Iduína – (Suspiro) **Deveria existir, deveria!** E eu acho que é, dependendo da ação de cada professor, eu acho que cada um pode demonstrar isso através de suas ações. Porque muitas vezes um professor que age com seu aluno ou com seus colegas professores, de forma, quer dizer onde o ser humano não é respeitado, eu acho que isso aí é religião, eu acho que isso é religião, no momento em que eu estou com meu aluno e eu o excludo por questões outras, ou raciais ou políticas ou econômicas, eu, isso não é um ato religioso, não é um ato humano. Então eu acho que a religião como um processo de humanização desse homem, de respeito por essas relações, então eu acho que é preciso que as pessoas vivam assim, para que elas possam trabalhar com seus alunos assim. Porque senão, fica uma coisa muito, num horário de aula que não vai funcionar.*

Luciana - Mas para além desse aspecto da humanização que é importante, o aspecto mais crítico mesm, o curso de Pedagogia da UFF ele é marcado por ser um curso crítico. E assim, a gente sente falta disso de uma maneira mais sistematizada.

Iduína – Você que fez esse processo , nós sabemos que existe um currículo muito amarrado, não é, um currículo, porque não trabalhar com optativas? Eu acho que nós poderíamos oferecer alguém que tivesse um conhecimento mais aprofundado, oferecer uma optativa? Porque não trabalhar religião? Porque não trabalhar cultura e religião?”

(Grifos meus, LC)

Professora Iduína, enquanto Coordenadora do curso de graduação, traz uma fala imprecisa sobre o que é religião e sobre a pertinência desta discussão no espaço da academia. Este já é um dado que merece atenção, pois mostra o quanto o tema é liminar nesta instituição.

Ocupando uma posição central na organização do curso, Professora Iduína parece me mostrar que esta discussão não tem lugar: “*deveria existir, deveria...*” Mesmo enquanto possibilidade, podemos perceber que a reflexão fica a critério da disponibilidade ou interesse de cada professor e por este motivo, se dilui. Retomo a fala da colega de Mestrado Maria Cláudia: “*A religiosidade é uma dimensão da vida dos sujeitos que não pode deixar de ser abordada em sua escolaridade*”. Acrescento que a religião não pode deixar de ser abordada criticamente no cursos de magistério, de Pedagogia e licenciaturas, para possibilitar ao professor um entendimento do aluno de modo “integral”, ou seja, inserido em um contexto sócio-cultural específico para que se compreenda sua visão de mundo.

Da mesma maneira que a professora Iduína, o professor Waldeck, também foi indagado sobre esta mesma questão. Contrário à Iduína que acredita na contribuição do trabalho reflexivo sobre a dimensão religiosa nas escolas públicas, no espaço da universidade, ainda que como tema transversal, Waldeck afirma:

“Waldeck – Eu acho que não deve existir, porque a escola pública deve ter algumas marcas de distinção muito claras, uma delas é a laicidade. Eu acho que o espaço público é o que deve abrigar, respeitar e lidar com as diferenças de toda a sorte: as diferenças físicas, as diferenças de crença religiosa, de opção sexual, enfim, então eu acho que não é adequado para a afirmação para o caráter público da escola que ela se preste ao ensino de qualquer que seja a confissão, qualquer que seja a vertente, eu já tive problemas aqui, enquanto Diretor da Faculdade de Educação, com duas situações, uma quando eu assumi a direção havia um grupo religioso que ocupava uma sala para fazer uma atividade cultural, até interessante a atividade.

Luciana – Aqueles que cantavam no horário do almoço?

*Waldeck – Acho que sim, não me lembro. Então, como a gente tinha a necessidade de redimensionar o espaço físico e tal, eu tive a necessidade de dizer para aquele grupo que eu não podia abrigá-los com aquela rotina, quer dizer, aquilo não podia ser uma atividade rotineira dentro do programa de ação da faculdade porque a faculdade não tinha confissão, a faculdade era laica. Uma segunda situação análoga foi com um grupo de estudantes universitários da UFF que acho que funciona até hoje, um Núcleo Espírita Universitário, o NEU, acho que é assim a sigla, que queriam sediar um núcleo aqui na Faculdade e eu impedi, eu disse que eu não aceitaria porque primeiro se eu aceitasse o núcleo espírita universitário, eu teria dificuldade em não aceitar o grupo budista, o grupo umbandista, o núcleo evangélico enfim, então primeiro isto é um problema de ordem prática, segundo um problema de princípios, eu acho que a faculdade não deve abrigar este tipo de atividade como sua, como, **eu acho diferente você ter atividades acadêmicas voltadas assim para pensar, debater a religiosidade em suas diferentes perspectivas** enfim, outra coisa é a faculdade ter ela mesma um núcleo espírita universitário, assim como eu acho que não cabe assim também e já conversei sobre isto no conselho universitário também que a faculdade*

abra o seu ano letivo com uma missa como já aconteceu na UFF, eu acho que isto não cabe, no máximo, no limite eu também não sou muito favorável, de um ato inter-religioso, um ato ecumênico, nem uma missa nem um ofício evangélico, nem uma sessão de candomblé, nada disso. Eu acho que a religião, uma prática religiosa, assumir uma vertente ou crença religiosa não deve ser algo associado a instituições públicas sejam elas de que caráter for, inclusive as escolas, sobretudo as escolas que tem uma dimensão formativa, ideológica, enfim, respeitando. Por exemplo, na França onde eu morei, eu acompanho até hoje a coisa da educação, tenho família lá, um debate que atravessa a França nos últimos quinze anos e permanece em evidência é sobre o uso do véu das alunas que são, que seguem a religião islâmica, elas querem entrar com o véu que chamam de foulard e há um debate intenso sobre se a escola deveria proibir esta manifestação religiosa, elas usam o véu em função de uma manifestação religiosa, mas a questão é a seguinte, porque a escola permite usar o cordão com o crucifixo, ou com a Estrela de Davi? Então, ou seja, este é um debate contundente, então eu acho que o melhor que a escola tem a fazer é não assumir opção, não ensinar nada a respeito de religião, nem tolerar uma sem tolerar outras, ou você tolera práticas religiosas no plano pessoal, no plano da subjetividade, da individualidade do aluno, ou você restringe todas, então à primeira vista me parece uma posição, a posição que eu teria hoje.’

(Grifos meus, LC)

A argumentação do professor Waldeck, me auxiliou a ampliar meu foco de percepção sobre prática religiosa da escola para a universidade.

Em princípio o ponto a destacar é que se ambos, Direção e Coordenação, mostram posições contrárias sobre a possibilidade do Ensino Religioso na escola pública, por outro lado, parecem concordar que talvez seja interessante que estas discussões aconteçam de alguma forma, talvez como uma disciplina optativa ou uma *Atividade Acadêmica*¹¹³.

Outro ponto a comentar acerca de suas afirmações relaciona-se com a ligação que o Professor Waldeck faz sobre as dificuldades quanto à assunção indumentária que acompanham as opções religiosas que se instalam nos colégios da França¹¹⁴ e a postura que adota como Diretor da Faculdade de Educação da UFF. Acredito que a grande diferença cultural entre França e Brasil não nos permite uma relação de analogia, além disto, a França abriga uma pluralidade de imigrantes suscetíveis a conflitos em decorrência do pertencimento religioso, realidade bem distinta da brasileira. Por outro lado, críticos da medida de proibição do véu acreditam que “a

¹¹³ As *Atividades Acadêmicas* são matérias que compõem o currículo obrigatório da graduação de Pedagogia da UFF. Estas não possuem uma ementa fixa. Em geral o professor oferece algo que está pesquisando e como várias atividades são oferecidas a cada semestre, o aluno fica livre para escolher qual atividade mais lhe interessa a cada período. Nem sempre as atividades são repetidas no semestre seguinte.

¹¹⁴ Adianto que esta interessantíssima questão não será objeto de discussão nesta dissertação.

nova lei poderá resultar num maior isolamento das jovens muçulmanas em vez de promover uma maior integração das diversas comunidades religiosas na rede de ensino. Para elas, a unidade não vem da uniformidade, mas da diversidade.”(Folha de São Paulo em 11/02/2004)

Creio que defender a laicidade do espaço público não necessariamente coincide com a negação de qualquer manifestação em seu espaço. Por que não um ato religioso ecumênico no início do ano letivo se a comunidade universitária assim o quiser? Por que não um espaço comum na universidade onde cada grupo religioso possa agendar e utilizar de modo organizado? Não sei se no Brasil, é possível a busca de uma isenção tão grande como na França. Nem mesmo sei se na própria França isto é possível... Devemos estar atentos para não cairmos no equívoco de um “*fundamentalismo laico*”, lembrando como afirma Birman (2003) no início deste mistério quão imbricado está o religioso no espaço público.

O terceiro ponto, é que através das informações que me forneceu sobre o NEU (Núcleo Espírita Universitário), consegui contatar não só este grupo, como também o GRUDE (Grupo Universitário de Desenvolvimento e Evangelismo) e entrevistar seus coordenadores, colocando em perspectiva dados já coletados.

Meu primeiro contato foi com Fábio, coordenador do GRUDE, e estudante da graduação de Psicologia. Fábio corrobora as afirmações do professor Waldeck sobre o caráter laico da Universidade:

“Creio que essas manifestações não devem ser adotadas pelos departamentos, mas sim acontecerem livremente em algum espaço da UFF, que é uma instituição pública da qual desfrutamos. Isso pode acontecer, desde que não atrapalhe as atividades universitárias. Penso que se os espíritas quiserem se reunir tudo bem, desde que não atrapalhem outras aulas ou confrontem alunos de diferentes opções, o mesmo valendo para outras religiões. O que sou contra é, por exemplo, as missas que acontecem no bandeirão no início dos períodos. Isso não pode acontecer com o apoio da universidade, a não ser que nos permitam fazer um culto evangélico e depois permitiram que espíritas batam tambor lá. Em suma: que os alunos possam fazer suas reuniões com liberdade, mas sem uma adoção oficial pela instituição.”

Fábio explica o nome e objetivo do grupo ao qual está ligado:

"O nome é mais ou menos uma brincadeira (...) Chamamos GRUDE porque entendemos que deva haver uma união dos evangélicos, pois muitas de nossas crenças e valores são confrontados. É notória a mudança de comportamento das pessoas que ingressam em universidades. Álcool, fumo e outras drogas passam a ser

consumidas, promiscuidade etc, a partir disso buscamos estar orientando aqueles que já são evangélicos e evangelizando os que ainda não são. Assim, o grupo é formado por evangélicos, mas também composto por não-evangélicos, que são sempre muito bem-vindos. Nos propomos a servir de opção para aqueles que não vêm na ciência, na razão, nas teorias psicológicas, respostas para suas inquietações e estão em busca de conforto espiritual, crendo que existe algo além do que nos é ensinado nas universidades. Nossas reuniões acontecem, a princípio, nas 4ª feiras, 13h, sala 201N – Campus Gragoatá.”

Já Camilla (estudante do curso de pedagogia e Coordenadora do NEU), argumenta que não há problematização suficiente destas questões na graduação e que há uma preocupação apenas por parte dos alunos sobre esta discussão:

“Discussões já ocorreram a fim de problematizar questões correlatas à História da Educação, por exemplo, ou mesmo para esclarecimento de determinados conceitos/ compreensões oriundas de religiões específicas. Creio que seja uma preocupação do corpo discente, tendo indicativos na grande procura e participação dos alunos e alunas em núcleos espíritas, evangélicos, católicos. É também assunto em conversas realizadas com colegas de classe e em outros espaços externos a sala de aula.”

E sobre a fala do professor Waldeck, complementa: *“Penso que, ao garantir a condição laica da universidade pública, pode ser uma afirmação válida; entretanto, pode demonstrar falta de esclarecimento a respeito do funcionamento e atividades realizadas pelos núcleos religiosos.”*

Já sobre o trabalho do NEU, afirma:

“Estou vinculada ao Núcleo Espírita Universitário, o qual possui como proposta de trabalho a realização de palestras com temáticas atuais, cotidianas e/ ou acadêmico-científicas; estudos sobre a Codificação Kardequiana e obras complementares; exposição de vídeos para posterior debate(...) no seguinte dia e horário: sempre às quartas-feiras, das 12h 20min às 13h 40min, na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG), sala de reuniões e seminários. Os encontros são abertos a todo público.”

Camilla pontua, a desinformação do Diretor da FEUFF relativa à atuação dos núcleos religiosos. Este me pareceu um tanto quanto despreocupado em tratar desta temática, que infelizmente, não parece sequer ser debatida internamente, pois sua afirmativa quando perguntei-lhe se existia uma preocupação concreta em discutir a questão da religião de modo mais sistemático, através da presença da questão na ementa de algumas disciplinas foi:

“À primeira vista acho que não, acho que não, assim como tem outras questões que não estão no espectro de preocupações. A não ser, talvez, um projeto de pesquisa, uma atividade de extensão, aqui, ali, coisas mais pontuais, acho que não há a preocupação que esteja presente na proposta curricular, que se traduza nas disciplinas, acho que não.”

Insisto na pertinência da questão e da necessidade de que esta faça parte do “espectro de preocupações” dos docentes e pergunto se não acharia que isto deveria se processar desta maneira:

*“**Waldeck** – Pois bem, eu acho que sim. A disciplina Educação Brasileira, obrigatória no mestrado, eu dei o primeiro semestre de 2003 como professor Nicholas e vou pegar a turma de novo de 2004 e no nosso programa está previsto a discussão sobre Ensino Religioso, claro. O que é a disciplina de Educação Brasileira, no curso de mestrado em educação? Sabendo que nossos mestrandos, futuros mestres, eles provém de diferentes formações o que faz a riqueza do curso e traz uma certa complexidade para a formação deste pessoal. É preciso que eles tenham uma base comum de conhecimento e condições de fazer a análise crítica do fenômeno educacional no Brasil, porque não tem que ser especialista em Ensino Religioso, nem em educação superior, mas não é possível que um mestre em educação não consiga conversar com você minimamente sobre a questão do Ensino Religioso, tem que saber, então nosso programa faz parte a discussão sobre Ensino Religioso.*

Luciana- Mas isto no mestrado! Na graduação...

***Waldeck** – Acho que poderíamos incluir. A Sociologia comporta, a Antropologia, a Organização da Educação no Brasil, a Política da Educação no Brasil, eu acho que sim, que isto pode aparecer como uma questão, como um problema, como um conteúdo a ser discutido, a ser analisado enfim, eu acho que sim, não seria nada problemático. Não tem nada haver com a utilização do curso para fazer proselitismo religioso.”*

Acredito que gradativamente, a questão da religião, cultura e do Ensino Religioso, venham a ter maior destaque traduzindo-se em ementas nos cursos de formação de professores, e nos debates de docentes e discentes. Espero, inclusive, que trabalhos como este, possam objetivar demandas emergentes, mas talvez ainda latentes no espaço da universidade e da escola. Prova disto, talvez, seja um telefonema que recebi poucos meses após a entrevista, do professor Waldeck convidando-me para partilhar com a turma de mestrado em que leciona Educação Brasileira minhas inquietações sobre Ensino Religioso.

A FÉ E A FESTA: EVANGÉLICOS E CULTURA POPULAR SOB A VISÃO DOS ALUNOS DA UFF...

Retomando a discussão sobre cultura popular e religião, através das entrevistas em profundidade foi possível perceber, que a maior parte dos alunos entrevistados acredita que há uma forte resistência por parte dos evangélicos no que diz respeito à participação de celebrações relacionadas à *Cultura Popular* como festa junina, festa do folclore, etc:

“Temos que levar em consideração que os evangélicos carecem de memória cultural relacionada às tradições brasileiras. A religiosidade do povo tende sempre a ser negada por eles como forma de dominação e garantia de fidelidade.

Acho muito triste que não as possa festejar, dançar, cantar. Embora sendo educador e tentando compreender tal contexto, não concordo, pois trabalho em escola pública cujo ensino deve ser laico. Portanto se querem educação específica devem procurar escolas evangélicas. Esse diálogo é que busco travar com os alunos que tentam se negar a fazer as aulas de educação física, por exemplo.

Vejo essa “invasão” com muita preocupação, pois poderemos estar mudando silenciosamente o caráter democrático e universal do ensino público”.

(Carlos Henrique, Mestrado)

Tendo a discordar de meu colega com relação ao que afirma sobre os “evangélicos carecerem de memória cultural”. Creio que a questão está para além deste entendimento. Como procurei mostrar no *Segundo Mistério*, as tradições populares estão intimamente ligadas à dimensão religiosa, sobretudo católica. Esta percepção parece ser partilhada por outra colega:

“...a hegemonia histórica do calendário católico, na cultura da nossa sociedade, transformou-o numa tradição popular, ou seja, ele foi de tal forma incorporado pela cultura popular que a maioria das pessoas não percebe o aspecto religioso que subjaz. Como professora, vivi a experiência de um aluno e uma aluna, que eram irmãos, recusarem-se a participar das danças da festa junina na escola. Seus pais eram neopentecostais e reprovavam rigidamente a participação direta dos filhos nesses eventos. Considero que essa seja uma postura absolutamente compreensível, tendo em vista que tais festejos, ainda que fazendo parte do calendário letivo escolar, pertencem a uma crença específica.”

(Maria Cláudia, Mestrado)

Rejane (Mestrado), demonstra perceber como os protestantes, cada vez mais, celebram alguns eventos da cultura e se (re)apropriam¹¹⁵ deles:

“Como sigo a religião católica, estes festejos sempre estiveram na minha vida, embora raramente tenha participado deles sem a imposição da escola. De fato, presenciei várias vezes, a forma aversiva como as crianças de origem evangélica se recusavam terminantemente a participar destes festejos, alegando que não faziam parte de sua religião ou que eram proibidas por sua igreja. Hoje parece haver uma certa abertura com a incorporação de tradições culturais brasileiras aos festejos de junho/julho em algumas Igrejas Evangélicas, como por exemplo, a realização da Festa do Milho. De qualquer forma, acho que as Festas Folclóricas e Juninas precisam ser (re)discutidas na escola, dissociadas de suas interpretações religiosas, pois estas fazem parte da cultura de um povo, e é desta forma, que precisam ser ensinadas às crianças, independente de seu aspecto religioso.”

Discordo de Rejane quanto a realizarmos uma discussão sobre as festas folclóricas e juninas dissociadas de seu aspecto religioso, haja vista suas origens:

“ O ciclo junino corresponde às festividades realizadas no mês de Junho para homenagear os santos: Santo Antônio, São João e São Pedro.(...) O ciclo junino ou joanino no aspecto religioso está ligado às comemorações do nascimento de São João Batista, precursor da vinda de Cristo. No aspecto artístico e cultural a colheita do milho.

No Século XIII, os portugueses passaram a festejar também as noites de Santo Antônio e São Pedro. No Brasil tais festividades só ocorreram em 1583.

Paralelo ao sentimento religioso que os festejos juninos despertam no povo, a festa se amplia com a existência de folguedos, superstições e acima de tudo com a música e a dança, expressões fortes do jeito de ser nordestino. As festividades alusivas ao círculo junino iniciam-se no dia 19 de março, dia de São José, por ocasião do plantio do milho, cereal principal de toda a culinária desse alegre círculo da cultura do nordeste, que termina no dia 30 de junho. É justamente a partir do dia de São José que se percebe a grande movimentação dos artistas que se dedicam como compositores e intérpretes, ao forró, coco e ciranda, divulgando suas músicas, seus grupos de danças regionais e seus shows. Enquanto isso, a juventude dá início ao tradicional ensaio de quadrilhas, a dança ideal para a época.”

(SILVA, Givaldo. *O Ciclo Junino: É Festa na Roça, aproveita gente!* Trecho do Encarte distribuído pelo Museu de Folclore Edison Carneiro, maio de 2004)

¹¹⁵ Sob a perspectiva de Roger Chartier de que a *apropriação* é sempre um modo inventivo de se apossar de algo, talvez o prefixo “re”, seja redundante: “...cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma *apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe.*” (1998:p.19)

No entanto, concordo com Rejane, que existe um movimento por parte de alguns protestantes em se apropriar das festas populares, resignificando-as. O que fica claro é que para além das produções simbólicas que recebem marcas relacionadas aos diferentes grupos que delas se apropriam, estamos diante de movimentos concorrenciais, haja vista que o campo religioso é um campo de tensão e de disputas em torno da salvação.

Há vários anos atrás, convidada por uma colega, fui visitar a igreja neopentecostal a qual ela freqüentava, a “Comunidade El-Shadai”. Naquele dia, era a comemoração de São Cosme e São Damião e na pregação do Pastor houve uma grande preocupação em alertar aos fiéis para não comerem doces distribuídos na rua, por serem oferecidos a ídolos. Após a pregação, um coral infantil apresentou-se cantando uma música com um trecho que dizia - considerando as imprecisões da memória - mais ou menos assim: *“Eu não como doce, doce de Cosme e Damião porque eu sou cristão”*. Depois da apresentação, o culto terminou e doces parecidos como os distribuídos nas ruas, porém em pacotes sem estampa, foram distribuídos às crianças da igreja.

Outro acontecimento, ocorrido bem recentemente, neste mesmo sentido, foi o evento promovido pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no Aterro do Flamengo na Semana Santa. As celebrações da Semana Santa, tradicionalmente vinculam-se aos costumes católicos. Desta vez, no feriado de sexta-feira santa, A IURD contou com a presença de mais de um milhão de pessoas num evento que contou com a pregação do Bispo Macedo, fundador da Igreja. Acredito que a dificuldade dos protestantes com relação às festas religiosas populares e ao folclore na escola, centra-se mais na falta da possibilidade de reconhecerem-se neles, que de um ato de “falta de memória cultural”. Neste sentido, apropriar-se, conferindo um tom mais familiar a estes se torna mais aceitável, tirando o estigma de um apartamento cultural por parte deste grupo, lembrando que estão em pauta disputas no campo religioso valorizando ou desclassificando bens de salvação.

Pude acompanhar outro relato de mesma ordem por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Museus¹¹⁶, quando estive recentemente assistindo às festividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) em anexo ao Museu do Folclore Édison Carneiro. Letícia Vianna coordenava uma mesa redonda cujo tema era: “A Experiência Institucional do CNFCP no âmbito do Patrimônio Imaterial do Projeto Celebrações e Saberes da

¹¹⁶ 18/05/2004.

Cultura Popular”. A mesa, composta por seis pesquisadores, começou a narrar como estavam inventariando e registrando bens imateriais representativos da *Cultura Popular* e que este registro integrava: Lugares, Saberes, Modos de Comemorar e Formas de Expressão.

A pesquisadora Elizabeth Mendonça fez o relato relacionado aos Sistemas Culinários (“Aos Modos de Saberes”), relacionado especificamente ao Acarajé, em Salvador.¹¹⁷ Explicou que a escolha do “Acarajé” deve-se ao fato deste ocupar um papel de destaque na constituição de uma identidade regional, religiosa e étnica. Este alimento, presta-se tanto a ser servido de modo ritualizado em espaços sagrados do candomblé, como é passível de comércio informal quando vendido na rua, frito na hora, comido de pé e dispensando o uso de talheres. Elizabeth fez detalhada explicação sobre como foi feita a definição do sítio no município de Salvador no Estado da Bahia. Em determinado momento do inventário, a pesquisadora deparou-se no bairro de Brotas com um “tabuleiro evangélico”:

“...isto é, um ator social que apresenta duas características incomuns na tradição do acarajé: ser homem e evangélico, ao passo que as vendedoras tradicionais de acarajé, baianas de tabuleiro, são mulheres em geral ligadas ao candomblé.” (...) Ao longo da pesquisa de campo tomamos conhecimento da existência de outros evangélicos (homens e mulheres) que comercializam (...)o denominado ‘Acarajé de Jesus’. O modo de fazer é o mesmo, entretanto produzido e consumido por evangélicos que negam o significado religioso do acarajé relacionado ao candomblé atribuindo-lhe nova significação a partir de uma outra crença religiosa. Este fato, revela a dinâmica cultural plena de resignificações, e, ao mesmo tempo, mostra que, embora podendo ser valioso do ponto de vista da pluralidade cultural, nem tudo tem valor patrimonial, em dado momento.”

(Transcrição da fala de Elizabeth Mendonça em 18/05/2004 no CNFCP)

Outro ponto importante nesta discussão é levantado por uma aluna Simone (Mestrado) que é protestante:

“Bem, sempre participei de festas juninas na escola quando aluna, quando queria dançar dançava, se não queria não dançava, porém sempre me divertia nas barracas de jogos. Como professora acredito que devemos respeitar as escolhas de nossos alunos. Se querem dançar, dancem, porém não incentivo e não tomo a frente, apesar de não ver nada de errado na dança. A festa folclórica também é importante para

¹¹⁷ Elizabeth trabalhou neste inventário em Salvador no período de Setembro de 2001 a novembro de 2002.

estarmos preservando nossas tradições, mas não acredito em datas isoladas, é necessário resgatarmos nosso folclore no cotidiano de nossos alunos, brincadeiras no recreio, histórias e outros... Acredito na escola como espaço da diversidade e da liberdade, lógico que com regras, mas nunca com imposições. O aluno evangélico não quer participar daquela dança, porém ele pode realizar outra atividade...Não podemos isolá-lo do grupo que vai dançar!”

Simone chama atenção para o caráter pontual com que geralmente se trabalha a questão da cultura popular na escola. Suas afirmações, corroboram a discussão que busquei fazer sobre folclore como recurso didático no *Segundo Mistério*. Se “as tradições populares” são evocadas apenas em junho ou agosto, descoladas de uma história cultural, fica complicado não só para os protestantes compreenderem estas atividades, mas para os alunos e para os professores de maneira geral.

A professora Raquel, Testemunha de Jeová, aluna da graduação, oferece o depoimento de como se sentia quando criança e como ainda se sente, diante de comemorações católicas e de outras datas de comemorações específicas da cultura popular:

“Eu era obrigada a assistir as aulas, mas nunca aceitei esse fato. Principalmente porque as professoras não eram preparadas para aceitar a diferença de credo entre os alunos. Como professor é uma situação muito desagradável no meu caso, visto que não comemoro Páscoa, Natal, Semana Santa e vez ou outra me vejo obrigada a fugir destes eventos principalmente quando são realizados dentro do horário de trabalho. (...) Em um país que se diz democrático cada um deve ter o direito de escolher o que fazer no que se diz relacionado a crença religiosa. A partir do momento que as minhas crenças entraram em choque com as comemorações escolares eu parei de participar. Infelizmente, há pouco esclarecimento por parte dos professores no que diz respeito a esse assunto. Nós, Testemunhas de Jeová, temos uma brochura intitulada “As Testemunhas de Jeová e a Escola” que tem ajudado muitos pais de alunos e professores a entender porque não participamos de determinadas celebrações. Com isto se evitam constrangimentos por parte dos alunos e a irritação por parte de professores que às vezes pensam se tratar de má vontade por parte da criança. Todo início de ano, o país conscientes têm uma conversa com o professor de seu filho”.

Neuza (Graduação), reforça a argumentação de Raquel ao entrar em contato com suas memórias de aluna:

“Lembro-me que na minha turma de terceira série do ensino fundamental havia um colega, filho de Judeus, que tinha um calendário completamente diferente do calendário católico. Nos dias importantes do calendário judaico, esse colega simplesmente não freqüentava as aulas porque deveria ser um dia sagrado par eles. Por que temos de impor o nosso calendário católico aos que tem outra religião? O que é sagrado para uns, não é para outros. Sou católica, mas não entendo determinados “dogmas” da minha igreja.(...) Claro que os evangélicos se recusam a participar dessas festas e com toda razão. Eles estão absolutamente certos, os católicos não participam das festas evangélicas, os espíritas não participam das festas católicas, os católicos não participam das festas judaicas, etc. Estas diferenças só acontecem porque a escola se envolve com um problema que não é dela, ou seja, a escola deve ser laica e se preocupar com a qualidade do ensino que dá a seus alunos”.

Com exceção dos depoimentos de Raquel, Neuza e Simone, os entrevistados de maneira geral, afirmam que nunca se preocuparam muito em problematizar a hegemonia do calendário católico principalmente pela apreciação dos feriados. Preocupado com esta questão, o Deputado Federal Marcos de Jesus (PL- PE), tentou instituir através do Projeto de Lei 291 de 1999 o “Dia do Evangélico” como feriado nacional, a exemplo do que já acontece no Distrito Federal desde 1995 quando a Lei 963 começou a vigorar. Em nível Federal, contudo, esta não foi aprovada.

Calendário católico, professor evangélico, escola pública laica, Ensino Religioso...Nos preparemos para contemplar no *Quarto Mistério* como estas questões ocorrem de fato no cotidiano da escola pública...

QUARTO MISTÉRIO DA LUZ: TRANSFIGURAÇÃO

“Subindo no Monte Tabor e contemplando o reluzir do rosto de Cristo: ¹¹⁸Qual é afinal o perfil de uma escola pública povoada de pentecostais?”

Neste *Mistério*, convido o leitor a contemplar comigo o dia-a-dia da Escola Municipal Alberto Pasqualini, situada em São Gonçalo no Rio de Janeiro. Encaminhar-me para esta experiência, em uma escola pública onde a presença da dimensão religiosa é tão marcante, foi deparar-me de certa maneira também com uma espécie de transfiguração. Tomo de empréstimo o significado vocabular da palavra, no sentido de melhor explicitar minha argumentação:

“Transfiguração. S.f. **1.** Ato ou efeito de transfigurar (-se). **2.** Mudança radical na aparência, no caráter, na forma; transformação, metamorfose. **3.** Transformação espiritual que exalta ou glorifica. **4.** Rel. Estado glorioso em que apareceu Cristo aos apóstolos sobre o monte Tabor.

Transfigurado. Adj. Alterado, transformado, demudado.”
(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda)

A “transfiguração”, que tentarei explicar, se deu no meu modo de compreender aquela experiência. Afinal, o que eu esperava encontrar lá? Com certeza haveria uma preocupação com a questão religiosa, pelo menos por parte da pessoa encarregada do Ensino Religioso. Mas no meu pequeno repertório pessoal de experiências, acreditava que esta estaria circunscrita às aulas de religião. As minhas lembranças enquanto professora desta área me sugeriam essa expectativa. Contudo, naquele espaço, outras coisas foram evidenciadas. Antes de explorar os fatos observados, julgo ser relevante informar sobre a escolha desta escola como meu campo de estudo.

¹¹⁸ “A transfiguração é, por excelência, mistério da luz. Segundo a tradição, ela se deu no monte Tabor. A glória da divindade reluziu no rosto de Cristo, enquanto o Pai convidava os apóstolos extasiados para que escutassem o seu Filho (cf. Lc 9,35) e se dispusessem a segui-lo nos vários momentos – da paixão até a morte – para chegar com ele à ressurreição e, assim, receber a plenitude do Espírito Santo no dia de Pentecostes. A cena da transfiguração de Jesus, narrada no evangelho de Lucas, é de uma beleza indescritível e merece ser contemplada. Jesus convida os discípulos mais próximos a subirem à montanha para rezar com ele. Enquanto reza, seu rosto muda de aparência e sua roupa fica muito branca e brilhante. A luz invade a cena e uma nuvem os encobre com sua sombra. E a voz do Pai se faz ouvir: “Este é o meu Filho, o Eleito. Escutai-o” (Lc 9, 35). Os discípulos ficam extasiados e não contam a ninguém.

As profundas experiências de luz, em nossa vida, clareiam e dão forma ao caminho do dia, muitas vezes carregado de dores que em Jesus serão transfiguradas pelo Espírito do próprio Deus.” (CORAZZA, 2002)

A Escola Municipal Alberto Pasqualini, está situada em um bairro de São Gonçalo chamado Maria Paula.

Segundo dados da página da prefeitura do município de São Gonçalo¹¹⁹, este conta com a terceira maior população do Estado do Rio de Janeiro, um total de 891.119 habitantes. Como o município dista apenas 20 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e possui ligação com outros municípios¹²⁰, se constitui como ponto de passagem para as áreas turísticas do Estado, como a Região dos Lagos. São Gonçalo localiza-se na região metropolitana do Rio de Janeiro, situando-se no lado oriental da Baía de Guanabara e possuindo uma área de 251 quilômetros quadrados, atravessada pela Rodovia Amaral Peixoto e Niterói-Manilha que integradas à BR 101, garantem acesso não só ao Norte do Estado, como às demais regiões do país. São Gonçalo faz limite ao Norte, com Itaboraí e a Baía de Guanabara. Ao Sul, com Marica e Niterói. À Leste, com Itaboraí e Marica e à Oeste, com a Baía de Guanabara e Niterói. O município de São Gonçalo tem 90 bairros, divididos em cinco distritos.¹²¹

No que se refere à educação municipal, São Gonçalo conta com sessenta e oito unidades escolares que compõem a rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de São Gonçalo e que atende atualmente, a mais de 65 mil alunos, distribuídos nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental (nos 1º e 2º segmentos) e Educação de Jovens e Adultos.

Minha decisão de realizar o trabalho de campo sobre Ensino Religioso no município de São Gonçalo,¹²² contemplava inicialmente a Escola Municipal Mário Quintana¹²³. Nesta escola, leciona uma aluna da graduação em Pedagogia na UFF, que me auxiliou no preenchimento dos questionários aplicados e que se ofereceu para facilitar minha entrada nessa unidade. Tive problemas, porém com a Diretora. Ela afirmou que em sua escola não existiam ‘questões para serem observadas’. Temendo que o mesmo ocorresse caso tentasse me dirigir primeiramente a outra escola¹²⁴, busquei a Secretaria Municipal de Educação a fim de conhecer como funciona o Ensino Religioso no município. Tentei sem sucesso entrevistar a Coordenadora

¹¹⁹ <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/principal.htm>

¹²⁰ Dista apenas 10km de Niterói.

¹²¹ Como já fiz referência no *Terceiro Mistério*, O IDH do município de São Gonçalo é o 1014º. do Brasil, revelando um perfil sócio-econômico baixo, especialmente se comparado à Niterói que é o 3º. colocado em todo o país.

¹²² A escolha foi a partir do Questionário que realizei com estudantes da UFF em 2002, conforme mencionei no *Terceiro Mistério*, onde constatei que a maior parte dos alunos residia neste município e os que trabalhavam nas escolas municipais da cidade indicavam possuir Ensino Religioso em sua escola.

¹²³ Situada no bairro de Engenho Pequeno - SG.

¹²⁴ No curso de graduação em Pedagogia da UFF, os alunos relatam muitas dificuldades em realizarem pesquisas nas escolas, que nem sempre se dispõem a aceitá-los.

de Educação Religiosa. Indicaram-me para prestar os esclarecimentos necessários para minha pesquisa, uma integrante da equipe de Ensino Religioso, professora Eneida Guido.

A professora Eneida é professora da rede municipal e há três meses foi convidada a deixar a escola onde trabalhava como Agente de Educação Religiosa¹²⁵ para participar da Equipe Central da Secretaria Municipal de Educação, auxiliando a Coordenação. Professora Eneida ao se apresentar, me contou um pouco sobre sua formação. Disse que estudou Pedagogia em uma faculdade confessional, a FACE – Faculdade de Ciências da Educação, ligada ao Seminário Batista do Sul do Brasil e por esta razão o tema “Ensino Religioso” era discutido em várias disciplinas. Deixou claro desde o início de nossa conversa que é Batista e quando lhe perguntei qual o sentido da religião em sua vida, não hesitou em responder:

“A religião me dá respostas e sentido à minha vida que a ciência e meus cinco sentidos não dão. É o encontro com o que não vejo, mas creio. É uma busca ao mistério, à espiritualidade, o encontro com Deus, que se expressa também como o encontro comigo mesma e com o outro... É uma resposta ao sentido da vida e da morte. É uma esperança confortante de que o último suspiro aqui não é o fim de tudo”.

Sobre o Ensino Religioso na escola, argumenta que:

“O fenômeno religioso está presente em todas as civilizações e em todos os tempos. A cultura está permeada de sentido religioso, a religião é inerente ao homem, logo concordo com o artigo da LDB que diz que o ensino religioso faz parte da formação básica do cidadão... Agora, entendo que a educação religiosa não é o ensino de religião ou das religiões é mais do que isso, é filosofia, quando fala do sentido da vida, é ética quando fala de valores, é religioso quando fala de transcendência, é espiritualidade quando trabalha com a arte, musicalidade, é antropologia quando fala da história e da cultura das religiões, é sociologia quando se percebe como o fenômeno religioso se dá dentro de uma sociedade...”

A professora Eneida acredita ser possível uma educação religiosa que não privilegie uma religião, à medida que se tenha uma compreensão da Educação Religiosa como área de conhecimento, como *“leitura de mundo”*, porém reconhece que os professores ainda não estão prontos para isto. Indica que a perspectiva com que a Secretaria de Educação trabalha é na

¹²⁵ Os professores que trabalham com Ensino Religioso pertencentes à Secretaria de Educação de São Gonçalo são classificados de “Agentes de Educação Religiosa”.

vertente cristã, o que já impossibilita que haja uma abordagem ecumênica. Quando pergunto como é o ensino religioso em São Gonçalo, ela me oferece uma cópia da portaria que o regulamenta¹²⁶ neste município e me mostra o artigo primeiro que estabelece que este é facultativo e interconfessional.

Eneida disse que a rede municipal é composta por 65 Unidades Escolares, mais alguns anexos. Deste total, 45 Unidades são atendidas, mobilizando 52 *Agentes* de Educação Religiosa. O objetivo da Secretaria é contemplar todas as escolas, mas isto é gradual, pois a prioridade é o professor para as turmas regulares. Como não há concurso específico para *Agente* de Educação Religiosa, a professora Eneida esclarece que os professores são indicados pelos professores para ocupar esta função. Esta indicação deve estar relacionada ao fato deste professor possuir algum tipo de formação nesta área. Depois disto o professor passa por uma entrevista com a Coordenação de Educação Religiosa e leva a carta de apresentação da instituição religiosa em que participa. Com relação ao pertencimento religioso dos professores, Eneida disse que há um equilíbrio entre católicos e protestantes e que integram a equipe também três professoras espíritas.

Quanto ao material didático, não há a utilização de livros. Os conteúdos são ministrados através de projetos pedagógicos desenvolvidos pelas *Agentes* a partir de temas sugeridos pela Coordenação de Educação Religiosa e normalmente integrados com outros projetos desenvolvidos nas escolas. Por exemplo, se o tema for “*Amizade*”, as professoras recebem o projeto com a definição, metodologia, objetivos e ficam livres para trabalhar o tema a partir de algum material que possuam ou das sugestões de histórias infantis (bíblicas ou não) e filmes sugeridos pela coordenação.

Após conversar sobre Ensino Religioso, busquei entender como a Coordenação orientava o trabalho relacionado à *Cultura Popular* nas escolas. Eneida preferiu relatar sua experiência pessoal enquanto *Agente* de Educação Religiosa, para explicar. Disse que via e trabalhava conteúdos relativos à *Cultura Popular*, como Festa Junina, Festa do Folclore, etc. Neste sentido, diante da eventual recusa de alunos protestantes em participar de tais festejos, comenta:

¹²⁶ No anexo VIII, a Portaria 026/SEMED/2001.

“Como já disse, a cultura é permeada de religião. A Constituição Federal diz que é garantida a liberdade de expressão religiosa, um evangélico se recusar a participar acho que é um direito. Embora em alguns casos o exagero é percebido.

De outro lado há uma visão unilateral em privilegiar o calendário católico, o que é questionável uma vez que o catolicismo já não é mais religião oficial, nem tem mais a mesma representatividade como maioria.

A cultura popular precisa estar presente na escola, agora a abordagem que se dá a esta cultura pode ser muito mais abrangente e multiforme, não privilegiando somente o aspecto religioso, embora como já mencionei anteriormente inevitavelmente ele vai estar presente...

Como professora eu apresentava a abordagem religiosa da Cultura Popular como cultura popular e levava os alunos a refletirem de que maneira esta cultura estava presente no nosso cotidiano, nas superstições, na linguagem, nas brincadeiras, de que forma a cultura do outro, mesmo que com outra cara e outra interpretação muitas vezes faz parte da minha também”.

A professora por seu duplo pertencimento, *Agente* e membro da Coordenação, conseguia me dar dados concretos sobre a organização da estrutura desta coordenação e o ponto de vista de professor de ensino religioso. Interessava agora perceber, como as orientações da Coordenação que esta representava aconteciam na prática. Será que no cotidiano da escola haveria mesmo o Ensino Religioso sem predomínio de uma religião? Será que um ensino interconfessional seria mesmo uma realidade possível? Será que a Cultura Popular seria mesmo elemento de reflexão presente no dia-dia da escola?

Pedi a Professora Eneida que me indicasse como poderia conseguir uma autorização para realizar o trabalho de pesquisa em uma escola da rede municipal de São Gonçalo. Ela ofereceu-me várias opções - inclusive a da E.M. Mário Quintana que não havia aceitado minha inserção. A carta de apresentação para a escola foi feita e assinada pela Superintendente da Secretaria imediatamente. Contornando conflitos potenciais, julguei mais conveniente escolher uma outra escola. Procurei uma escola que possísse uma professora evangélica que pudesse funcionar como contraponto à minha própria experiência de professora católica, como indiquei no *Credo*.

A Superintendente me avisou que uma cópia do ofício seria enviado à escola avisando de minha ida, de modo que quando eu chegasse, a escola já saberia quem eu era. Deu-me ainda o telefone residencial da Diretora, caso eu desejasse fazer contato antes de chegar à escola.

Por essas mediações cheguei à escolha da Escola Municipal Alberto Pasqualini,¹²⁷ que pertence ao segundo distrito de São Gonçalo e faz fronteira com Niterói.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de São Gonçalo¹²⁸, Maria Paula conta com aproximadamente 6.000 habitantes e localiza-se ao norte do município de Niterói, onde encontra-se com São Gonçalo. Até os anos 60, a região ainda tinha características essencialmente rurais. Porém, no decorrer dos anos 80, ocorre uma explosão imobiliária. Multiplicaram-se os condomínios de luxo, que passam a coexistir com moradias da população mais pobre. No que se refere aos rendimentos médios dos chefes de domicílio, o bairro revela uma alta concentração daqueles que recebem até dois salários mínimos, que totalizam 51,23%. Todavia como já existem algumas edificações de alto padrão construtivo em condomínios fechados ou não, na outra ponta da pirâmide social verifica-se que 7,08% dos chefes de domicílio têm rendimentos superiores a 20 salários mínimos mensais.

A taxa de alfabetização em Maria Paula é de 89,26%, ocupando o 25º lugar entre os bairros do município. A ocupação do bairro é quase que exclusivamente horizontal, com 93,89% dos domicílios sendo casas isoladas ou de condomínio; 5,31% casas em “*aglomerado subnormal*” e apenas 0,80% correspondente a apartamentos. Apesar do crescimento deste bairro nos últimos anos, este ainda possui muitas carências, entre elas a de saneamento básico e o depósito de lixos em terrenos baldios. Devido a sua posição geográfica, entre dois municípios, o bairro possui muitas opções de transporte coletivo.

O PROCESSO DE ENTRONIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO PASQUALINI...

Em agosto de 2003 realizei minha primeira visita a E.M. Alberto Pasqualini.¹²⁹ Fui muito bem acolhida pela *Agente* de Ensino Religioso, a professora Marlúcia, que me apresentou a todos os funcionários e professoras da escola. Pude notar como a escola era pequena e me foi

¹²⁷ Av. Exp. Bitencourt Rodrigues, s/nº - Maria Paula – SG / RJ - Cep: 24750-000.

¹²⁸ www.saogoncalo.rj.gov.br

¹²⁹ Uma semana após minha ida à Secretaria de Educação, liguei para a casa da Diretora Maria das Graças, a fim de solicitar uma visita à escola. Esta foi bastante simpática e me disse que não estaria presente à escola naquela data, mas que todos já estavam me aguardando e que ela iria solicitar a Marlúcia, a Agente de Educação Religiosa, que me recebesse no dia 21/08/2003. Compareci à escola no dia e horários combinados e fui recebida por Marlúcia e pela Agente de Leitura Lucinéia.

explicado que funcionam apenas cinco turmas em cada turno. Como este primeiro encontro foi na parte da manhã, tive a oportunidade de conhecer além de Marlúcia, a professora Lucinéia de Sala de Leitura, as professoras Vilma, Rita e Conceição que trabalhavam com turmas que corresponderiam à segunda série, a professora Iaqui, que trabalhava com o que seria correspondente à terceira série e a professora Flávia, que realizava um trabalho com uma turma que corresponderia à quarta série. O município de São Gonçalo realiza a divisão dos anos de escolaridade em ciclos/etapas. Dividi em séries para facilitar o entendimento do leitor.

Neste primeiro contato, conversamos informalmente sobre os objetivos do meu trabalho, sobre o que pretendia observar e sobre dias e horários em que poderia freqüentar a escola. Falei de minha curiosidade em perceber como era trabalhada a *Cultura Popular*, em participar das festas, em observar as aulas de religião, em interagir com alunos, funcionários, professores e com a comunidade para enriquecer minha pesquisa. Neste momento as professoras se entreolharam. Disseram que não houve nenhuma festa naquela escola no ano letivo de 2003 em função da filha da Diretora, que é coordenadora de turno da escola, ter tido uma doença muito grave. As apreciações foram pontuadas por momentos de silêncio. Neste período, a Diretora esteve muito ausente da escola, acompanhando a filha na retirada de vários tumores da coluna que suspeitavam ser malignos e que poderiam causar a paralisia de seus membros inferiores. A professora Marlúcia me explicou que após muitos meses de sofrimento com a doença de diagnóstico impreciso, a moça havia sofrido uma delicada cirurgia e se restabeleceu. Por esta razão, haveria uma comemoração. Marlúcia me convidou para um Culto de Ação de Graças para receber a filha da Diretora que esteve afastada durante todo o primeiro semestre. Marlúcia explicou que um culto aconteceria dentro de poucos dias e que as crianças não teriam aulas naquele dia em função da festividade. Apenas compareceriam as crianças convidadas para apresentar uma dança evangélica.

Falamos sobre o Ensino Religioso na escola e a professora Marlúcia me disse que é evangélica pentecostal da Igreja Cristã Maranata, onde seu marido é Diácono¹³⁰. Marlúcia me relatou que está na escola há dois anos e que seu trabalho é muito bem aceito pelos alunos, especialmente os do turno da tarde, que são menores, pelos professores e pela comunidade. A *Agente* disse que e apesar de ter chegado à escola indicada pela Secretaria de Educação, foi bem

¹³⁰ Clérigo investido das segundas ordens e imediatamente inferior ao presbítero ou padre e que tem por função ajudar, no altar, o celebrante. (Dicionário Eletrônico Houaiss).

recebida nesta. Acredita que a boa receptividade de seu trabalho por parte dos professores está relacionada ao fato de que grande parte destes são evangélicos, como ela. Como diz gostar muito de trabalhar como *Agente*, gostaria de fazer concurso para lecionar esta disciplina no Estado, mas está contrariada porque soube que há uma lei que deixa os pentecostais sem a possibilidade de se candidatarem. A professora pareceu satisfeita quando lhe contei que havia entrevistado o autor desta lei e que também me preocupava com a questão de apenas algumas denominações poderem concorrer ao cargo.

Nas visitas seguintes, pedi a professora Marlúcia que ajudasse a realizar um levantamento da religião de alunos e professores da escola. Esta prontamente auxiliou-me e após alguns dias de coleta dos dados, os resultados ficaram assim:

Professores:

Católicos= 3
Evangélicos ¹³¹ = 8
Sem Religião= 1

Alunos¹³²:

Católicos= 61	Testemunha de Jeová= 7
Evangélicos= 113	Espíritas= 2
Sem Religião= 1	Vai à Igreja Católica e Protestante= 4

A partir da análise destes dados, fica claro que nesta escola predominam os evangélicos, tanto no corpo docente, quanto no discente. Os docentes evangélicos são todos pentecostais ou neopentecostais e os três católicos são praticantes. Infelizmente com relação aos

¹³¹ A categoria “evangélica” era utilizada correntemente na escola e por esta razão, passo a usar esta nomenclatura para me referir aos professores e alunos protestantes.

¹³² A utilização do termo “alunos evangélicos” deve ser encarada com cautela, pois sabemos que nas religiões protestantes, só se passa a ser membro da igreja após o batismo, que ao contrário do catolicismo, não ocorre na infância. Deste modo, quando cito “alunos evangélicos”, na verdade estou me referindo às crianças que freqüentam estas igrejas acompanhadas de seus responsáveis que podem ser de fato membros.

alunos, não foi possível precisar se eram tradicionais, pentecostais ou neopentecostais pois em sua maioria, não sabiam dizer o nome de sua denominação religiosa.

Gostaria de narrar minha aproximação com o corpo discente da escola. Após tirar várias fotos dos murais, assisti às aulas de religião nas turmas de 4^a. e 2^a. séries respectivamente. Os alunos já haviam sido preparados para minha chegada, aliás a escola toda, pois cada vez que tentava me apresentar a alguém, esta pessoa dizia que Marlúcia já havia falado que eu estava fazendo uma pesquisa ali. Para minha surpresa quando entrei na sala as crianças cantaram uma música de boas vindas, prática comum quando recebem visitantes, segundo a professora. No decorrer de cinco meses do trabalho de campo, todas as semanas quando entrava nas salas, as crianças num coro cantavam a mesma música. O que no início me surpreendeu, passou a me incomodar um pouco pois esta atitude me mostrava que eu não tinha conseguido entrar no dia a dia daquela rotina escolar¹³³ a ponto de ser identificada por professores, funcionários e alunos como alguém “familiar”, como pretendia. Ao contrário, meu lugar de visita sempre foi, gentilmente, mas muito bem demarcado por todos ali. É interessante afirmar que a escola fora “preparada” para a minha chegada, e isto foi percebido não só no modo de minha recepção pelas pessoas, mas também a nível espacial, na “multiplicação” dos murais, como comentarei adiante. O que me parecia é que a condição de pesquisadora era assimilado como uma *Inspecção*.

A lógica da Inspecção, parece vir atrelada à outra, a da Suspeição. Recorrendo à Ferreira temos:

“Inspecção. S.f. 1. Ato de observar, de inspecionar; vistoria. [Sin.,p. us.:inspeccionamento] 2. Fiscalização, vistoria. 3. Exame feito por inspetor ou por junta inspetora..4. Cargo de inspetor; inspetoria. 5. Repartição ou junta encarregada de inspecionar; inspetoria.”
(...)

¹³³ O misto de ansiedade/apreensão em ser aceita no campo onde se pretende atuar é sentimento comum de muitos pesquisadores. Transcrevo um trecho de uma pesquisadora que se deparou com o problema da aceitação na escola estudada, usando algumas vezes a palavra “intrusa” para qualificar a percepção de si própria naquele espaço e para exprimir seus sentimento de incômodo:

“Afiml o que nos diz a preocupação da professora Marisa com o gravador? ‘Precisa gravar? Ah, meu Deus! E se a gente falar bobagem? Porque falando às vezes sai uma concordância errada...’ E do acréscimo de informação alguns dias após a entrevista? ‘Em casa eu me lembrei de uma coisa importante para te dizer...’ Segundo Berreman, o pesquisador[pode] aparece[r] diante dos sujeitos da pesquisa como um intruso desconhecido, inesperado e indesejado, “ as impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso do seu trabalho” (1990:141) Trabalhar nessa tensão me manteve obrigada a atentar para as relações, reconhecendo que são muito mais reveladoras que o próprio produto.”(SILVA, 2004: 18)

“Suspeição. S.f. 1. Desconfiança, dúvida, suspeita. 2. Jur. Situação, expressa em lei, que impede os juízes, representantes do Ministério Público, advogados, serventuários ou qualquer outro auxiliar da Justiça de, em certos casos, funcionarem no processo em que ela ocorra, em face da dúvida de que não possam exercer suas funções com a imparcialidade ou independência que lhes competem”.
(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1988)

A díade da Inspeção/Suspeição que se instaura no ambiente estudado acaba por mostrar ao pesquisador que a aspiração ingênua de ser tanto quanto possível harmônica e plenamente incorporado ao ambiente é vã. Não também seria esperar que as coisas às quais aspira visualizar/encontrar/conhecer, estejam dadas. Ao contrário, muitas descobertas se fazem nos silêncios, nas negativas, nas leituras das expressões faciais que se traem e nas perguntas que ficam sem resposta.

“Sentia que era preciso abandonar o sonho de uma receptividade quase fraternal. Apesar de ser saudada como visitante pelos alunos, achei que o sentimento que experimentava combinava com o que SIMMEL afirmava ao descrever ‘o estrangeiro’, que apesar de próximo fisicamente sentia-se distante e que ‘embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir’ (1983:p.182). Estava ciente de minha condição de pesquisadora/intrusa/inspetora/visitante/estrangeira... Recordo-me de minha primeira experiência ao assistir a aula de religião na quarta série, da maneira como Marlúcia iniciou a aula depois de me apresentar à turma. Pediu que todos rezassem o Pai-Nosso de olhos fechados e falou várias vezes que rezar o Pai-Nosso não feria a religião de ninguém pois era uma oração de todo mundo, ensinada por Jesus. A explicação desta atitude, que me parece uma busca de ser flexível dentro da tradição cristã, foi repetida várias vezes em várias aulas e me soava como uma tentativa de me mostrar sua postura ecumênica. Era como se eu realmente estivesse ali para fiscalizar sua prática. De fato, em todas as entrevistas realizadas com pais, alunos e professores, todos foram unânimes em afirmar a preocupação de Marlúcia em não ferir a suscetibilidade das diferentes religiões. Eu não estava pondo isto em questão, mas ela parecia querer sublinhar isto de algum modo para mim.”
(Trecho do meu Diário de Campo)

Em certa ocasião, após terminar a aula em uma turma, Marlúcia não entrou imediatamente em outra turma, como era de costume. Então pudemos conversar um pouco mais. Neste momento ela me deu um papel, um plano de aula e disse para eu ver se seus objetivos estavam condizentes com a aula que deu. Percebi que Marlúcia estava bastante tensa com a minha presença, sentindo-se “avaliada”. Então aproveitei a oportunidade para lhe dizer que não estava ali para ver seu plano de aula, julgar seu trabalho ou dizer o que ela não sabia. Ao

contrário, estava ali para entender como se processava aquilo tudo para as crianças. Conversamos também sobre a duração das aulas e ela me explicou que não há uma regra. Diz que as aulas são quinzenais, que ela pega no máximo duas turmas por dia e que a duração da aula varia com o tema ou com o comportamento pois já aconteceu de estarem tão agitados que ela só ficou 10 minutos. No decorrer do trabalho de campo, Marlúcia parecia mais à vontade comigo, embora uma certa distância, ora maior, ora menor, estivesse sempre presente.

Com relação ao restante do grupo, mesmo após alguns meses de trabalho de pesquisa na E.M. Alberto Pasqualine, ainda não conseguia me sentir entrosada como desejava. Embora todos fossem bastante simpáticos e solícitos, havia uma barreira ora velada, ora explícita que me impedia de mergulhar ainda mais no universo daquela instituição. Muitas vezes, recebi o telefonema de Marlúcia desmarcando minha ida por alguma razão: porque ia estar em reunião na Secretaria de Educação, porque naquela semana iria trabalhar em outro turno ou simplesmente em razão de naquele dia que seria aula de religião ter de auxiliar alguma outra professora em alguma tarefa específica. Certa ocasião desmarcou nosso encontro pois a escola iria dispensar todos os alunos naquela data para a discussão do Projeto Político Pedagógico que precisava ser construído. Falei para ela que eu tinha interesse em participar desta discussão, pois conhecer o que os agentes envolvidos na elaboração do projeto pensavam sobre a escola era de grande valia para o meu trabalho. Marlúcia pareceu desconcertada com meu pedido e me deixando surpresa, disse: *“o pessoal não gosta de gente de fora nesta discussão... Mas eu vou falar com eles e te ligo”*. O telefonema ratificava sua afirmação, o *“pessoal”* não queria que eu participasse. Estas pequenas atitudes muito sutis iam me levando a compreender que lugar aquela escola permitia que eu ocupasse: um lugar que não ferisse o *espaço pessoal*¹³⁴ daquela instituição. Por esta razão, ao final da observação das aulas de uma ou duas turmas, me sentia delicadamente convidada a me retirar. Comentários como *“Então nos vemos de novo semana que vem”* ou *“Vamos, deixa eu te levar até o portão”* serviam como uma espécie de “senha” para que eu entendesse que meu trabalho tinha chegado ao fim naquele dia. Pela natureza do trabalho de pesquisa e pelo meu próprio estilo cauteloso, costumava não insistir em ir além dos limites que os sujeitos da escola me indicavam. Dias depois do dia em que fui convidada a não comparecer à escola devido à discussão do Plano Político Pedagógico perguntei como tinham sido as

¹³⁴ O Espaço Pessoal pode ser entendido como o limite criado pelo corpo físico, assim como os limites psicológicos da pessoa. Os limites territoriais, muitas vezes, também são chamados de Espaços Pessoais. Logo, todas as pessoas tem sua zona de Espaço Pessoal.

discussões e ela disse que foram muito proveitosas, uma vez que quase acabaram de redigir o Plano. Para mim, outra surpresa. Um projeto desta natureza às vezes demora um ano todo ou mais para ser produzido, inclusive porque deveria contar com a participação de alunos, funcionários, pais, representantes da comunidade, além da equipe-técnica e professores. Com certeza, não será surpresa para o leitor saber que nunca consegui ter acesso a este documento, mesmo porque nunca se sabia com quem estava!

A lógica da Inspeção/Suspeição implica numa quadriculação de relações distanciadas, que me incomodavam bastante no início. Passado o momento inicial, de introdução na escola, mesmo ainda guardada uma certa reserva das pessoas em relação a mim, estas, a começar por Marlúcia, passaram a se referir a mim, como a “*estagiária*”.

“ *Estagiar*. V. int. Fazer estágio.

Estagiário. Adj. 1. Relativo a estágio. S.m. 2. Aquele que faz estágio.

Estágio. S.m. 1. Aprendizado, exercício, prática, tirocínio (de advogado, médico, dentista, etc.). 2. Situação **transitória**, de preparação. 3. **Aprendizado** de especialização que alguém, especialmente um funcionário público, faz numa repartição ou em qualquer organização, pública ou particular. 4. Cada uma das sucessivas etapas nas quais se realiza um determinado trabalho. 5. Astron. Unidade de propulsão de um foguete ou veículo espacial”.

(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1988, Grifos meus, LC)

Perceber-me como alguém que trazia a marca da inspeção/suspeição e num segundo momento constatar que era designada como a estagiária, pareceu a mim muito marcante. A lógica se inverte: *Visitante, Pessoa de Fora, Estagiária*. Ora funciono como a inspetora, a pessoa que vai julgar, vigiar o que se faz, ora tenho meu papel subalternizado. Será que passei ao status de estagiária para ter meu papel minimizado, como que para reduzir o mal-estar causado pela minha constante presença, meu gravador, minha máquina fotográfica, minhas constantes anotações no enigmático caderninho azul? Embora também me perceba oscilando entre estes dois pólos: inspecionando a coerência ou a falta dela em discursos e práticas e também estagiando, aprendendo com os diferentes pontos de vista, percebendo, acatando e digerindo a resistência das pessoas à minha presença, confesso que depois de um certo mal-estar, me valeu mais esta segunda visão sobre mim, pois foi justamente esta que mais me aproximou das pessoas. A condição de *aprendiz*, possibilita uma inclusão. Antes ser uma *aprendiz*, que uma “*pessoa de fora*”.

Passados nove meses, os alunos já não me saudavam com canções, alguns professores e funcionários já me tratavam de modo mais informal e receptivo. Certa vez fui à cozinha à procura de uma merendeira que por meses resistia a me conceder uma entrevista. Ela sempre estava “*ocupada demais*”, “*cansada demais*”, “*apressada demais*” ou “*aborrecida demais*” para conversarmos. Porém este dia, entrei na cozinha sem pedir licença, sem ser convidada para um cafezinho ou para almoçar e sem a mediação de Marlúcia, que em geral costumava me ciceronear, introduzindo-me nos ambientes da escola e estabelecendo um elo das pessoas comigo. Pois bem, neste dia Marlúcia não tinha ido trabalhar e entrei à cozinha sem pedir permissão. Surpreendi a merendeira, a coordenadora de turno e as duas pessoas que trabalham com a limpeza vendo calcinhas sob a mesa do refeitório, pois uma delas as vendia. Levaram, a princípio um imenso susto, seus radares detectaram imediatamente que a moça que trazia em si embutida a lógica da *inspeção/suspeição* chegara e pronta para atrapalhar o que ali estava acontecendo. Afinal, o que eu iria pensar? Roupas íntimas de todo tipo, gosto e tamanho sob a mesa do refeitório? A merendeira olhou para mim e sacou sua nada original exclamativa: “*Nem vem, que eu hoje não estou bem!*” Não pude me controlar, soltei uma sonora gargalhada e perguntei se podia me sentar com elas ali para ver as calcinhas. As fisionomias tensas de crianças pegas em alguma trela, foram contaminadas pela minha gargalhada inesperada. A tensão passou, e senti que fui incorporada no jogo. Enquanto eu olhava as peças, começaram a fazer perguntas sobre a minha vida pessoal: minha idade, se era casada, se tinha filhos, quando ia ter, etc. O distanciamento pareceu diminuir ainda mais quando separei algumas peças que me agradaram e Fátima, a que vendia, disse: “*Só no pagamento!*” e repetiu “*Me paga no pagamento.*” “*Que pagamento?*” Perguntei. Todas rimos muito de novo. Fátima disse que já me vê como alguém da escola, esqueceu que não sou funcionária do município de São Gonçalo como elas. Disse que pagaria na hora. Ela insistiu que eu pagasse depois, incrementando o clima de camaradagem e confiança. A merendeira resistente me chamou num canto e disse “*agora estou com tempo para conversar com você*”. Imediatamente lembrei-me de um texto de Geertz sobre a Briga de Galos¹³⁵, que trata do antropólogo que sem sucesso tenta familiarizar-se com a comunidade que pretendia investigar. Um dia, após ser surpreendido numa batida policial que reprimia a briga de galos, começou a correr junto com os nativos. Estes acharam muito engraçado e curioso o

¹³⁵ “Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa” In A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS (GEERTZ, 1989)

comportamento dele pois por não ser um nativo, não estava sujeito às mesmas sanções que estes e no entanto, seu comportamento o fez solidário a estes, tendo assim ganhado a simpatia e aceitação dos mesmos. Meu intuito era de estabelecer uma relação mais próxima àquele grupo, mas aquela aproximação não foi planejada para desenrolar-se daquela maneira. O fato é, a moça vista como um incômodo alguém que inspecionava não reprimiu ou criticou à prática clandestina num ambiente público: o comércio! E note-se que não era um comércio qualquer! A calcinha, uma peça do vestuário íntimo, o que não se vê, o que está guardado... Foi a partir da intimidade que rimos juntas e começamos a aprofundar nossa interlocução.

Neuza, a merendeira, desculpou-se muitas vezes no decorrer da conversa sobre ter postergado tanto nossa conversa e chorou muito acabando por desabafar comigo seus problemas pessoais e sobre sua situação na escola. Havia algo de real em suas desculpas, além do receio de ser entrevistada: ela parecia estar *“cansada demais”*, de seus problemas familiares com o pai, com a neta, com o irmão e com a briga que relatou ter tido com a Diretora no dia anterior. Neuza enxuga a lágrima e diz: *“Ela (a Diretora) cobra demais as coisas mas não dá o exemplo. Você já deve ter percebido como são as coisas aqui!”* A alusão à ausência da Diretora na escola era uma constante por pais, alunos e às vezes pelos professores, que deixavam escapar e tentavam consertar em seguida o que haviam dito. Um dia, durante uma de minhas visitas semanais, quando eu já estava indo embora a secretária da escola disse para eu esperar que a Diretora queria falar comigo. Após alguns minutos esta apareceu e disse que queria me cumprimentar pois eu estava sempre ali na escola, mas que o trabalho dela era tanto, que sabia que eu estava sempre lá mas não tinha sequer tempo de sair de sua sala para vir falar comigo. Fiquei surpresa com aquilo, até mesmo porque em dez meses de trabalho só a vi na escola em duas ocasiões: no culto de sua filha e neste dia que acabei de relatar.

O DRAMA DE ROBERTA BIANCA: A CURA DO CORPO, A CURA DA ALMA & A CIÊNCIA DA ESCOLA

Desde o dia em que cheguei na escola, o drama de Roberta Bianca, a filha da Diretora, era assunto constante no dia-dia daquela instituição. O culto de Ação de Graças por seu reestabelecimento, foi algo que aconteceu durante minhas primeiras visitas à escola. Portanto, acompanhei seu planejamento, percebi a empolgação dos professores nos preparativos,

especialmente de Marlúcia, que parecia organizar mais diretamente o evento, ensaiando as crianças e dividindo tarefas.¹³⁶

No dia do evento reencontrei-me com Eneida, que havia me concedido entrevista na SEMED e que estava entre os convidados. Fui apresentada a Sra. Odeli, que foi convidada pela merendeira Ereni, que é evangélica, para realizar a pregação de Ação de Graças naquela manhã. Professores dos dois turnos, funcionários de apoio e coordenadores estavam presentes. Ficamos todos escondidos no refeitório e quando a Diretora chegou com sua filha, foi recebida com uma música religiosa de boas vindas. Após cumprimentar a todos, um grupo de alunas de 3^a. e 4^a. séries apresentaram uma dança ao som de uma canção religiosa.

A Sra. Odeli iniciou sua pregação, lendo uma passagem bíblica sobre uma mulher que sofria de um problema de saúde e foi curada por Jesus¹³⁷ e fez uma analogia com a recuperação de Roberta. A partir deste momento, alguns *testemunhos* de cura foram dados espontaneamente.

Ao fundo, de preto, a merendeira Ereni. Em primeiro plano, as crianças que foram ensaiadas por Beatriz, aluna da quarta-série escolhida por Marlúcia para ser a “coreógrafa” da escola.



¹³⁶ Certo dia, percebendo Marlúcia angustiada sem saber como transportar as flores para a festa, pois esta se deslocava de ônibus para a escola todos os dias, me ofereci para buscá-las de carro. Fiquei um pouco surpresa com a gentil negativa e em seguida com a delegação da função para outra professora que também viria de ônibus. Como relatei no item anterior, desde o início do trabalho ficou muito claro para mim que precisava ter sutileza para buscar compreender o cotidiano daquela escola.

A Diretora deu seu depoimento sobre a ação de Deus em sua vida, a homenageada, Roberta Bianca também falou sobre a ação divina e todos se emocionaram. Após este momento, Cláudia, faxineira da escola, falou sobre como foi sua conversão, sobre a cura de sua filha e entoou um hino evangélico. Sua voz impressionou a todos. Algum tempo depois, em uma entrevista, conversamos sobre aquele momento:

“Eu não acreditava muito em nada e depois que eu comecei a freqüentar¹³⁸ e depois também do problema da minha filha que no caso ela teve que operar urgente, né? Ela teve que operar o braço porque ela caiu e o osso deslocou e aí ela teve que operar, aí através deste dia, que foi o dia mais, mais importante que eu me entreguei mesmo ao Senhor, à religião porque no caso a religião não salva porque você crê em Deus aí você tem assim uma possibilidade... eu não gosto muito de falar porque eu fico assim muito emocionada com essas coisas... (pausa) e assim, foi uma coisa muito importante na minha vida, da minha filha, porque foi aí que eu acreditei mesmo que existe um Deus que cuida e cura, que liberta e assim foi uma coisa muito importante na minha vida, a religião, muito importante até mesmo no caso, você passar para as crianças, no caso a religião é uma coisa muito importante, né?”

Com relação ao dom de cantar, que pude constatar ao ouvir sua belíssima voz, perguntei como foi esta descoberta após sua conversão e como isto chegou à escola:

“Foi assim: Eu não esperava, eu não esperava e depois que eu me batizei na igreja eu tinha uma classe e nesta classe a gente tinha um dia para ir aprender mais, aprender como lidar, porque eu era nova convertida e aí ali, no primeiro dia que eu fui visitar esta classe depois que eu me batizei, aí me chamaram e disseram vamos, vamos você gosta de cantar, o que aconteceu foi que eu não esperava e a primeira vez que a gente fomos cantar que foi o primeiro congresso, foi a primeira vez que eu fiz o solo e ela começou: vamos treinando, vamos treinando. Porque a minha irmã já era evangélica, eu não, eu ouvia os louvores dela, eu ficava quieta, algumas coisas eu aprendi e cantava assim por cantar, porque eu gostava de ouvir, eu gostava de ver ela cantando, aí foi quando eu comecei, entendeu? Aí eu sempre... Agora a gente tá um pouquinho parado, vamos voltar novamente agora, mas sempre tô assim, fazendo solo.

Luciana – E como que o pessoal aqui da escola descobriu o seu talento?

Cláudia – *Porque eu sempre vivo cantando, vou fazendo o serviço e cantando, fazendo o serviço e vou cantando. Tinha assim o congresso e eu tinha que vir e eu trazia a roupa, antes de ir para o congresso eu botava a roupa, tinha que ir pra lá direto, aí houve o problema da Roberta e resolvemos fazer um culto, né? Aí ela falou então vamos fazer um culto, aí foi quando começamos e fizemos dois cultos. O*

¹³⁷ (LUCAS, 8, 43-48)

¹³⁸ Cláudia freqüenta o Centro Evangelístico de Icaraí, em Niterói.

primeiro foi este ano, foi rápido, foi mais clamor, né? A outra foi né, pra agradecer mesmo, no mesmo sentido.

Luciana – Os dois no mesmo sentido, em função dela, o primeiro pra pedir, a cura e tal?

Cláudia – É, o dela e de um outro senhor que trabalha também, que tá até internado, seu Édison¹³⁹ e começamos a fazer este clamor, depois das aulas a gente dava a mão e ficava todas as professoras cada um e ficava tudo junto e ficava orando ali por eles, pedindo ao Senhor por eles e foi assim que começamos e eu agradeço a Deus a oportunidade porque eu gosto muito de louvar, eu sempre falo assim: no dia que o Senhor não permitir, aí é vontade do Senhor, mas enquanto o Senhor permitir, eu vou louvar, eu gosto.”

Ereni, a merendeira que traz a pregadora e que ora pelos alunos em dificuldades¹⁴⁰, Cláudia, a faxineira que canta e Beatriz, a aluna coreógrafa cuja entrevista não destaquei no corpo deste trabalho, mas trago o seguinte trecho de sua fala: *“Ela [Marlúcia] tinha me colocado como professora de coreografias e na aula dela a gente fazia deveres de religião, cantava, ensaiava, tudo isso que a gente fazia”*, são pessoas que me fazem pensar. Penso que além do destaque que estas recebem no ambiente de trabalho e possivelmente em suas igrejas, vale pontuar o importante papel da religião em suas vidas. Talvez as classes populares, diante das poucas alternativas para saírem da situação de aflição, encontrem na religião, além de um espaço que confere significado ao seu sofrimento e energia para lutarem - com a ajuda de Deus e dos irmãos, - também um espaço que lhes confere uma valorização pessoal. A merendeira que traz a pregadora, a faxineira cantora, a aluna coreógrafa...O que isto pode significar no espaço escolar, que é um espaço totalmente hierarquizado? No momento do culto, que é o momento do congraçamento, há também uma inversão de papéis, uma redistribuição dos poderes simbólicos em jogo possibilitando que aqueles que no cotidiano ocupam posições hierarquicamente periféricas, ganhem destaque.

¹³⁹ O Sr. Édison trabalhava na limpeza da escola.

¹⁴⁰ *“De vez em quando a gente tá aí orando por eles porque de vez em quando as crianças aparecem com problemas, chorando, com problemas de casa, então a gente tem de estar orando por eles.”* (Trecho da Entrevista de Ereni).



As crianças que apresentaram o número com a canção evangélica e Roberta Bianca aparece ao fundo com as flores.

Outros testemunhos em torno da conversão e da ação de Deus na vida das pessoas foram dados. A celebração durou quase toda a manhã e foi encerrada com um lanche organizado pelas professoras e funcionários.

No dia do culto, ao sair da reunião, fiquei bastante impressionada com tudo o que presenciei: suspensão de aula, louvores, cânticos e pregação... Foi naquela manhã que pude perceber o quanto naquela escola a questão da religiosidade era prenha. Várias perguntas surgiam ao mesmo tempo em minha cabeça: *será que a religiosidade expressa nos acontecimentos daquela manhã estavam diretamente relacionadas à presença de Marlúcia naquela escola? Mesmo que não houvesse ensino religioso naquele espaço, haveria a expressão da religiosidade por parte de professores e alunos? Como os católicos se sentiam naquele ambiente predominantemente evangélico? O fato da escola pública ser laica prescinde de uma discussão sobre o crescimento dos neopentecostais e sua influência na mudança de referências culturais na escola?*

O drama de Roberta, o papel que a doença teve propiciando a união do grupo, na organização dos cultos e orações merece ser destacado. Não era uma pessoa qualquer da escola



A professora Beth, segurando o refrigerante, Wilma ao fundo e Marlúcia à direita. Nas paredes, versículos bíblicos e palavras de boas vindas à Roberta Bianca.

que estava muito doente, era a *Filha da Diretora*. A exemplo do *Filho de Deus*, que se submeteu a um sacrifício anunciado, todo o sofrimento pelo qual Roberta passaria, foi “revelado” de antemão a uma professora chamada Beth. Esta, juntamente com a professora Cássia lembraram em entrevista como foi feito este anúncio para ela:

“Eu lembro[do testemunho] porque foi muito forte para mim antes...”

Cássia - ... Eu lembro que você até me contou que era...

Beth – ...Deixa eu contar, deixa eu falar a parte dela que ela não lembra, foi até que ela disse que Deus tinha me usado, não sei se foi o termo que você usou para que de repente a menina... Deus me usou, eu tive uma notícia, uma coisa assim né? Para que ela pudesse também... (Gaguejou)

Cássia - ...Ser preparada para o que ia acontecer, porque ela teve uma visão assim.

Luciana – Ah é? Me conta isto?

Beth – É que eu contei antes para ela, a gente é muito amiga.

Cássia – *A coincidência é que ela contou para mim e quinze dias depois aconteceu com ela. É que a Roberta...*

Beth - ... *É que fui dormir e de repente veio muito o nome dela [da Roberta] na minha frente. E no dia anterior eu tive muito com ela fazendo relatórios, então veio uma visão assim: a Roberta precisava orar, eu falo rezar...*

Cássia - ... *Estava numa cadeira de rodas, estava virando criança novamente e numa vida vegetativa, no sonho dela ela viu.*

Beth – *É, aí eu orei e fui dormir.*

Luciana – *Foi um sonho ou uma visão?*

Beth – *Aí eu orei e fui dormir. Primeiro eu vi muito ela, vi muito a menina e pedi. Orei, orei e fui dormir, que eu precisava dormir que eu estava muito sufocada. Então eu fui dormir. Tive logo em seguida, um sonho, com ela, vendo-a na cadeira de rodas. Ela não conseguia prestar muita atenção e a criança atrás nua, despida e ela numa vida vegetativa como ela falou na cadeira de rodas, sem poder, imobilizada para tudo. Aí eu contei para ela, eu sempre aprendi a contar pra dividir, não ficar, mais passou.*

Cássia -... *Aí ela me contou, sem saber o que fazer, sem saber o que era aquilo. E eu disse que isto foi um aviso que ela recebeu.*

Luciana – *Mas vocês nem sabiam que ela estava com um problema de saúde?*

Beth – *Nada, a gente não sabia de nada.*

Cássia – *Nem a própria mãe sabia, isto foi de repente. Aí você foi correndo e contou pra mãe dela, né?*

Beth – *Aí vocês pediram para eu avisar Graça, que de repente a menina tá precisando de apoio, uma coisa assim. Eu avisei, falei que não sei o que tava acontecendo, que devia estar tudo bem e aí a Graça disse não, tá tudo bem.*

Cássia – *De repente era um apoio espiritual o que ela tava precisando.*

Luciana – *E aí a Graça confirmou que tava tudo bem?*

Beth – *Não, ela falou que tava tudo bem e que ia pedir para a Roberta orar mais, né? Fazer as orações dela, depois...*

Cássia - ...*Quinze dias depois agente, nós chegamos e a diretora estava chorando muito e nós descobrimos que a Roberta estava com um tumor aqui atrás na coluna..."*



Beth (à esquerda) e Cássia (à direita) após o momento da entrevista

Beth - ...era mais de um, né?

Cássia – Eram seis tumores e que a mãe estava com muito medo da filha ficar parálitica, não poder andar e que ia ter que fazer uma operação com urgência, né? Então a gente ficou meio que assustada e lembramos logo em seguida do sonho que Beth teve. Neste dia, fizemos a oração, consolamos, procuramos na palavra de Deus um a palavra que pudesse consolar a ela e lembramos, se Deus deu a ela um sonho e fez com que ela sonhasse, era sinal de que ele já estava agindo, desde o momento que ela sonhou ele já estava agindo, sabia o que ia acontecer porque ele já estava preparando já a Roberta pra operação, né? Pro que ia acontecer com ela, tanto é, que para uma pessoa com seis tumores e serem benignos, só pela misericórdia de Deus.

Beth – A gente tem hábito também de fazer orações pelas colegas necessitadas. Quando as coisas não estão muito equilibradas, a gente pára também, quando sente que o ambiente não está bom, está meio tumultuado, as crianças estão meio rebeldes, agitadas, a gente procura, fazer um grupo.

Cássia - Pelo seu Édson que estava internado, a gente ora por ele.

Beth – O pai da professora Wilma...

Cássia – O que a gente entendeu no dia desta reunião que eu não participei, mas que você passou pra mim, foi que o que Deus fez até mesmo com a Roberta, **veio pra unir mais o grupo, porque parece que a gente tava um pouco separado, cada um no seu canto.** (Grifos meus, LC)

Beth – Com certeza...

Cássia - ... Aí, o que aconteceu com Roberta, a gente formou um grupo muito unido, entendeu? Todos estavam pedindo à Deus por ela, no mesmo pensamento por ela e veio a unir o grupo, a escola, as pessoas o que tornou ainda melhor, as coisas aqui fluíram melhor que antes e foi o que você falou pra mim, a intenção daquela reunião, a palavra daquele grupo foi pra isso, pra união, pra gente procurar com mais ânimo.

Outro ponto de reflexão extremamente importante, refere-se à explicação que o grupo me deu sobre a intervenção de Deus, da cura divina para a enfermidade *anunciada* de Roberta. Esta explicação, que teria bastante sentido em uma Igreja, por exemplo, em que esta seria a lógica de entendimento, se dá em outro local: na escola. Qual o papel da escola na explicação das enfermidades e no reestabelecimento da saúde? Rodrigues (2003) reflete sobre como escola/sociedade/igreja trabalham com a explicação sobre doença e cura:

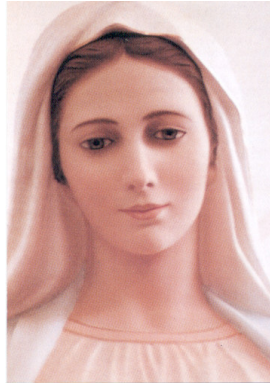
“... a escola explica para os seus alunos a origem das doenças através das bactérias ou vírus, em conformidade à explicação do atual modelo biomédico, e a busca da cura para estas doenças a partir da descoberta de como superar estas infecções. Os alunos que freqüentam estas escolas e têm pais que participam de cultos em igrejas neopentecostais e que já foram curados de alguma enfermidade no interior destas igrejas, vão ter uma outra visão sobre a questão da doença e possivelmente trarão esta discussão para a sala de aula. Como o professor lida com uma situação como esta? Ele precisa ter subsídios que lhe permitam conduzir esta discussão de forma consciente e sem preconceitos.”

(RODRIGUES, 2003: 17)

Como esta síntese ciência x religião é criada nesta escola em particular? Parece que na Alberto Pasqualini, não há uma oposição nítida nos discursos destes dois campos. Ao contrário, parece haver uma complementariedade entre a ciência e a dimensão mágica, pelo *Dom da Cura*.¹⁴¹ Mas como se dá esta questão numa escola onde o professor não possui este sistema de crenças, o desconhece ou tem pressa mais em estigmatizá-lo que em pensá-lo criticamente? Daí a importância destas discussões nos cursos de formação de professores como procurei tratar no *Terceiro Mistério*.

¹⁴¹ Note-se que Roberta Bianca ficou curada através de uma cirurgia delicada, isto é a medicina teve papel central na extirpação do mal. Ao que parece, que os limites da ciência estão submetidos à vontade de Deus. Infelizmente, dada minha saída prematura do campo, como discorrerei adiante, ao analisar os dados, concluí que possuo poucos elementos para descrever como a ciência é trabalhada neste espaço e como se dá sua articulação com a religião. Que saber científico é este? Fica a indicação de investigação destes dados para estudos posteriores.

A SANTA ARRANCADA DO DIÁRIO!



Retomando a pregação da Sra. Odeli, no culto de Ação de Graças, lembro que esta falou da necessidade de conversão e perguntou a religião dos presentes. Apenas duas professoras se identificaram como católicas, sendo todas as demais evangélicas. Então, perguntou às católicas se elas “*aceitavam Jesus*”. E elas responderam afirmativamente. Embora, em algumas entrevistas posteriores a este culto os professores declarassem que há respeito à diversidade religiosa não só dos alunos, mas também dos professores na escola, Ereni, a merendeira, meses depois ao recordar este evento respondeu da seguinte maneira à minha pergunta:

“Luciana – A senhora lembra dos testemunhos que foram dados naquele dia?”

Ereni – Não, não lembro não. Foi de Cláudia né, que ela deu testemunho da filha dela que também estava doente e que através das orações ela também ficou liberta, curada do tumor que ela contraiu e a **Conceição que é católica, mas naquele momento ela disse que até aceitaria Jesus, mas ela é católica, inclusive a diaconiza Odeli disse que não tinha problema, que o importante era a fé dela e que a fé dela, desde o momento que estivesse alicerçada em Jesus Cristo, as outras coisas são pequeninas, né? E de Roberta também, que ela deu testemunho, só não me lembro né?” (Grifos meus, LC)**

Tanto a fala da sra. Odeli perguntando às católicas se elas aceitavam Jesus, como a fala de Ereni dizendo que Conceição é católica, *mas* – a conjunção adversativa é preciosa aqui!- *naquele momento até disse que aceitaria Jesus*, sugerem que a ausência de conflitos na relação entre protestantes e católicas não parece ser real. Na verdade, todos que professam uma religião cristã, ou simplesmente acreditam em Jesus, “*aceitam Jesus*”. No entanto, já pude perceber em várias ocasiões que esta pergunta é uma marca de distinção muito particular dos evangélicos. “*Você aceita Jesus?*” É uma pergunta que marca conversão, pertencimento à religião de quem

pergunta. Ao mesmo tempo é uma espécie de armadilha, pois quem é católico, *aceita Jesus* e num jogo ambíguo e sutil, se vê obrigado a dizer que sim.

A professora Conceição, ao ser entrevistada, disse que freqüentava a Igreja Católica de Nossa Senhora de Fátima, no bairro de Pendotiba.. Explicou seu grande engajamento naquela comunidade, na qual coordena a Pastoral do Batismo e é secretária da Congregação Mariana. Também faz parte do Encontro de Casais com Cristo. Diante do relato de tal envolvimento, resolvi lhe perguntar, se já havia mudado de religião alguma vez:

“Não. Só, já visitei, já participei de grupinhos, já fiz encontros. Inclusive fiz encontro de jovens na igreja Batista. Fiquei encantada. Um sonho, muito bonito mesmo. Já tive assim, presente. Eu não gostaria de mudar de religião. Eu não sei assim o que eles pensam. Tudo o que fala de Deus a gente aceita, acolhe é bonito ouvir, eles falam muito bem até por sinal, mas eu não penso em mudar de religião, por, por mais (gagueja) assim, eu choro (começam a escorrer lágrimas) por amor à Maria, sabe? Desculpa eu chorar, mas eu tenho que chorar. Eu não admito a forma como eles tratam a mãe de Cristo. Como você pode achar que o filho fica contente se você faz uma festa para ele, digo assim, os cultos, as palavras, as reuniões e deixa a mãe dele do lado de fora da porta, então isto não entra na minha cabeça, então eu não mudaria por amor à Maria, entendeu?”

A professora se refaz, pede desculpas por se emocionar, afirma a importância do Ensino Religioso na escola e então acho pertinente voltar à questão que não havia sido completamente compreendida por mim ainda:

“Luciana – (...) Voltando à questão de Maria, que foi a questão que te emocionou, enfim, que eu senti que era uma coisa forte para você, como é que é estar numa escola predominantemente evangélica, tanto em termos de alunos, como também de professores, como é esta questão de Maria para você aqui no Pasqualini? Você fala disso? Você sente falta disso? Como é que é?”

Conceição – Eu falo disso (risos), mas se bem que a gente não tem tanta necessidade assim de falar de Maria porque, interessante que aqui, elas são assim, elas falam muito de Deus, mas elas não cutucam religiões, entendeu? É bom estar aqui porque elas não cutucam religião, tem um respeito. Então eu não vejo a necessidade de falar de Maria. Agora onde eu trabalhei, até um adesivo de Maria, a maioria é protestante, até um adesivo de Maria que eu coloquei no diário tiraram! Rodei a baiana! Eu rodei a baiana, não quis saber quem tirou. (Grifos meus, LC)

Luciana – Onde você trabalhava?

Conceição – Santa Luzia. Escola Municipal Santa Luzia, a minha escola de paixão. Eu rodei a baiana, sabe? Se eu tenho razão, acho uma falta de respeito. Eu rodei a baiana, falei, falei, falei não quis saber quem foi. Depois eu desencapei meu diário,

colei um maior ainda na frente do diário e encapei de novo. Aquele eles não iam poder arrancar. Foi uma falta de respeito danada, entendeu? Fiquei assim (cara de espanto e risos). Acho que cada um tem que respeitar o que é seu, desde que eu não entre no teu te agredindo... Uma coisa que eu vejo aqui é essa coisa de falar de Deus, tudo a gente faz oração aqui. Interessante a Graça, ela pode ter os defeitos dela, mas se a gente tá reunido pra fazer uma alimentação, a Graça chama pra fazer uma oração. Tem uma pessoa doente? A Graça chama pra fazer uma oração, aqui é assim. Aí quer dizer, não tem esta coisa de agredir religião. Eu vejo assim: se você quer cativar alguém para a sua religião, você não pode falar mal daquela religião que a pessoa está. Você tem até que falar bem e tudo mais, ir entrando e de repente fazer um convite para visitar a sua religião e não fazer como a maioria deles fazem, isto é uma ignorância, sabe? Eles não estão preparados para trabalhar com o público com relação a religião. Não é assim, eu acho. Aqui não tem isso. Dois anos, este é o segundo ano que estou aqui. Aqui não tem isso menina, aqui se fala mesmo é de Deus, do amor, não sei o quê. Tem falhas, mas aqui não tem agressão como vejo em outras escolas...”

Diante da fala da Sra. Odeli, da merendeira Ereni, e da afirmação da professora Conceição sobre a prática de “*não cutucar religiões*” na Pasqualini, acredito que a interpretação desta última acerca da aparente distensão religiosa, se deva a três fatores: ao destas pontuações que desmerecem o credo não protestante serem muito sutis, ao fato da professora Conceição, após ter vivenciado situações bastante traumáticas e mesmo agressivas, como relatou, precisar acreditar que se encontra em ambiente “harmônico” a fim de reduzir sua “dissonância cognitiva”.¹⁴² E finalmente ao fato de que o Drama de Roberta Bianca, como muitas me disseram, trouxe uma grande união do grupo, propiciando a relativização de conflitos religiosos.¹⁴³

¹⁴² A existência de elementos de conhecimento que, de uma maneira ou de outra, não se acordam (dissonância) conduzem, da parte do indivíduo, um esforço para os fazer, de um modo ou de outro, melhor se acordar (redução da dissonância). Isso vai provocar uma inclinação a reconstruir uma coerência cognitiva, ou seja: a reinterpretar à situação de maneira de tornar menor o desacordo encontrado. De acordo com as teorias de Leon Festinger, isso acontece porque cada incoerência percebida entre os aspectos do conhecimento, dos sentimentos e do comportamento é causa de angústia – dissonância cognitiva – que as pessoas logicamente tentam aliviar (FRANÇA, 1982).

¹⁴³ O único momento em que Conceição assume que a escola, como qualquer outra tem conflitos e falhas, é quando expressa que a escola se acomodou em função da doença de Roberta: “*Olha, o ano passado, a gente teve falhas. Vou ser franca. Porque a Roberta ficou doente, não é? Eu acho que diretora numa escola é importante, mas o mais importante é coordenador e professor e depois vem o aluno que é com ele que a gente trabalha, porque sem aluno não existe escola (...) mas eu acredito, se a Roberta não estivesse doente, estivesse participando bem ali com a gente, teria sido bem melhor trabalhar. Teve falhas por isto, mas eu acredito que este ano a gente deve trabalhar direitinho, não tem justificativa.*” O campo maior de tensões parece se definir pela não distribuição do capital de função.

Conceição, ao falar sobre seus alunos que participam de religiões protestantes, faz uma crítica em relação à formação de alguns pastores que estão à frente destas igrejas:

“As crianças não têm, quer dizer, eu não vejo nas crianças nenhum tipo de problema. Tudo o que a gente fala, eles aceitam. É onde está a manipulação destas igrejas protestantes. Eu digo assim, religião é uma coisa, mas a gente sabe que existem muitas seitas que na realidade estes pastores, eles não são preparados para estarem ali. Não são como a Batista e como a religião Católica ou até mesmo como a Assembléia (...) Estes pastores, eles são preparados. Eles têm que ter faculdade, eles tem que ter curso, eles têm seminários, eles têm que ir pra fora estudar, assim como qualquer padre. Então eles têm uma cultura para poder falar com você. Agora estas outras pessoas, assim Deus é Amor, Universal, são pessoas que são retiradas assim praticamente do povo e são colocadas ali, sem a menor cultura, eles vão conseguindo as coisas de acordo com as instruções, de acordo com o tempo de vivência dentro daquela religião, a começar pelas crianças e das pessoas que não têm nenhum tipo de cultura. Se bem que a Bíblia a gente lê e se interpreta até de várias formas, mas tem gente que interpreta assim ao pé da letra e Bíblia não se interpreta ao pé da letra, a gente tem que examinar a época, a gente tem que examinar a maneira que eles viviam.”¹⁴⁴

Estas afirmações de Conceição, me parecem muito interessantes, pois me revelam que mesmo na religião que trabalha com a idéia da “verdade”¹⁴⁵ que conduz à salvação espiritual e que é um tipo de saber diferente do saber escolar, o capital cultural é valorado¹⁴⁶. Por dentro da religião, na visão da professora católica, se opera uma lógica de distinção entre os que possuem conhecimento e os que são “retiradas do povo”. Note que este tipo de valoração cultural é oposta à lógica da inversão de hierarquias possibilitada no meio pentecostal/neopentecostal e que pôde ser verificada no culto de Ação de Graças de Roberta Bianca com o destaque da merendeira e da faxineira.

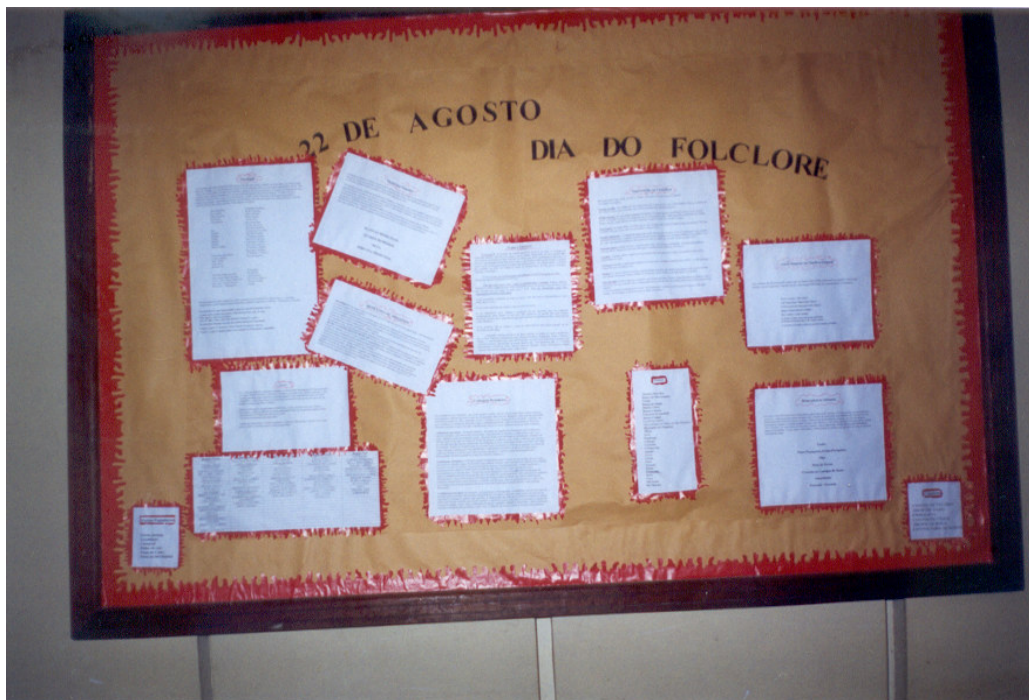
¹⁴⁴ “Até bem pouco tempo, tem aquela passagem assim, é mais fácil o camelo entrar pelo buraco de uma agulha que um rico entrar no reino dos céus. E eles interpretam esta agulha, até como uma agulha mesmo, como uma forma de milagre, eles não falam milagre, sei lá o quê. Eu não sabia até bem pouco tempo que agulha, era aquelas entradas que tinham nas cidades e os camelos vinham com muita mercadoria e era difícil passar por ali, mas com um jeitinho eles passavam. Aí quer dizer, eles interpretam as coisas muito ao pé da letra e não se examina, onde falta a cultura aos pastores, porque são os pastores que vão passar isto para a gente, os estudiosos e tudo o mais. Então, com relação às crianças, tudo o que a gente fala aqui, eles aceitam, eles concordam, mesmo estando participando de outra religião. Aí quer dizer, onde fica mais fácil a manipulação deles lá dentro dessas religiões e aí eles vão crescendo assim, pegando mais gente e fazendo aquela lavagem cerebral e tudo isso se torna estes adultos que a gente vê hoje. Mas enquanto criança, o que se fala pra eles, eles acreditam, eles aceitam.” (Conceição)

¹⁴⁵ “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo, 8,32)

¹⁴⁶ As argumentações da Professora Conceição, parecem coadunarem-se mais com a fala do Deputado Carlos Dias, no *Primeiro Mistério*.

QUAL O LUGAR DO FOLCLORE NA ESCOLA? NOS MURAIIS?

Como já comentei, na ocasião de minha primeira visita à escola, quando expliquei os objetivos do meu trabalho, expliquei que além do Ensino Religioso, a percepção de como a escola entende e trabalha a Cultura popular era importante para mim. Marlúcia me perguntou o que eu queria dizer com a questão da Cultura Popular e quando comecei a explicar, ela disse: *“Ah, folclore, estas coisas”... “Vou ser sincera com você, essa parte aqui não é muito trabalhada não, não fizemos nem festa por causa do problema da Roberta.”* Este foi o primeiro entendimento que tive nesta escola sobre o como entendiam o folclore. Ao contrário do movimento que o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular realiza para aproximar folclore e Cultura Popular, nesta escola, este entendimento não funcionava desta maneira. Cultura Popular era algo impreciso e mais de uma vez me perguntaram *“Como assim, Cultura popular?”* Se *Cultura Popular* era um termo introduzido por mim, então o que eles entendiam por Folclore?



Um mural informativo: que traz a clássica informação do folclore como algo perpetuado pela tradição oral, de aceitação coletiva, criado de maneira espontânea e anônima, conta que “o termo Folk-Lore foi empregado pela primeira vez em 22 de agosto de 1846”, e traz ainda fragmentos de lendas e contos integrantes do folclore brasileiro.

Busquemos este entendimento ao longo dos depoimentos que se seguirão.

Para minha surpresa, transcorridos alguns dias de minha primeira visita, observei nas paredes vários cartazes sobre Folclore, que não estavam aí anteriormente.

Aquilo me intrigou bastante. A mim parecia paradoxal que a escola não tivesse realizado uma festa, nem mencionado um trabalho com os alunos sobre o tema e a multiplicação dos murais sobre o mesmo. Minha impressão foi que após minha visita inicial, as agentes de Sala de Leitura e Educação Religiosa ao perceberem meu interesse pelo tema, produziram material para que eu notasse. Alguns meses mais tarde, entrevistando a professora Flávia da quarta série, perguntei:

“Luciana - Eu comecei aqui em final de Agosto ou em Setembro, então eu não peguei esta parte do folclore. Como foi isto este ano? Como foi a comemoração?”

Flávia – Não teve muita coisa, foi mais lá na SEMED, no SESI.

Luciana – Eles fizeram uma festa geral, não foi uma coisa da escola?

Flávia – É, eles até fizeram alguma coisa, mas foi mais pra lá. A gente trabalhou mais levou para lá.

Luciana – Não teve festa aqui...

Flávia –É.”

A fala de Flávia, de que “*Não teve muita coisa*”, pois a culminância dos trabalhos das Unidades Escolares foi realizada na SEMED, não condizia com tantos cartazes nos murais que aliás, não pareciam produzidos pelos alunos. Em entrevistas com algumas professoras evangélicas da escola algum tempo depois, ficou clara a dificuldade destas em trabalhar festas do folclore¹⁴⁷ e *Cultura Popular* quando entendem que estas se chocam com sua religião. Marlúcia explicita claramente esse embaraço:

“ ... faz parte do currículo e eles (os alunos) são obrigados a ouvir. É um costume popular, você precisa saber. Eu tenho um filho na escola, nós somos evangélicos e teve a “Semana do Folclore” e então a gente teve até que levar uma comida típica e eu não deixei de levar por que nós somos evangélicos...”

Luciana – E ele dançou na festa junina com todo mundo?

Marlúcia – Ele não dançou por que ele esqueceu do dia e como ele esqueceu, eu por mim também deixei, por mim ah! Já que ele esqueceu, não faz bem, também não vai fazer mal, então não vou. Aí depois que houve a professora falou “Você não veio e tal” e aí não sei o que ela falou para ele e ele falou “Ah tia, não vim por que não é de Jesus não!” Uma criança de 4 anos, hein? Então quer dizer, é dele. Se ele dissesse “Mãe queria ir, eu quero ir” eu até deixaria, entendeu? Mas aí ele disse “**não é de**

¹⁴⁷ Conforme foi trabalhado no Segundo Mistério, o folclore costuma ser utilizado como recurso didático, repertório de figuras descontextualizadas e como festa. A ilustração da página seguinte é bastante significativa neste sentido.

Jesus”... Não sei se é essa criação nossa estar todo dia na Igreja, tem escolinha dominical, na escolinha dominical as professoras falam que a gente não pode se contaminar com as coisas do mundo, mas a gente tá inserido, não pode fazer nada...”
(LC, Grifos meus)

Marlúcia primeiro afirma como legítimos os ensinamentos do folclore, independentemente de pertencimento religioso, no entanto, quando fala de seu filho, deixa transparecer toda uma gama de juízos particulares sobre isto, primeiro quando se lembra da festa, mas não encoraja o filho a participar e nem ao menos o comunica para que ele decida se quer ir e depois quando corrobora a afirmação das professoras da escola dominical: *“a gente não pode se contaminar com as coisas do mundo”*.



“O Saci”, personagem prontamente sacado das lembranças e dos armários como um dos personagens símbolos do folclore! Interessante notar que não há legendas explicativas ou nomes de alunos que pudessem ter produzido o mural.

No mesmo sentido a professora Flávia parece ratificar as idéias de Marlúcia, ao falar sobre a participação dos alunos evangélicos por ocasião de eventuais trabalhos de culminância sobre folclore:

“Eu acho muito difícil porque a maioria não quer participar. A participação é bem reduzida quando fala que tem que fazer alguma coisa assim, geralmente a do folclore, né? A participação é muito reduzida das crianças por causa da religião né?”

Luciana – E como é que você trabalha isto como professora que é evangélica?

Flávia – *Eu tenho que trabalhar né? Mas isto eu não posso passar para a criança né, até porque a religião não permite, eu não posso trabalhar. Eles até aprendem né, mas a participação, assim, eles tendo que fazer um trabalho, uma pesquisa, fazem, mas assim folclore, ter de apresentar alguma coisa tipo Bumba Meu Boi, eles não participam, de coisas assim. Então eu não posso avaliar por este ponto né? (...)*

Luciana - Você tem filhos Flávia?

Flávia – *Tenho dois. Um tem dois anos, a menina e o outro tem dez.*



Flávia à esquerda, costumava assistir as aulas de Ensino Religioso junto à sua turma.

Luciana – *Então o de dez já tá na escola. Como é que é a tua posição como mãe, quando seu filho na escola, tem este tipo de festividade, diretamente relacionada ao catolicismo ou alguma coisa que não tem haver diretamente com a sua religião. Como é que é?*

Flávia – *Ele participa assim, vai todos os dias que tem que ir, mas só que dependendo de mim assim, que tem coisas, uma festa, uma coisa de festa em que eu me sinta responsável, pra comprar roupas assim, e ele faz, ele participa de tudo, se depender*

dele né, de participar. Mas tem coisas que eu não acho certo, aí eu peço que aquele dia ele não vá, não vá participar.

Luciana – Me dá um exemplo concreto.

Flávia – Assim, quadrilha estas coisas assim, entendeu? Ele participa assim de toda a preparação, né? Ele faz outras coisas lá. Tudo bem, só que no dia da festa eu não vou.

Luciana – Ele questiona isto?

Flávia – Ele gosta de dançar, de brincar, estas coisas assim, mas aí, eu até falo o porque para ele, mas só que ele não entende muito bem, eu acho que não entende. É porque ele é muito assim ativo, ele gosta de participar de tudo, mas ele entende bem, não fica chateado não. A gente procura sempre fazer uma coisa no dia da festa, uma coisa diferente assim.”

Quando perguntada sobre como trabalha folclore sendo evangélica, o peso da obrigatoriedade curricular fica evidente: “*Eu tenho que trabalhar né?*” Ademais, sua capacidade compreensiva para os que se recusam a participar de danças por questões religiosas toma características de cumplicidade, haja vista que pede para seu filho não participar da quadrilha, lhe oferecendo algo diferente, pois “*se depender dele*”... Parece que o entendimento que se tem da festa junina no Alberto Pasqualine, vêm associado à festa da tradição católica e o folclore vêm associado aos mitos e lendas, encarados como mentirosos, se opondo à “*verdade da religião*”.

No tratamento desta questão, outro ponto necessita ser destacado: o conhecer e o participar. Existem muitas maneiras de se trabalhar o folclore que não necessariamente através de uma celebração pontual de fevereiro, junho ou de agosto. Existe uma Agente de Leitura na escola, a professora Lucinéia, que não tem obrigatoriedade de entrar nas salas de aula toda semana, mas tem por ofício subsidiar professores e alunos em temáticas que desejarem pesquisar buscando e fornecendo o material específico.¹⁴⁸ Assim, entendo que um trabalho sobre folclore pode se dar pela via da literatura, da música, da história que leve ao conhecimento de costumes populares, sem necessariamente precisar ser concluído com uma dança ou uma apresentação que contrarie convicções religiosas. A impressão que fica é que nem se conhece, nem se participa do folclore, inviabilizando para o aluno a história cultural brasileira. Em geral se atribui à dificuldade ao aluno, mas nem sempre a dificuldade é só do aluno.

Vilma, também professora evangélica, mostra, através de sua fala, que muitos evangélicos apresentam dificuldades em trabalhar folclore. Pergunto como funciona isto em uma escola predominantemente evangélica:

¹⁴⁸ Importante acrescentar que as escolas municipais de São Gonçalo ainda não contam com computadores com acesso à internet para alunos e professores.

Vilma - *É...(silêncio) No meu ponto de vista, eu pelo menos encaro assim: Já ouvi pessoas dando depoimento, dizendo que não trabalharam folclore, não trabalharam Cultura Popular porque é popular. Independente da sua religião, você tem que oferecer esta cultura ao aluno, mostrar o que acontece, porque que acontece...O professor tem que estar preso a isto.*

Luciana – *Isto não fere assim, as suas crenças?*

Vilma – *Não, de jeito nenhum.*

Luciana – *Você mencionou ainda pouco para mim, na sua sala, que tem escola do município que nem trabalha folclore, uma coisa muito radical. Você teria o nome de algumas escolas?*

Vilma – *Eu falei isso pra você, mas é assim de comentário de ônibus, de comentário de outras pessoas, você nem pega o nome da escola e eu por ser, por estar aqui, numa das últimas escolas do município, está aqui no extremo sul, então eu não tenho assim, conhecimento nem de muito nome de escola, eu só conheço assim, as três escolas maiores de São Gonçalo, entendeu?*

Luciana – *Mas você acredita que isto realmente acontece, que tem escola que chega ao ponto de nem trabalhar estas datas da cultura popular?*

Vilma – *Acredito...acredito.*

Luciana – *Como é que você vê, alunos evangélicos que se recusam a participar de algum festejo? Numa festa junina, ou que os pais proibam...Como você vê isto?*

Vilma – *Olha, isso aí fica muito difícil porque eu já tive determinados alunos que se recusaram a participar de festa junina, de mãe que veio buscar, que não quer que participe...aí você tem que ser democrático. Se quer participar, você deixa participar,*



“Personagens do Nosso Folclore”. O mural não traz lendas, apenas figuras de personagens como Curupira, Saci, Iara, Lobisomen, entre outros. A maneira descontextualizada deste e de outros murais, parece refletir o modo como o folclore é apresentado na escola: como algo descolado da realidade e apenas lembrado de modo pontual e alegórico, em agosto.

se quer só assistir o ensaio, você deixa só assistir. Eu já tive alunos que mesmo sendo evangélicos diziam que não podiam, mas no dia da festa junina até apareciam, dançavam, aí falavam” Ah tia, isso não tem problema não né?” Aí eu falava que não, que isto acontece em outras escolas e explicava porque estava acontecendo, mas é assim, desagradável quando acontece o lance deste...

Luciana – Você tem filhos?

Vilma – Uma.

Luciana - Já está na escola?

Vilma – Já.

Luciana – E como é a sua posição assim, de sua filha, na escola, quando tem estes festejos?

Vilma – Ela participa porque tem dois anos só que eu frequento a Igreja evangélica. O meu marido é católico, mas a minha mãe, meu pai, minha irmã, cunhado, a maioria da minha família é evangélica. Só que eu não posso desvincular ela do mundo. Ela vai na Igreja evangélica, ela sabe a doutrina da Igreja evangélica, ela também não é batizada na Igreja evangélica, mas ela estuda numa escola onde tem por exemplo, a comemoração do Halloween. Então ela sabe como é, ela já participou. Agora, ela está com doze anos, ela já participou, hoje, acredito que ela não participariam, porque ela já tá com discernimento para ver o que ela quer e o que ela não quer...

Luciana – Mas aí, seria por ela? Não por uma questão de imposição sua?

Vilma – De jeito nenhum. Por ela.”



O cartaz explicativo do folclore ao lado da citação bíblica estão lado a lado, mostrando que o que está em jogo são dois discursos concorrentes. O da esquerda explica o que é folclore. O segundo, com a flor, traz uma passagem bíblica “O Senhor é meu pastor e nada me faltará.” O primeiro trata do que é o saber do povo e o segundo fala do pastor, do que dirige, do que tutela inclusive o primeiro.

A professora Vilma mostra que embora aja de modo diferente de Marlúcia e Flávia, pois deixa sua filha resolver por conta própria sobre sua participação em festas escolares, acredita que esta “já tá com discernimento para ver o que ela quer e o que ela não quer...”, ou seja, acredita que apesar dela e da filha serem recém-conversas, a Igreja já as instrumentalizou a não participarem de coisas que se choquem com sua doutrina. Curioso como as professoras dizem delegar aos filhos a decisão sobre a participação nos folguedos como se a influência delas próprias não estivessem em pauta.

Cássia e Beth, também professoras evangélicas, dizem trabalhar o folclore com os alunos, mas demonstram dificuldade em “ensaiar quadrilha”:

“Beth - A gente fala de tudo, tem crianças que são mais ligadas à religião evangélica que diz: Ah tia, não põe este determinado desenho, quando fala de saci né, alguns não gostam, mas respeitam e a gente fala que faz parte da cultura, que isto não é necessariamente uma história real, que acontece, mas que faz parte, que o avô viu, a mamãe e a gente vai passando, dá medo os mitos, essas coisas assim.

Luciana – E vocês percebem que há assim uma resistência pra dançar, assim de alguns alunos evangélicos? Tirando esta parte de lendas e tal, existe algum outro tipo de resistência?

Cássia – Eu não sei porque eu sempre dei aula pra primeira etapa, que é alfabetização e criança de alfabetização não tem esta timidez, ela é muito mais natural, ela não vê por este lado, ela quer participar, é uma dança, ela gosta de movimento, ela não vê por este lado, não tem este preconceito.

Beth – E as nossas cantigas não são nem as cantigas populares de... são músicas populares de cantores sertanejos, não são músicas assim que...

Cássia - ... que enfatizam uma religião, ela vai mais assim...

Luciana – E esta coisa de pegar cantiga sertaneja e tal, já é uma maneira de não entrar em conflito?

Cássia – Não.

Beth – Isto que eu ia colocar: não. É que é mais fácil da gente ter a sintonia, como eu falo?

Cássia – A criança daqui já conhece muito música sertaneja, é o funk, é a música sertaneja. Então pra gente é mais fácil trabalhar...

Beth – É então pra gente entrar em sincronismo de dança de passinho, essas coisas, a gente não tá muito aberto, não porque, mas porque a gente não sabe mesmo, né? Então, só tem uma professora que gosta muito de música da caipira, que utiliza...

Luciana – Quem?

Beth – É a professora Iaqui, ela já tem os passinhos, a brincadeira de roda e a gente fica com a música sertaneja que é mais fácil deles projetarem o corpinho, de se expresarem, que as outras.”

Parece significativo atribuir a dificuldade de trabalho com o folclore ao aluno apenas, como afirmou Marlúcia e Flávia. Por outro lado, não trabalhar quadrilha, trabalhar um *funk* ou *sertanejo* me parece uma saída acomodativa, já que alguns estilos musicais não se chocam tão frontalmente com a cultura evangélica quanto uma dança de quadrilha, por exemplo, que faz referência à santo.¹⁴⁹ Dançar o sertanejo tira a referência à São João, desespirtualiza a festa junina e ao mesmo tempo não pode ser contestado: *afinal sertanejo não é mesmo caipira?* Outra questão relevante é que a única professora que “gosta muito” de música caipira seja justamente a professora católica.

Iaqui, a professora católica, “que gosta muito de música caipira”, também traz à tona um conflito que não havia ainda aparecido de modo direto em nenhum outro depoimento sobre sua percepção da dificuldade das professoras evangélicas frente aos festejos de folclore e Cultura Popular:

“Olha a maioria, 70% [dos alunos] eles participam, mas têm alguns que não participam das atividades, principalmente para dançar. Quando é meio de semana, eles até vem e a gente até evita de fazer estas coisas, agora professor evangélico que não vem e que não participa, só Flávia e Cássia, os outros participam. As crianças, elas participam, tem algumas que não vem porque os pais não deixam. Por exemplo, a capoeira, teve uma menina que agora ta até na quarta-série, foi minha aluna ano passado, ela ia participar mais a avó não deixou, pois eles ligam a capoeira ao candomblé e a avó não deixou e tem outras crianças também que não participaram por isto, mas tem algumas crianças que são evangélicas e estão participando.”
(Grifos meus, LC)

Conceição também acredita que não há dificuldade por parte dos alunos evangélicos em participar das festas:

Luciana – Então você acha que não tem dificuldade destas crianças de participar das festas?

Conceição – *(Assinala negativamente com a cabeça) O problema todo não é a criança. O problema são os pais que foram, que sofreram lavagem cerebral. Só falando assim, o que mais eu posso dizer quanto a eles? Olha, eu sei que, eu tenho em frente a minha casa, a casa da minha mãe que agora eu casei, que tem uma escola. Aí faziam as festas. O meu vizinho, tirava o filho dele de dentro das festas e ele queria participar. De quem é a ignorância? Do meu vizinho. Quer dizer, eles impedem as crianças de participar da própria cultura do Brasil e eu nem digo assim,*

¹⁴⁹ A este respeito NOVAES (2003) possui artigo onde fala da estreita ligação entre alguns cantores de hip-hop e a dimensão religiosa, resultando num *rap gospel* evangélico.

de festas religiosas, porque isto está tão dentro da cultura, que não tratam nem de festas, mas de folclore. Com relação à criança, eu acho que não tem nenhum tipo de problema, o problema são com os pais.”

É notório que o posicionamento dos pais no comportamento das crianças é marcante. Conceição também entende que a negativa das crianças em participar das danças, ocorre em função da influência dos pais, é corroborada pela fala de dois responsáveis entrevistados¹⁵⁰:

“Luciana – Como a senhora vê a participação de seus netos quando tem festa assim, tipo festa junina, festa do folclore. O que a senhora acha?

Maria Inês – Bom, eles não estão sempre comigo, estão mais com a mãe do que comigo. (...) Aí quer dizer, então eu acho que sei não, se fossem meus filhos, estariam no caminho do Senhor, ali, certinho... Festa assim (pausa) vamos dizer mundana, né? Eu não gosto.

Luciana – A senhora acha que a festa...

Maria Inês – A festa junina a criança sempre gosta né? Eu sei que a criança sempre gosta, mas tudo bem né, que eles gostem. Eles gostam mesmo de dançar, de participar e a gente vamos relevando porque é criança. Mas se fosse realmente meus filhos, estariam aí: não você não vai! Eu iria ensinando eles assim.”

A avó, sra. Maria Inês, apesar de não ser responsável direta pelos netos, ajuda no cuidado destes, mas não se sente no direito de proibir a participação destes nos eventos culturais da escola. Já sr. Francisco, pai de dois alunos da escola, entende que a dança não seja algo apropriado ao evangélico, mas demonstra uma postura mais aberta, inclusive não proibitiva:

“Luciana – Como é seu posicionamento quanto à participação de seus filhos em festas assim: festa do folclore, festa junina, o senhor tem alguma restrição?

Francisco – (Pausa) Não, não tenho nada contra não.

Luciana – O senhor não vê problema em dançar quadrilha, este tipo de coisa?

Francisco – Olha, antes, eu acho que eu era a favor, porque eu já dancei muita quadrilha, mas agora (risos), eu não aconselho tanto, sigo o evangelho, é bem diferente, a gente tem que mudar, um bocado de coisa a gente tem que mudar para seguir à Deus, não pode ficar como era antes, tem que haver uma transformação da pessoa, tem que haver, eu não sei agora, não sou mais a favor como era antes, né?

Luciana – Mas também não proibiria?

Francisco – Não proibiria não, se fosse necessário, né? Que é festa de colégio e as crianças participarem, também não ia proibir também não.”

¹⁵⁰ Só foi possível entrevistar quatro responsáveis. Havia pedido a Agente Marlúcia que intermediasse junto à Direção uma reunião com todos os pais onde eu pudesse explicar o meu trabalho e colher dados mais precisos sobre a denominação religiosa que freqüentavam, bem como acertar novas entrevistas individuais. Isto infelizmente não foi viabilizado.

Na fala do sr. Francisco, há uma afirmação da autoridade da escola que neste caso se sobrepõe à autoridade da igreja, pois *“Não proibiria não, se fosse necessário, né?”* Porém, nem todos os responsáveis encaram desta maneira, vide os argumentos da sra. Inês.

Os fatos relatados - a negativa de participação dos evangélicas em festividades relacionadas à tradição católica, a dificuldade de alguns professores em trabalhar o folclore, a própria “preferência” pelo sertanejo em detrimento da quadrilha, da Santa arrancada do diário em outra escola – explicitam no âmbito da escola, conflitos do campo religioso. Segundo Bourdieu (1974) ¹⁵¹ os sistemas de crença existentes estão inseridos no campo de disputas em torno da busca do monopólio pelos dos bens de salvação.¹⁵² As estratégias de conversão estão quadriculadas por estes interesses também dentro da escola, em sua dimensão religiosa e política.

Neste universo escolar específico, parecem haver alianças internas em torno do pertencimento religioso, haja vista a fala de Iaqui sobre as professoras evangélicas e das evangélicas sobre ela, como a única que sabe ensaiar uma quadrilha. Embora ocorra uma aparente inversão hierárquica no momento do culto, como já citei, no dia-a-dia da escola, existem demarcações hierárquicas muito específicas, e que parecem se rearrumar circunstancialmente.

ENSINO RELIGIOSO: SEGUNDA NECESSIDADE?

As aulas de religião ministradas pela professora Marlúcia, eram conduzidas com a intenção de não ferir suscetibilidades de religiões. Em todas as entrevistas este aspecto foi destacado:

“... ela só fala em Deus... Não toca em religião. Ela vem com a cabeça bem, quer dizer, ela tem consciência do trabalho dela que é trabalhar com respeito, com o amor de Deus, trabalhar com Deus enquanto ser supremo, não puxar pelo lado de nenhuma religião.”

¹⁵¹ BOURDIEU, Pierre. A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS. São Paulo: Perspectiva, 1974.

¹⁵² Fica claro através desta definição, que um campo é um espaço social de relações com fronteiras definidas onde é possível identificar como os agentes se posicionam hierarquicamente neste. O autor nos alerta que *“O campo é um espaço de conflitos e de concorrência por um monopólio sobre a espécie particular de capital que é eficiente no campo e o poder de decretar a hierarquia e as taxas de conversão entre diversas formas de autoridade em um campo de poder”*

(MARY, Orientadora Educacional)

“ Ela não enfatiza uma religião, ela não diz que a oração tal, ela faz uma oração, que todo mundo conhece. Começa assim e as atividades dela são ligadas à Deus, à importância de Deus na vida das pessoas.”

(BETH, Professora do que corresponde à primeira série no segundo turno)

“ ela fala no Deus, né? No Deus, sem interferir nas crenças que eles tem, quem frequenta o candomblé, essas coisas todas, então nunca criou polêmica. A gente nunca recebeu aqui pais reclamando que ela fez referência a tal religião ou criticou ou embasou mais um lado. Não, a gente nunca teve problemas não.

*Ela trabalha muito com a **auto-estima**, a gente percebe. A gente que convive com as crianças aqui, a gente percebe como essas crianças aqui precisam ter esta auto-estima estimulada porque eles não crêem em nada, em nada assim, que elas sejam capazes, que elas possam conseguir, que elas são vitoriosas, então eu acho que este lado veio ajudar muito a gente.”*

(CÁSSIA, Professora de Alfabetização do segundo turno)

Esta dimensão de valorização da auto-estima mencionado pela professora Cássia, pôde ser percebido em alguns momentos, até mesmo porque havia um projeto intitulado “*Aprendendo com o Mestre o Resgate da Auto-Estima*”, indicado pela SEMED, que visava levar conteúdo religioso bíblico de modo a incrementar o auto-conceito e a capacidade do aluno. Um exemplo disto foi em uma aula sobre “*O filho pródigo*”. Primeiro Marlúcia perguntou à turma o significado da palavra pródigo e alguns alunos sabiam o significado. Diziam que era alguém que gasta muito, que não guarda dinheiro. Então, falou sobre esta parábola bíblica e em seguida exibiu o filme intitulado “*O pobre homenzinho rico*”, que as crianças pareceram gostar muito pois estavam totalmente atentas apesar do barulho da sala ao lado. Ao final do filme, pediram para repeti-lo. A professora negou, fez uma ligação entre a parábola que leu no início e o filme que exibiu, sempre insistindo que Deus está pronto a amar todas as pessoas, mesmo quando elas erram e desde que estejam dispostas a mudar. A aula durou certa de 35 minutos. Quando saímos da sala, comentei que a turma me pareceu bastante concentrada e calma, ao que Marlúcia respondeu: “*É porque a professora, a Flávia é evangélica*”. Este tipo de comentário casual, foi desde o início me permitindo compreender como as relações de amizade naquele espaço também se demarcavam tendo como referência o pertencimento religioso. Possivelmente também em função da professora ser evangélica, os alunos talvez tivessem mais informação e mais atenção a este tipo de debate.

As aulas de Ensino Religioso, em geral, seguiam uma dinâmica parecida: a apresentação de uma história bíblica ou não, um filme e uma conversa ou atividade lúdica sobre o tema. Como já citei, o *Projeto da Auto Estima* teve continuidade por várias semanas. Histórias infantis clássicas como *A História do Patinho Feio* e *A Bela e a Fera* foram utilizados como seqüência a este trabalho, que sempre buscava articular seu conteúdo com mensagens e histórias bíblicas.

Em geral os alunos participavam quando incentivados a fazê-lo e revelavam possuírem conhecimentos adquiridos em suas famílias e igrejas. Um exemplo pôde ser dado quando Marlúcia trabalhou o “*Mês da Bíblia*”. Ela fez questão de explicar às turmas que estavam trabalhando o mês da Bíblia em Setembro, como os católicos faziam, mas que os evangélicos o faziam em Dezembro. Nesta ocasião, produziu em caixinhas de fósforo pequenas imitações de Bíblias e pediu que os alunos trouxessem de casa versículos escritos em pequenos pedaços de papel para colocarem dentro das caixinhas. Na aula seguinte, quando esperava que todos trouxessem a tarefa, para sua surpresa apenas dois alunos o fizeram. Então Marlúcia resolveu pedir que dissessem em voz alta um versículo que lembrassem para o escreverem em seguida. Muitos alunos citaram versículos complexos de cór, mostrando o conhecimento bíblico que tinham.



Marlúcia dando aula na turma da professora Flávia – Setembro 2003

No mês de outubro, ao chegar para uma de minhas visitas semanais, observei que na frente da escola, havia uma faixa com o seguinte dizer:

“Assembléia de Deus – Ministério de Vila Lage: Convida todos os moradores para a grande cruzada evangelística com a presença de vários grupos musicais – Pastor Paulo Soares, dia 25/10/03 às 19h.”

Ao final daquele dia de trabalho, quando Marlúcia me trazia ao portão, perguntei sobre aquela faixa, sobre o que iria acontecer naquela data na escola, ao que Marlúcia respondeu dizendo: *“A escola tem de estar aberta à comunidade”¹⁵³... Semana passada a escola foi usada para um pagode. Neste sábado será para um culto evangélico. A gente tem que abrir para todos mas tanto eu quanto a Diretora preferimos que sejam para os evangélicos pois eles limpam o ambiente*. Como assim “limpam”? Perguntei. Ela ficou visivelmente desconcertada com minha pergunta e disse: *“É que o pessoal do pagode deixa as coisas fora de lugar, não recolhem lixo, alguns cartazes foram estragados... Já os evangélicos, é diferente. Fazem questão de deixar tudo melhor, mais limpo e em ordem que quando chegam, até nisso é diferente..”* Fui para casa com aquela fala na cabeça... Pensei até que ponto, para além da questão da limpeza do ambiente, mais uma vez, naquela escola, a questão do folclore, das festas e agora da música popular, não eram relegados a um segundo plano pelos evangélicos, como Marlúcia mesmo disse ao referir-se ao seu filho diante da negativa de participar da festa junina de sua escola, que até mesmo uma criança de quatro anos percebe que aquilo *“não é de Jesus”*. Até que ponto minha confusão quanto ao termo limpeza não procedia mesmo? Se algumas coisas *“não (são) de Jesus”*, então quem sabe que aquilo que *“é de Jesus”* tem um poder de “aspepsia espiritual”. Minha conjectura continuou a nível de hipótese, até que tive acesso às contribuições da Antropóloga Mary Douglas (1966), que em sua obra Pureza e Perigo, discorre sobre a questão da “sujeira” em sua relação com o religioso. De início, suas afirmações apenas a associa à desordem:

¹⁵³ *Em entrevista à Dona Maria Inês (avó de aluna) ela fez referência a este louvor que teve na escola: “Esse louvor foi muito bom. Foi assim, aí a irmã da igreja falou assim: Eu vou lá pra festa, uma festa que tem lá no colégio. E eu falei assim: Festa de quê? Aí ela falou: Evangélica. Aí eu não tinha sido convidada pelo, pelo grupo da igreja, mas eu falei, eu vou porque somos da igreja e somos irmãos em Cristo, né? Todos né, mesmo não sendo evangélicos. Aí eu falei eu vou e aí participei daquele louvor.”*

“Como se sabe, a sujeira é, essencialmente, desordem. Não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem a vê. Se evitamos a sujeira não é por covardia, medo, nem receio ou terror divino. Tampouco nossas idéias sobre doença explicam a gama de nosso comportamento no limpar ou evitar a sujeira. A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente.” (p. 12)

O primeiro ponto essencial que Douglas traz: a sujeira existe “aos olhos de quem a vê”. Talvez em uma escola onde as lentes para avaliar os eventos não estivessem tão ligadas à medida do religioso, quem sabe, não se poderia avaliar que uma apresentação de um grupo de pagode fosse um acontecimento cultural favorável, num local onde as opções de lazer parecem poucas? Visto por este ângulo, talvez a questão da “sujeira” material poderia ser minimizada ou como parece mais conveniente, combinada com os organizadores do evento. No decorrer de sua argumentação, Douglas chega ao ponto que a mim interessa especialmente, complementa: “*ao examinarmos crenças de poluição descobrimos que os tipos de contacto tidos como perigosos também carregam uma carga simbólica. Este é o nível mais interessante no qual as idéias de poluição se relacionam com a vida social. Acredito que algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social.*” (p.14) A professora deixava muito clara nas entrelinhas sua percepção de como os evangélicos se comportam de modo mais adequado, sem de máculas morais, purificando simbolicamente o espaço da escola: “*É porque a professora, a Flávia é evangélica*” ou “*Já os evangélicos, é diferente. Fazem questão de deixar tudo melhor, mais limpo e em ordem que quando chegam, até nisso é diferente...*”

A visão que a professora Marlúcia tinha dos evangélicos, maioria da clientela da escola, estava clara. No entanto percebi, a necessidade de ouvir alunos e pais sobre as aulas de religião e especialmente, sobre o fato de estarem sem aulas desde o início de 2004 por falta de professores nas turmas regulares. Tanto na fala dos pais quanto dos alunos¹⁵⁴ que entrevistei, que valorizavam o ensino religioso e tinham muito apreço pela professora Marlúcia. Explicitavam a importância e o gosto pelas aulas através de afirmações:

“Porque ela fazia biblinha e uma porção de coisas e eu gostava muito dela também.
(Flávia);

¹⁵⁴ Entrevistei trinta e cinco alunos. Tentei entrevistar uma aluna da professora Iaquí, Testemunha de Jeová, mas a família não permitiu.

“Eu também gostava muito dela que ela fazia brincadeiras e era muito legal.”(Dalila)

“Era bom porque ela falava com a gente que era sempre pra conversar com Deus, ela falava.” (Bruno)

“Ela fazia oração com a gente, cantava músicas” (Tamires)

No entanto, nem pais nem alunos, pareciam estar mobilizados frente à parada dos trabalhos de Marlúcia em 2004 diante da falta de professores, o que a fez assumir uma turma de alfabetização. Parecia que minhas impressões iniciais desde o culto de Roberta Bianca vinham se confirmando. O religioso era tão pregnante naquela comunidade, que o fato de estarem sem aulas de religião, parecia não interferir nisto de modo significativo. Mesmo depois que a professora da turma de alfabetização, que estava de licença médica voltou, a professora Marlúcia continuou tendo dificuldades de retomar suas aulas de Educação Religiosa.

Infelizmente, muitas vezes minha ida à escola era desmarcada por telefone ou eu chegava na escola como combinado, para realizar meu trabalho e a professora Marlúcia comentava que naquele dia, por falta de algum professor ou algum outro motivo, não daria aula.

Um dia, a professora Marlúcia me levou em uma sala para guardarmos nossas bolsas. Neste mesmo local retirava de uma caixa de papelão onde estava escrito “Ensino Religioso” o material que utilizaria na aula que daria em seguida. Enquanto realizava esta tarefa, relatou-me que teve de mudar um de seus dias de trabalho na escola, pois uma determinada professora havia se queixado à Supervisora¹⁵⁵ que os seus alunos não estavam aprendendo e ela se sentia sem apoio na escola. A Supervisora determinou então que Marlúcia iria dispor de parte de seu tempo na escola auxiliando a professora neste trabalho de reforço escolar. Esta mudança de foco no trabalho de Marlúcia me fez lembrar do tempo em que eu era professora de Ensino Religioso no município de Niterói, onde recebíamos justamente orientação contrária a oferecida para Marlúcia. Nos era recomendado que não substituíssemos professores faltosos, pois tínhamos o objetivo de mostrar que a educação religiosa era algo necessário, uma disciplina que tinha um lugar no currículo e não um ensino substituível, artigo de segunda necessidade. Por esta razão resolvi partilhar minha experiência com Marlúcia para saber sua opinião, pois percebi sua insatisfação, embora ela não tivesse verbalizado isto. Ela concorda em dizer o que pensa, mas pede que não comente isto na escola:

¹⁵⁵ A Supervisão Pedagógica nas escolas municipais de São Gonçalo não são lotadas na escola, realizam uma espécie de trabalho itinerante na qual são responsáveis por várias escolas.

Luciana – Claro, até para não te causar problemas. Mas eu te pergunto: auxiliar um professor desta maneira, não é deixar o ensino religioso de lado, como uma coisa menor, tipo você diminui provisoriamente estas aulas para sanar este problema? Será que não existiria outra alternativa dentro da escola para sanar este problema: tipo a própria supervisão, orientação, entrar em turma?

Marlúcia – É, é...No início, eu até me senti um pouquinho assim, mas depois eu acredito que não e pensei: ela está contanto comigo, está precisando, ela quer resultados e eu não vou deixar de pegar a educação religiosa. Vou dar aula até 10h e o resto do tempo fico com a turma para ajudar o professor. Até a nossa orientação por parte da coordenação é que a gente faça o nosso trabalho, mas não deixe de ajudar o professor. Ano passado foi assim, fiquei a maior parte do ano dando aula, a gente não pode questionar, é o nosso sistema escolar... Isto acontece na rede toda, sempre falta o professor, nossa orientação é ficar dando aula de educação religiosa quando tivermos que assumir uma turma..."

Bem, se a orientação é ficar dando educação religiosa quando tiver que assumir uma turma, como fica então o reforço? Bem, Marlúcia não parecia satisfeita, por outro lado, não parecia querer tocar mais no assunto, pelo menos comigo, pois desconversou quando voltei a abordá-la. Será que mesmo naquela escola em cujo cotidiano a questão da religiosidade parecia muito presente, não havia espaço para um ensino religioso mais institucionalizado? De acordo com a necessidade, Marlúcia guarda seu material na caixinha de papelão e vira ajudante da professora da turma fraca? Talvez as perguntas não sejam estas... Talvez seja mais pertinente nos perguntarmos: Será que em redes públicas precárias como em São Gonçalo, deve ser priorizado o desvio de professores para o trabalho como agentes de ensino religioso num sistema de ensino dito laico? A mesma indagação é pertinente para o Concurso Público do Estado do Rio de Janeiro realizado em 04/01/2004 para o preenchimento de 500 vagas de professores de Ensino Religioso, quando se estima que o déficit de professores de outras disciplinas seja superior a 20.000 professores!¹⁵⁶

As incoerências e insatisfações de Marlúcia para com a escola eram demonstradas de modo muito discreto, como se deixasse escapar por descuido. Um tempo depois que Marlúcia me falou sobre o reforço perguntei como estavam as crianças. Embora parecesse insatisfeita, Marlúcia parecia esforçar-se para mostrar uma relação harmoniosa na escola, mas falou: “Nem todos que deveriam dar o reforço a cada dia da semana estão dando...” Então perguntei quem seriam estas pessoas e ela disse: “Tia Lucinéia, sala de leitura, etc. Mas faço a minha parte e

¹⁵⁶Folha de São Paulo, 04/11/2003, “Suspensão Concurso Para Professores De Religião” de Fabiana Cimieri.

pronto. Falei mesmo para a Diretora: *Quinta-Feira meu compromisso é com Flávia, Vilma e com a estagiária¹⁵⁷ e ela concordou*”.

O III SEMINÁRIO GONÇALENSE DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Em março de 2004, fui convidada por Marlúcia para ir com ela à reunião mensal de todas as *Agentes* de Ensino Religioso de São Gonçalo na SEMED. Percebi que o que estava ocorrendo na Pasqualini era algo que estava ocorrendo em todo o município. Aproximadamente 80% das professoras estavam em turma¹⁵⁸ devido a falta de professores. Como alguns professores novos integraram à equipe, foi pedido à todos que se apresentassem e dissessem sua religião. Dos vinte e duas professores presentes, 14 eram evangélicas, 9 eram católicas e 1 era espírita. A Fátima Veloso, Coordenadora da equipe diz que era católica mas que agora está freqüentando uma igreja evangélica. As professoras evangélicas murmuraram discretamente palavras de aprovação como: “*aleluia*”, “*glória à Deus*”. As outras três professoras que auxiliam a coordenação também são evangélicas.

A reunião teve informes gerais, sugestões de livros e pedido de paciência às agentes no sentido de esperarem uma nova chamada de 300 professores, o que facilitará a volta destas ao Ensino Religioso. Nesta ocasião também foi avaliado o III Seminário Gonçalense de Educação Religiosa, do qual falarei de modo breve.

Marlúcia havia comentado comigo que no mês de novembro haveria o III Seminário Gonçalense de Educação Religiosa, um evento onde todas as *Agentes* da rede estariam presentes, mostrando como o trabalho vinha se desenvolvendo em todas as escolas. Perguntei a ela se era possível que eu participasse. Ela disse que sim e em minha visita seguinte, já estava com a ficha de inscrição que pegou junto à Coordenação de Ensino Religioso para efetivar minha inscrição. Ela então ia me perguntando os dados e completando para mim. Quando chegou o item “Religião”, ela disse “Católica né?” Fiquei surpresa com a afirmação dela, pois nunca havia lhe dito nada sobre minha prática religiosa, porque ela nunca perguntou minha religião. Disse-lhe que no momento estava sem freqüentar nenhum lugar, mas que sempre fui católica praticante.

¹⁵⁷ Como já expliquei, era a maneira como ela se referia a mim entre os membros da escola.

¹⁵⁸ Das vinte e duas *Agentes* presentes, dezoito mencionaram estar em turma regular.

Ela disse que sabia disto uma vez que eu havia mencionado ser Orientadora Educacional de uma escola Católica.

Dias depois, recebi telefonema de Eneida, da Secretaria de Educação confirmando minha inscrição e me oferecendo algumas opções de oficina para participar. Nos dias do seminário, que ocorreu no Centro Cultural Joaquim Lavoura, um anexo à Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo, fiquei muito surpresa com a quantidade de pessoas. Cerca de duzentos adultos e aproximadamente cinquenta crianças, lotavam o auditório. A mesa de abertura foi composta pela Sra. Neuza, a subsecretária de Educação, pela Superintendente de Educação, a Sra. Maria Lucia, pela Coordenadora do Ensino Religioso, Sra. Fátima Veloso, pela Professora Leila Dupré da Faculdade Maria Theresa, por um Pastor da Igreja Congregacional e por um representante de uma organização espiritualista denominada Organização Sababa do Brasil. Após formada a mesa e a mensagem de boas vindas da Coordenação de Ensino Religioso, foi exibido um vídeo com um compacto do I e II Seminários de Educação Religiosa. Nestes estavam presentes, o Prefeito de São Gonçalo, Doutor Henry Charles e o ex-Deputado Carlos Dias¹⁵⁹. Neste terceiro seminário, havia previsão de participação do prefeito, haja vista que a Coordenação de Ensino Religioso foi criada a seu pedido em 2001, mas por outros compromissos, não foi possível contar com sua vinda. O Secretário de Educação, Professor Helder Barcellos, chegou em seguida e fez um discurso enaltecendo o ensino religioso.

O encontro prosseguiu com a apresentação de um Coral Ecumênico composto por adultos e em seguida, um coral infantil da Escola Municipal Evadir Molina, que entoou músicas religiosas. Seguindo a programação a Professora Leila Dupré, da Faculdade Maria Theresa, fez uma interessante palestra sobre Religião, Psicologia e Educação, onde procurou demonstrar como a religião é uma construção subjetiva que se processa através da realidade objetiva do cotidiano.¹⁶⁰ Em seguida, uma professora evangélica cantou um hino, houve uma apresentação de Literatura de Cordel sobre o ensino religioso e o encontro encerrou-se com a oração do Pai Nosso. Surpresa interessante foi encontrar neste dia a professora Célia, que me precedeu como professora de Ensino Religioso à quase dez anos atrás na E.M. Vera Lúcia Machado, tendo sido convidada a se retirar da escola após tentar exorcizar um aluno, conforme foi mencionado no início deste trabalho. Infelizmente, não tivemos oportunidade de conversar.

¹⁵⁹ Cujá entrevista foi citada no *Primeiro Mistério*.

¹⁶⁰ O foco de estudos da professora Leila centra-se no estudo de “Cosme e Damião” e também na articulação entre os movimentos sociais e a religião.

Na manhã seguinte, os participantes foram distribuídos em Oficinas de Trabalho previamente escolhidas¹⁶¹, na qual dinâmicas eram realizadas visando oferecer ao professor, novas idéias para a realização de trabalhos docentes. Na parte da tarde apresentações de trabalhos de alunos e palestras foram realizadas.

A dimensão daquele evento, me deixou bastante impressionada. Primeiro pelo número grande de participantes, que pareciam se conhecer, pois todos se cumprimentavam e se agrupavam em grupinhos nos intervalos. Segundo porque mesmo me parecendo que boa parte destes fossem evangélicos, a começar pelo Secretário de Educação, houve espaço para a manifestação de pessoas de outras religiões, por exemplo no coral ecumênico, vários cantores se apresentaram como católicos ou espíritas.

Na reunião de agentes, em que foi realizada uma avaliação informal do evento pelas professoras, nenhum desdobramento do evento foi citado. O grande benefício, na fala das docentes, foi a troca de experiências.

O que seria minha primeira visita a escola após o Seminário foi desmarcada pois a escola se preparava para receber a visita do Secretário de Educação e estavam segundo Marlúcia, *“numa correria para fazer cartazes e enfeitar a escola”*. Esta fala por telefone de Marlúcia, me lembrou minha entrada em campo, a multiplicação de cartazes de folclore e me levou a pensar que a escola realmente se prepara para receber *“para fora”*. Justamente no momento privilegiado, onde já começava me sentir fazendo mais parte daquele cotidiano, quando eu começava a compreender a real dinâmica da escola *“por dentro”* e as pessoas já me falavam algumas coisas que antes eram secretas, como por exemplo quando perguntei a uma pessoa quando Roberta Bianca, já reestabelecida, voltaria ao trabalho a fim de que eu pudesse entrevistá-la e a funcionária disse: *“Sei não, filha da Diretora, não trabalha mais este ano não!”* Justamente neste precioso momento, em que conseguia escutar e ver para além do que era educadamente permitido me dizer e mostrar no início, fui obrigada a deixar o campo...

A SAÍDA DO CAMPO...

¹⁶¹ Oficina de Bombril (para fazer bonecos), de Auto-Estima, de Músicas e Contos, de Dramatização e de Dobraduras.

Estava quase finalizando meus trabalhos de entrevista e observação na escola, e planejava encerrar o trabalho no final do mês de abril de 2004, pois Marlúcia e eu tínhamos a expectativa de que ela em breve voltaria a dar aulas de religião, devido a chegada de professores. Ela tinha programado que no início do mês de abril faria uma celebração de Páscoa reunindo toda a escola.

No dia 04/04/2004, recebi um telefonema de Marlúcia desmarcando minha ida à escola no dia seguinte em função de um acontecimento chocante: a professora Flávia¹⁶², havia morrido naquela madrugada, em virtude de um ataque cardíaco fulminante. Todos estavam atônitos com uma morte tão prematura e inesperada. Durante aquela semana liguei regularmente para Marlúcia para conversarmos sobre o fato e para saber como alunos e professores estavam reagindo à situação.

Cancelou-se a Celebração de Páscoa, mesmo sob argumentação de Marlúcia que seria um bom momento para todos, como cristãos renovarem suas forças, afirmando que Flávia estaria em um outro plano, na presença de Deus. Quanto à minha volta à escola, Marlúcia delicadamente pediu que eu não retornasse, pois estavam todos muito doídos e como a turma de Flávia foi a turma em que mais estive presente e em contato com os alunos, pareciam temer que eu fosse até lá e suscitasse ainda mais sofrimento a todos. Respeitei e compreendi o pedido da escola.

Fiz contato telefônico recente com Marlúcia e ela me disse que todos já estavam mais conformados com a morte de Flávia e foram surpreendidos pela morte do Sr. Édison, pessoa que não cheguei a conhecer, mas que era sempre citada como alguém por quem a escola se mobilizava para orar.

Marlúcia disse que a professora Nívea (que faz parte da Coordenação de Ensino Religioso) veio substituir a professora Flávia e que agora no mês de Junho, poderá retomar suas funções à frente do Ensino Religioso.

Embora tenha sido sofrido chegar ao campo e nele encontrar meu lugar, sair dele desta maneira comovida pelo sofrimento de professores e alunos, não me foi mais fácil. O momento final foi o momento da evitação. As relações se desaqueceram sem despedidas. Gentilmente, mas agora de modo definitivo, fui convidada a me retirar.

Esta abrupta interrupção, num momento privilegiado do trabalho de campo, me obriga a admitir os limites possíveis de minhas interpretações e exige um desdobramento, num

¹⁶² Flávia tinha 32 anos, era evangélica, casada e tinha dois filhos. (A professora aparece em uma foto na página 163).

investimento futuro no cotidiano da escola pública, buscando me demorar mais tempo em campo a fim de aprofundar questões que foram anunciadas e descobrir tantas outras que não tive condições de contemplar...

Convido o leitor, a reprimir comigo o provável lamento, por não poder prosseguir um pouco mais no cotidiano do Pasqualini e a se dirigir comigo para a contemplação do *Quinto Mistério*, onde nos depararemos com um outro tipo de escola, que já marca distinção por ser particular e mais ainda, por ser confessional. O que nos reserva afinal?

QUINTO MISTÉRIO DA LUZ: INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA

“Dar a vida pelo amor”¹⁶³: A vivência religiosa sem conflitos é utopia, mesmo numa escola confessional católica

A discussão que pretendo travar neste Quinto e último *Mistério*, refere-se à minha vivência profissional, enquanto Orientadora Educacional, há pouco mais de um ano em uma escola confessional católica em Niterói, o Colégio Nossa Senhora das Mercês¹⁶⁴. Meu ingresso neste estabelecimento se deu a convite da atual Diretora da instituição, Irmã Jussara Raymundo. O que pretendo trazer à discussão neste mistério que trata justamente da eucaristia ou comunhão:

“ comunhão. S.f. 1. Ato ou efeito de comungar. 2. V. eucaristia (1). 3. Administração ou a recepção da Eucaristia. 4. participação em comum em crenças, interesses ou idéias. 5. Conjunto daqueles que comungam os mesmos ideais, crenças ou opiniões; comunidade.”

(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda)

Não pretendo realizar um extenso estudo da instituição, mesmo porque, o fato de trabalhar nesta, de um lado me coloca em certa situação de desvantagem, no sentido de não possuir a capacidade de captação de “estrangeiro”¹⁶⁵, de outro me põe em contato com dados e interlocutores de modo privilegiado. Contudo, embora o próprio título desta dissertação aponte

¹⁶³ *Grande mistério da luz é dar a vida por amor.*

“A instituição da eucaristia, na qual Cristo se faz alimento com o seu corpo e o seu sangue, sob a forma de pão e de vinho, testemunha “até o extremo” o seu amor pela humanidade, por cuja salvação se oferecerá em sacrifício.

‘Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que tinha chegado a sua hora, hora d e passar deste mundo para o Pai, tendo amado os seus que estavam no mundo, amo-os até o fim’ (Jo 13,1).

A instituição da eucaristia é a prova máxima desse amor, expressão de quem é capaz de dar o máximo de si: a própria vida. Jesus veio e cumpriu sua missão para que todos tenham vida, e vida em abundância.

A eucaristia, gesto supremo de amor, é a presença sacramental do mistério pascal. Adoramos Jesus na eucaristia, em nossas igrejas e comunidades. A adoração eucarística também nos leva a ser pão partido para os nossos irmãos. É aqui que o gesto de Jesus se torna concreto no dia-a-dia: quando somos capazes de dar nossa vida para que outros possam renascer e ter mais vida”. (CORAZZA, 2003)

¹⁶⁴ Alameda São Boaventura, 297 – Fonseca – Niterói/RJ.

¹⁶⁵ “... uma pessoa que chega hoje e amanhã fica. Este é, por assim dizer, o viajante potencial: embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir (...) nesta relação, a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma forma específica de interação.” (SIMMEL, 1983: 182)

para um estudo que pretende focar a escola pública laica, julguei pertinente dedicar algum tempo à observação de como ocorre, numa escola confessional católica o Ensino Religioso e o trabalho com a *Cultura Popular*. *Seria mesmo como anuncia o mistério: com comunhão de idéias, princípios e opiniões? Como o religioso afeta ou não diretamente os alunos? Como os profissionais evangélicos se sentem num espaço confessional católico? O fato da escola ser confessional católica prescinde de uma discussão sobre o crescimento dos neopentecostais e sua influência na mudança de referências culturais?*

Antes de partirmos para estas questões, convém situar o município de Niterói¹⁶⁶ e mais precisamente o bairro do Fonseca, onde a escola se situa.

Começando pela descrição geográfica de Niterói. Seu território possui uma área estimada de 131,8 km² e dista 14 km da Capital do Estado (pela Ponte Rio - Niterói). Apresenta uma população de 458.465 habitantes (IBGE/Censo 2000). No que diz respeito às condições de saneamento (1991), 65,74% dos domicílios da cidade tinham ligação de esgoto à rede geral. São prioritários, também, investimentos em infra-estrutura sanitária para atender as áreas de expansão, assim como as localidades onde se concentra a população de menor poder aquisitivo, como as favelas e os morros da cidade.

Com relação ao bairro do Fonseca¹⁶⁷, onde se situa a escola, podemos dizer que O Fonseca é um dos bairros mais antigos de Niterói. Olhando-se o Fonseca do alto, pode-se observar imediatamente dois fatos que são marcantes na caracterização do bairro: 1º) a Alameda São Boaventura com suas duas vias, e seu grande movimento de veículos, por ser a única via que dá acesso à ponte Rio-Niterói e à Rodovia Tronco Norte-Fluminense; e 2º) a ocupação praticamente total de seu território por edificações.

Em população ele é o maior bairro da Região Norte (11.499 habitantes/km²) e o segundo de Niterói, atrás apenas de Icaraí. Até o final do século XIX e início do século XX, o Fonseca se constituía como bairro calmo e coberto de vegetação exuberante, possuindo chácaras e mansões de famílias ilustres. Nesta época, surgem colégios tradicionais como o Nossa Senhora das Mercês, e o Colégio Brasil (já extinto).

¹⁶⁶ Informações adquiridas no site: <http://www.protetoresdavidia.org.br/niteroi/dados.htm>

¹⁶⁷ Dados colhidos na página: <http://www.nitvista.com>

A busca de endereços mais atraentes ou junto ao mar provocam forte movimento migratório para outros bairros, contribuindo para mudar o perfil dos moradores. Ao longo dos anos, o Fonseca tornou-se um bairro de classes média e baixa e intensificou-se o processo de favelização ao mesmo tempo em que se acelerou a construção de conjuntos de edifícios.

A taxa de alfabetização do bairro é de 92, 94%, superando a média do município. O maior número de alfabetizados encontra-se na população com idade de 10 a 49 anos. Entre os moradores com mais de 65 anos ocorre declínio significativo das taxas, que permanecem, ainda assim, elevadas.

O Fonseca tem uma população de 57.537 habitantes. O rendimento médio mensal dos chefes de domicílio se concentra na classe até 3 salários mínimos, o que corresponde a 43,61%. Os que ganham entre 3 e 10 salários mínimos somam 38, 77% do total, significando que mais de dois terços dos chefes de domicílio possuem rendimentos médio ou baixo.

O COLÉGIO CATÓLICO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

A clientela mercedária é composta em sua maior parte, por pais de nível médio ou superior em escolaridade. São comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais em sua maioria. Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, os pais *“por serem preocupados com a ética, a moral, a religião, optam pelo colégio Nossa Senhora das Mercês confiantes numa escola que proporciona formação intelectual, moral e religiosa a seus filhos”* (p.6)

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, o Serviço de Orientação Religiosa (SOR) é a instância responsável pela organização dos planos de curso e das vivências atreladas ao Ensino Religioso. A Coordenadora do SOR, Irmã Luzia da Conceição Barros, me fala sobre a importância do Ensino Religioso na escola:

“O Ensino Religioso é importante em todas as escolas...Eu vejo assim, não é só na nossa escola não. Do meu ponto de vista, por falta do Ensino Religioso nas escolas as crianças estão perdendo o sentido do sagrado... A criança sendo religiosa, saberá respeitar a si mesma, ao espaço, as pessoas... Agora nós estamos trabalhando com os pequenos isto, não só com os maiores. Assim, você leva na capela eles não sabem nem lidar com o religioso, não sabem fazer diferença, para eles é a mesma coisa estar no pátio ou na capela. Eu acho que a religião não é para botar freio em ninguém, é para abrir horizontes para as pessoas. Ela vai criando o espaço do religioso dentro do ser, da pessoa...”

Sua visão é também corroborada pelas professoras¹⁶⁸ da escola:

“O ensino de religião na escola me parece muito importante no que tange a valores, solidariedade, respeito às diferenças religiosas, amor à Deus”
(Professora Sheila, da 1^a. série)

“O ensino religioso na escola é de grande importância, pois acredito que deve-se trabalhar os valores essenciais para a vida: respeito, justiça, dignidade, liberdade, amor.”
(Professora Teresa Cristina, da 4^a. série)

“Acredito que o ensino que promovemos de religião seja muito bom, pois privilegiamos as virtudes, valores, a proximidade com Deus e sua importância. Claro que também privilegiamos o ensino católico, pois é nosso credo, acho que é um pouco impossível não privilegiá-lo já que estamos em um colégio católico.”
(Professora Fernanda, da 2^a. série)

“Penso que se a escola segue uma linha religiosa ela deve oferecer o ensino religioso para os seus alunos.”
(Professora Márcia, da 3^a. série)

Interessante notar que apenas Márcia, faz a ressalva que o ensino religioso é importante “se” a escola segue uma linha religiosa. Márcia é a única das professoras que foram entrevistadas que trabalha também em uma escola pública, portanto acredito que tenha uma visão mais realista de que o ensino religioso, sobretudo confessional, tem seus limites dentro das instituições destinadas a fazê-lo.

Prossigo com a irmã Luzia, tentando compreender um pouco da metodologia do ensino religioso ministrado no Mercês. Esta me narra que a escola adota um livro chamado *“Descobrimo a bondade de Deus”*¹⁶⁹. Esta coleção vai desde o segundo período¹⁷⁰ até a oitava série. Deste modo, a irmã explica que em cada série ele aborda o aspecto religioso dentro da idade psicológica da criança. Ela explica que este livro, embora sendo produzido por católicos, é um livro de religião não doutrinal, que trabalha religião de modo a não fazer referência explícita

¹⁶⁸ São onze professoras que lecionam desde à educação infantil até a quarta série no turno da tarde. Há ainda os professores de aulas especializadas: Ed. Física, Artes, Informática e Música.

¹⁶⁹ Editora Vozes, 2003.

¹⁷⁰ A escola não possui primeiro período.

ao catolicismo. A Irmã Luzia julga isto bom, pois *“a gente tem a intenção de passar a educação católica, não impondo a ninguém, nem obrigando ninguém a ser católico.* Ela menciona que antigamente o ensino era doutrinal, se aprofundava o entendimento dos sacramentos e no papel de Maria. Ela explica que a mudança do material didático foi uma recomendação da própria Igreja pois: *“Existe a catequese paroquial. Então quem quer fazer a primeira eucaristia, tem aula a parte para aprofundar esta parte aí de sacramentos, Maria, a vivência mais profunda da religião.”* Deste modo diferencia Catequese, restrita a católicos e a aula de religião que é obrigatória para todos. A irmã me explicou que a própria escola oferece a catequese¹⁷¹, fora do horário de aula. Diz que em 2003 dividiu o grupo da catequese em duas turmas, nas quais uma ela lecionava e na outra, a professora Renata¹⁷² dava aulas.

Com relação às aulas de Religião, que é ministrada pelo professor da turma, a irmã Luzia coordena as professoras, oferece material (livros, filmes, cartazes), dirige e organiza celebrações de acordo com as festas litúrgicas como Páscoa, Coroação de Nossa Senhora, depois Corpus Christi, entre outras...

Luciana – Se os professores dão aulas, eu acredito então que eles devem estar afinados com a religião católica para passar estes valores...

Ir. Luzia – Estão, mas então, por exemplo, esta menina a Márcia era católica, mas virou evangélica, mas quando ela veio trabalhar aqui ela disse que era católica, mas por comodidade ou sei lá o quê que entrou para uma Igreja evangélica (risos), mas ela tem todo o conhecimento da igreja católica para falar de Maria, ela foi lendo uma história para falar da mãe de Jesus, então assim tudo o que a gente faz ela adere e faz com as crianças, incentiva as crianças, arruma, ajuda sabe? Sem problemas...

¹⁷¹ O Cardeal Arcebispo do Rio deixou claro no encontro da Associação de Escolas Católicas, citado adiante, que é contrário à catequese nas escolas, já que entende que a igreja é o local apropriado para tal.

¹⁷² Renata é auxiliar de Secretaria pela manhã na escola e à tarde, leciona na catequese.



A aula de catequese, ministrada na escola, fora do horário de aula. Em pé a catequista Renata

OFERECER RESPOSTAS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO CATÓLICA

Em 29 de março de 2004, estive presente, junto à Direção desta escola e à coordenação a um Encontro de Escolas Católicas do Rio de Janeiro, organizado pela AEC/RJ (Associação de Escolas Católicas do Rio de Janeiro)¹⁷³. Nesta ocasião, duas palestras foram marcantes: a de Dom Eusébio Oscar Scheid, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro e a de Dom Filippo Santoro, Bispo-Auxiliar da Arquidiocese, responsável pela parte de educação religiosa.

¹⁷³ www.aecrj.com.br



Dom Felippo à esquerda, Dom Eusébio no Centro e Sérgio Maia (Presidente da AEC) ao lado esquerdo

Dom Eusébio falou sobre o mundo desagregado, da crise da sociedade e da família e da missão do colégio católico neste panorama:

“Colégios católicos dentro dessa climática, agora como uma luz, um farol, um indicador de estradas. Um colégio católico que geralmente tem ótimos profissionais, agora o que dá a educação católica, ele é mais que um profissional, ele é o apóstolo, ele é uma testemunha viva. Ele não vai simplesmente dessecar as fórmulas, ou ensinar como melhor dos seus requintes de oratória a beleza de um Machado de Assis. Aqui falta o testemunho. Aqui se abre a brecha, a nossa entrada para nós falarmos de nossas escolas católicas. Que bom seria se essas escolas conseguissem ensinar, porque o outro tem a mesma imagem de Deus, que sou eu. Se eu pisoteio, a imagem do outro, eu pisoteio a mim mesmo, que sou a imagem do criador, do mesmo Senhor.”

Dom Eusébio enfatizou em seu discurso a necessidade da escola trabalhar a dimensão religiosa, o interesse pelas histórias bíblicas e de se criar o gosto pelas orações. Em seqüência à sua fala, Dom Felippo falou da importância do Concurso do Estado que instituiu um Ensino Religioso Confessional. Se posicionou de maneira contrária a um Ensino Religioso numa perspectiva “antropológica”:

“[a] Lei de Diretrizes e bases de 1996 sustenta a idéia de que o ensino religioso é antropológico, aspectos antropológicos do fenômeno religioso e podemos dizer que a pergunta pode formar a exigência de um significado. Porém o ensino religioso diz desligar de qualquer religião, nós não vamos falar de nenhuma religião sobre respostas, simplesmente a pergunta: Com o programa de professores escolhidos pelo Estado, como é que professores formados nas faculdades, vão se referir pode ser que falem bem, mas muitas vezes, como é que se ensina o fenômeno religioso? Mas quando saem de uma universidade, com professores corretos, com uma identidade, não diz a ele que baseado na sua postura com os alunos, não corre o risco de dizer uma forma que extrapola a procura da objetividade.”

Será mesmo que o Ensino Religioso confessional consegue, para além da perspectiva que ele chama de antropológica, “dar respostas”? Quais respostas? Será mesmo que um professor, “saído de uma universidade” não corre o risco de extrapolar na “procura” da objetividade? Seu comentário lembra a argumentação do Deputado Carlos Dias, trabalhada no primeiro mistério deste trabalho. Dom Felippo avança na defesa da idéia, dizendo que o Estado não tem o monopólio da Educação:

“[este é]O motivo pelo qual o ensino religioso confessional se sustenta, pelo direito constitucional, de manifestar uma visão da vida e desenvolver as novas gerações dentro desta perspectiva. Com uma consequência que disse antes, o Estado não tem o monopólio da educação. Existe uma pluralidade de realidades que tem direito a desenvolver a visão educativa dos vários grupos que compõe a sociedade”

Sua fala, é finalizada com a defesa da criação de uma graduação para professores de religião, apenas não deixou claro sob que perspectiva: Confessional? Antropológica? Pluralista?

“Estes dois professores que estão a minha esquerda são auxiliares para que nós, junto aos universitários possamos ter uma graduação específica do ensino religioso em tudo o que seja feito. Eu espero que mais rápido possível qualquer encontro seja avaliado, seja reconhecido por uma universidade.”

A fala de Dom Felippo, ao que pude constatar nos trabalhos em grupo do turno da tarde, deixou alguns educadores católicos decepcionados. Em primeiro lugar, porque aquele não era o foco do encontro que reunia as 150 escolas particulares confessionais católicas do Rio de Janeiro e em segundo, suponho, porque nem todos concordam com um ensino religioso confessional no espaço público.

O resultado dos trabalhos de grupos da tarde de maneira geral apontavam para o mesmo anseio, pois as afirmações seguiam o seguinte curso: colégio católico tem de ter “cara” de colégio católico, em seu projeto-político e em sua atuação religiosa no dia-dia da instituição.¹⁷⁴ Este clamor, que foi proclamado no resumo da discussão de vários grupos, só pôde ser melhor compreendido por mim quando cerca de um mês depois estive na sede da AEC¹⁷⁵, representando a escola em um encontro, desta vez menor, contando com menos de dez por cento de representatividade do total de escolas. A fala de alguns me apontava para o fato de algumas escolas católicas estarem “perdendo sua identidade”, em função do receio de perder clientela por adotar uma postura mais confessionalista, por esta razão, optam por adotar uma filosofia mais aberta, menos voltada apenas para o catolicismo. Na contramão deste movimento, percebo o Colégio Nossa Senhora das Mercês, que mostra a necessidade de destacar-se como católico.

A CATEQUESE E O ENSINO RELIGIOSO: COISAS DISTINTAS?

As afirmações da Irmã Luzia sobre o modo como percebe a presença dos alunos evangélicos na escola católica, é reveladora. Ela diz que os vê com bons olhos e que “ *eles devem achar que o colégio é bom, mesmo não sendo católicos e eles vêm aqui, estudam aqui, participam também, até no segundo grau, tem uns meninos evangélicos que quando a turma vai à capela, eles vão também, eles sabem que tudo o que os outros fazem, eles vão ter que fazer também, não é?*”

Este era o ponto que me interessava mais diretamente chegar! Reencontramos aqui, algo discutido no *Quarto Mistério* sobre o conhecer e o participar. Se na Pasqualine alguns alunos pareciam não conhecer e nem participar do folclore, no Mercês o conhecer e o participar de alguns costumes da religião católica, como ir à capela por exemplo e “fazer tudo o que os outros fazem” também parecem ser coisas que não se distinguem.

Relatei à Irmã que peguei, por orientação da Coordenação Pedagógica as pastas das crianças com seus respectivos históricos e encontrei uma reclamação por escrito de um pai que questionava a coordenação pedagógica por sua filha ser obrigada a participar de uma celebração

¹⁷⁴ Ao contrário do que eu esperava, o encontro da AEC não teve nenhum desdobramento prático na escola. Não houve um momento específico para informe geral do evento para o grupo que não teve oportunidade de estar presente.

¹⁷⁵ Rua Evaristo da Veiga, 16, salas 701/702 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

católica¹⁷⁶. Irmã Luzia se lembrou imediatamente do caso e atribuiu o mal estar causado nos conflitos com este responsável ao fato de que até aquela época (2002) a escola ter uma orientação religiosa distinta da que tem hoje:

“Ano passado pra frente um pouquinho, ela estava andando como se fosse um ecumenismo. Aí eu cheguei aqui e vi que não era nem um ecumenismo, porque ecumenismo aborda todas as religiões não é? Mas não era um ecumenismo porque tocava em tudo e não tocava no catolicismo e falei: que ecumenismo é esse? O livro que estavam usando aqui, falavam de budismo, islamismo, cristianismo e todos os ismos e quando chegava na hora do catolicismo, ninguém tocava no assunto. Mas porquê?”

Luciana – *Eu estudei no Salesianos, que foi onde eu aprendi o que era budismo, espiritismo, umbanda, candomblé, por outro lado tinha as celebrações católicas, que ninguém era obrigado a participar, a capela ficava sempre aberta para quem quisesse ir na hora do recreio, eu achava interessante. Bom, mas não é mas assim aqui...*

Ir. Luzia - *Nós aqui, não trabalhamos assim. Por exemplo, no ano passado. Eu achei os alunos aqui muito despreparados até culturalmente. Eu comecei a dar aula para a oitava série ano passado quando cheguei aqui. Aí eles me pediram para dar aula sobre espiritismo. Aí eu fiz uma pesquisa, preparei tudo e quando eu cheguei na sala e comecei a colocar a doutrina espírita como é, eles começaram a me contestar e eu falei, gente eu estou colocando isto aqui por que vocês pediram, se alguém quiser seguir, segue, então eles não tinham maturidade...*

Irmã Luzia marca a distinção do Mercês das demais escolas católicas de Niterói: “Nós aqui, não trabalhamos assim”. Desde modo, vemos que a escola busca firmar-se como católica não só na catequese, onde é oferecida de modo mais concreto a doutrina religiosa católica, mas na própria aula de religião. Tive a oportunidade de observar estes dois momentos: o da catequese, na qual a professora Renata estava à frente da turma e o da aula de religião, concentrando-me especialmente nas aulas da professora Teresa Cristina, uma quarta-série.

¹⁷⁶ Irei trabalhar mais detidamente este caso adiante.

Nas aulas de catequese, de fato era trabalhada de modo mais detalhado e aprofundado a doutrina católica: sacramentos, importância da confissão, os dogmas de fé, etc. Observei cerca de um mês as aulas de catequese, pois a turma conduzida pela professora Renata já se preparava para realizar a primeira comunhão no mês de setembro de 2003. As aulas de catequese acontecem uma hora antes do horário de entrada das crianças na escola, assim, este grupo observado que iniciava o período de aulas às 13h, chegava à escola uma vez por semana às 12h para assistir à catequese. Creio, que além da opção pela religião católica, muitos alunos são incentivados pelos pais a realizarem a catequese na escola, por uma questão de praticidade, já que a escola oferece um horário apropriado para a aula e se responsabiliza por organizar o evento da primeira comunhão.



Entrada das crianças pela parte lateral da Igreja de São Lourenço no dia da Primeira Comunhão em Setembro de 2003.

Com relação às aulas de ensino religioso, de fato o conteúdo é muito menos diretamente voltado para a doutrina católica, embora em muitos momentos, se faça uma conexão. Por exemplo: Os alunos e a professora Teresa davam sua opinião sobre determinada lição do livro que tratava do tema “Convivência: conviver e partilhar”. A professora incentivava que os alunos verbalizassem de maneira concreta o que entendiam por conviver e partilhar. Após este momento de conversa, a professora fez uma relação entre respeito ao semelhante e o respeito à

natureza, com o propósito de falar sobre a Campanha da Fraternidade (CF)¹⁷⁷ de 2004, lançada pela igreja católica, cuja temática é a “*Água, fonte de vida*”. Falar da CF, prática da Igreja Católica desde os anos 60, é fazer uma alusão explícita a esta religião. Nesta ocasião inclusive, professora e alunos realizaram juntos, a oração da CF 2004.¹⁷⁸

Outro momento interessante, foi por ocasião do trabalho sobre a *Quaresma*, desta vez com base no livro didático que foi citado pela Irmã Luzia. A professora Teresa preocupou-se em extrair dos alunos o conhecimento que tinham acerca do tema.



Aula de Religião, de pé a professora Teresa Cristina

Os alunos ora se ofereciam, ora eram escolhidos para falar sobre o que entendiam por *Quaresma*. Respostas como “*é um período de quarenta dias depois do carnaval*”, “*é um período*

¹⁷⁷ “A Campanha da Fraternidade surgiu durante o desenvolvimento do Concílio Vaticano II.(...) Os temas da Campanha da Fraternidade, inicialmente, contemplaram mais a vida interna da Igreja. A consciência sempre maior da realidade sócio-econômico-política, marcada pela injustiça, pela exclusão e por índices sempre mais altos de miséria, fez escolher como temas da Campanha aspectos bem determinados desta realidade em que a Fraternidade está ferida e cujo restabelecimento é compromisso urgente de fé. A partir do início dos encontros nacionais sobre CF, em 1971, a escolha de seus temas vem tendo sempre mais ampla participação dos 16 regionais da CNBB que recolhem sugestões das Dioceses e estas das paróquias e comunidades.” – www.cf.org.br/histórico.php

¹⁷⁸ Interessante observar a estratégia pedagógica utilizada pela professora Teresa. Esta, ao utilizar a fala dos alunos para fazer uma síntese, a produz em cima de uma sintaxe que é sua, constrói uma versão com uma grande eficácia, pois todos reconhecem esta como resultado de um discurso coletivo, mesmo após esta ter pinçado apenas os detalhes importantes à sua argumentação.

de oração”, “*é uma oportunidade de se aproximar de Deus*”, entre outras foram dadas. Então a professora Teresa acrescentou: “*é um período de jejum e confissão*”.¹⁷⁹

Uma característica marcante nas aulas que pude observar ministradas pela professora Teresa, é a constante preocupação com a participação dos alunos no que se refere à emissão de opiniões. Com frequência, a professora indagava aos alunos sobre o que pensavam sobre determinado tema e como sustentavam sua argumentação sobre algo. Contudo, ficou claro, que as aulas de religião se revestiam sim, de um conteúdo catequético, distinguindo-se, grosso modo, por não objetivar a realização da primeira comunhão ao final de determinado período.

Interessante pontuar que todas as datas caras ao calendário católico¹⁸⁰ são vivenciadas com encenações e celebrações por alunos e professores. Abaixo segue registro da comemoração da Festa de Ramos, onde alguns alunos participaram fazendo o papel de apóstolos e outros, faziam o papel do povo, saudando Jesus, representado por outro aluno.



Abril de 2004 – Celebração de Ramos – À frente com a cruz, o aluno que representa Jesus e na seqüência, os que representam os apóstolos. Ao final da fila, a Coordenadora Pedagógica.

¹⁷⁹ A prática do Jejum é bíblica e inclusive adotada por muitos protestantes. Contudo, “confissão” é uma prática, um sacramento exclusivo da Igreja Católica.

¹⁸⁰ Quaresma, Domingo de Ramos, Semana Santa, Páscoa, Abertura da CF, Coroação de Maria, Corpus Christi, Dia de Nossa Senhora Aparecida e demais dias relacionados à aniversários da Congregação Mercedária.

Em seguida da entrada dos que realizaram a encenação, a Diretora, irmã Jussara, aspergiu professores e alunos com água benta e encerrou com um discurso que explicava o simbolismo daquela data para os cristãos.

Outro evento recente, que foi bem marcante no sentido de acentuar a vivência católica nesta escola, foi a tradicional “Coroação de Maria” no mês de maio. Algumas crianças vestiram-se de anjos para a coroação, outras participaram com canções e orações e este evento foi aberto à participação dos pais. Vale destacar que Coroação de Maria, é por excelência, uma comemoração católica, portanto, funcionando como uma festa de distinção, frente à tradição protestante.



Coroação de Maria – maio de 2004, com a participação das turmas de educação infantil, alfabetização e primeira série.

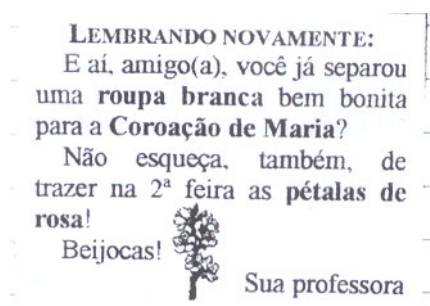
ENTRE O CONHECER E O PARTICIPAR: O PAPEL DAS FESTAS NO COLÉGIO CATÓLICO

Como busquei demonstrar no *Segundo Mistério*, as festas populares historicamente estavam relacionadas ao catolicismo. O Colégio Nossa Senhora das Mercês, têm, como uma de suas características marcantes, ser um colégio que promove muitas festas no decorrer do ano letivo¹⁸¹. Estas quase sempre estão relacionadas à religião e mesmo quando não estão, como por

¹⁸¹ Vide Calendário Escolar, no Anexo I.

exemplo na festa das mães, no chá dos avós ou na festa dos pais, sempre é aberta e fechada com uma oração, acentuando a ligação da instituição com a religião.

Partindo do relato da Coroação de Maria, vale à pena retomar o conflito já citado entre um pai de aluna e a escola. Este dizia sentir-se pressionado para que a sua filha participasse de rituais católicos, sendo a família espírita. Este conflito teve início em 2002, ocasião em que eu ainda não trabalhava na escola, quando a criança chegou em casa com o seguinte bilhete colado na agenda¹⁸²:



Bilhete enviado em 24/05/2002

Em contraponto, o pai respondeu:

*“Gostaria de **relembrar** que Juliana recebe de nós outra orientação religiosa, que dispensa a utilização de cultos e imagens exteriores. Não gostaríamos que ela participasse, pois acreditamos que isto poderia confundi-la, como já aconteceu com as mudanças notadas nas aulas de religião. Gostaríamos de marcar uma reunião para tratar deste assunto. O **respeito** é fundamental principalmente quando se trata do tema religião.” (24/05/2002)*

A coordenação em contrapartida, afirmou:

*“Sr. Responsável,
Gostaríamos de lembrar que ao matricular sua filha, o senhor fez a opção de colocá-la numa escola católica. Tal escolha tem o compromisso explícito de participar, mesmo não comungando, da religião católica. Pois como o senhor escreveu, ao participarmos de outra religião também estamos construindo em nosso aluno o respeito a religião alheia.” (27/05/2002)*

¹⁸² Os pais lêem diariamente a agenda, meio privilegiado de tomarem ciência diária das decisões da escola e de troca de informações entre professores e responsáveis.

Em 27/05/2002, o pai responde à coordenação em tom bastante ríspido, em função das afirmações da coordenadora:

“Convém lembrar que antes de entrarmos neste colégio católico, como a senhora mesmo diz, solicitamos da senhora mesmo informações de como era dado a parte religiosa e fomos informados não só pela senhora, como por outras pessoas ligadas à coordenação, e até mesmo antigas professoras, que o objetivo seria apenas de passar uma visão de religiosidade, visto que muitos alunos viriam das outras religiões. Afinal é preciso respeito. Não podemos estando no terceiro milênio forçar qualquer consciência, principalmente de crianças a acreditarem em dogmas e crendices. O respeito à qualquer religião já é passado à Juliana por nós pais, mas ter respeito não significa que ela forçosamente tem que participar de qualquer assunto seja ele católico, evangélico ou mulçumano...

Vamos deixar a hipocrisia de lado, por favor. Ficamos extremamente chateados com seu posicionamento. Caso não haja retratamento, tomaremos as devidas providências.

Vamos relembrar algo que a senhora já sabe: A matéria “religião” tem cunho não obrigatório por lei e a escola deve prover outras atividades para os alunos que não concordarem em participar desta matéria.

Vamos oficializar esta solicitação junto à administração deste colégio e caso não sejamos atendidos, entraremos com as medidas que forem cabíveis, além de acionamento de denúncia junto à mídia falada e escrita.

Obrigar nossa filha a participar de qualquer atividade dita “católica” é uma falta de respeito e é inadmissível por nós. Respeitar uma religião não implica em ter que praticar seus dogmas e crenças específicas.”

Conforme já mencionei, eu era funcionária nova na escola, em 2003, quando tive acesso a esta troca de bilhetes na ficha da aluna. Senti que seria delicado entrar neste terreno, até porque a criança ainda estudava na escola e o assunto conflituoso já havia sido dado por encerrado. Soube que outros alunos evangélicos costumam faltar ou não participar destes eventos notoriamente católicos: coroação de Maria, Primeira Comunhão, Aniversário do Padre fundador da congregação, etc. Neste ano de 2004 a criança, cujo pai escreveu os bilhetes, saiu da escola. Pedi então, autorização da Diretora da Escola para entrar em contato com o pai a fim de conversarmos mais sobre este acontecimento. Entendendo as razões de minha necessidade de retomar o fato, a direção e a coordenação autorizaram que eu pedisse uma entrevista ao pai. Da mesma forma, o pai, prontamente atendeu ao meu pedido, após explicação da finalidade da entrevista e recebeu-me em sua casa para a concessão da entrevista. Minha primeira curiosidade

era saber por qual razão uma família de orientação espírita matricula a filha numa escola confessional católica:

“Bem, na época da escola, Juliana ela estudava num colégio, no X¹⁸³, não era um colégio com nenhuma ênfase religiosa, mas era um colégio pequeno e a gente queria que Juliana tivesse um colégio com uma melhor estrutura e até porque a gente tinha uma dificuldade, achava que ali era muito próximo da Alameda, era muito barulhento, a gente não gostava muito da estrutura, era um colégio pequeno e então a gente foi visitar alguns colégios, fomos ver vários e gostamos muito da estrutura do Mercês, achamos um colégio muito bom e uma das minhas preocupações foi justamente quanto a isto e conversei com Adalgisa e também com outro rapaz que agora não me recordo o nome e perguntei sobre a religião, se era obrigatória, se não era, como era isso? E a resposta da Coordenadora foi que lá apesar da direção ser de freiras, de irmãs, não se dava uma ênfase na doutrina católica e sim era uma questão mais de religiosidade, dando noções de religião, então não centrava diretamente. Com isso, então achei, bom, se realmente é assim, vale à pena, não vai conflitar com o que a gente tá passando, com o que a gente acha que é o mais correto para ela, para não haver choque de idéias que podem confundir.”

Roberto narra que a escola começou a ter este perfil mais “radical” na sua opinião, a partir do momento em que a Irmã Luzia assumiu a Coordenação da Orientação Religiosa. Lembra que na Educação Infantil e na Alfabetização não houve problemas desta natureza com a escola, pois o Ensino Religioso tinha uma orientação

*“... mais voltada para a religiosidade: questões da natureza, a integração do homem com as pessoas, a amizade, conceitos básicos de religiosidade. Não houve problema. Quando começou a entrar realmente em **questões dogmáticas** mesmo, aí a gente sentiu o conflito até com Juliana, a gente percebeu a mudança dela e aí começou o problema que você falou.*

(...) a abordagem do ensino religioso mudou, ficou bem mais específica e a questão da participação obrigatória dos eventos católicos, como se fosse uma imposição. No momento que você diz que é obrigatório fazer isto, você está impelindo a pessoa...”

Roberto parece querer demonstrar que acredita que conhecer uma religião seja diferente de participar desta:

“Você respeitar uma outra religião, não significa que você tem que participar dela e aceitar tudo o que ela faz, né? Existem diversas religiões aí que tem práticas boas e que tem práticas que, ao nosso ver, não são práticas que não estão corretas, podem não estar corretas, mas corretas as que a gente acha né? E, o que aconteceu é que a

¹⁸³ Opto por omitir nome do colégio anterior a fim de não expor sem necessidade esta instituição.

escola sabendo que ela não faz parte desta religião está impondo que ela pratique a religião dela e isso aí é uma falta de respeito. Isto é uma falta de respeito. Não participar, não quer dizer falta de respeito. Você pode respeitar uma religião, quer dizer, minha mãe, minha mãe é falecida, ela praticava umbanda e eu amava minha mãe mais dizia: essa, essa e essa prática da umbanda eu não concordo, mas respeito, a senhora tem toda a opção, e essa religião é a que mais lhe convém, tem todo o respeito a sua forma de chegar à Deus, a religião é para isto, para fazer uma religião com Deus e cada um tem, o que se sente melhor, né? Alguns são católicos, evangélicos, outros são batistas, outros são da umbanda. Eu acho que a religião não foi feita para ter divisão e sim comunhão com todos e aí cada um per si se sente melhor com aquela religião e segue ela. Agora, do momento que você tem uma religião e quer impor que o outro também faça o mesmo, aí é uma imposição, isto não é uma religião. Posso chamar de tudo: dogmatismo, de dominância né, uma série de coisas, pela força porque aí você tá colocando que aquilo é obrigatório e que se não fizer não vai passar de ano. Foi mais ou menos estes termos que foi colocado na reunião. Se não fizer, não passa de ano.”

Do ponto de vista da escola, o problema não residia no fato desta ou de outros alunos participarem ou não das celebrações católicas. O principal problema exposto pela coordenadora e não explicitado na entrevista pelo pai era que ele não queria que ela assistisse as aulas de religião e a escola não concordou com isto, afirmando inclusive, que a criança poderia ficar reprovada, já que num colégio confessional, religião é componente curricular.

Outro ponto que merece destaque é o de que ao examinarmos o calendário desta escola católica, ao lado dos eventos religiosos - *Mês da Bíblia, Mês Mercedário, Primeira Eucaristia, Dia da Imaculada Conceição, Celebração de Páscoa, Celebração de Ramos, Corpus Christi, Mês Mariano, Coroação de Nossa Senhora, entre outros* – encontramos também destaque para celebrações da Cultura Popular como: Carnaval, Dia da Consciência Negra, Feira da Cultura e Festa Junina. Não existe a comemoração por exemplo do “Dia do Folclore”, contudo, as produções e reflexões relacionadas ao tema são apresentadas na Feira da Cultura, que costuma acontecer no mês de Setembro e que neste ano de 2004 trará como tema: “*Brasil mostra tua cara!*” Assim, percebo que tanto as festas religiosas, como as relacionadas à Cultura Popular, encontram bastante espaço de destaque nesta instituição escolar. Obviamente, isto não ocorre desta forma de maneira gratuita, uma vez que já refletimos a partir das contribuições de Abreu (1999) como a cultura religiosa católica está diretamente relacionada às tradicionais festas populares. Recuperando alguns eventos da escola, fica bem claro pela dimensão dos eventos, o quanto estes são valorizados, vejamos alguns registros fotográficos:

Banda contratada para tocar as tradicionais marchinhas de carnaval



Carnaval 2004 – Colégio Nossa Senhora das Mercês



O “Baile de Carnaval”, é um evento perfeitamente assimilado nesta escola católica, que tenta resgatar o espírito do “carnaval de rua”, desfilando com a banda contratada para tocar marchinhas tradicionais, nas ruas do bairro, acompanhada de alunos, professores, pais e avós de alunos. As pessoas parecem apreciar muito as festas da escola, especialmente porque estas sempre contam com a participação de todos os funcionários, crianças e tanto quanto possível, dos pais. A idéia do baile em 2004 era falar do amor e da união e por idéia da Irmã Luzia, o estandarte trouxe a inscrição “Corações Unidos do Mercês”.



À frente da banda, abrindo o carnaval de rua, a professora de música traz o estandarte “Corações Unidos do Mercês” – Carnaval 2004.

Do mesmo modo que “Coroar Maria” possa ser compreendido como algo que fere o credo de alguns não católicos, penso que comemorar o carnaval, também o possa. No entanto, segundo a escola, as reclamações são poucas. Na opinião de Roberto, pai entrevistado, isto ocorre por uma questão de acomodação:

“É, mas porque, muitas vezes, infelizmente, há uma acomodação. A pessoa acha aquilo incorreto, sabe, mas prefere não brigar, não se indispor, prefere se acomodar e ir deixando de lado. É, às vezes você deixa o filho no colégio e não tá vendo, você tá tranqüilo e não tá nem vendo o que tá acontecendo ali. O que eu vejo é que muitas vezes as pessoas se acomodam. Algumas reclamam. Eu conversei com outros pais, não do Mercês, outros pais que passaram pelo mesmo problema. Muitos disseram, eu briguei, mas depois deixei para lá porque não valeu à pena, aí depois tiraram do

colégio, acharam um outro colégio melhor e trocaram também, mas muitas vezes é por conta da acomodação mesmo. Hoje infelizmente, as pessoas são tão agredidas nas coisas básicas e elas ficam enfim acomodadas mesmo, sabe, anestesiadas? Elas tão sendo agredidas, tão sendo coisas impostas goela abaixo e é como se não tivesse acontecendo nada, normal, como se fosse normal...”

Em reunião pedagógica, dia 04/06/2004, casualmente a professora Teresa Cristina trouxe este assunto à tona. Segundo seu ponto de vista, os pais de alunos oriundos de outra religião, tendem a reagir/protestar contra estes eventos que ferem sua crença religiosa em geral, não enviando seus filhos à escola nestas datas. As demais professoras presentes concordaram com sua colocação. Isto me faz lembrar as professoras evangélicas cujas entrevistas foram trazidas no quarto verbete afirmando que preferem que seus filhos não participem deste evento, Marlúcia inclusive parece demonstrar admiração com o julgamento de seu filho ao explicar por qual razão não iria à festa: “*Não é de Jesus!*”



Festa Junina no Colégio Nossa Senhora das Mercês em 2003

Ao trazermos a fala da Pastora Denise, do Ministério Plenitude,¹⁸⁴ sobre como os fiéis são orientados a se posicionarem diante destes eventos, conseguimos compreender melhor a recusa ou a ausência. Pergunto se há alguma proibição ou recomendação aos fiéis quanto aos festejos como festa junina por exemplo:

¹⁸⁴ Pastora da Igreja onde pesquisei por três meses, citada na parte inicial deste trabalho.

“Com certeza há. Os fíéis são orientados a separarem-se destas festividades. Há alguns pais que permitem crianças de tenra idade participarem. Eu costumo ensinar que a nossa “consciência” deve ser o nosso juiz, e em tudo precisa haver paz em nosso coração. Nesta hora não é o autoritarismo que funciona, mas sim o entendimento que cada um tem do que seja ser “separado”.

(...)

“Essas festas já interferiam mais fortemente em nossa cultura religiosa. As festas juninas são proibidas pela Igreja Protestante. Por isso nunca as comemorávamos. É certo que nos sentíamos bastante discriminados. É necessários repensar se algo voltado a um credo específico deve ser realizado nas escolas seculares. Nunca fizemos festas aos santos bíblicos, apenas os respeitamos e os temos como espelho para nós, como exemplo de vida. Quanto aos evangélicos que se recusam a participar, concordo plenamente, se é que isto fere os seus preceitos. “Não vos façais pois idólatras, como alguns deles, conforme está escrito: O povo assentou-se a comer e a beber, e levantou-se para folgar”¹⁸⁵

A Pastora Denise toca em um ponto muito importante: a escola secular sempre esteve fortemente atrelada ao credo católico. Diante do crescimento da diversidade, ainda faz sentido que este amálgama permaneça intocado no espaço dito laico? Se numa escola confessional os conflitos aparecem e às vezes são levados adiante, como no caso de Roberto, porque continuamos reféns da máxima de que “religião não se discute”? Pergunto-me se diante deste inusitado quadro que se desenha no Estado: “Ensino Religioso Confessional”, como se desdobrarão na prática estas questões? Será que por orientação do professor Testemunha de Jeová, os alunos faltarão às festas encaradas como profanas? Será que o professor Adventista estimulará que não se faça reposição de aula sábado? Será que o professor Católico não só estimulará a dança na festa junina, como fiscalizará os alunos presentes? Ou será que nada disso aconteça? Talvez, como já foi apontado no Terceiro Mistério, os novos credos forcem apropriações/reinvenções destes eventos, tentando uma apartação dos aspectos religiosos católicos? A este respeito, indaguei novamente a Pastora Denise, sobre sua posição pessoal, ao que já vem ocorrendo em algumas denominações evangélicas que procuram “desespiritualizar” algumas datas da *Cultura Popular* relacionadas à outras religiões. Dei como exemplo, a igreja

¹⁸⁵ 1 Coríntios, Capítulo 10,7.

que visitei e que distribuía no dia de “Cosme Damião” doces para suas crianças, mas aproveitando a oportunidade para explicar que não se deve receber alimentos oferecidos a santos. Outro exemplo é que algumas igrejas protestantes realizam em junho, a “Festa do Milho”, tirando as características que a aproximem da Festa de São João:

“Esta é uma linha muito tênue. Não tenho nada contra festas. Distribuo doces em minha comunidade religiosa. Jesus Cristo era festeiro. Acontece que o “certo” e o “errado” podem misturar-se e acabar virando uma só coisa. A Escritura diz que “o povo perece por falta de conhecimento”. Fazer modificações com o intuito de distrair o público e entretê-lo para que ele não compareça às festas populares, consideradas profanas pelos evangélicos, não resolve, não é suficiente, e é acabar “trocando figurinhas”. As pessoas precisam ser conscientizadas. Se há dogmas, ritos e etc., os fiéis necessitam entender as origens doutrinárias de sua religião a fim de que comprometam-se com ela. Substituir uma festa junina por uma do milho, não elucida, não traz ensinamento e nem “transforma”, que é o principal agente do Evangelho. Precisamos compreender que se o Evangelho não for um agente transformador, simplesmente o seu objetivo torna-se frustrado. Entrar à mente da pessoa, transformar a sua primeira crença, e instalar um “estilo de vida”, isto é o verdadeiro evangelho. Quanto a modificar celebrações, acaba que “a ordem dos fatores não altera o produto.”

A explicação da Pastora Denise me surpreende por sua lucidez e me intriga, pois cada vez me sinto mais curiosa para saber como isto se desdobrará na rede estadual de ensino no Rio de Janeiro. Seria o Ensino Religioso o agente privilegiado para um trabalho sobre moral e ética em tempos que crianças e adolescentes carecem de limites? Não obstante às questões políticas que permeiam esta discussão, até que ponto a assunção do religioso pelo Estado laico seria uma medida paliativa para o caos? Ademais, até que ponto, como já mencionei, a pluralidade de orientações confessionais em uma mesma instituição de ensino não criaria novos conflitos? Como vimos, especialmente no *Primeiro Mistério*, Religião Católica, Estado e Política, caminharam lado a lado desde a formação deste país. Porém, com o crescimento da diversidade de credos, com a perda da hegemonia pelo catolicismo, todos reclamam sua representatividade. Seria a escola, espaço constitutivamente laico, o local mais propício para isto? Finalizo, com outras indagações feitas pela professora Maria Cláudia, mestrandia em educação na UFF, bastante citada no *Terceiro Mistério*:

“É preciso entender que o ensino religioso como forma de conhecimento tem suas particularidades. As crenças e superstições fazem parte deste enredo. Não há como excluir a dimensão da fé, senão exclui-se a própria natureza deste campo de conhecimento. Pretender que um professor evangélico participe da distribuição dos doces de Cosme e Damião é fazê-lo adular o próprio corpo de crenças do qual faz parte, assim também seria com o caso do professor Adventista ter que repor aulas aos sábados. São questões com as quais vamos nos deparar em muitas situações e que esbarram no fato do Estado ser laico. Não somos isto ou aquilo, parafraseando Homi Bhabha, somos isto e aquilo. Ou seja, somos cidadãos, somos atores sociais e sujeitos culturais ao mesmo tempo. Quando saímos de casa pela manhã e entramos numa repartição pública para o exercício da nossa função, não esquecemos nossas crenças, nossas tradições, nossos desejos e paixões. O nosso calendário é uma prova disso. O Estado moderno fragmentou o sujeito, reconhece apenas a dimensão de cidadão político.”

Certo professora, somos isto e aquilo! As questões são, tomando como base os meus estudos de caso: *teremos competência para trazer para a escola o conhecimento histórico da diversidade cultural brasileira, arguindo a lógica hierárquica conformadora da nossa sociedade de nossa identidade como povo, a invisibilidade das culturas indígenas, africanas e outras, o mito da democracia racial? Como tudo isto vem sendo construído e reproduzido na escola? Será que há mesmo espaço para o isto e aquilo na escola? As Culturas Populares e a História Cultural brasileira tem espaço na escola para além das caricaturas construídas?*

Teremos competência para resolver estes “novos conflitos” e efetivar um ensino religioso confessional que se distancie do proselitismo, do fundamentalismo e dos ganhos políticos atrelados a isto?

Instigante discussão que não cabe em um terço...Em quantos rosários?

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus que é “Aquele que me cinge de força e aperfeiçoa o meu caminho” (SI 18, 32) e que me dotou de capacidade¹⁸⁶ de estar aqui e trazer Seu Nome através desta discussão para a academia.

Ao meu marido Marcelo Luiz, à minha irmã Ana Lucia e aos meus pais Clemente e Luci, pela compreensão e apoio diante de minha ausência constante em função dos estudos.

Agradeço à minha orientadora Lygia Segala, por novamente estar à frente de um trabalho de pesquisa comigo, orientando-me e ajudando-me tal qual o pai de Diego fez com ele:

"Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul.

Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

*E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:
- Me ajuda a olhar?"¹⁸⁷*

Agradeço ainda à professora Marlúcia, à Irmã Luzia e à Irmã Jussara Raymundo da Direção do Colégio Nossa Senhora das Mercês, ao pais, alunos e demais pessoas que me auxiliaram na conclusão deste trabalho.

¹⁸⁶ Jeremias, cap. 1, 1-8.

¹⁸⁷ (GALEANO, Eduardo. A função da Arte/1 in O LIVRO DOS ABRAÇOS. RJ: LPM, 1991)

SALVE, RAINHA “LAICA”

Como pode haver uma Salve, Rainha laica? É possível subtrair a influência religiosa de uma oração? Início esta dissertação, mostrando um pouco de minha biografia para que o leitor entendendo de onde parti, compreenda como fui formulando perguntas e me senti inclinada a investir neste objeto de estudo. Contudo, a academia, lugar da reflexão, dispensa a devoção, levando-me a construir uma argumentação que relativize as paixões. A oração, enquanto súplica, prece, reza, pode ser compartilhada com o leitor no *posfácio*, contudo o exercício primeiro nesta finalização não se faz pelo viés devocional.

Ao chegar ao fim deste trabalho, concluo que este fecundo período de pesquisa me propiciou muito mais refletir sobre os diversos “mistérios” anunciados, que propriamente chegar a conclusões pontuais. Escolher um tema, ainda subterrâneo na academia, suscita polêmicas, levanta questões e faz pensar...

A cada contemplação de mistérios, alguns entendimentos abriam novas indagações como uma verdadeira conta sucessivamente substituída por outra, por outra e outra...

Reafirmo, como no início deste trabalho, minha convicção de que no ensino público laico não deve haver espaço para ensino religioso, pois o público é por excelência o local do conagraçamento de todos, logo é espaço da pluralidade, onde seria danoso ao espírito democrático que uns poucos tivessem acesso ao escolhido, ao credenciado e outros não. Além do que, a fronteira entre o confessionalismo e o proselitismo, me parece extremamente tênue. Contudo, a escola pública laica, as escolas privadas confessionais ou não, os docentes, os cursos de formação de professores, a sociedade civil de maneira geral não podem mais se eximir de uma séria e urgente reflexão sobre a religião e suas diversas articulações com a política, com a educação. Perguntas como: O que concretamente percebemos como conseqüências nas mudanças que assistimos no campo religioso brasileiro? O que esta discussão tem haver com a escola? Conhecer uma religião tem que ser o mesmo que participar dela? Como a religião e a ciência na escola estão articulados? Estão? É possível ainda compreender que o catolicismo pode ser encarado como componente criado para conferir uma representatividade brasileira? O que pode mesmo genuinamente representar esta brasilidade? É viável continuarmos a sacar nossos costumes puídos no mês de agosto para falarmos de uma identidade na qual não nos (re)conhecemos? Como as instâncias públicas e privadas têm

estado de tal modo amalgamadas que muitas vezes não nos damos conta da seriedade deste processo em curso? Como seria a prova aplicada por uma liderança religiosa a um docente que supostamente tivesse *perdido sua fé*? Uma prova de múltipla escolha? Uma prova oral? Uma observação de sua aula para ver se proferiria a infâmia de citar o nome “Darwin”? Será que trabalhar valores num país onde a violência se prolifera, onde a distribuição de renda é injusta, onde as esperanças se diluem tem de necessariamente estar a reboque do religioso? A religião como panacéia, nesta perspectiva de única saída paliativa para o caos, não estaria a serviço de interesses outros?

A minoria dos professores entrevistados que defendem o Ensino Religioso na escola, apontam para a direção que esta disciplina deve se prestar a “*um ensino de valores*”. Este ensino de valores parece a alguns naturalmente colado ao Ensino Religioso. Clarisse Nunes (2003), em seu artigo chamado “*(Des)Encantos da Modernidade*”, mostra como foi transferido para a escola o ensino das virtudes no projeto educativo republicano e como este se articulava diretamente à questão religiosa. Na verdade esta construção, ainda hoje obscurantiza o entendimento de que o ensino de valores, da ética, da cidadania ativa, da economia solidária, da justiça ambiental, do respeito às diferenças, podem e devem ser trabalhados todo o tempo na escola, se inter-relacionando com todas as disciplinas, como um tema transversal, independentemente da religião. A solidariedade, o compromisso, o bem comum são categorias que durante muito tempo estavam agregadas ao âmbito do religioso, mas que estão postas no debate político laico contemporâneo e que alcançam ou devem alcançar à escola.

Parece difícil pôr um ponto final num debate tão instigante como este e que abre novas perspectivas para tantos outros estudos. Para não concluir já concluindo, utilizo como metáfora um fato ocorrido durante uma aula com o Professor Victor Valla, onde discutíamos justamente a questão da religião e da educação e após uma fala do mestre seguida de longa pausa, que desconcertou a pequena turma, um aluno perguntou: “*Concluiu professor?*” Ao que ele respondeu com naturalidade: “*Não concludo nunca!*”

Que reflexões relevantes possam ter sido suscitadas através deste investimento de pesquisa!
Assim seja!

POSFÁCIO

SALVE, RAINHA

SALVE, RAINHA, MÃE DE MISERICÓRDIA

Salve mãe diversidade de línguas, de raças e religiões,



VIDA, DOÇURA, ESPERANÇA NOSSA, SALVE!

Faça vingar nossa esperança de que os homens deixem de escravizar outros homens em nome do poder, da condição social, da sua cor de pele ou de sua crença religiosa,

A VÓS BRADAMOS, OS DEGREDADOS FILHOS DE EVA



Bradamos com tristeza ao ver nação invadindo e destruindo nação, impedindo o ir e vir de alguns em função de sua intolerância religiosa,

AVÓS SUSPIRAMOS, GEMENDO E CHORANDO NESTE VALE DE LÁGRIMAS

Choramos e suspiramos ao ver cenas fundamentalistas de todo tipo. Perdoa-nos por achar que este comportamento agressivo está longe de nós,



*Garoto iraquiano segura arma;
ao fundo*



*Local de atentado em Madri - Agência
EFE*



EIA, POIS, ADVOGADA NOSSA,

Lembre os homens esquecidos das palavras de Teu Filho:

"Na casa de meu Pai há muitas moradas...". (João 14:1)

Moradas celestiais para candomblecistas, umbandistas, adventistas, católicos, protestantes históricos, pentecostais, neopentecostais, testemunhas de Jeová, budistas, e tantos outros que adoram o mesmo princípio criador da vida, mas apenas lhe dão nomes diferentes, porque são seres sociais porquanto necessitam pertencer a um grupo, tanto faz como se chame seu grupo ou seu deus...

E que todos estes precisam de **Moradas de concreto** para que possam viver com dignidade.

A casa do Pai, seja ela uma igreja de concreto ou uma convicção íntima é um lugar de comunhão,



de vida e de união. E este é o lugar por excelência para que o seu deus seja louvado. Precisamos entender isto para ensinar melhor nas escolas, para compreender quem é o nosso aluno, mas precisamos entender que a escola não é o lugar para a adoração, pois assim, corremos o risco de criar novos conflitos, desnecessários...



ESSES VOSSOS OLHOS MISERICORDIOSOS A NÓS VOLVEL,



**E DEPOIS DESTE DESTERRO MOSTRAI-NOS
JESUS, BENDITO FRUTO DO VOSSO VENTRE.
Ó CLEMENTE, Ó PIEDOSA, Ó DOCE SEMPRE
VIRGEM MARIA
ROGAI POR NÓS SANTA MÃE DE DEUS**



**PARA QUE SEJAMOS DIGNOS DAS PROMESSAS
DE CRISTO.
AMÉM**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. O IMPÉRIO DO DIVINO: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Renato de. MANUAL DE COLETA FOLCLÓRICA. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1965.

AZEVEDO, Fernando de. A CULTURA BRASILEIRA. RJ: IBGE, 1943.

BARROS, José Flávio Pessoa de. *Xangô...a História que a escola ainda não contou*. In Religião e Cultura Popular. RJ: D P & A, 2001.

BARTH, Fredrik. O GURU, O INICIADOR E OUTRAS VARIAÇÕES ANTROPOLÓGICAS. RJ, Contra Capa: 2000.

BERREMAN, Gerald. *Etnografia e controle de impressões no Himalaia*. In: ZALUAR, Alba (org). DESVENDANDO MÁSCARAS SOCIAIS. 3 ed. Francisco Alves, 1990.

BÍBLIA SAGRADA, Edição Pastoral. SP: Paulus, 1991.

BIRMAN, Patrícia (ORG.) RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO. SP: Attar Editorial, 2003.

BONFATTI, Paulo. A EXPRESSÃO POPULAR DO SAGRADO: Uma Análise Psico-Antropológica da Igreja Universal do Reino de Deus. São Paulo: Paulinas, 2000.

BOURDIER, Pierre. A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____ COISAS DITAS. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL, COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Atos do Poder Executivo. Vol.1, 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

BURKE, Peter. CULTURA POPULAR NA IDADE MODERNA. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CÂNDIDO, A. *O Nacionalismo Literário in A FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA*. Belo horizonte: Itatiaia, 1981, p. 9-46.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: Revisitando Um Conceito Historiográfico*. ESTUDOS HISTÓRICOS, vol. 8, N° 16. Rio de Janeiro: 1995, p. 179-192.

_____ A AVENTURA DO LIVRO: DO LEITOR AO NAVEGADOR. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CHAUÍ, Marilena. CULTURA E DEMOCRACIA. SP: Cortez, 2001.

CORAZZA, Helena. ROSÁRIO EM FAMÍLIA: COM MARIA CONTEMPLANDO O ROSTO DE JESUS. SP: Paulinas, 2003.

CORTEN, André. OS POBRES E O ESPÍRITO SANTO: O Pentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996.

CPAIUFF, Perfil Socioeconômico e Cultural dos Vestibulandos e Ingressados: 1998-2001 – Curso de Pedagogia. Campus do Gragoatá, UFF: 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: POSIÇÕES E TENDÊNCIAS. Cadernos de Pesquisa – São Paulo, n.81, p. 33-44, maio 1992.

_____. ENSINO RELIGIOSO E ESCOLA PÚBLICA: O CURSO HISTÓRICO DE UMA POLÊMICA ENTRE IGREJA E ESTADO NO BRASIL. Educação em Revista – Belo Horizonte. Faculdade de Educação da UFMG, No. 17, junho 1993, pp. 20-37.

_____. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO: LEI 9394/96. Rio de Janeiro: D P & A, 2002.

DA MATTA, Roberto. RELATIVIZANDO: UMA INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA SOCIAL. Petrópolis: Vozes, 1981.

DARNTON, Robert. O GRANDE MASSACRE DOS GATOS. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. CULTURAS DO POVO: SOCIEDADE E CULTURA NO INÍCIO DA FRANÇA MODERNA. SP: Paz e Terra, 1990, p. 157-185.

DOUGLAS, Mary. PUREZA E PERIGO. SP: Editora Perspectiva S.A., 1966.

FAUSTO, Boris. HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL. SP: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FÁVERO, Osmar (org.) A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, 1823-1988, 2ª. Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Editora Nova Fronteira, RJ : 1988.

FILHO, Mello Moraes. FESTAS E TRADIÇÕES POPULARES DO BRAZIL. Fauxhon e Cia, Livreiros-Editores, RJ: 1895.

FREIRE, Beatriz Muniz. O ENCONTRO MUSEU/ESCOLA: O QUE SE DIZ E O QUE SE FAZ. RJ: PUC, 1992 (Dissertação de Mestrado em Educação).

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – ENSINO RELIGIOSO, 6ª. Edição. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1997.

FOUCAULT, Michel. VIGIAR E PUNIR: HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES. Petrópolis: Vozes, 1977.

GEERTZ, Clifford. A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. O QUEIJO E OS VERMES: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDENBERG, Mirian. ARTE DE PESQUISAR: COMO FAZER PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O Problema dos Patrimônios Nacionais* In FAZENDO ANTROPOLOGIA NO BRASIL. RJ: DP & A, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES*. SP: Paz & Terra, 1997.

LACERDA, Carlos. A MAIS JUSTA DAS CAUSAS. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 4 abr. 1959.

LIMA, Maurício. *Não,não e não: Bancada evangélica descobre que pode ser esmagada com a reforma política e, com fervor religioso, luta para sobreviver*. In VEJA, Editora Abril, edição 1807, ano 36 – Nº-24 – 18 de junho de 2003.

LÖWY, Michael. AS AVENTURAS DE KARL MARX CONTRA O BARÃO DE MÜNCHHAUSEN: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

_____. IDEOLOGIAS E CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A GUERRA DOS DEUSES:Religião e Política na América Latina. Petrópolis: Vozes,2000.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS QUALITATIVAS. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M^a das Dores Campos. *Olhando as mulheres pentecostais através do espelho*. In RELIGIÃO E CULTURA POPULAR .Rio de Janeiro: D P & A, 2001, p.75-90.

_____ CARISMÁTICOS E PENTECOSTAIS ADESÃO RELIGIOSA NA ESFERA FAMILIAR.. Campinas,SP: Autores Associados; São Paulo, SP: ANPOCS, 1996.

MATTOS, Cláudia Neiva de. A POESIA POPULAR NA REPÚBLICA DAS LETRAS: SÍLVIO ROMERO, FOLCLORISTA. RJ: Editora UFRJ/Funart, 1994.

MELLO E SOUZA, Marina de. OS MISSIONÁRIOS DA NACIONALIDADE. RJ: CIEC/UFRJ, 1989.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Críticas e Alternativas*. In GENTILI, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu da. ESCOLA S.A .: QUEM GANHA E QUEM PERDE NO MERCADO EDUCACIONAL DO NEOLIBERALISMO. CNTE, DF: 1996.

NOVAES, Regina Reyes. *Pentecostalismo, política, mídia e favela*. In RELIGIÃO E CULTURA POPULAR .Rio de Janeiro: D P & A, 2001, p.41-74.

_____ *Errantes do novo milênio: salmos e versículos bíblicos no espaço público*. In BIRMAN, Patrícia (ORG.) RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO. SP: Attar Editorial, 2003.

NUNES, Clarice. *(Des)encantos da modernidade pedagógica*. . In 500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.3ª. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ORTIZ, Renato. CULTURA BRASILEIRA E IDENTIDADE NACIONAL. SP: Brasiliense, 1985.

PAIVA, José Maria de. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial*. In 500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.3ª. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS.SP:Ed. Loyola,1984.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: *Pluralidade Cultural, Orientação Sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

PARKER, Cristián. RELIGIÃO POPULAR E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA: Outra Lógica na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. ESTUDOS HISTÓRICOS, vol. 3. São Paulo: 1989, p. 4 -15.

REVEL, J. A INVENÇÃO DA SOCIEDADE. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel: 1989.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. *O Folclore Na Escola*. In CADERNOS DE FOLCLORE. No. 5 – MEC/ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, RJ: 1976.

RODRIGUES, Gabriela Soares. O “SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO” DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA E LAICA: A CRESCENTE E SILENCIOSA PRESENÇA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS. RJ: Niterói: UFF, 2003. (Dissertação de Mestrado em Educação).

ROMERO, Sílvio. FOLCLORE BRASILEIRO: CONTOS POPULARES DO BRASIL. SP: Editora EDUSP, 1985.(1ª Edição, 1885)

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL(1930-1973).Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.22ª.edição.

SANTOS, Milton. POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, Demerval. A NOVA LEI DA EDUCAÇÃO: Trajetórias, Limites e Perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SEGALA, Lygia. *A troça, a traça e o forrobodó: Folclore e Cultura Popular na Escola in* MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA ESCOLA. Rio de Janeiro: D P & A, 2000, p.61-75.

_____ *Bumba-meu-Boi Brasil in* O BRASIL DE MARCEL GAUTHEROT. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2001.

SILVA, Leda Marina Santos. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: FIOS QUE TECEM A LEITURA E A ESCRITA NO COTIDIANO DA ESCOLA BETA. Dissertação de Mestrado, Puc/RJ – 2004

SIMMEL, Georg. “*O Estrangeiro*” In: GEORG SIMMEL. Moraes Filho, Evaristo.(org.) São Paulo: Ática, 1983.

TEIXEIRA, Moema de Poli. NEGROS EM ASCENSÃO SOCIAL: Trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social., 1998

THOMPSON, E. P. COSTUMES EM COMUM. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TROELTSCH, Ernst. *Igrejas e Seitas. In* Revista Religião e Sociedade, RJ: ISER, Nº.14/3,1987

_____AS PECULIARIDADES DOS INGLESES E OUTROS
ARTIGOS. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (Orgs.). São Paulo: Editora da Unicamp,
2001.

VALLA, Victor Vincent (ORG.) SAÚDE E EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, D P & A,
2000.

_____ (ORG.) RELIGIÃO E CULTURA POPULAR. Rio de
Janeiro, D P & A, 2001.

VILHENA, Luís Rodolfo. PROJETO E MISSÃO: O MOVIMENTO FOLCLÓRICO
BRASILEIRO (1947 – 1964). Rio de Janeiro: Funarte/FGV

ANEXOS

ANEXO I

Colégio Nossa Senhora das Mercês Calendário do Ano Letivo de 2004
--

JANEIRO

- 01 - Confraternização Universal
- 06 - Santos Reis

FEVEREIRO

- 02 - Retorno dos Professores
- 03 - Início do ano letivo para os alunos do 1º turno
- 04 - Início do ano letivo para os alunos do 2º turno
- 14 - Sábado Letivo - Encontro de pais e alunos novos e das 5ª séries
- 20 - Dia livre para os alunos
- 22 a 24 - Carnaval
- 25 - Cinzas, início da Quaresma
- 26 e 27 - Dia livre para os alunos

MARÇO

- 01 - Reinício das atividades escolares
- 06 - Sábado - Encontro de pais e crianças que farão Primeira Eucaristia em 2004
- 10 - Abertura da Campanha da Fraternidade
- 16 - Aniversário da Congregação Mercedária - 126 anos
- 27 - Sábado Letivo - Integração Família-Escola - 2º turno

ABRIL

- 04 - Domingo de Ramos
- 05 a 07 - Preparação para a Semana Santa
- 08 - Dia livre para os alunos - Quinta-feira Santa
- 09 - Feriado - Sexta-feira da Paixão
- 11 - Páscoa
- 21 - Feriado - Tiradentes
- 22 - Descobrimento do Brasil
- 24 - Sábado letivo - Integração Família-Escola - 1º turno

MAIO

- 01 - Dia do Trabalho
- 03 - Abertura do mês Mariano

- 07 - Homenagem às mães - 2º turno
- 15 - Sábado - Encontro de Pais e alunos que farão a 1ª Eucaristia em 2004.
- 31 - Coroação de Nossa Senhora - 2º turno

JUNHO

- 10 - Feriado - Corpus Christi
- 11 - Dia Livre para os alunos
- 18 - Chá dos avós - 2º turno
- 24 - Feriado Municipal - Dia de São João - Padroeiro da Cidade de Niterói

JULHO

- 10 - Sábado Letivo - Festa Julina
- 17 a 31 - Férias escolares para os alunos

AGOSTO

- 02 - Reinício das atividades escolares
- 06 - Homenagem aos pais
- 14 - Sábado - Reunião de pais e alunos que farão 1ª Eucaristia em 2004.
- 21 - Sábado Letivo - Dia do amigo
- 28 - Sábado Letivo - Festa do livro

SETEMBRO

- 06 - Dia livre para os alunos
- 07 - Feriado - Independência do Brasil
- 11 - Sábado - Encontro de Pais e crianças que farão 1ª Eucaristia em 2004
- 18 - Sábado Letivo - Feira da Cultura
- 24 - Dia de Nossa Senhora das Mercês - Aniversário da escola - 71 anos
- 25 - Abertura da Olimpíada Interna
- 27 - Competições do 2º turno
- 28 - Competições do 1º e 2º turnos
- 30 - Competições do 1º turno

OUTUBRO

- 01 - Abertura do Mês das Missões
Competição e premiação dos alunos do 1º turno
- 02 - Encerramento da Olimpíada Interna - Competição e premiação dos alunos do 2º turno
- 11 - Dia livre para os alunos - Aniversário do Padre Zegrí - Fundador da Congregação Mercedária
- 12 - Feriado Nacional - Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil e Dia das Crianças
- 15 - Feriado - Dia do Professor

- 18 a 22 - Semana de Informação Profissional
23 - Retiro para os alunos que farão 1ª Eucaristia em 2004.

NOVEMBRO

- 01 - Dia Livre para os alunos - Dia de todos os Santos
02 - Feriado Nacional - Finados
06 - Primeira Eucaristia
15 - Feriado Nacional - Proclamação da República
22 - Feriado Municipal - Fundação da Cidade de Niterói
26 - Ação de Graças - Celebração dos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental
30 - Dia de convivência e ação de graças dos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental

DEZEMBRO

- 04 - Ação de Graças da 3ª série do Ensino Médio
07 a 13 - Reavaliação Especial
08 - Feriado - Imaculada Conceição
14 - Encerramento do Ano Letivo

ANEXO II

ANEXO III

A Entrevista com o Deputado Carlos Dias – 08 Janeiro de 2003 na ALERJ

LUCIANA- Muitos se posicionam de maneira contrária ao ensino religioso, por acreditarem que a educação deve ser laica, daí a saída intermediária da LDB (ensino permitido, mas sem ônus para o Estado). A Lei 9475/97 reestabelece o ensino religioso atrelado ao Estado, ainda que facultativo para o aluno. Quais as suas motivações pessoais para ter proposto o Projeto de Lei que foi aprovado em 2000 sobre esta temática?

DEPUTADO – Eu vou pegar a Constituição Federal, porque você já partiu do pressuposto errado, mas eu vou te mostrar pra você ter fonte para poder citar...eu acho que é o artigo 210 ou 208, deixa eu dar uma olhadinha para mostrar para você rapidinho que eu já te mostro... Porque a LDB é que contraria a Constituição Federal e ela inclusive foi reformada neste ponto aí que você falou...

LUCIANA – Foi sim...

DEPUTADO – Onde é que tá o artigo, meu Deus do céu! Educação: 208! 206... 210... Vamos lá: Posso responder: Então que acontece? Em primeiro lugar que a minha lei não contrariou a LDB, a LDB teve depois que o Darcy Ribeiro faleceu, houve uma modificação nela em que não fala claramente que o Estado assume ou não assume o ônus e quero dizer o seguinte, no artigo 210 da Constituição Federal no seu parágrafo segundo ele diz assim... Não no parágrafo primeiro: “O ensino religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.” Então já está aqui estabelecido e regulado que o ensino religioso está na disciplina nos horários normais das escolas no ensino fundamental. Eu ampliei pra educação básica, da educação infantil até o final do ensino médio. Então, isso foi uma ampliação com base que a constituição deu do ensino fundamental que é o mínimo e nós ampliamos isto, então não usurpei direito, não tirei nada, simplesmente adicionei, tá? Outro ponto que você colocou, qual foi? Foi do ônus. Então na medida que a constituição revela, obriga que o ensino religioso seja oferecido, ele é oferecido por parte do Estado então quem tem que dar todos os meios e modos para que isso aconteça é o próprio Estado, não seriam as entidades religiosas ou entidades privadas ou particulares, então de fato o Estado tem o ônus de pagar o professor... Agora a minha lei, ela tem outras modificações que são pertinentes ao próprio ensino religioso, porque quando se fala que o Estado é laico, esta é uma questão que eu diria até falsa, porque na verdade ele não é laico, ele é pluralista, então um Estado plural, ele tem que respeitar todas as tendências de seus concidadãos, então o meu ensino religioso, no caso a minha lei, ela é ampla, ela não foi feita exclusivamente para os Católicos, ela foi feita para todas as religiões, por isto que antes de se matricular, você pergunta aos pais ou responsáveis ou àqueles maiores de dezesseis anos qual é a confissão dele, no caso a religião que ele segue e que ele queria ter a disciplina e o Estado é obrigado a dar caso este credo esteja registrado, credenciado e aí cabe às religiões terem doutrina própria, terem o cumprimento de diversas normas estabelecidas pelo poder público, pelo Estado, então, as que estão credenciadas são: os Católicos, os Protestantes e os Judeus, então não tem nenhuma inconstitucionalidade, não teve nenhum intuito de impôr ao Estado o pagamento de algum ônus de alguma coisa, não o caso é que a Constituição defende, então sinceramente não vejo nenhum problema do ponto de vista constitucional da lei.

LUCIANA – Eu perguntei quais foram as suas motivações pessoais pra estar criando a Lei?

DEPUTADO – Não as motivações pessoais é só você olhar aí pra fora, o tido de sociedade que a gente tá vivendo, uma construção de violência, as famílias se dilacerando... A sociedade não está mais formada em valores e princípios e sim em interesses, então o ensino religioso aproxima a pessoa do que ela é de fato, então eu acredito, eu sou Católico, então que a gente é filho de Deus, nós temos uma missão, nós temos uma vocação própria, que Deus é nosso pai então Ele tem uma coisa vigorosa para nós e para o exercício da nossa vida, então o ensino religioso ele forma uma pessoa completa, uma pessoa de direitos, direitos objetivos e direitos transcendentais, então você passa a ter uma visão diferente de sua participação no mundo, da sua construção como pessoa, do seu cuidado com seu corpo, com a sua mente, com relação às outras pessoas, do que simplesmente você educar de uma maneira materialista, daquele racionalismo absoluto de que os espertos é que sobrevivem, os que Tem mais é que tem os direitos, então a religião nos dá, o cristianismo nos dá esta dimensão de irmãos, então, há um comprometimento maior entre as pessoas e isto é fundamental na educação de nossos jovens que hoje você vê, estão praticamente sem nenhum valor, você vê o índice de criminalidade, você vê as drogas, você vê as dissoluções familiares que estão causando, então a religião na verdade é um amálgama, ela amarra, ela dá consistência ao ser, ela responde perguntas

que todo o nosso momento de vida, nosso crescimento, nossa formação a gente pergunta: eu nasci de onde? Eu vou pra onde? Eu caí neste mundo com qual sentido? Então, esta resposta religiosa e ao mesmo tempo, o que fazer com o conhecimento que você recebe, é importante que a religião esteja presente, é importante para o próprio ambiente escolar, para o relacionamento dos professores, enfim, eu acho que esta matéria, ela traz um resgate importante, não é de uma cidadania civil não, porque esta que acha que todo mundo tem que ter uma carteirinha, uma carteira de identidade e um título de eleitor, isso não dá cidadania a ninguém, o que dá cidadania para as pessoas é exatamente elas se reconhecerem como pessoas ativas e importantes em todo o sistema, cada pessoa é um bem em si mesmo, cada pessoa é importante, independente da cor, do seu sexo, até da sua religião, então você só vai enxergar o outro desta maneira, quando você tiver de fato uma dimensão maior do que esta meramente consumista que se vê nas pessoas. Por isto que eu acho o ensino religioso é importante também nas escolas.

LUCIANA- A redação da lei reconhece o Ensino Religioso como disciplina obrigatória .Como ficou a aplicabilidade da lei? Abriu concurso público para professor de Ensino Religioso como previu o artigo 5º.?

DEPUTADO- Não a lei fez o seguinte, o governo anterior, o governo Garotinho, ele regulamentou a lei estabelecendo o procedimento para o como estava lá no artigo 5º., o procedimento para o concurso público. Eu espero que este ano, a governadora Rosinha, em 2003 que nós estamos, ela cumpra a regulamentação que o governador anterior fez, que no caso é até marido dela, que eu acho que a visão deve ser semelhante a dele, vou lutar inclusive muito para isso, para que ela estabeleça concurso público e tenha a vaga do professor de ensino religioso.

LUCIANA –O Sr. sabe me informar como está a situação do ensino religioso no Estado hoje? Os professores das classes regulares estão lecionando esta disciplina?

DEPUTADO-Eles estão lecionando esta disciplina, algumas escolas estão, pelo modelo confessional, mas existe ainda algumas resistências que precisam ser quebradas. O poder público, a Secretaria de Educação devia dar mais atenção a isto, eu vejo que ainda está , não está muito bem aplicada a lei, conforme a concepção que eu te falei, conforme ela mesma, ela é auto-explicativa, então ela não está sendo aplicada do jeito que a gente imaginou que fosse, mas nós estamos brigando para isto.**LUCIANA- O Sr. Falou que existiam três credos credenciados: Católicos, Judeus e Evangélicos...**

DEPUTADO- Eu falei protestantes!

LUCIANA – Protestantes... O que também é uma outra polêmica, pois dentro de “protestantes” tem pentecostal, neopentecostais, é tão amplo não é?

DEPUTADO – Sim, mas dentro deles, dentro da própria Secretaria , eu falo das Igrejas Tradicionais, porque inclusive uma barreira que a lei...Eu não sei o que você ia perguntar...

LUCIANA- Pode continuar, depois eu falo...

DEPUTADO- ...uma barreira que a lei coloca justamente para evitar este assédio de religiões e seitas, mas as seitas no caso, que não preparo nenhum, não tem teologia, não tem doutrina e essa formação teológica e doutrina, nós proibimos que os professores não sejam de nível superior , então quer dizer, os professores tem que ter nível superior e tem que ter curso de formação específico reconhecido pela entidade religiosa a qual ele pertence. Então são barreiras que não vão permitir que qualquer seita que está evoluindo por exemplo na política, ela possa ter um espaço, porque ela se julga com este tipo de direito.

LUCIANA- Então quando você fala em protestantes tradicionais, eu poderia estar entendendo como protestantes históricos¹⁸⁸: Batistas, Metodistas... Aqueles mais tradicionais?

DEPUTADO- Sim... Batistas, Metodistas... Aqueles que existem, são as Igrejas Cristãs no caso que tem uma possibilidade de uma relação ecumênica, isto ta preservado e sempre foi assim.

¹⁸⁸ O termo *protestantes históricos* é designado para se referir às denominações fundadas até o final do século XIX.. A partir do início do século XX surgem as primeiras denominações pentecostais e na década de 70 as neopentecostais. (Machado, 1996).

LUCIANA -Sendo o Brasil, um país formado por afro-descendentes, não seria pertinente abrir este leque de opções para as religiões africanas (candomblé, macumba, etc.) contribuindo para a preservação da memória africana no Brasil, bem como para o espiritismo?

DEPUTADO- Eu não vejo nenhuma barreira para que estes credos se afirmassem como credo, porque de fato o que acontece, não existe... Existem alguns lógicos, mas normalmente há muito sincretismo, a parte cultural nossa é muito sincretismo religioso, então pouca gente se coloca como sua primeira religião por exemplo macumbeiro, umbanda, como você citou aí... candomblé. Ele é por exemplo, católico, mas frequenta um centro espírita, enfim, não é nem católico e nem espírita, já é uma confusão. Então eu acho que estas religiões enfim, estas manifestações religiosas, elas devem tentar se credenciar no Estado, é o Poder Executivo que estabelece este credenciamento e os critérios, então desde que eles tenham seu credenciamento e se isto for livre, eles vão ter o seu professor.

LUCIANA- Então sua posição pessoal é favorável a isto, desde que eles tenham o credenciamento?

DEPUTADO- Não eu não sou favorável porque eu não acredito na religião deles, eu acho que isto é uma ilusão, entendeu? Isso aí é uma questão aí do Estado em si estabelecer, agora eles são livres para terem acesso a esse e fazerem a pressão para que tenham, eu acho que é direito que eles podem se julgar ter, mas por exemplo seria uma... Se você perguntar para mim se eu acho correto eu não é, senão eu seria espírita e no caso eu sou católico, então não quer dizer que eu entenda que isto seja a verdade...

LUCIANA – Não, mas você é católico mas é favorável aos protestantes por exemplo...

DEPUTADO- Sim, mas o que eu estou dizendo à você é o seguinte, eles tem o direito de se inscrever e provar que tem esta condição doutrinária para que o credo que o credo seja reconhecido pelo Estado, isto não tem nenhum problema, agora o que eu estou dizendo à você é que não sou parceiro desta identidade cultural, não sou. Mas eu concordo que se deva ter sua expressão religiosa. Se é uma religião deve ter direito daquele que professa ela propriamente ter o direito de ter o professor na escola e ser orientado. Não é o Estado que deve definir qual é a religião da pessoa, o que pode ou o que não pode nesta escola, são as famílias que definem isto. Quem educa na fé são os pais. Então se por exemplo os pais preservam isto culturalmente que seja, o espiritismo ou outra que for e isto tem um credenciamento do Estado, o filho dele tem o direito de ser educado nesta manifestação religiosa, isso é democrático, não tem problema nenhum.

LUCIANA- Você acha que um professor de classe regular, , pode de alguma forma influenciar o aluno a favor dentro da opção religiosa dele?

DEPUTADO- Tem se for por este modelo anterior.

LUCIANA- Como é atualmente?

DEPUTADO – É, como é atualmente . O que acontece é que não se fala das religiões de maneira adequada, então você está numa sala onde você tenha pessoas evangélicas, protestantes, dificilmente você pode falar com liberdade sobre o papel de Nossa Senhora na construção da salvação do homem e isto seria considerado uma transgressão do professor dentro daquela linha que a família quer educar os filhos e ao mesmo tempo é um desrespeito para aquele católico que está na sala e não pode ouvir aquele papel belíssimo de mulher na história da salvação do mundo. Então o que é que vai acontecer: se você coloca isto de uma maneira separada, você preserva a identidade de cada um e dá o conhecimento que a família espera que a escola reproduza, então isto não tem nenhum atrito. Só vai ter atrito se você colocar todo mundo misturado na mesma sala e aí você pega um professor católico, que vai por exemplo nesta linha, você pega um professor que é evangélico, ele vai na outra... então tudo isso vai romper uma relação importante de educação e de liberdade religiosa que o Brasil tem. Por isto o ensino religioso tem que ser confessional, porque o professor que dá matemática, ele dá geografia, ele dá história, ele não altera conforme a sua vontade não é verdade? Então pronto, tanto faz. Agora a religião não, a religião... a pessoa tem uma interpretação própria e recebe uma doutrina que ela tem que ser porta-voz fiel e que ela não pode negar em certos

momentos, então às vezes, nem até por proselismo, mas às vezes ela faz de forma natural, então isto cria conflito e problema, por isto é que não deve misturar.

LUCIANA- Dada a pluralidade de religiões e seitas que vem surgindo a cada dia, você não acha que a gente nunca vai conseguir ter um ensino religioso que seja capaz de abranger a diversidade de credos em cada sala de aula?

DEPUTADO- A diversidade de credos? Acontece o seguinte, as estatísticas não mostram isto. As estatísticas mostram que nestes três credos que nós citamos: os evangélicos, os católicos e os judeus, que também é mínimo em escola pública, aí você abraça noventa por cento e mais até, ou mais noventa e cinco por cento de tudo...

LUCIANA – Então de qualquer maneira a gente teria um percentual aí de cinco por cento que teria que se adequar a um ou outro...

DEPUTADO- Não, não. Aí é que tá. A matrícula é facultativa. Se espera que a escola daqueles que não professam nenhuma destas condições de religiões, eles façam o seguinte, eles façam uma atividade de biblioteca, vá fazer um estudo dirigido, enfim... é uma hora por semana então ele faz um estudo dirigido, reforça numa matéria, vai pra biblioteca estudar. Ele tem outra atividade dentro da própria escola, só que não tem aquela porque os pais não quiseram ou eles que são acima de dezesseis anos não quiseram. Não tem ninguém na sala que não seja especificamente daquele credo que ele tá participando e ninguém é obrigado a assistir. Então tem um ateu. O ateu não é obrigado.

LUCIANA -Cada vez mais, nas eleições, se atrela religião e política. Os candidatos em sua grande parte, não tem pudor em utilizarem suas denominações como uma maneira de ganharem eleitores prosélitos. Como o sr. Vê isto, uma vez que na democracia representativa da qual fazemos parte, uma vez eleito, o indivíduo passa a representar todo o coletivo, e não apenas seus irmãos de fé?

DEPUTADO- Acontece o seguinte. Eu sou contra esta questão de você usar a religião como meio de promoção política. Mas acontece o seguinte, você não pode deixar de manifestar a sua crença o seu credo. Porque a política não é uma coisa sectária. Muitos imaginam que a questão partidária ela separa muito as coisas, e de fato é assim no presente. Mas as religiões de fato, as visões religiosas, elas são muito mais de unidade do que de separação, então quando você coloca a religião no sentido de que você é servidor daquele povo, que você vai optar por aquilo que é de valor, pelos princípios que a religião tem, então por exemplo, são questões que a gente vê muito na política, por exemplo, corrupção. Então o que é que freia a corrupção? É simplesmente a polícia, o judiciário? Não. O que freia de fato é uma perspectiva moral e uma formação moral que a pessoa tem? Então, a religião dá este ganho, sem dúvida nenhuma. A pessoa sabe literalmente que existe o pecado, a condenação, que a pessoa é um ser fraco. A pessoa é um ser fraco, mas que tem a força de Deus para se defrontar com todos estes problemas que são nossos na nossa realidade. Então a religião ela não deve ser trampolim político, mas os valores religiosos são usados permanentemente pela sociedade civil. Por exemplo, estes termos de fraternidade, igualdade... isso vem da onde? Você acha que isto veio da Revolução Francesa? Isto vem de princípios religiosos católicos, cristãos, laicizados. Então não é simplesmente dizer que eu sou religioso e tal, não é isso. Mas quer dizer que por trás você tem uma formação que os seus princípios são aqueles que são até superiores até dos que os que o seu partido pode te recomendar. Por exemplo, uma luta contra o aborto, como você pode admitir que o Estado assassine pessoas? Como você pode admitir que o Estado case pessoas do mesmo sexo? Uma destruição forte da família... Como é que o Estado pode admitir por exemplo o uso de drogas sob qualquer hipótese, se a pessoa não foi feita para isto, para se drogar? Que liberdade a pessoa tem aquela que se droga? E que Estado é este que diz que você tem o direito de se drogar? Se uma pessoa tem esta opção nem do ponto de vista racional ela está bem. São conceitos estes, que se você afastar da religião, o homem sai errante por aí, agora existe muita manipulação religiosa. Existe muita religião, eu diria seita, que tá atrás do poder e do dinheiro que o Estado tem, então, de fato eu vejo isto com muito perigo. Nós vemos aí, um monte de representantes de seitas, aqui na Assembléia Legislativa, na Câmara Municipal do Rio, na Câmara Federal... Elegemos até um aqui recentemente, Senador da República, então eu acho que isto é um perigo. Mas das religiões tradicionais não, porque as pessoas sempre foram católicas, sempre foram evangélicas, isto nunca destruiu nada. O perigo de fato é a utilização equivocada da religião, como se ela fosse um bem apropriado, privatizável pelo homem, tanto pelo Estado como pelos partidos, então isto que é de fato o perigo.

ANEXO V

Entrevista realizada com o Deputado Federal Bispo Rodrigues (PL) em 15/05/2003

Luciana - O Sr. é a favor do ensino religioso nas escolas públicas?

Bispo Rodrigues – “Não, não sou a favor. Eu não sou a favor porque a religião dominante certamente, ela sempre foi proselitista, e vai fazer do ensino religioso mais uma forma de orientar essa área que eu acho que é tão importante para a área espiritual do cidadão, segundo seus interesses. Eu acho que o lugar da criança aprender religião é dentro das instituições religiosas ou em casa com o pai e com a mãe.”

Luciana – O Sr. Tem conhecimento de uma lei do Deputado Carlos Dias criou sobre o ensino religioso?

Bispo Rodrigues – “Tenho conhecimento.”

Luciana – Eu fiz uma entrevista com ele perguntando estão de fora disso, porque só os protestantes históricos poderiam lecionar. Ele falou, fazendo referência clara à Universal, que é uma seita que quer só tirar proveitos políticos. Vocês não tem interesse de tentar se credenciar junto ao Estado para poder participar do ensino religioso?

Bispo Rodrigues – “Não, nós temos interesse sim. Temos interesse. Mas nós inclusive lutamos na época junto ao governo Fernando Henrique, quando o papa veio ao Brasil para que isto não fosse homologado, inclusive seguindo a linha de raciocínio de Darcy Ribeiro que quando vivo, Senador da república, colocou na lei que dizia: “Ensino Religioso, sem ônus para o Estado”.

Luciana – Exatamente, mas isto já foi modificado...

Bispo Rodrigues – “Sim, foi modificado. Mas foi modificado por quê? Na verdade as religiões dominantes querem ensinar religião com o dinheiro do estado e a constituição diz o quê? O Estado é laico, então não deveria ter sido ensinado com o dinheiro do Estado. Mas o Supremo, o Supremo não é laico. Então não adiantou ninguém ir ao supremo e falar... Infelizmente nós entendemos que esta dessacralização do poder, ela pra se dar no Brasil, essa real separação do dinheiro do Estado para com a coisa religiosa com a religião dominante isso aí vai levar muitas décadas.

Luciana – E vocês não pretendem, não estão mobilizados neste momento para fazer uma tentativa de credenciamento?

Bispo Rodrigues – “Não, não é que não é mobilizado. Nós entendemos que é importante, mas aquilo que é ensinado pelas igrejas protestantes históricas, já nos satisfaz, não tem problema nenhum.

Luciana – Vocês já se sentiriam contemplados?

Bispo Rodrigues - “A gente se sente contemplado com o que o protestantismo histórico incluiu no currículo.

Luciana – Semana passada eu tive acompanhando o programa do PL na Televisão e o Senador Marcelo Crivella mostrava um projeto interessante de Educação que atende à 500 crianças. Neste projeto, existe uma natureza confessional, existe um ensino religioso nestas escolas?

Bispo Rodrigues – “Não sei, porque não acompanho. Mas é justo que tenha porque aquele projeto é bancado pelo dinheiro particular daquela instituição, não é do Estado. É natural que tenha na escola de confissão católica, mantida pelos católicos. Pelo protestante, se você vai para o Benett, se você vai para um instituto protestante, católico, espírita, é natural que tenha desde que ele seja mantido pela religião, pelos adeptos, pela confissão. Agora, não é o que o que nós estamos discutindo. Não é o que o projeto fala. O projeto fala, na escola pública, com dinheiro público, com alunos que não são aderentes daquela religião só ou que nem tem religião.

Luciana – Existem escolas confessionais nesta linha pentecostal, que o Sr. Tenha conhecimento?

Bispo Rodrigues – *“Tem, tem escola nesta linha... A Assembléia de Deus tem, a Igreja Presbiteriana tem, a Metodista... O instituto onde estudam por exemplo os filhos do Garotinho.*

Luciana – *Mas pentecostal então só da Assembléia de Deus?*

Bispo Rodrigues – *“Ah não, pentecostal que eu saiba, só assembléia de Deus. Tem muito assim, a pessoa que é pentecostal e tem a sua escola, mas não diretamente ligada à entidade.”*

Luciana – *Um estudioso que fez um livro sobre a Universal e ele fala que a participação político partidária é uma marca da Universal e ele fala que existe inclusive, divisões de território, assim: ‘de tal igreja até tal igreja vota neste deputado’, ‘desta até a outra vota em outro’. Isto existe?*

Bispo Rodrigues – *“Não, não, não, não... O problema é o seguinte: por exemplo, se você olhar a minha votação, eu não fui para o interior do Estado. Minha votação foi na capital. Porquê? Por que eu não sou burro. Pra quê que eu vou ficar indo lá pra Campos, Carapebus, se eu tenho aqui milhões de cidadãos que não sabem em quem votar, que não estão decididos? Então ao invés de eu perder tempo e ir lá pra Carapebus ou então pra Itaperuna, eu vou fazer campanha na Rocinha, no Méier, no calçadão. Eu vou fazer campanha onde eu estou, onde é minha área, então não perco tempo e a demonstração que isto dá certo é que eu fui o quarto deputado mais votado do Estado: 192.000 votos. Porquê? Por que eu ficava nos grandes centros e onde fosse mais rápido chegar.”*

Luciana – *Eu tenho ouvido rumores que o Marcelo Crivella viria como candidato a Prefeito e o senhor como vice, isto é real?*

Bispo Rodrigues – *“Não, eu como vice não! Eu jamais poderia perder meu mandato de Deputado Federal. Ele vai vim, se Deus quiser, tudo encaminha para ele vir candidato a prefeito”.*

Luciana – *Nas últimas eleições para Deputado, a gente começou a ver na televisão católicos se posicionando. Tinha um candidato que aparecia na televisão que dizia “Acordem católicos!” O Sr. acha que isto é uma reação católica em função do crescimento da bancada evangélica?*

Bispo Rodrigues – *“Olha minha filha, o problema é o seguinte, reação ao crescimento em qualquer área sempre terá. Se alguém cresce em qualquer área alguém diminui. Você tá ocupando o espaço de outro. Então ela é natural e eu também não me importo com isso não. Acho que num país democrático tem espaço para todos, eu não vejo isto como algo problemático. Acho que isso é reação. Tem uma lei aí que eu acho que é de Newton que diz que toda ação provoca uma reação. (risos)*

Luciana – *Mas tem uma diferença grande porque vocês são organizados e a Igreja Católica não direciona o eleitorado...*

Bispo Rodrigues – *“Não a Igreja Católica é organizada, mas ela se organiza de outra forma. Ela é o Estado brasileiro...”*

Luciana – *Ainda é?*

Bispo Rodrigues – *“Claro que ainda é. Oh! No dia do trabalhador, onde é que o Lula foi?”*

Luciana – *A Itaici, conversar com os Bispos...*

Bispo Rodrigues – *“E falou que todo ano ele ia prestar contas onde?”*

Luciana – *“Lá.”*

Bispo Rodrigues – *“É numa Igreja Católica. Se fosse um evangélico que fizesse isso, todo mundo ia criticar, então, isto viu-se de uma forma muito natural, para quem acha que natural é quando é o seu direito. Isso é tão natural e se viu de uma forma tão natural, que não houve uma crítica. Se ele fosse um evangélico, se fosse o*

Garotinho a fazer isso, iria ter milhões de críticas. Então as injustiças e os erros quando são perpetuados através dos séculos, eles se tornam naturais. Atitudes que se tornam naturais. Atitude natural, que um Presidente faça isso. Se fosse evangélico ninguém acharia natural.

Luciana – O Sr. acha que sendo o Brasil um país formado por afro-descendentes, seria pertinente abrir o ensino religioso nas escolas também para macumba, outras denominações?

Bispo Rodrigues – “ *Se for uma religião definida como religião reconhecida na forma da lei, como diz a constituição, eu acho que é correto que haja todo o ensino religioso, porque eles tem o direito, eu posso não concordar, mas é o que a lei diz.*”

Luciana – Nos livros que eu venho lendo sobre a Universal, não se tem um número preciso de fiéis, de templos e a gente não consegue mapear muito bem o crescimento da Universal. O Sr. certamente tem estes dados para me dar.

Bispo Rodrigues – “*Olha estes dados nós não damos. Por que quando falamos deles aí nós usamos uma máxima de Santo Agostinho (risos). Nós não vamos mentir mas para quê falar toda a verdade? Não precisa isso. Nós não daremos para ninguém e nem damos e todos os que você vê divulgados não correspondem exatamente à verdade.*”

Luciana – Porquê disso?

Bispo Rodrigues – “ *Por que os nossos inimigos entre aspas, certamente para nos combater eles precisam nos conhecer e por isso nós sempre variamos de atuação, de dados, nós não vamos fazer como a bíblia fala de um rei que abriu todo o seu tesouro para os seus inimigos, seus castelos, toda a verdade ele contou, mostrou e quando o rei foi embora da Babilônia Deus disse: Porque você fez isso? E ele disse: Não, eles estão muito distantes. E Deus disse: Você não devia ter feito isso, porque agora eles vão te invejar, então um dia você vai ser invadido. E aconteceu isso. É a história de Ezequias.¹⁸⁹ E nós não falamos porque aqueles que nos monitoram diariamente e de vez em quando estudam para nos combater nosso crescimento e tudo o mais, nossas fraquezas e nossas forças.*”

¹⁸⁹ Referência ao texto de Isaías, capítulo 39, 1-8.

ANEXO VI

RESULTADOS PARCIAIS

QUESTIONÁRIO CENSITÁRIO –

LEVANTAMENTO DO PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFF

– 2002.2

PRIMEIRO PERÍODO

Sexo: Feminino (17) Masculino (2)Profissão Pai: Aposentado(1) (1) Mecânico (1) Eletrotécnico (1) Pedreiro (1) Caldeireiro (1) Serralheiro (1) Motorista (1) Autônomo (1) Encanador (1) Pintor (1) Metalúrgico(1) Farmacêutico (1)

Chefe de Setor (1) Desempregado (1) Comerciante (10)

Profissão Mãe: Aposentada (1) Do Lar (6) Doméstica (4) Autônoma (1) Costureira (1)

Professora (3) Manicure (1) Servente (1) Funcionária Pública (1)

Irmãos (Nº)? Zero (1) Um (10) Dois(5) Três (1) Quatro(1) Cinco () Seis ou mais (1)Profissão irmãos: Auxiliar de Comunicações (1) Motorista (1) Segurança (1) Recepcionista (1)

Estudantes (15) Professor(a) (3) Cabeleireiro (1) Do Lar (3) Téc. Informática (1) Atendente

Telemarketing (1) Autônomo (1)

Município que reside: São Gonçalo (8) Rio de Janeiro (4) Niterói (4) São João de Meriti (1)

Cordovil (1) Maricá (1)

Idade: 18(1) 19(1) 20(6) 21(2) 22(2) 23(1) 24(3) 26(1) 29(1) 49(1)Estado Civil: Solteiro (a) (14) Casado(a) (5) Separado(a) () Viúvo(a) ()Número de Filhos: Zero (14) Um (3) Dois() Três (1) Quatro() Cinco () Seis ou mais ()Idade filhos: 6 meses (2) 5anos(1) 7anos(1) 16anos(1) 17anos(1) 20anos (1)Profissão Cônjuge: desempregado(2) Musicista (1) Papiloscopista (1) Comerciante (1)Idade Cônjuge: 24anos(1) 26anos(1) 33anos (1) 47anos(1)Religião atual: Protestante (7) Católica (7) Espírita (2) Sem religião (3)Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma (2) Era Católica e Protestante (2) Era Espírita e é Católica (1) Era Católica e é Espírita (1) Era Protestante e é Católica (1)

Só praticou o protestantismo (4) Só praticou o catolicismo(5) Só praticou o espiritismo (1)

Praticava Judaísmo, agora sem religião (1) Era protestante, hoje sem religião (1)

Era católico, hoje sem religião (1) Era umbandista, hoje sem religião (1)

Era espírita, hoje sem religião (1)

Desempregado (a)? (5)Município que Trabalha: Rio de Janeiro (4) Niterói (3) Maricá (2) São Gonçalo (5) Tanguá (2)Função: Secretária de Construtora (1) Operadora de Telemarketing (2) Vendedora de loja (1)

Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica (1) Operadora de Caixa (1) Professora (8)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (8) 4 a 6 salários (4) 7 a 10 (1) acima de 10 salários

No caso de trabalho em escola:

a) Com que série (s) trabalha? Maternal (1) Ed. Infantil (1) Alfa (2) Primeira (1) Segunda(2) Terceira(1) Quarta(2)b) Há ensino Religioso na sua escola? Sim(1) Não(7)c) Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim(2) Não(6)d) Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola (1) A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (2) Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião (1) nunca será possível abranger todas as religiões (1) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (2)e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (6) Não (4) Vagamente (1) Parcialmente (1) Razoavelmente (1)

SEGUNDO PERÍODO

Sexo: Feminino (7) Masculino (1)

Profissão Pai: (2) Aposentado () Mecânico () Eletrotécnico () Pedreiro () Caldeireiro () Serralheiro () Motorista (1) Autônomo () Encanador () Pintor () Metalúrgico() Farmacêutico () Chefe de Setor () Desempregado () Comerciante (1) Militar (1) Funcionário Público (1) Eletricista(1)

Profissão Mãe: Aposentada () Do Lar (3) Doméstica () Autônoma () Costureira (1)

Professora (2) Manicure () Servente () Funcionária Pública (1)

Irmãos (N^o)? Zero () Um (5) Dois(4) Três () Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Profissão irmãos: Auxiliar de Comunicações () Motorista () Segurança () Recepcionista ()

Estudantes (2) Professor(a) (3) Cabeleireiro () Do Lar () Téc. Informática () Atendente Telemarketing () Autônomo () Fisioterapeuta (1) Comerciarío (1) Funcionário Público (2) Téc. Construção Civil(1)

Município que reside: São Gonçalo (4) Rio de Janeiro (1) Niterói (1) São João de Meriti () Cordovil () Maricá () Manilha(1) Guapimirim (1)

Idade: 18() 19(1) 20(2) 21() 22(1) 23(1) 24() 26(1) 29() 34(1) 49() 52(1)

Estado Civil: Solteiro (a) (7) Casado(a) (1) Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (4) Um () Dois() Três () Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 6 meses () 5anos() 7anos() 16anos() 17anos() 20anos ()

Profissão Cônjuge: desempregado() Musicista () Papiloscopista () Comerciante ()

Advogada(1)

Idade Cônjuge: 24anos() 26anos() 33anos () 47anos() 49(1)

Religião atual: Protestante (2) Católica (3) Espírita (1) Sem religião (2)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante () Era Espírita e é Católica () Era Católica e é Espírita (1) Era Protestante e é Católica ()

Só praticou o protestantismo (2) Só praticou o catolicismo(3) Só praticou o espiritismo ()

Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião ()

Era católico, hoje sem religião () Era umbandista, hoje sem religião ()

Era espírita, hoje sem religião ()

Desempregado (a)? (3)

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (1) Niterói () Marica () São Gonçalo (3) Tanguá () Guapimirim (1)

Função: Secretária de Construtora () Operadora de Telemarketing () Vendedora de loja ()

Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica () Operadora de Caixa () Professora (3) Assessora Pedagógica (1) Cabo da Marinha (1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (2) 4 a 6 salários (2) 7 a 10 () acima de 10 salários

No caso de trabalho em escola:

e) **Com que série (s) trabalha?** Maternal () Ed. Infantil (1) Alfa (3) Primeira (1) Segunda() Terceira() Quarta()

f) **Há ensino Religioso na sua escola?** Sim(1) Não(3)

g) **Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório?** Sim(3) Não(4)

h) **Justifique a resposta do item anterior:** Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (2) Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião () nunca será possível abranger todas as religiões (1) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (2) Deve ser opcional assistir (1) Deve ensinar valores e não doutrinas (1)

e) **Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?**

Sim () Não (6) Vagamente () Parcialmente () Razoavelmente ()

TERCEIRO PERÍODO

Sexo: Feminino (14) Masculino ()

Profissão Pai: Aposentado(2) () Mecânico (1) Eletrotécnico () Pedreiro () Caldeireiro () Serralheiro () Motorista () Autônomo () Encanador () Pintor () Metalúrgico() Farmacêutico ()

Chefe de Setor () Desempregado () Comerciante (2) Garçon(1)Arquiteto (1)Téc. Mecânico Industrial (1)Eletricista(1)Bancário(1)Taxista(1)

Profissão Mãe: Aposentada (2) Do Lar (6) Doméstica () Autônoma () Costureira () Professora (2) Manicure () Servente () Funcionária Pública () Artesã(1)Doméstica(2)Boleira(1)

Irmãos (Nº)? Zero (1) Um (7) Dois(3) Três (2) Quatro(1) Cinco () Seis ou mais ()

Profissão irmãos:Auxiliar de Comunicações () Motorista () Segurança () Recepcionista ()

Estudantes (7) Professor(a) (5) Cabeleireiro () Do Lar () Téc. Informática () Atendente Telemarketing () Autônomo () Téc. Eletrônica (1)Eletricista (1) Aux. Adm.(1) Consultor (1)Secretária(1) Diretora de escola (1) Biólogo(1) Policial Militar (1)Instrumentador cirúrgico(1) Mecânico(1) Marceneiro(1)

Município que reside: São Gonçalo (5) Rio de Janeiro (2) Niterói (6) São João de Meriti () Cordovil () Maricá ()Nova Iguaçu(1)

Idade: 18() 19() 20(4) 21(2) 22() 23() 24() 25(1) 26(2) 27(1) 28(1) 29() 31(1)32 (2) 49()

Estado Civil: Solteiro (a) (9) Casado(a) (4) Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (11) Um (2) Dois(1) Três () Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 6 meses () 1ano(1) 3 anos(1)5anos() 7anos(2) 16anos() 17anos() 20anos ()

Profissão Cônjuge: desempregado() Musicista () Papiloscopista () Comerciante () Gráfico(1)Operador de Usina(1) Militar(1)

Idade Cônjuge: 24anos() 26anos() 32(1) 33anos (1) 35 anos(1) 47anos()

Religião atual: Protestante (5) Católica (6) Espírita (2) Sem religião (1)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante () Era Espírita e é Católica () Era Católica e é Espírita (2) Era Protestante e é Católica (1)

Só praticou o protestantismo (4) Mudou de denominação protestante(1) Só praticou o catolicismo(6) Só praticou o espiritismo ()

Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião ()

Era católico, hoje sem religião () Era umbandista, hoje sem religião ()

Era espírita, hoje sem religião ()

Desempregado (a)? (3)

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (4) Niterói (4) Marica ()São Gonçalo (3) Tanguá ()

Função: Secretária de Construtora () Operadora de Telemarketing () Vendedora de loja () Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica () Operadora de Caixa () Professora (8)Promotora de Marketing(1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (9) 4 a 6 salários (1) 7 a 10 (1) acima de 10 salários

No caso de trabalho em escola:

a)Com que série (s) trabalha? Maternal (1) Ed. Infantil (5) Alfa (3) Primeira () Segunda() Terceira() Quarta()

b)Há ensino Religioso na sua escola? Sim(1) Não(7)

c)Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim(1) Não(9)

d)Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (1) Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião () nunca será possível abranger todas as religiões () Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (3) O professor irá privilegiar sua religião (1) Não se deve impôr uma religião (2) Se deve ensinar valores (1) Deve ser opcional (3) Deve dar base religiosa para quem não a recebe da família (1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (2) Não (12) Vagamente () Parcialmente () Razoavelmente ()

QUARTO PERÍODO

Sexo: Feminino (20) Masculino (3)

Profissão Pai: (4)Aposentado ()Mecânico () Eletrotécnico (2) Pedreiro () Caldeireiro () Serralheiro (4) Motorista (1) Autônomo () Encanador () Pintor () Metalúrgico() Farmacêutico () Chefe de Setor (1) Desempregado () Comerciante (1) Carpinteiro(1) Funcionário Público (1) Almojarifado(1)Eletricista(1)Jornalista (1)Eletricista (1) Auxiliar de Serviços Gerais

Profissão Mãe: Aposentada (4) Do Lar (10) Doméstica (1) Autônoma () Costureira (1)

Professora (1) Manicure () Servente () Funcionária Pública ()Secretária(1) Doméstica(1) Auxiliar Assistencial(1)Merendeira(1)

Irmãos (Nº)? Zero (1) Um (9) Dois(4) Três (5) Quatro(2) Cinco () Seis ou mais (1)

Profissão irmãos:Desempregado(1)Auxiliar de Comunicações () Motorista () Segurança () Recepcionista () Estudantes (3) Professor(a) (7) Cabeleireiro () Do Lar (2) Téc. Informática () Atendente Telemarketing (1) Autônomo ()Eletrotécnico(1)Domésticas(2) Téc. Química(1)Soldador(1) Eletricista(1) Téc. Laboratório(1)Economista(2) TTN(1) Industriário(1) Eletricista(1)

Município que reside: São Gonçalo (12) Rio de Janeiro (2) Niterói (7) São João de Meriti () Cordovil () Maricá ()Nova Iguaçu(1)

Idade:18() 19(1) 20(1) 21(1) 22(2) 24(1) 25(2) 26(3) 28(3) 29(1) 30(2) 31(2) 34(1) 40(1) 46(1) 49(1)

Estado Civil: Solteiro (a) (17) Casado(a) (6) Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (17) Um (4) Dois(2) Três () Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 6 meses () 1 ano(2) 5() 7(1) 12(1) 15(1) 16 (1) 17 () 20 (1) 22 (1)

Profissão Cônjuge: () desempregado()Músicista ()Papiloscopista () Comerciante () Motorista(2)Auxiliar de Serviços Gerais(1) Guarda Municipal(1) Pedagoga(1)Pastor(1) Professora(1)

Idade Cônjuge: 24anos() 26anos(1) 30 anos(1) 37anos(2) 39 anos(1) 46anos(1) 49 anos(1)

Religião atual:Protestante (6) Católica (8) Espírita (2) Umbandista(1) Sem religião (7)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma (1) Era Católica e é Protestante (2) Era Espírita e é Católica (2) Era Católica e é Espírita (1) Era Protestante e é Católica (1) Era umbandista e é Espírita(1) Era Espírita e é Protestante(1) Só praticou o protestantismo (5) Só praticou o catolicismo(9) Só praticou o espiritismo () Só praticou umbantismo(1)Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião (1)

Era católico, hoje sem religião (1) Era umbandista, hoje sem religião ()

Era espírita, hoje sem religião ()

Desempregado (a)? (3)

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (4) Niterói (7) Marica ()São Gonçalo (6) Tanguá(1) Nova Iguaçu(1) Rio Bonito(1)

Função: Secretária de Construtora () Operadora de Telemarketing (3) Vendedora de loja ()

Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica () Operadora de Caixa () Professora (13) Aux. Assistencial(1)Téc. Contabilidade(1) Aux. Administrativo(1)Operador de Sistemas(1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (15) 4 a 6 salários (4) 7 a 10 () acima de 10 salários(1)

No caso de trabalho em escola:

a)Com que série (s) trabalha? Maternal () Ed. Infantil (4) Alfa (2) Primeira () Segunda(2) Terceira(4) Quarta(1) Pré-Vestibular(1)

b)Há ensino Religioso na sua escola? Sim(3) Não(18)

c)Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim(3) Não(10)

d)Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões () Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião (1) nunca será possível abranger todas as religiões (1) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (4) obrigatório, mas sem ensinar doutrina e sim valores (4)para estudar o ser humano em sua completude, deve-se considerar o lado espiritual(1)Em geral só se ensina uma religião(1) religião não deve ser ensinada na escola, mas o professor deve saber de sua importância para a cultura do aluno(1) Não deve ser obrigatório(1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim () Não (15) Vagamente (1) Conheço, mas não lembro(1) Parcialmente (2) Razoavelmente ()

QUINTO PERÍODO

Sexo: Feminino (6) Masculino ()

Profissão Pai: Aposentado() Mecânico () Eletrotécnico () Pedreiro () Caldeireiro () Serralheiro () Motorista () Autônomo () Encanador () Pintor () Metalúrgico() Farmacêutico ()

Chefe de Setor () Desempregado () Comerciante (1) Gerente Admin.(1) Balconista(1)

Profissão Mãe: Aposentada (1) Do Lar (3) Doméstica () Autônoma () Costureira ()

Professora () Manicure () Servente () Funcionária Pública () Doméstica (1)

Irmãos (Nº)? Zero () Um (4) Dois(1) Três (2) Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Profissão irmãos: Auxiliar de Comunicações () Motorista () Segurança () Recepcionista ()

Estudantes (1) Professor(a) () Cabeleireiro () Do Lar (1) Téc. Informática () Atendente Telemarketing () Autônomo () fonoaudióloga(1) Administrador(1) caixa(1) tecelão(1) securitário(1) escriturário(1) Desempregado(1)

Município que reside: São Gonçalo () Rio de Janeiro () Niterói (3) São João de Meriti () Cordovil () Maricá () Nova Iguaçu(1) Nilópolis(1) Nova Friburgo(1)

Idade: 18() 19() 20(1) 21() 22(2) 23() 24() 25(1) 26() 28(2) 29() 44(1) 49()

Estado Civil: Solteiro (a) (5) Casado(a) (2) Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (4) Um (2) Dois(1) Três () Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 6 meses () 1 ano(1) 5anos() 7anos(1) 16anos() 20anos (1) 23anos(1)

Profissão Cônjuge: desempregado(1) Musicista () Papiloscopista () Engenheiro(1)

Idade Cônjuge: 24anos() 26anos() 30anos (1) 46anos(1)

Religião atual: Protestante (1) Católica (3) Espírita (1) Sem religião (2)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante (1) Era Espírita e é Católica (1) Era Católica e é Espírita (1) Era Protestante e é Católica ()

Só praticou o protestantismo () Só praticou o catolicismo(2) Só praticou o espiritismo ()

Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião (1)

Era católico, hoje sem religião (2) Era umbandista, hoje sem religião ()

Era espírita, hoje sem religião (1)

Desempregado (a)? ()

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (1) Niterói (4) Marica () São Gonçalo (1) Tanguá() Nova Iguaçu(1)

Função: Administradora(1) Operadora de Telemarketing () Vendedora de loja (1)

Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica () Operadora de Caixa () Professora (4) Agente Adm.(1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (4) 4 a 6 salários (3) 7 a 10 () acima de 10 salários()

No caso de trabalho em escola:

a) Com que série (s) trabalha? Maternal () Ed. Infantil (1) Alfa () Primeira () Segunda(1) Terceira() Quarta()

b) Há ensino Religioso na sua escola? Sim() Não(3)

c) Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim(1) Não(3) Talvez(1)

d) Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (2) Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião () nunca será possível abranger todas as religiões () Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal () Não é papel da escola(1) A orientação religiosa é fundamental, ainda que o aluno tenha outra religião(1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (6) Não () Vagamente () Parcialmente () Razoavelmente ()

SEXTO PERÍODO

Sexo: Feminino (27) Masculino (3)

Profissão Pai: Aposentado(7) Mecânico (1) Eletrotécnico () Pedreiro () Caldeireiro () Serralheiro () Motorista (1) Autônomo (2) Encanador () Pintor () Metalúrgico() Farmacêutico () Vigia(1)

Func.Público (2) Desempregado () Comerciante (3) Garçon(1) Militar(1)Mestre de Obras(1)Contador(2) Cabeleireiro(1) Agricultor(1) Taxista(1) Pintor(1) microempresário(1)

Profissão Mãe: Aposentada (2) Do Lar (14) Doméstica (1) Autônoma (1) Costureira (2)

Professora (3) Manicure () Servente () Funcionária Pública () Pedagoga(1)Cabeleireira(1) Secretária(1) Aux. Serv. Gerais(1) Doceira(1) empresária(1)

Irmãos (Nº)? Zero (1) Um (13) Dois(9) Três (3) Quatro(2) Cinco () Seis ou mais (1)

Profissão irmãos:Desenhista (1) Motorista () Segurança () Recepcionista () Enfermeiro(1) Vendedor(1)Estudantes (5 Professor(a) (19) Cabeleireiro () Do Lar (2) Téc. Informática (2) Atendente Telemarketing () Autônomo (1) Balconista(2) Garçon(1) Comerciante(2) Almojarife(1)Pedreiro(1)Dentista(1) carteiro(1) Func. Público(1) Médico(1) Marmoeiro(1)Aux. Escritório(4) Oficial de Justiça(1)

Município que reside: São Gonçalo (14) Rio de Janeiro (1) Niterói (7) Rio Bonito(1) Cordovil () Maricá () Magé(1)Araruama(1) Duque de Caxias(1) Nilópolis(1) Manilha(1)

Idade: 21(5) 22(4) 23(5) 25(3) 24(6) 26() 28(1) 29()30(1) 36(3) 44(1) 46(1) 49()

Estado Civil: Solteiro (a) (20) Casado(a) (9) Separado(a) (1) Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (26) Um (2) Dois(1) Três (1) Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 7meses (1) 3(1) 5anos() 7anos(1) 16anos(1) 15(1) 18 anos(1) 22anos (1)

Profissão Cônjuge: desempregado() mecânico(1) Segurança (1) Professora (1) Comerciante () Téc. Correios(1) Empresário(1) eletricista(1) Engenheiro(1) Administrador(1) Assessor Parlamentar(1) Op. Telemarketing(1)

Idade Cônjuge: 24anos(2) 25 (1) 28anos(2) 29(1) 33anos () 35(1) 41(1) 44anos(1) 47(1)

Religião atual: Protestante (8) Católica (14) Espírita (2) Sem religião (5)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante (4) Era Espírita e é Católica () Era Católica e é Espírita (1) Era Protestante e é Católica () Era espírita e é protestante(1)

Só praticou o protestantismo (5) Só praticou o catolicismo(16) Só praticou o espiritismo (1)

Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião (1)

Era católico, hoje sem religião () Era umbandista, hoje sem religião ()

Era espírita, hoje sem religião ()

Desempregado (a)? (2)

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (4) Niterói (11) Marica ()São Gonçalo (8) Tanguá () Magé(1)Araruama(1) Caxias (1) Nova Iguaçu(1) Ramos(1)

Função: Secretária de Construtora () Operadora de Telemarketing () Vendedora de loja ()

Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica () Operadora de Caixa () Professora (9)Merendeira(1) Auxiliar de Secretária(1) Bolsista(1) Adm. De Escola(1) Monitora(1) Coord. Ped.(1) Terapeuta(1) aferidor Detran(1) secretária(1) Aux. Escritório(2) Téc. Em atend.(1) assist. téc(1) aux. Adm.(2) Tutora de cursos on-line(1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (22) 4 a 6 salários (5) 7 a 10 () acima de 10 salários(1)

No caso de trabalho em escola:

a)Com que série (s) trabalha? Maternal () Ed. Infantil (1) Alfa (3) Primeira (1) Segunda(3) Terceira(1) Quarta(2)

b)Há ensino Religioso na sua escola? Sim(3) Não(12)

c)Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim(3) Não(17)

d)Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões () Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião (2) nunca será possível abranger todas as religiões (7) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (1) Deve ser optativo(6) O ensino deve ser laico(5) Deve servir para socialização e não para dar destaque a uma religião(1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (20) Não (5) Vagamente (1) Parcialmente (3) Razoavelmente ()

SÉTIMO PERÍODO

Sexo: Feminino (16) Masculino (2)

Profissão Pai: (2) Aposentado () Mecânico () Eletrotécnico () Pedreiro (1) Caldeireiro () Serralheiro () Motorista (1) Autônomo () Encanador () Pintor () Metalúrgico() Farmacêutico ()

Chefe de Setor () Desempregado () Comerciante () Militar(2) Fiscal de Renda(1) Téc. Telec.(2) Bancário(1) Barbeiro(1) Eletricista(1) Taxista(1) Mecânico(1) Promotor Vendas (1)

Profissão Mãe: Aposentada () Do Lar (15) Doméstica () Autônoma () Costureira ()

Professora (1) Manicure () Servente () Funcionária Pública () Corretora(1) Merendeira(1)

Irmãos (Nº)? Zero (1) Um (7) Dois(5) Três (2) Quatro(3) Cinco () Seis ou mais ()

Profissão irmãos: Auxiliar de Comunicações () Motorista () Segurança () Recepcionista ()

Estudantes (3) Professor(a) (6) Cabeleireiro () Do Lar () Téc. Informática (1) Atendente Telemarketing () Autônomo () Militar(3) Advogado(1) Dentista(1) Analista de Sist.(1) Bancária(1) Bióloga(1) Assistente Social(1) Func. Público(1) Aux. Escritório(1)

Município que reside: São Gonçalo (4) Rio de Janeiro (4) Niterói (6) São João de Meriti () Cordovil () Maricá () Nova Iguaçu(2) Itaboraí(2)

Idade: 21(2) 22(2) 23(3) 24(1) 25(1) 26(2) 28(1) 29(1) 33(1) 34(1) 40(1) 47(1) 50(1)

Estado Civil: Solteiro (a) (12) Casado(a) (6) Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (11) Um (2) Dois(6) Três () Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 6 meses () 1(3) 5 (1) 6(1) 7 (1) 8(1) 16 () 20(1) 21 (2) 24(2)

Profissão Cônjuge: Advogado(1) Médico (2) Professora (1) Taxista(1) Militar(1)

Idade Cônjuge: 26 (1) 28(1) 29(1) 37 (1) 42 (1) 51(1)

Religião atual: Protestante (8) Católica (7) Espírita (1) Sem religião (2)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante (3) Era Espírita e é Católica (1) Era Católica e é Espírita (1) Era Protestante e é Católica (1) Era Espírita, é protestante(2) Era macumbeiro e é protestante(1) Era espírita, hoje sem religião ()

Só praticou o protestantismo (4) Só praticou o catolicismo(5) Só praticou o espiritismo ()

Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião (1)

Era católico, hoje sem religião (1) Era umbandista, hoje sem religião ()

Desempregado (a)? (3)

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (4) Niterói (2) Marica () São Gonçalo (2) Tanguá () Acari(1) Nova Iguaçu(1) Itaboraí(1) São João de Meriti(1)

Função: Secretária de Construtora () Operadora de Telemarketing () Vendedora de loja ()

Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica () Operadora de Caixa () Professora (8) Eletricista(1) Estagiária(2) Recepcionista(1) Tosadora(1) Militar(1) Aux. Escritório(1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (6) 4 a 6 salários (8) 7 a 10 (1) acima de 10 salários

No caso de trabalho em escola:

a) Com que série (s) trabalha? Maternal () Ed. Infantil (3) Alfa (1) Primeira (3) Segunda(1) Terceira(1) Quarta()

b) Há ensino Religioso na sua escola? Sim(1) Não(7)

c) Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim(2) Não(8)

d) Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (1) Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião () nunca será possível abranger todas as religiões (3) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (3) A escola deve ser laica (2) o ensino deve focar Deus e não as religiões(1) A religião é importante para a formação moral (1) A criança não tem como escolher uma religião(1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (10) Não (6) Vagamente () Parcialmente () Razoavelmente ()

OITAVO PERÍODO

Sexo: Feminino (10) Masculino (2)

Profissão Pai: Aposentado(3) Mecânico () Eletrotécnico () Pedreiro () Caldeireiro () Serralheiro
Chefe de Setor () Desempregado () Comerciante (1) Aux. Operac.(1) Professor(1) Advogado(1)

Téc. Eletrônica(1) Zelador(1)

Profissão Mãe: Aposentada (2) Do Lar (6) Doméstica () Autônoma () Costureira ()

Professora (4) Manicure () Servente () Funcionária Pública ()

Irmãos (Nº)? Zero (1) Um (6) Dois(2) Três (1) Quatro() Cinco (1) Seis ou mais (1)

Profissão irmãos: Auxiliar Adm. (1) Motorista () Segurança () Recepcionista ()

Estudantes (2) Professor(a) (7) Sup. Telemarketing (1) Autônomo () Funcionário público (7)

Administrador(1) Engenheiro(1) Estilista(1) Assistente Social(1)

Município que reside: São Gonçalo (2) Rio de Janeiro (1) Niterói (6) São João de Meriti ()

Cordovil () Maricá (1) Rio Bonito(1)

Idade: 21(2) 22(2) 23(2) 24(1) 29(1) 30(1) 39(1)41(1) 45(1)

Estado Civil: Solteiro (a) (10) Casado(a) (2) Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (6) Um (1) Dois(2) Três (1) Quatro() Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 9(1) 10(1) 11(1) 12(1) 18(1) 19(1)

Profissão Cônjuge: desempregado() Professora (1) Dentista (1) Militar(1)

Idade Cônjuge: 24 () 29(1) 44(1) 45 (1)

Religião atual: Protestante (2) Católica (8) Espírita (1) Sem religião (1)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante (2) Era Espírita e é Católica () Era Católica e é

Espírita (1) Era Protestante e é Católica ()

Só praticou o protestantismo () Só praticou o catolicismo(8) Só praticou o espiritismo ()

Desempregado (a)? ()

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (2) Niterói (6) Marica (1) São Gonçalo (1) Rio Bonito(2)

Função:

Professora (6) Estagiária(2) Aux. Comercial(1) Estagiária(1) Agente de Atend. Ao cliente(1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (7) 4 a 6 salários (4) 7 a 10 (1) acima de 10 salários

No caso de trabalho em escola:

a) Com que série (s) trabalha? Maternal () Ed. Infantil (2) Alfa () Primeira () Segunda()

Terceira(3) Quarta(2)

b) Há ensino Religioso na sua escola? Sim() Não(8)

c) Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim() Não(10)

d) Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões () Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião () nunca será possível abranger todas as religiões (2) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (1) Deve ser opcional(2) Não há interesse em aprender religião(1) O ensino acaba sendo proselitista(1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (10) Não (2) Vagamente () Parcialmente () Razoavelmente ()

NONO PERÍODO

Sexo: Feminino (13) Masculino (2)

Profissão Pai: (4) Aposentado (1) Autônomo Chefe de Setor () Desempregado (1) Comerciante (1) Func. Público (1) Taxista (1) Mecânico (1) Proprietário de terras (1) Motorista (1)

Profissão Mãe: Aposentada (1) Do Lar (5) Doméstica () Autônoma () Costureira (1)

Professora (1) Manicure () Servente () Funcionária Pública (1) Cobradora de ônibus (1) Comerciaria (2) secretária (1)

Irmãos (Nº)? Zero () Um (3) Dois (7) Três (4) Quatro () Cinco (1) Seis ou mais ()

Profissão irmãos: Auxiliar de Escritório (1) Motorista () Segurança () Recepcionista () Auditor (1)

Estudantes (4) Professor(a) (5) Cabeleireiro () Do Lar () Téc. Informática () Atendente Telemarketing (1) Autônomo (2) Desempregado (1) Vendedor (1) Marcador (1) Psicóloga (1) Militar (2) Porteiro (1) Médico (2) Soldador (1) Mecânico (1) Fonoaudiólogo (1) Enfermeiro (2) Comerciante (1) Metalúrgico (1) Caixa (1) Motorista (1) Aux. Creche (1)

Município que reside: São Gonçalo (3) Rio de Janeiro (5) Niterói (6) São João de Meriti (1)

Idade: 22 (1) 23 () 24 (2) 25 (1) 26 (3) 27 (1) 29 (1) 34 (2) 35 (2) 43 (1) 49 () 51 (1)

Estado Civil: Solteiro (a) (9) Casado(a) (4) Separado(a) (2) Viúvo(a) ()

Número de Filhos: Zero (11) Um (2) Dois (2) Três () Quatro () Cinco () Seis ou mais ()

Idade filhos: 5 (1) 10 (1) 12 (1) 13 (1) 16 (1) 17 () 18 (1) 20 anos ()

Profissão Cônjuge: Motorista (1) Aux. Enferm. (1)

Idade Cônjuge: 31 anos (1) 43 anos (1)

Religião atual: Protestante (5) Católica (7) Espírita () Sem religião (3)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma () Era Católica é Protestante (1) Era Espírita e é Católica () Era Católica e é Espírita () Era Protestante e é Católica ()

Só praticou o protestantismo (4) Só praticou o catolicismo (7) Só praticou o espiritismo ()

Praticava Judaísmo, agora sem religião () Era protestante, hoje sem religião (3)

Desempregado (a)? ()

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (6) Niterói (5) Marica (1) São Gonçalo (2) S. João Mer. (1)

Função: Secretária de Escola (1) Professora (9) Operador Micro (1) Militar (1) Agente de Saúde (1) Diretora (1) Apoio Adm. (1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (8) 4 a 6 salários (5) 7 a 10 (2) acima de 10 salários

No caso de trabalho em escola:

a) Com que série (s) trabalha? Maternal () Ed. Infantil (2) Alfa (2) Primeira () Segunda (2)

Terceira () Quarta (3)

b) Há ensino Religioso na sua escola? Sim (2) Não (12)

c) Acha que deve ser obrigatório? Sim () Não (13)

d) Justifique a resposta do item anterior: Deve ser opção da escola () A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões () Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião () nunca será possível abranger todas as religiões (4) Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (2) Deve ser opcional (3) O professor irá privilegiar sua religião (1) É dever da família (1) Deve haver ensino moral, não religioso (1) Não deve ser imposto (1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (7) Não (4) Não lembro (3) Vagamente (1) Parcialmente () Razoavelmente

()

SÍNTESE FINAL DE TODOS OS PERÍODOSSexo: Feminino (130) Masculino (15)

Profissão Pai: Desempregado (1)Aposentado(25) Mecânico (5) Eletrotécnico (3) Pedreiro (2) Caldeireiro (1) Serralheiro (5) Motorista (6) Autônomo (4) Encanador (1) Pintor (1) Metalúrgico(1) Farmacêutico (1) Militar (4) Funcionário público (5) Eletricista (4) Garçon(2) Arquiteto(1)Chefe de Setor (1) Desempregado (1) Comerciante (10) Téc. Mecânico indust.(1) Eletricista (1) Bancário(2) Taxista(4) Carpinteiro (1) Almojarifado (1) Jornalista (1) Auxiliar de Serviços Gerais (1) Gerente Adm.(1) Vigia (1) Mestre de Obras (1) Contador(1) Agricultor (1) Pintor (1) Microempresário (1) Fiscal de renda(1) Téc. Telec.(2) Barbeiro(1) Promotor de vendas(1) Aux. Operacional(1) Professor(1) Advogado(1) Téc. Eletrônica(1) Zelador(1) Proprietário de terras(1)

Profissão Mãe: Aposentada (13) Do Lar (68) Doméstica (10) Autônoma (2) Costureira (6)

Professora (17) Manicure (1) Servente (1) Funcionária Pública 3) Artesã(1) Boleira (1) Secretária (3) Aux. Assistencial (1) Merendeira (2) Pedagoga (1) Cabelereira (1) Aux. Serv. Gerais (1) Doceira (1) Empresária (1) Corretora(1) Comerciarista(1) Cobradora de ônibus(1)

Irmãos (Nº)? Zero (6) Um (64) Dois(42) Três (20) Quatro(9) Cinco (2) Seis ou mais (4)

Profissão irmãos: Desempregado (3)Auxiliar de Comunicações (1) Motorista (2) Segurança (1) Recepcionista (1) Estudantes (41) Professor(a) (5) Cabeleireiro (1) Do Lar (8)Téc. Informática (4) Atendente Telemarketing (4) Autônomo (4) Fisioterapeuta (1) Comerciarista (5) Funcionário público (10) Téc. Construção Civil (1) Eletricista (3) Aux. Admn.(1) Consultor (1) Secretária (1) Diretora de Escola (1) Biólogo (1) Policial Militar (1) Instrumentador Cirúrgico (1) Mecânico (2) Marceneiro(1) Eletrotécnico (1) Doméstica (2) Técn. Química (1) Soldador(1) Téc. Laboratório(1) Economista (2) TTN (1) Industriário (1) fonoaudióloga (2) administrador(2) caixa (2) tecelão (1) securitário (1) escriturário (1) Desenhista(1) Enfermeiro(3) Vendedor(2) balconista (2) garçon(1) Almojarife(1) Pedreiro(1) Dentista (2) carteiro(1) médico(3) marmoreiro(1) Aux. Escritório(4) Oficial de Justiça(1) Militar(5) Advogado(1) Analista de Sistemas(1) bancário(1) Biólogo(1) Assistente Social(2) Aux. Escritório(2) Aux. Adm.(1) Engenheiro(1) Estilista(1) Auditor(1) Marcador(1) Psicóloga(1) Porteiro(1) soldador(1) Metalúrgico(1) Aux. De Creche(1)

Município que reside: São Gonçalo (53) Rio de Janeiro (20) Niterói (46) São João de Meriti (2) Cordovil (1) Maricá (2) Manilha (2) Guapimirim (1) Nova Iguaçu (5) Nilópolis (2)Rio Bonito (2) Magé(1) Araruama(1) Duque de Caxias (1) Itaboraí(2)

Idade: 18(1) 19(3) 20(14) 21(14) 22(16) 23(12) 24(14) 25(9) 26(12) 27(2) 28(6) 29(5) 30(4) 31(3) 32 (2) 33(1) 34(5) 35(1) 36(3) 39(1) 40(2) 41(1) 43(1) 44(2) 45(1) 46(2) 47(1) 49(2) 50(1) 51(1) 52(1)

Estado Civil: Solteiro (a) (103) Casado(a) (39) Separado(a) (3) Viúvo(a) ()Número de Filhos: Zero (104) Um (18) Dois(15) Três (32) Quatro() Cinco

Idade filhos: 6meses (2) 7 meses (1) 1ano(5) 3anos (2) 5anos(3) 6(1) 7anos(7) 8(1) 9(1) 10(2) 11(1) 12anos (3) 13(1)15 anos(2) 16anos(4) 17anos(1) 18 anos (3) 19(1) 20anos (4) 21(2) 22 anos (2) 23 anos(1) 24(1)

Profissão Cônjuge: desempregado(3) Musicista (1) Papiloscopista (1) Comerciante (1) Advogada (2) Gráfico (1) Operador de Usina (1) Militar (1) Motorista(3) Auxiliar de Serviços Gerais (1) Guarda Municipal (1) Pedagoga(1) Pastor(1) Professora (4) Engenheiro (2) Mecânico(1) Segurança(1) Téc. Correios(1) Empresário(1) Eletricista(1) Administrador(10) Assessor Parlamentar(1) Operador de Telemarketing(1) Médico(1) Taxista(1) Dentista (1) Aux. De Enfermagem(1)

Idade Cônjuge: 24anos(3) 25(1) 26anos(3) 28(2) 29(3) 30 anos (2) 31(1) 32 anos (1) 33anos (2) 35 anos (2) 37 anos(2) 39 anos (1) 41(1) 42(1) 43(1) 44(2) 45(1) 46 anos(2) 47anos(2) 49 anos(2) 51(1)

Religião atual: Protestante (44) Católica (63) Espírita (12) Umbandista (1) Sem religião (26)

Outras Religiões já praticadas:

Nenhuma (3) Era Católica e Protestante (15) Era Espírita e Católica (5) Era Católica e Espírita (8) Era Protestante e Católica (4) Era Espírita e Protestante (3) Era Macumbeiro e Protestante (1) Era espírita, hoje sem religião ()
 Só praticou o protestantismo (28) Só praticou o catolicismo (61) Só praticou o espiritismo (2)
 Só praticou umbandismo (1) Mudou de denominação protestante (1)
 Praticava Judaísmo, agora sem religião (1) Era protestante, hoje sem religião (8)
 Era católico, hoje sem religião (5) Era umbandista, hoje sem religião (1)
 Era espírita, hoje sem religião (2)

Desempregado (a)? (19)

Município que Trabalha: Rio de Janeiro (30) Niterói (43) Marica (4) São Gonçalo (31) Tanguá (3) Guapimirim (1) Nova Iguaçu (4) Rio Bonito (3) Magé (1) Araruama (1) Caxias (1) Ramos (1) Acari (1) Itaboraí (1) São João de Meriti (2)

Função: Secretária de Construtora (1) Operadora de Telemarketing (5) Vendedora de loja (1) Auxiliar Téc. Segurança Eletrônica (1) Operadora de Caixa (1) Professora (69) Assessora Pedagógica (1) Cabo da marinha (1) Promotora de Marketing (1) Aux. Assistencial (1) Téc. Contabilidade (1) Aux. Adm. (4) Operador de Sistemas (1) Administradora (1) Vendedora (1) Merendeira (1) Aux. Secretaria (2) Bolsista (1) Adm. Escola (2) Monitora (1) Coord. Pedag. (1) Terapeuta (1) Aferidor Detran (1) secretária (1) Aux. Escritório (3) Téc. Em atendimento (1) Assist. Técn. (1) Tutora de Cursos On-line (1) Estagiária (5) Recepcionista (1) Tosadora (1) Militar (2) Aux. Comercial (1) Agente de atendimento ao cliente (1) Operador de Micro (1) Agente de Saúde (1) Apoio Adm. (1)

Faixa salarial:

1 a 3 salários (82) 4 a 6 salários (36) 7 a 10 (6) acima de 10 salários (2)

No caso de trabalho em escola:

a) Com que série (s) trabalha? Maternal (2) Ed. Infantil (19) Alfa (16) Primeira (6) Segunda (11) Terceira (10) Quarta (10) Pré-Vestibular (1)

b) Há ensino Religioso na sua escola? Sim (12) Não (77)

c) Você acha que o ensino religioso deve ser obrigatório? Sim (15) Não (80) Talvez (1)

d) Justifique a resposta do item anterior:

Deve ser opção da escola (1)
 A escola deve ensinar o aluno a conhecer as diferentes religiões (8)
 Cada aluno deve ter aula de acordo com sua religião (4)
 nunca será possível abranger todas as religiões (19)
 Cada um deve decidir sua própria religião, é assunto pessoal (18)
 Obrigatório, mas sem ensinar doutrinas e sim valores (4)
 Para estudar o ser humano em sua completude, deve se considerar o lado espiritual (1)
 Deve ser opcional assistir (13)
 Deve ensinar valores e não doutrinas (3)
 O professor irá privilegiar sua religião (4)
 Não se deve impor uma religião (1)
 Deve ser opcional (5)
 Deve dar base religiosa para quem não a recebe da família (1)
 A religião não deve ser ensinada na escola, mas o professor deve saber de sua importância para a cultura do aluno (1)
 Não deve ser obrigatório (2)
 Não é papel da escola (2)

A orientação religiosa é fundamental , ainda que o aluno tenha outra religião (2)

O ensino deve ser laico(7)

Deve servir para a socialização e não para dar destaque a uma religião (1)

A criança não tem como escolher uma religião(1)

O ensino deve enfatizar Deus e não as religiões(1)

Não há interesse em aprender religião(1)

e) Conhece o conteúdo da LDB (9394/96) acerca do ensino religioso?

Sim (61) Não (54) Vagamente (4) Parcialmente (6) Razoavelmente (1)

Conheço, mas não lembro (4)

ANEXO VII

DEUS DIRIA: “NÃO ME QUEREM NAS ESCOLAS”...

A filha do conhecido pastor Billy Graham estava sendo entrevistada no programa de TV Early Show, e a apresentadora Jane Clayson perguntou-lhe: “Como Deus permitiu algo horrível assim acontecer no dia 11 de setembro?” Anne Graham deu uma resposta extremamente profunda e sábia. “Eu creio que Deus ficou profundamente triste com o que aconteceu, tanto quanto nós. Por muitos anos nós temos dito para Deus não interferir em nossas escolhas, sair do nosso governo e sair de nossas vidas. Sendo um cavalheiro como é, eu creio que Ele calmamente nos deixou. Como poderemos esperar que Deus nos dê a sua bênção e sua proteção se nós exigimos que Ele não se envolva mais conosco?”

Seus comentários prosseguiram. “A vista dos acontecimentos recentes, como esses ataques terroristas, tiroteio nas escolas norte-americanas, entre outras violências, parece que tudo teria ganhado força quando Madeline Murray O’Hare – que foi assassinada e seu corpo encontrado recentemente -, se queixou de que era impróprio fazer oração nas escolas como se fazia tradicionalmente, e nós concordamos com a sua opinião. Depois disso, alguém disse que seria melhor também não ler mais a Bíblia nas escolas. A Bíblia, que nos ensina que não devemos matar, não devemos roubar e devemos amar o nosso próximo como a nós próprios. E nós concordamos. Logo depois, o Dr. Benjamin Spock disse que não deveríamos bater em nossos filhos quando eles se comportassem mal, porque suas personalidades em formação ficariam distorcidas e poderíamos prejudicar sua auto-estima. E nós dissemos: “um perito nesse assunto deve saber o que está faltando”, e então concordamos com ele. (Detalhe: o filho do Dr. Spock cometeu suicídio)”

A reflexão sobre a presença de Deus continua: “Depois alguém disse que os professores e os diretores das escolas não deveriam disciplinar os nossos filhos quando eles se comportassem mal. Os administradores escolares, então, decidiram que nenhum professor deveria incomodar um aluno quando se comportasse mal, porque não queriam publicidade negativa e não queriam ser processados. E nós concordamos com tudo. Aí alguém sugeriu que deveríamos deixar que nossas filhas fizessem aborto, se elas assim o quisessem, e que nem precisariam contar aos pais. E nós aceitamos essa sugestão. Em seguida algum membro da mesa administrativa escolar, muito sabido disse que, “como rapazes serão sempre rapazes, e que como homens iriam acabar fazendo o inevitável”, deveríamos dar a eles tantas camisinhas quantas quisessem, para que pudessem se divertir à vontade, e que nem precisaríamos dizer aos seus pais que eles as obtiveram na escola. E nós dissemos : Está bem.

O quadro da sociedade continuava a ser pintado: “A indústria de entretenimento então disse: “Vamos fazer shows de TV e filmes que promovam profanação, violência e sexo ilícito. Vamos gravar música que estimule o estupro, drogas, assassinio, suicídio e temas satânicos”. E nós dissemos: “Isto é apenas diversão, e não produz qualquer efeito prejudicial. Ninguém leva isso a sério mesmo: então, que façam isso.” Agora nós estamos nos perguntando por que nossos filhos não têm consciência: por que não lhes incomoda matar pessoas estranhas ou seus próprios colegas de classe ou a si próprios. Provavelmente, se nós analisarmos tudo isto seriamente, iremos compreender: “Nós colhemos exatamente aquilo que semeamos”.

Concluindo, o óbvio: “Uma menina escreveu um bilhete para Deus, dizendo: “Senhor, por que não salvaste aquela criança na escola?”. A resposta dele foi: “Querida criança, não me deixam entrar nas escolas!” É triste como as pessoas simplesmente culpam Deus e não entendem por que o mundo está indo a passos largos para o inferno. É triste como todo mundo quer ir para o céu, desde que não precise crer, nem pensar ou dizer qualquer coisa que a Bíblia ensina. É triste como alguém diz: “Eu creio em Deus”, mas ainda assim segue Satanás, que por sinal, também crê em Deus. (Transcrito do jornal arquidiocesano NITERÓI CATÓLICO, nº. 433, fevereiro/2001)

dispostos em pontos diversos, preferencialmente junto a caixas e balcões para a abertura do crediário.

Art. 6º - O descumprimento do disposto nesta Lei regulará e infrator às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - cassação do alvará de funcionamento.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará, no prazo de sessenta dias, o que estabelecer esta Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gonçalo, em 20 de novembro de 2001.

HENRY CHARLES ARMOND CALVERT
PREFEITO

Exonera:
a contar de 20 de novembro de 2001, os servidores abaixo relacionados, da Secretaria Municipal de Cultura.

MAT.	NOME	CARGO	SÍMB.
95640	ANTÔNIO KLEBER MATHIAS NETO	ASSESSOR ESPECIAL	AP
95420	ELIZABETH PEREIRA DA CUNHA	CÓORDENADOR DE PUBLICAÇÕES	DAS-03

Port. nº 2316/2001.

Exonera:
a contar de 01 de novembro de 2001, SONIA CRISTINA DOS SANTOS - MAT. 17741, do cargo em comissão de Assistente III - Símbolo DAS-03, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. - Port. nº 2270/2001.

Exonera:
a contar de 01 de novembro de 2001, os servidores abaixo relacionados, do cargo em comissão de Assistente I - Símbolo DAS-01, da Secretaria Municipal de Administração.

MAT.	NOME
94652	ELSO FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA
7703	ROSALI FÁRIA PEREIRA PESSANHA

Port. nº 2271/2001.

Nomeia:
a contar de 01 de novembro de 2001, os servidores abaixo relacionados, do cargo em comissão de Assistente II - Símbolo DAS-02, da Secretaria Municipal de Administração.

MAT.	NOME
54961	ELSO FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA
7703	ROSALI FÁRIA PEREIRA PESSANHA

Port. nº 2272/2001.

Exonera a pedido:
a contar de 07 de novembro de 2001, ANDERSON MELO LIMA - MAT. 17949, do cargo em comissão de Executor de Serviços Médicos Emergenciais - Símbolo ESME, da Secretaria Municipal de Saúde. - Port. nº 2287/2001.

Torna sem efeito:
a inclusão da MARCELO SOARES MATTA, na Portaria nº. 2235/2001, publicada no Diário Oficial de 10/11/2001. - Port. nº 2304/2001.

Exonera:
a contar de 08 de novembro de 2001, os servidores abaixo relacionados, da Secretaria Municipal de Saúde.

MAT.	NOME	CARGO	SÍMB.
00321	ALFREDO SÉRGIO PORTO MARINS	ASSISTENTE I	DAS-01
53227	ELAINE FÁRIA DA FONSECA	EXECUTOR DE SERVIÇOS BÁSICOS	ESB
94370	ELLEN SODRE	EXECUTOR DE SERVIÇOS BÁSICOS	ESB
93762	GILSON DE SOUZA	EXECUTOR DE SERVIÇOS BÁSICOS	ESB

Port. nº 2305/2001.

Exonera:
a contar de 20 de novembro de 2001, REGINA MARIA PERFEITO - MAT. 90955, do cargo em comissão de Executor de Serviços Básicos - Símbolo ESB, da Secretaria Municipal de Saúde. - Port. nº 2306/2001.

Nomeia:
a contar de 20 de novembro de 2001, REGINA MARIA PERFEITO - MAT. 90955, para exercer o cargo em comissão de Assistente II - Símbolo DAS-02, da Secretaria Municipal de Saúde. - Port. nº 2307/2001.

Nomeia:
a contar de 07 de novembro de 2001, os servidores abaixo relacionados, para exercerem o cargo em comissão de Assistente I - Símbolo DAS-01, da Secretaria Municipal de Saúde.

NOME
ELIANE DA SILVA VIANNA
ELIZABETH APARECIDA LOPES BORGES

Port. nº 2308/2001.

Exonera:

SEMED

PORTARIA 020/SEMED/2001

Regulamenta a oferta da Educação Religiosa na Rede Municipal de Educação e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Art. 210 § 1º da Constituição Federal do Brasil, que reconhece a importância do Ensino Religioso no Ensino Fundamental;

Considerando a Lei Federal 0476 de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao Art. 33 da Lei Federal 9394 de 20 de dezembro de 1996, que trata do Ensino Religioso;

Considerando o Parecer do Conselho Nacional de Educação Parecer CNE 05/97 de 07 de maio de 1997, que conclui:

- ser a oferta do Ensino Religioso obrigatória ao Ensino Fundamental e seu conteúdo desenvolvido pelos Sistemas de Ensino;
- ser facultativa a matrícula no Ensino Religioso;
- que o Ensino Religioso não pode pertencer à Carga Curricular Mínima por ter sua matrícula facultativa;

Considerando o Parecer da Câmara de Educação Básica CEB 12/97 de 08 de outubro de 1997, que ratifica o Parecer CNE 05/97 de que o Ensino Religioso não pode ser incluído na Carga Curricular Mínima porque "Carga Horária Mínima é aquela a que todos os alunos estão obrigados", o que não é o caso do Ensino Religioso, que é de matrícula facultativa (CFB Art. 210 § 1º);

RESOLVE:

Art. 1º. Em conformidade com a legislação em vigor, implantar na Rede Pública Municipal de Educação do Município de São Gonçalo o Ensino Religioso da forma facultativa e interconfessional.

Art. 2º. O Ensino Religioso oferecido pela Rede Pública Municipal de Educação de São Gonçalo não se constituirá em disciplina regular, não terá carga horária definida e se caracterizará como Componente Curricular Sempre Presente.

Art. 3º. O Ensino Religioso terá como conteúdo matérias interconfessionais e interdisciplinares, podendo ser desenvolvido, ou não, a partir de temas transversais, conforme sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

§ 1º. Por não ser o Ensino Religioso disciplina regular pertencente à Grade Curricular, seu conteúdo será desenvolvido interdisciplinarmente através de atividades orientadas e coordenadas por professor orientador.

§ 2º. O Ensino Religioso não terá caráter reprobatório, sendo, porém, elemento importante a ser utilizado pelo Conselho de Promoção para corroborar as decisões por ele deliberadas sobre cada caso docente.

§ 3º. Por ser interconfessional, interdisciplinar e desenvolver temas transversais, o Ensino Religioso configura-se como elemento primordial na formação do aluno, passando a se chamar Educação Religiosa.

Art. 4º. A Educação Religiosa será orientada por docente da Rede Municipal que no exercício desta disciplina passará a ser identificado como Agente de Educação Religiosa.

Parágrafo Único. O professor da Rede Municipal de Educação se tomará Agente de Educação Religiosa quando submetido à avaliação da Coordenação de Educação Religiosa.

Art. 5º. Os casos omissos referentes à Educação Religiosa serão analisados pela Coordenação de Educação Religiosa de acordo com a legislação vigente.

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

Gabinete do Secretário, São Gonçalo, 06 de novembro de 2001.

HELTER JERÔNIMO LUIZ BARCELLOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

SEMFA

PORTARIA Nº 007/2001

Dispõe sobre a responsabilidade para assinar documentos do Gabinete da Secretaria Municipal de Fazenda.

O Secretário Municipal de Fazenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao Subsecretário Municipal de Arrecadação de Receitas Próprias, Sr. William de Oliveira Romagnol, matrícula nº 97078, competência para assinar documentos no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Subsecretário Municipal de Arrecadação de Receitas Próprias, Sr. William de Oliveira Romagnol, terá como uma de suas atribuições, assinar os seguintes documentos: certidão de averbação, quitação fiscal, regularidade fiscal, comprobatória (em geral), inteiro teor, dados cadastrais, positiva, termo de parcelamento e confissão de dívida.

ART 2 - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, em 20 de novembro de 2001.

José Bantúla de Mello Jr.
Secretário Municipal de Fazenda

ANEXO IX

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

CAPA

- Il. 1 – Fotos de murais E.M. Alberto Pasqualini (10x15 cm)**
- Il. 2 – Imagem de Nossa Senhora Rainha da Paz – Edições Paulinas (9x6 cm)**
- Il. 3 – Imagem de Jesus Misericordioso – Edições Paulinas (9x6cm)**
- Il. 4 – Foto de alunos da E.M. Alberto Pasqualini no Culto de Ação de Graças de Roberta Bianca (10x15 cm)**
- Il. 5 – Capa Revista Veja de 25/10/1995. “A Igreja que Assusta”.**
- Il. 6 – Capa Revista Veja de 03/07/2002 . “A Nação Evangélica”.**
- Il. 7 – Bispo Marcelo Crivella em reportagem interna da Il.5.**
- Il. 8 –Jornal O Dia de 10/03/2004. Imagem do Bispo Rodrigues na reportagem “Mais um esquema de desvio”.**

PÓS-FÁCIO¹⁹⁰

- Il.9 –Postal de Lia de Itamaracá – Pernambuco, 1999. (13x18cm)**
- Il. 10 – Postal do Processo de Produção da Farinha de Mandioca – Castanhal, PA, 1983 (11x15cm)**
- Il.11 – Imagens do atentado de 11 de Setembro de 2002 nos EUA:
http://escolavesper.com.br/atentadocontra_eua_pg_6_word_trade_center.htm**
- Il.12 - Imagens do atentado de 11 de Setembro de 2003 em Madri:
http://paznomundo.zip.net/arch2004-03-07_2004-03-13.html**
- Il.13 – Chute à Imagem de Nossa Senhora Aparecida em 12/10/1995:
http://www.amigosdenossasenhora.hpg.ig.com.br/ataques_de_evangelicos.htm**
- Il. 14 – Postal do Casal Indígena Tupinambá – Pará (10x15cm)**
- Il. 15 –Postal Rituais de vários povos: Criança Munduruku (Aldeia Bragança); Mulheres Munduruku Bragança; Derrubada do Mastro; Ritual do Foto – Takuara – Pará (10x15cm)**
- Il. 16 – Imagem de Culto Na Igreja Universal:
<http://www.igrejauniversal.org.br>**
- Il.17 – Postal de índios Kaxinawá, Acre. (13x18cm)**
- Il.18 – Postal do Posto de Venda de Mestre Cuca – Salvador, 2001 (11x15 cm)**
- Il. 19 – Imagem das mãos unidas – Retirado da Revista Nova Escola de Novembro de 2003 (Número 167), “Ensino Religioso: Lição de Tolerância”:
<http://novaescola.abril.com.br/>**

¹⁹⁰ Os postais foram adquiridos na boutique do Museu de Folclore Édison Carneiro/RJ.